

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CDS

---

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**AS VEREDAS DO GRANDE SERTÃO-BRASÍLIA**  
**Ocupação, Urbanização e Resistência Cultural**

Estevão Ribeiro Monti

Tese de Doutorado

Brasília – D.F., maio/2007



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**AS VEREDAS DO GRANDE SERTÃO-BRASÍLIA**  
**Ocupação, Urbanização e Resistência Cultural**  
Estevão Ribeiro Monti

Tese de Doutorado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Doutor em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Política e Gestão Ambiental, opção Acadêmica.

Aprovado por:

---

Argemiro Procópio, Doutor, UnB  
(Orientador)

---

Láís Mourão de Sá, Doutora, UnB  
(Examinador Interno)

---

Othon Henry Leonardos, Doutor, UnB

---

Vera Lessa Catalão, Doutora, UnB  
(Examinador Interno)

---

José Augusto Drummond, Doutor, UnB  
(Suplente)

Brasília-DF, 30 de maio de 2007.



MONTI, Estevão Ribeiro.

As Veredas do Grande Sertão-Brasília: ocupação, urbanização e resistência cultural. 306 pg.

(CDS-UnB, Doutor em Política e Gestão Ambiental)

Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável.

- |                            |                  |
|----------------------------|------------------|
| 1. Sertão                  | 3. Urbanização   |
| 2. Cultura sertaneja       | 4. Pertencimento |
| 5. Desenvolvimento situado |                  |

I. CDS-UnB

II. Título (Série)

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta tese e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta tese de doutorado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

Estevão Ribeiro Monti  
Brasília, 30 de maio de 2007

*Dedico este trabalho à minha amada esposa,  
Adélia Marise Ferreira Monti,  
sertaneja que traz na memória e no caráter a presença do pai, Zé Rita, cortando serras  
e chapadas do Grande Sertão-Brasília com o seu caminhão GM.*

## ***Agradecimentos***

*Ao meu bom Deus, pela presença e sustento.*

*Ao Professor Argemiro Procópio, pela confiança e orientação firme e sensível.*

*Aos integrantes da banca examinadora pela contribuição na travessia.*

*À Direção, professores e funcionários do CDS, pelo ambiente acolhedor.*

*À Mary Low Daniel, pelo descortinar do universo roseano.*

*À Nancy Alécio Magalhães, pelos ensinamentos da documentação videográfica.*

*A Rubem Amorese, pelos conselhos preciosos.*

*A Mario Rabelo, pelo apoio constante.*

*A Henrique Silveira Rabelo, fiel escudeiro.*

*A Luiz Mourão, amigo de todas as horas.*

*À Escola da Natureza, pelo espaço de aperfeiçoamento das minhas concepções.*

*Aos meus alunos, pela paciência e dedicação.*

*A Napoleão Valadares e Vitalino Fonseca, pela apresentação de sertanejos sábios e dignos.*

*Aos nossos narradores, pelo espírito solidário.*

## RESUMO

Este trabalho comprova a hipótese de que a cultura sertaneja resistiu à desconstrução e ao desenraizamento intensificado por Brasília. A resistência acontece, marcadamente, ao nível simbólico, pois os sertanejos mantêm suas raízes no “Sítio Simbólico de Pertença Sertanejo”. Ele foi organizado, a partir da documentação da história de vida de pessoas vindas do Sertão do *Grande Sertão: Veredas*, de João Guimarães Rosa, a saber: o Norte de Minas Gerais, Sudoeste da Bahia e Nordeste de Goiás. Interpretei depoimentos de narradores residentes nas regiões administrativas do Distrito Federal, articulando as questões da sustentabilidade e o romance roseano. A ocupação se aproxima dos 11.000 anos antes do presente. Os Macro-Jê derivaram dos caçadores-coletores e receberam os Tupis-Guaranis, que fugiam do colonizador. Com a rebelião dos índios na lavra do ouro, os europeus importaram escravos africanos. O sertanejo nasce, então, das mestiçagens entre o branco, o índio e o negro. Sua cultura emergiu de contradições. O índio, em busca de quinquilharias, o português, de ouro e o negro, de liberdade, definem um ambiente de namoros, massacres e etnocídios. Na organização política do sistema, as capitanias cuidaram da defesa externa e conquista do Sertão; a distribuição das sesmarias foi definida pela tradição e favoritismo. Ancorados nessa natureza de distribuição de terras e no municipalismo, surgem os coronéis paternalistas, clientelistas e seus jagunços. Esgotado o ouro, pequenas cidades e latifúndios passaram a definir a paisagem com a prática da pecuária extensiva e agricultura de subsistência. Brasília, simultaneamente, aqueceu e pôs fim ao namoro entre os sertanejos e o poder instituído. É fechado um “pacto de modernidade” com a capital e a tecnologia internacional. Chegava o desenvolvimento com estradas, hospitais e escolas, mas também o desassossego da perda de biodiversidade, iminente colapso dos recursos hídricos e ocupação desordenada do território. Nascia o Sertão-Brasília. As políticas públicas dos governos posteriores ao período JK, fortaleceram o pacto. No turbilhão, a cultura sertaneja é sustentada pelo “Sítio Simbólico de Pertença Sertanejo”, cujas caixas esquemáticas são, metaforicamente, apresentadas como canastras. A “Canastra dos Mitos, Memória e Trajetória de Vida” revela sertanejos e sertanejas trabalhadores, não hedônicos, honrados, corajosos, cristãos e com trajetória de vida circular. A “Canastra Conceitual” apresenta comunidade alicerçada na família, com o marido à frente do trabalho pela subsistência; o gado é força motriz, fonte protéica, de matéria prima e acumulador de riqueza; e estrutura educacional que tanto inclui, quanto exclui. A “Canastra de Ferramentas” traz dois modelos de ação: o familiar e o comunitário, fundados na solidariedade vicinal que interliga os dois modelos. Recomenda-se o rompimento do pacto e volta do namoro, que possibilita o desenvolvimento situado. As metáforas do pacto e do namoro, extraídas do romance roseano, organizaram a interpretação das relações Sertão-Brasília, que se constitui na fusão de horizontes entre as metáforas, a fundamentação teórica do trabalho e as histórias de vida dos narradores. As metáforas fizeram a tessitura da interpretação. O pacto que Riobaldo, o narrador do romance, busca fechar com o Diabo, é cartesiano, separa, reduz e mata. O namoro é aberto, cheio de incertezas, contradições, seduções e complexo. Darcy Ribeiro (1995), Edgar Morin (1999), Terry Eagleton (2005), tratam da cultura. Hassan Zaoual (2003), Martin Buber (1987), e Simone Weil (2001), conceituam sítio simbólico de pertencimento, comunidade e desenraizamento. Considerando a importância educativa da compreensão da complexidade destas questões para as novas gerações, integrei a produção de um vídeo à metodologia. Ele dá visibilidade ao “Sítio de Pertença Sertanejo”.

**Palavras-chave:** Sertão; cultura sertaneja; urbanização; sustentabilidade; sítio simbólico de pertença; desenvolvimento situado.

## ABSTRACT

This study supports the hypothesis that Brazilian backland culture resisted the deconstruction and uprooting intensified by the creation and growth of Brasília. This resistance occurs markedly on the symbolic level, for the backlanders retain their roots in the “Symbolic Site of Sertanejo Domains.” This site is based on documentation of the life (hi)stories of individuals coming from the Sertão of João Guimarães Rosa’s novel *Grande Sertão: Veredas*, a region encompassing the north section of the State of Minas Gerais, the southwest of Bahia, and the northeast of Goiás. I have interpreted depositions from narrators residing in the administrative regions of the Federal District (Brasília), articulating questions of sustainability and the Rosean novel. This area has experienced human occupation for some 11,000 years. The Macro-Jê indigenous peoples originated as hunters and gatherers and received into their midst the Tupi-Guarani peoples fleeing from European colonizers. With the indigenous rebellion in the gold fields, the Europeans began to import African slaves. The *Sertanejo*, therefore, is the product of the mixing of the white, Indian and black races, and is characterized by a culture of contradictions. The Indian in search of trinkets, the Portuguese searching for gold, and the black man seeking liberty typify an atmosphere of courtships, massacres, and ethnocide. In the political organization of the administrative system, the hereditary captaincies took charge of external defense and the conquest of the backland; the distribution of cultivatable allotments was characterized by tradition and favoritism. Anchored in this tradition of land distribution and municipalism, the paternalistic “colonels” emerged with their clientele and private armies. Once the gold supply had been exhausted, small towns, cities, and large plantations came to characterize the backland landscape, with a predominance of extensive livestock raising and subsistence agriculture. Brasília simultaneously fueled and put an end to the courtship between backlanders and institutional power. A “pact of modernity” was signed with capital interests and international technology. A wave of development – highways, hospitals, and schools – came to the fore, along with concern caused by the loss of biodiversity, the imminent collapse of water resources, and the uncontrolled occupation of available territory. And so was born the *Sertão-Brasília* alliance. Public policy in governments following the JK period strengthened this pact. In the midst of this whirlwind, backland culture was sustained by the “Symbolic Site of *Sertanejo* Domains,” whose schematic boxes are metaphorically presented as baskets. The “Basket of Myths, Memory and Life Trajectory” reveals backland workers of both sexes; they are honorable, courageous, Christian, non-hedonistic, and live a circular life trajectory. The “Conceptual Basket” presents a family-based community, with the husband at the forefront of subsistence labor; cattle are the moving force, the protein source, the raw material, and accumulators of riches; the typical educational structure is as inclusive as it is exclusive. The “Basket of Tools” offers two models of action: that of the family and that of the community founded on the neighborly solidarity that links the two models. This study recommends the breaking of the above-mentioned pact and a return to a kind of “courtship” that makes possible appropriate development. The metaphors of “pact” and “courtship” derived from Rosa’s novel structure the study’s interpretation of the *Sertão-Brasília* dynamic resulting from the fusion of horizons among: the metaphors, the theoretical basis of the work, and the life histories of the narrators. The metaphors constitute the interpretative texture. The pact that Riobaldo, the novel’s fictional

narrator, seeks with the Devil is Cartesian; it separates, reduces, and kills. The courtship is open and complex, full of uncertainty, contradictions, and seduction. Darcy Ribeiro (1995), Edgar Morin (1999), and Terry Eagleton (2005) deal with culture. Hassan Zaoual (2003), Martin Buber (1987), and Simone Weil (2001) classify the symbolic site of domains, community, and uprootedness. In light of the educational importance of an understanding of the complexity of these questions for future generations, I have included in my methodology the production of a video, which gives visibility to the "Site of *Sertanejo* Domains."

**Key Words:** backland culture; urbanization; sustainability; symbolic site of domains; appropriate development.



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: UMA TRAVESSIA LEVADA A TERMO?.....	16
--	----

### PARTE 1

O GRANDE SERTÃO-BRASÍLIA.....	29
-------------------------------	----

#### CAPÍTULO 1

OS TANTOS SERTÕES.....	29
------------------------	----

#### CAPÍTULO 2

GRANDE SERTÃO-BRASÍLIA: DOS CAÇADORES, COLETORES, CRIADORES E PLANTADORES AOS CAMINHÕES, ÀS METRÓPOLES E AOS AGRONEGÓCIOS .....	33
Os gerais do Seu Abel, as capoeiras de Naná e as pescarias do Seu Irineu.....	33
Preto assim... entre aspas.....	43
Presença européia: ócio, terra farta, escravidão e riquezas.....	45

#### CAPÍTULO 3

CAPITÃES, SESMEIROS, CORONÉIS E LATIFUNDIÁRIOS NO GRANDE SERTÃO-BRASÍLIA .....	49
Ouro, madeira, pedras preciosas e rapadura.....	49
Sertão: confins viáveis.....	52
Terra e poder.....	54
O Sertão dos jagunços.....	59
Coronéis, currais, poder e votos.....	62
O fole da sanfona sertaneja e a ciranda das terras.....	71

### PARTE 2

NAMOROS E PACTOS NO GRANDE SERTÃO-BRASÍLIA.....	78
---	----

#### CAPÍTULO 1

O NAMORO ENTRE O SERTÃO E BRASÍLIA.....	77
Fazendas, cidades, caminhos e caminhantes no Grande Sertão-Brasília.....	77
Entroncamentos e bocas de Sertão.....	82
O Sertão que esperou por Brasília.....	85
Expedições, marcos e promessas.....	88

#### CAPÍTULO 2

MODERNIDADES.....	92
O Diabo na rua: o desejo desmesurado dos modernos.....	92
Todos contra os acasos.....	94

#### CAPÍTULO 3

“PACTO DE MODERNIDADE”: O CERTO NO INCERTO NA HISTÓRIA DE BRASÍLIA.....	96
Modernidade, globalização e dívidas.....	102
Políticas públicas e pacotes tecnológicos: a perpetuação do “pacto de modernidade”.....	104
Modernidade e cultura.....	110

<b>CAPÍTULO 4</b>	
<b>BRASÍLIA: ESPERANÇAS E CONTRADIÇÕES NO CORAÇÃO DO SERTÃO.....</b>	<b>112</b>
Eu vou para a construção da Nova Capital do Brasil.....	112
Caminhões e aviões: o prenúncio das mudanças.....	114

<b>CAPÍTULO 5</b>	
<b>O FUTURO DO SERTÃO É PERECER? .....</b>	<b>119</b>
O desassossego e a bicharada.....	119
O desassossego, as águas, o sertanejo e a fome.....	122
A modernização e a expansão do Suçuarão.....	127
Modernização, êxodo e deterioração de valores.....	131

<b>PARTE 3</b>	
<b>MODERNIZAÇÃO, DESENRAIZAMENTO E DESASSOSSEGO.</b>	
.....	<b>134</b>

<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>ACUMULAÇÃO</b>	
<b>PRIMITIVA.....</b>	<b>134</b>
O Diabo na rua: cercas, lucros e salários.....	134
O Diabo no meio do redemunho: o fim da subsistência.....	137
Desenraizamento.....	141
Anseio pelo moderno, sedução pelo urbano.....	145

<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>MODERNIZAÇÃO, ACUMULAÇÃO PRIMITIVA E DESENRAIZAMENTO NA VILA DOS COUROS.....</b>	<b>146</b>
O moderno invade o Sertão da Vila dos Couros.....	150
O êxodo rumo à Nova Capital.....	154

<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>O SERTANEJAMENTO DE BRASÍLIA: TURBULÊNCIAS E ENCONTROS NA CONSTRUÇÃO DA CIDADE .....</b>	<b>158</b>
Segregação, favelização e luta pelo direito à moradia.....	158
Bandeirantes do século XX.....	161
Cidades de rebelião.....	165
Êxodo rural e ocupação desordenada de território.....	168
Populações dentro do ônibus.....	169
Frutos amargos do “pacto de modernidade.....	171

<b>CAPÍTULO 4</b>	
<b>GLOBALIZAÇÃO: PERDAS E GANHOS NUM SISTEMA DE SISTEMAS....</b>	<b>173</b>
Sertanejos: prisioneiros de imigrações e guetos.....	176
Os sertanejos e os mitos da modernidade.....	177
<b>PARTE 4</b>	

**QUEBRANDO A TV NO MACHADO: MODERNIZAÇÃO,  
GLOBALIZAÇÃO E RESISTÊNCIA CULTURAL .....180**

**CAPÍTULO 1**

**O SERTANEJO, SUA CULTURA, A MODERNIDADE E O MUNDO.....180**

**O Diabo no meio do redemunho e o fim do pacto.....183**

**CAPÍTULO 2**

**CANASTRA DOS MITOS, CRENÇAS, MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS DE  
VIDA... ..188**

**Sertanejo com muito orgulho.....188**

**Desobrigas e viagens missionárias: a visita do sagrado.....192**

**Rasteiras na vida.....195**

**Recordar é viver, não é?.....197**

**Eu sou quase um padre pra rezar.....198**

**Católicos não praticantes.....202**

**Vou morrer na minha terra, o povo lá é meu amigo.....204**

**CAPÍTULO 3**

**CANASTRA CONCEITUAL OU DO SABER SOCIAL, TEORIAS E  
MODELOS.....206**

**Eu lutei muito, criei muitos filhos.....206**

**A fazenda tinha que produzir de tudo .....211**

**Não tinha nem facilidade de tijolo.....212**

**Móveis de madeira roliça e grossa.....217**

**Pau pra toda obra.....219**

**No interior tem de saber tudo .....220**

**Colheita, sótãos, tulhas, surrões e sabões.....221**

**Fartura tamanho família.....225**

**Guloseimas e mais fartura.....230**

**A vidinha nossa era assim.....231**

**Meus filhos todos estudaram.....237**

**CAPÍTULO 4**

**CANASTRA DOS OFÍCIOS E MODELOS DE AÇÃO..... 242**

**Um sistema aberto-fechado.....242**

**“Treição”: trabalho, solidariedade e festa no Sertão.....246**

**É fácil quebrar um graveto sozinho.....248**

**Artesãos, parteiras e vaqueiros.....253**

**Criação também sente saudade.....256**

**O pré-histórico carro-de-bois.....262**

**Quando caíam as chuvas.....265**

**O capataz Damião “Mata Onça”.....267**

**CAPÍTULO 5**

**ANTIGO: O ATRASO QUE NINGUÉM QUERIA MAIS.....270**

**Raízes impedindo que o mundo desabe.....270**

<b>CAPÍTULO 8</b>	
<b>POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO SITUADO NO GRANDE SERTÃO-</b>	
<b>BRASÍLIA.....</b>	<b>273</b>
<b>Entre comigo no céu.....</b>	<b>273</b>
<b>Garapuava e o mundo.....</b>	<b>276</b>
<b>Ninguém consegue viver isolado.....</b>	<b>279</b>
<b>Arreadores, acampamentos e escolas enraizadoras.....</b>	<b>288</b>
<b>Essas poucas veredas, veredazinhas.....</b>	<b>291</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS: O SERTÃO É O MUNDO.....</b>	<b>294</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>298</b>

## LISTA DE FIGURAS

### PARTE 1

Figura 2.1: Evolução da população brasileira segundo a cor.....48

### PARTE 2

Figura 3.1: Crescimento da dívida externa brasileira..... 103

### PARTE 3

Figura 2.1: Relação área de cultivo e produção anual de soja no Município de Formosa, GO ..... 155

Figura 2.2: Casamentos e divórcios no Município de Formosa, GO..... 157

### PARTE 4

Figura 4.1: Comércio de gado e muares entre Goiás, Norte de Minas e Barretos, SP.....269

## **LISTA DE TABELAS**

### **INTRODUÇÃO**

**Tabela 1: Intermediadores, narradores e outras informações sobre a pesquisa.....20**

### **PARTE 3**

**Tabela 2.1: Condição de exploração das terras em Formosa, GO..... 152**

**Tabela 2.2: Distribuição das terras segundo o tamanho dos estabelecimentos agropecuários em Formosa, GO..... 153**

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

**a.C – Antes de Cristo**  
**ALCA – Área de Livre Comércio das Américas**  
**BA – Bahia**  
**BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento**  
**CR\$ – Cruzeiro**  
**EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária**  
**EUA – Estados Unidos da América**  
**GO – Goiás**  
**FMI – Fundo Monetário Internacional**  
**I e II PND – Primeiro e Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento**  
**I PLADESCO – I Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Cento-Oeste**  
**IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**  
**km – Quilômetro**  
**l/s – litros por segundo**  
**MG – Minas Gerais**  
**NAFTA – Acordo de Livre Comércio da América do Norte**  
**OMC – Organização Mundial do Comércio**  
**OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte**  
**PIB – Produto Interno Bruto**  
**POLAMAZONIA – Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia**  
**POLOCENTRO –a Programa de Desenvolvimento dos Cerrados**  
**PRODECER – Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados**  
**PROVAP – Programa de Valorização da Pequena Produção Rural**  
**SELIC – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia**  
**SP – São Paulo**  
**SUDECO – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste**  
**UnB – Universidade de Brasília**

## INTRODUÇÃO: UMA TRAVESSIA LEVADA A TERMO?

“A poesia Senhor Fidalgo, no meu modo de pensar, é como donzela terna e juvenil, em todo extremo formosa, e que tem o cuidado de enriquecer, embelezar e adornar outras muitas donzelas, que são todas as outras ciências, e ela se há de servir de todas, e todas se hão de autorizar com ela” [...] (Dom Quixote De la Mancha<sup>1</sup>)

“Foi o primeiro desses que encontrei, de romance, porque antes eu só tinha conhecido livros de estudo. Nele achei outras verdades, muito extraordinárias”. (Riobaldo<sup>2</sup>)

As idéias, aqui desenvolvidas, surgiram durante o seminário “A literatura `a luz da fé” promovido pelo Centro Cristão de Estudos (um departamento da Missão Social Evangélica – Comunicarte), em junho de 1996. Nessa oportunidade, a Dra. Mary Low Daniel, PhD, professora (aposentada) de Literatura da Língua Portuguesa na Universidade de Madison, Wisconsin, EUA, durante uma semana, quatro horas por dia, fez um apanhado da obra de João Guimarães Rosa, detendo-se no romance *Grande Sertão: Veredas*.

Entre 1992 e 1999, coordenando a Oficina do Cerrado do Museu Vivo da Memória Candanga, Núcleo Bandeirante, DF, ministramos curso de formação de educadores ambientais, com 180 horas aula e oferecido para professores da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. O programa consistia no estudo das características do Bioma Cerrado e o seu processo de ocupação, tendo como foco central, a construção e inauguração de Brasília. Com a leitura do romance roseano, o componente cultural conquistou mais espaço no programa do curso, aproximando temas relacionados com a cultura sertaneja e a dimensão cultural da sustentabilidade.

As idéias foram organizadas num anteprojeto de pesquisa, apresentado no concurso de seleção para o Mestrado em Políticas Públicas e Gestão Ambiental, do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, CDS-UnB. O objetivo era explicar porque o Cerrado não integra a lista dos biomas considerados patrimônios a serem preservados, conforme o Art. 225, § 4º da Constituição Federal, de 1988. Todavia, a leitura do *Grande Sertão: Veredas*, conduzia para um trabalho junto aos sertanejos, pois o que realmente se pretendia compreender, eram as interações entre Brasília e o Sertão, descrito no romance.

Então, já como aluno do CDS, o projeto de pesquisa foi reformulado, abraçando o objetivo de compreender as interações entre Brasília e o Sertão do *Grande Sertão: Veredas*,

---

<sup>1</sup> CERVANTES SAAVEDRA, Miguel de. **O engenhoso fidalgo D. Quixote de la Mancha – v. 2.** Tradução e notas de Eugenio Amado. Ed. 3. Belo Horizonte: Vila Rica, 1991.

<sup>2</sup> ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas.** In Ficção Completa v. 2. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1995.



sob as óticas histórica, cultural, ambiental e do desenvolvimento sustentável. Pela importância educativa da compreensão da complexidade destas questões para as novas gerações, a produção de um vídeo foi integrada ao método de trabalho.

Desta forma, no estudo, interpretamos e articulamos os depoimentos dos narradores mais velhos, dos seus filhos e netos residentes em Brasília; as questões da sustentabilidade; o romance roseano.

Metodologicamente, considerei as interações de saberes e experiências entre pesquisadores e pesquisados, definindo o argumento de que, ao ser construída no Sertão, Brasília sertanejou-se, e o Sertão modernizou-se. Nas agendas de gravação em vídeo, ele foi desmembrado em três grupos de lembranças-expectativas: o Sertão antes e depois de Brasília; turbulências causadas pela sua construção; perspectivas futuras dos sertanejos.

Os três narradores escolhidos e locais de suas moradas, foram, respectivamente: Abel Oliveira, Município de Sítio do Mato, na Bahia; Roselverte Antônio Pires, doravante chamado Seu Rosa, Município de Buritis, em Minas Gerais e Viriato de Castro Neto, Planaltina, Distrito Federal. Conheci o Seu Abel Oliveira, por intermédio de seu filho, Saulo Santana de Oliveira, colega de universidade e amigo, desde então. Já, o Seu Rosa, me foi apresentado por Vitalino Fonseca, advogado e fazendeiro do Município de Buritis, MG, a mim recomendado por Napoleão Valadares, também advogado, escritor e fundador da Associação dos Urucuanos em Brasília. Conheci o Seu Viriato, por meio dos técnicos da Emater, de Planaltina-DF. Por sua vez, este me apresentou o seu tio, Erasmo de Castro.

Entrevistei também os filhos e netos destes narradores, buscando compreender sua percepção destas interações entre Brasília e o Sertão, e da história de vida de seus antepassados. Foram eles: José Antônio Rocha, filho do Seu Rosa, residente no Guará-DF, sua esposa, Ivone Freitas Rocha e sua filha, Érica Rocha. Por parte do Seu Abel, seu filho, Saulo Santana Oliveira e sua neta, Ludimila de Castro Oliveira, que residem em Taguatinga, no Distrito Federal. Os critérios adotados na escolha destes entrevistados foram a proximidade de parentesco com os narradores mais velhos e sua disposição para participar da pesquisa.

Na interpretação dos resultados, adotei como parâmetro, o modelo de desenvolvimento embutido nas políticas públicas brasileiras e seu impacto sobre a cultura e o ambiente, considerando a interação entre as regiões abraçadas, abrindo o local para o mundo.

Do romance de João Guimarães Rosa, foram extraídas as metáforas do pacto e do namoro. Elas organizaram a interpretação das relações Sertão-Brasília, que se constituiu na fusão de horizontes entre as metáforas, a fundamentação teórica do trabalho e as narrativas obtidas na pesquisa de campo, ou seja, as metáforas respondem pela tessitura da interpretação.

O pacto é cartesiano, reduz e mata. O namoro é aberto, cheio de incertezas e seduções. Sendo complexo, conduz à sustentabilidade. Sertão-Brasília, o nome eleito para o estudo, é uma palavra composta, que representa os anelamentos constitutivos da travessia que se iniciava.

Com os resultados obtidos, surgiu a necessidade de aprofundamento da pesquisa e, mais uma vez, houve redefinição de objetivos, adaptação do método de trabalho à sua nova etapa, participação no exame de seleção para o curso de Doutorado em Política e Gestão Ambiental do CDS, UnB, dentre outras providências.

O projeto de pesquisa do doutorado se propunha a apresentar uma cultura sertaneja que resistiu ao processo de organização do sistema cultural, socioeconômico e político do Distrito Federal. Faria isso, a partir da documentação da história de vida de sertanejos residentes em Brasília e outras regiões administrativas. Como objetivos específicos, identificar as formas de resistência da cultura sertaneja, frente à urbanização intensificada com Brasília; e promover a comunicação entre diferentes gerações e culturas, organizando os resultados da pesquisa num documentário videográfico.

Tais objetivos apontavam para a comprovação da hipótese de que a cultura sertaneja resistiu à desconstrução e desenraizamento intensificado por Brasília, concomitante à busca de respostas para as perguntas: de que maneiras os sertanejos têm reagido às imposições introduzidas pelo êxodo rural e à urbanização imposta ao Sertão? Que ajustes, envolvendo os sertanejos, culminaram na atual organização socioeconômica, cultural e política do Distrito Federal? Que heranças do modo de vida dos sertanejos podem ser observadas nas regiões administrativas do DF?

Para tanto, foram consideradas as transformações ocorridas no Sertão do *Grande Sertão: Veredas*, a partir do início do século XX, tempo alcançado pelo romance roseano e pelas histórias de vida dos entrevistados. Adotou-se Brasília, como a síntese dos processos que definiram os novos rumos da história brasileira e, principalmente, neste pedaço de Sertão; o Distrito Federal inserido no território riobaldiano, que compreende o Norte de Minas Gerais, Sudoeste da Bahia, Sul do Tocantins e Nordeste de Goiás.

Entrevistamos sertanejos residentes em Brasília e nas demais cidades do Distrito Federal. Os principais critérios que definiram a escolha dos mesmos, constavam da espera e expectativas com relação à chegada da Nova Capital; do acompanhamento e participação na sua construção; do entendimento da organização da atual realidade sócio-ambiental do universo geográfico do estudo.

Os contatos com os narradores aconteceram por intermédio de amigos, cuja proximidade com estes sertanejos se deve a laços familiares, de amizade ou de origem. A

Tabela Introdução 1, na página 20, apresenta as pessoas que intermediaram as entrevistas, os narradores por elas apresentados, suas cidades de origem, a Região Administrativa onde residem e as datas de gravação das entrevistas em cassete e vídeo.

Dirigimo-nos aos narradores como senhores, senhoras, professores ou doutores, tratamentos que emergiram, naturalmente, a partir das interações e vínculos estabelecidos. A maioria deles nos tratam como professor Estevão, ou, simplesmente, professor.

Como colaboradores, intermediando as entrevistas, tivemos a Professora Clarice Valadares Durães, colega de trabalho na Escola da Natureza, durante o Mestrado, que nos apresentou o Doutor Napoleão Valadares, contribuindo conosco, desde o início da pesquisa; a Dona Ana Palmira Ortiga, sertaneja de Pirapora, MG, comerciante da moda feminina em Brasília e amiga da família, já há alguns anos; a Professora Rosana Gonçalves da Silva, também integrante da equipe da Escola da Natureza.

Outros intermediadores, os professores da Rede Pública de Ensino do DF, que se matricularam no Curso de Formação de Educadores Ambientais, oferecido pela Escola da Natureza, em parceria com a CIEA-DF e EAPE (respectivamente, Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Distrito Federal e Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal). No curso, oferecemos um módulo de 30 horas aula, Sustentabilidade Ecológica e Diversidade Cultural, que consistia na discussão dos temas abordados pelo vídeo e dissertação Sertão-Brasília (MONTI, 2002). As turmas de Brazlândia e Sobradinho nos indicaram alguns sertanejos. Marta Marques, por exemplo, filha do Seu Miguel José Marques, era aluna do referido curso, na cidade de Sobradinho, DF.

A Professora Eva Elizabete Romoaldo Ribeiro foi colega de trabalho no Centro de Ensino Fundamental Caseb, Brasília-DF.

Nas entrevistas, buscou-se alcançar o “tempo dos antigos”, a transição para a modernidade e suas perspectivas futuras.

As entrevistas abordaram os detalhes e as pessoas, a fim de integrá-las numa visão que abranja, em princípio, todos os aspectos da cultura, bem como as características do grupo social, situando-o, tanto na perspectiva histórica, quanto no complexo de problemas que, hoje, caracterizam suas vidas e perspectivas futuras.

O roteiro de entrevista conduziu para a definição da quantidade e da qualidade das necessidades a serem satisfeitas; da organização social necessária para esta satisfação; da percepção das mudanças dos vínculos entre o homem e o meio natural para satisfação das

**Tabela Introdução1: Intermediadores, narradores e outras informações sobre a pesquisa**

<b>INTERME- DIADORES</b>	<b>NARRADORES</b>	<b>ORIGEM</b>	<b>RESIDÊNCIA</b>	<b>GRAVAÇÃO CASSETE</b>	<b>GRAVAÇÃO VÍDEO</b>
Doutor Napoleão Valadares	1) Alina Oliveira de Carvalho (Lina)	Arinos-MG	Brasília – Lago Sul	02/09/05	-
	2) Elisa Oliveira de Carvalho	Arinos-MG	Taguatinga Norte	21/09/05	
	3) Irineu da Silva Prado	Buritis-MG	Brasília – Asa Norte	28/9/05	28/02/06
	4) Doutor Lourenço Ferreira do Prado	Buritis-MG	Brasília – Lago Sul	23/1/06	11/04/06
	5) Maria Vani Valadares	Arinos-MG	Sobradinho II	14/09/05	25/03/06
	Valquíria Cezar Valadares (Naná)	Arinos-MG	Sobradinho II	14/09/05	25/03/06
	6) Maria Violeta Valadares Corrêa	Arinos-MG	Núcleo Bandeirante	23/09/05	-
	7) Doutor Murat Valadares	Arinos-MG	Brasília – Asa Sul	03/09/05	25/02/06
	8) Onofre Ferreira do Prado	Buritis-MG	Condomínio Santos Dumont – RA Santa Maria	31/08/5	27/02/6
	9) Otoniel Rodrigues de Amorim	São Francisco-MG	Taguatinga Norte	01/10/05	10 e 11/12/05
	10) Francisca Correia Amorim	Buritis-MG	Taguatinga Norte	01/10/05	10 e 11/12/05
Dona Ana Palmira Ortiga	11) Hélvia Maria Teixeira	Montes Claros-MG	Brasília – Asa Norte	19/10/05	01/03/2006
Professora Hélvia Maria Teixeira	12) Ângela Maria Mendes	Montes Claros-MG	Condomínio Grande Colorado – RA Sobradinho	08/02/06	24/03/06
	13) Therezinha Demaria Mendes	Montes Claros-MG	Brasília – Asa Norte	-	24/03/06
Professora Rosana Silva	14) Antonio João dos Reis	Luziânia-GO	Brasília – Asa Sul	17/08/06	14/03/06
	15) Lourdes de Jesus Rodrigues Reis	Luziânia-GO	Brasília – Asa Sul	17/08/06	14/03/06
Seu Viriato de Castro	16) Seu Erasmo de Castro	Planaltina, hoje DF	Planaltina-DF		13/04/06
Estevão Monti	17) Eva Elizabete Romoaldo Ribeiro	Unaf-MG	Brasília – Asa Norte	14/10/05	Plantio em 22/10/05 e pamonhada em 17/02/07
	18) Maria de Loudes da Costa Vale	Unaf-MG	Brasília – Asa Norte	-	
Alunos de Brazlândia	19) João Feliciano da Silva (João Dobrinha)	Planaltina, hoje DF	Brazlândia	22/10/05	21/04/06
	20) Osmar Feliciano da Silva	Planaltina, hoje DF	Brazlândia	22/10/05	21/04/06
	21) João Pereira dos Santos	Luziânia-GO	Brazlândia	22/10/05	-
	22) Leonardo Carlos de Oliveira (Neném)	Currãozinho-GO	Brazlândia	19/11/05	-
	23) Leonora de Oliveira	Currãozinho-GO	Taguatinga Norte	19/11/05	-
Marta Marques	24) Miguel José Marques	Unaf-MG	Sobradinho	06/8/06	26/03/06

novas necessidades impostas pelos fenômenos da modernização, urbanização e consumismo; dos mínimos vitais e sociais dos grupos, dos quais fazem parte, para que não haja fome e anomia.

Sem desprezar as características dos depoentes, no detalhamento dos roteiros de entrevistas, investigou-se: a dieta alimentar; a obtenção dos alimentos; as perdas e ganhos para a dieta, por exemplo; as alterações nas relações com o meio ambiente, ou espaço, que o trabalho agrícola, a caça, a pesca e a coleta ocupam hoje na vida do sertanejo; as formas de estocagem; tabus alimentares e etiqueta; o morar (a casa, o mobiliário e os eletrodomésticos); a concentração de vizinhança; a estrutura familiar (casamento, filhos, instabilidade da estrutura familiar); as técnicas de fabricação e manejo dos artefatos, utensílios e armas; o vestuário; os meios de transporte; a educação; a saúde; a religiosidade; a música; o ajuste das relações sociais e políticas; e as histórias ou mitos estruturadores da comunidade.

Com o objetivo de complementar as informações coletadas, realizou-se uma expedição ao Sertão do Norte de Minas Gerais, com duração de cinco dias, e partida para Arinos, no dia 16 de novembro de 2006. Foram convidados: Luiz Ernesto Borges de Mourão Sá, Presidente do Instituto de Desenvolvimento Ambiental (IDA) e Henrique Silveira Rabelo, estudante secundarista e colaborador com a pesquisa, na captura das imagens videográficas. Em Arinos, Napoleão Valadares nos recebeu em sua fazenda, onde o entrevistamos. No mesmo dia, partimos para a Chapada Gaúcha, MG, onde nos hospedamos na sede da Funatura, ONG ambientalista que atua na região, a partir do Programa Grande Sertão: Veredas. No dia 17/11/2006, entrevistamos José Corrêa Quintal (Zézo), Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais Assalariados e Agricultura Familiar, da Chapada Gaúcha, MG e da Cooperativa Regional de Produtores Agrosilvoestrativistas Sertão:Veredas. No mesmo dia, visitamos o Vão-do-Buraco, escarpas da Chapada Gaúcha onde vive a comunidade tradicional, da qual Zézo é filho, e um dos líderes. No dia 18/11/2006, visitamos o Parque Nacional Grande Sertão: Veredas. No dia 19/11/2006, viajamos para Buritis, MG, tendo a oportunidade de gravar as explicações dadas pelo Seu Osmar da Costa Vale, acerca das partes do carro-de-bois. No dia 20/11/2006, filmamos o trabalho com um carro-de-bois, na fazenda do Seu João Batista de Melo. Na tarde de 20/11/2006, retornamos à Brasília.

Após o contato com os sertanejos e definição da agenda das entrevistas, fizemos as gravações das mesmas, em fitas cassete e as transcrições. Depois, veio a construção dos roteiros de gravação em vídeo, gravação, decupagem e edição. Finalmente, os depoimentos coletados integraram-se à redação da tese.

Para a documentação videográfica das histórias de vida dos sertanejos, os professores José Walter Nunes, Marta L. Sinoti e Nancy Aléssio Magalhães, pesquisadores do NECOIM-CEAN-UnB<sup>3</sup>, propõem a metodologia que prevê

fases específicas de gravação em fita cassete, de gravação em vídeo e de edição. Elas se articulam entre si, uma vez que tanto a gravação como a edição em vídeo são frutos dos conhecimentos adquiridos e produzidos ao longo da pesquisa. São também integrantes fundamentais desse processo, informações obtidas em situações imprevistas, do acaso, e que se transformam também em dados de interpretação na realização deste trabalho. (NUNES; MAGALHÃES; SINOTI, 2000: 1147)

Considerando tal método, os roteiros para gravação em vídeo e edição emergiram da interpretação das entrevistas e da fundamentação teórico-filosófica, adotada para a redação da tese. Um dos principais parâmetros usados na interpretação dos resultados, foi o romance *Grande Sertão: Veredas*, de João Guimarães Rosa.

É importante ressaltar que alguns narradores só gravaram entrevistas em cassete, enquanto outros, só em vídeo. O Seu Erasmo de Castro é um exemplo, pois, por problemas de saúde, só gravou em vídeo, inclusive vindo a falecer, meses após a gravação. Outros, só gravaram em cassete por timidez, ou outras limitações.

Partindo do argumento de que a cultura sertaneja resistiu à urbanização e ao desenraizamento intensificado por Brasília, o roteiro de edição se calcou no tripé sustentado pelo encontro do moderno com o antigo, sendo permeado pela solidariedade. Ao longo do documentário, a presença do carro-de-bois, por exemplo, contracenando com o Jipe e outros veículos automotores, representam, não apenas a tensão resultante, mas a modernização do Sertão e o sertanejamento de Brasília. A solidariedade é manifesta na organização e realização dos folguedos, exemplificados pela Folia dos Santos Reis e pela Festa do Divino, ou na organização de uma cooperativa sertaneja. Um dos grandes sintomas de modernização do Sertão é a ausência do carro-de-bois. Sua filmagem só foi possível, graças ao espírito solidário de sertanejos, como o Seu Osmar da Costa Vale, o Seu João Batista de Melo e Vitalino Fonseca Júnior, urucuianos do Município de Buritis, MG.

No seu *Prelúdio*, o documentário *As Veredas do Grande Sertão-Brasília* apresenta um Sertão ocupado por Brasília, um sonho para os sertanejos; acampamentos do MST; vaqueiros, caminhoneiros; carros-de-bois, um transporte pré-histórico, objeto de desejo e adorno; folias presentes no Distrito Federal e Entorno; e por aqueles que sonharam e participaram da construção de uma nova realidade que, em boa parte, frustrou as expectativas.

---

<sup>3</sup> Núcleo de Estudos da Cultura, Oralidade, Imagem e Memória do Centro de Estudos avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília, NECOIM-CEAN-UnB.

A *Primeira Parte: Memória, Mitos e Trajetória de Vida* relata a participação daqueles que representam os mitos, que prepararam o Sertão para as mudanças que avizinhavam sua existência. Carreiros, caminhoneiros, padres, reverendos e fiéis. Pessoas comuns, participantes da construção de um sistema social, sobre o qual, lançaram raízes profundas.

O *Saber Social, Teorias e Modelos* são ilustrados na *Segunda Parte* do documentário. O relato de um modo de vida marcado pela obediência, respeito aos ancestrais e trabalho de todos, na obtenção da subsistência. A lida na roça e com o gado, a caça, a pesca e a solidariedade garantiam o sustento. A escola, que educava, também discriminava os menos favorecidos.

Na *Terceira Parte* são apresentados os *Ofícios e Modelos de Ação*. A ciência do carro-de-bois e do manejo do Cerrado, a administração das fazendas que produziam, praticamente, tudo, usando tecnologia simples, barata e sustentável, apresentados por sertanejos alegres, musicais e festivos e que, dificilmente, se abatem diante das dificuldades.

O *Epílogo* comprova a resistência cultural sertaneja com o modo de vida de sertanejos, que têm consciência das pressões exercidas pela modernização, globalização e hegemonia liberal, porém não se fechando para as possibilidades oferecidas.

A referência teórica adotada para o roteiro de edição do documentário *As Veredas do Grande Sertão-Brasília* é o conceito de Sítio Simbólico de Pertencimento, apresentado por Hassan Zaoual (2003). Dada a interação dos depoimentos dos narradores, bem como a complexidade resultante, nem sempre a organização do texto da tese coincide com a apresentada no vídeo. Todavia, vale lembrar que a redação da tese e edição do vídeo andaram juntas e que, do encontro e interação entre as duas linguagens, emergiram idéias e respostas às questões, até então em aberto.

Os créditos são ilustrados por seqüências do *making off* que ilustram parte do método de trabalho adotado.

A trilha sonora do vídeo "*As Veredas do Grande Sertão-Brasília*" é fruto da afinidade pelo tema deste trabalho, manifestada por professores da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. A música tema "*Brasília Cidade Sertão*", foi composta pela professora Giselle Sprovieri, após participação na apresentação da nossa Dissertação na Escola da Natureza. Participaram da gravação os professores Wagner de Faria Santana e Lilson Simas Pelegrini. Deste, temos também a composição e interpretação de "*Ser Tão Bom*" e "*Asas*", músicas que completam a trilha sonora do documentário. Estes professores adotam a música como recurso didático-pedagógico, colocando-a a serviço do enraizamento da Educação Ambiental no Distrito Federal.

A caracterização do “tempo dos antigos” e da cultura sertaneja foi feita, a partir dos depoimentos dos sertanejos entrevistados e da documentação videográfica dos mesmos; de pesquisa bibliográfica - que incluiu a leitura e interpretação do romance de João Guimarães Rosa; e de pesquisa nas prefeituras de Luziânia (antiga Santa Luzia), Formosa (antiga Vila dos Couros), cidades do Sertão goiano, próximas de Brasília.

Nestas cidades, foram investigados documentos, publicações, fotografias e objetos históricos das décadas de 1920, 1940 e 1950, referentes à população; ao uso dos recursos naturais; comércio; arquitetura e urbanismo; principais festas religiosas, cívicas, etc; saúde; educação; e produção cultural.

O aprofundamento da clarificação hermenêutica do romance *Grande Sertão: Veredas* se deu, a partir da leitura de autores dedicados à sua exegese, considerando o caráter épico e profético, manifesto por Riobaldo, o narrador da trama: “Ah, tempo de jagunço tinha mesmo de acabar, cidade acaba com sertão. Acaba?” (ROSA, 1994, v. 2: 110). Destes, podemos citar: Antonio Cândido (1994), Kathrin Rosenfield (1993), Ronaldo de Melo Souza (1977), Tânia Rebelo Costa Serra (1990), Walnice Nogueira Galvão (1983) e Willi Bolle (2001).

Pela sua eficácia, o uso de metáforas extraídas do romance roseano, seja na interpretação e comparação dos resultados, ou na construção do conceito de sustentabilidade, continuou sendo adotado, como método de trabalho. Da mesma forma, autores como Dante Alighieri (1988), e J. R.R. Tolkien (1986), trouxeram grande contribuição na tessitura da interpretação dos resultados obtidos na pesquisa, conforme epígrafe desta introdução.

A definição da matriz sertaneja, resultante da miscigenação entre índios, negros e europeus e sua cultura, foi aqui construída, com as conclusões de autores, como Antonio Candido (2001), Capistrano de Abreu (2000), Darcy Ribeiro (1995), Gilberto Freyre (2005), Josué de Castro (2003), Paulo Bertran (1994) e Sérgio Buarque de Holanda (2004). Candido (2001), foi determinante, com seus estudos relativos à cultura caipira, que está na raiz da organização da sociedade sertaneja. Abreu (2000), e Ribeiro (1995), definem esta cultura, contextualizando-a na diversidade cultural brasileira, evidenciando, com a ajuda de Bertran (1994), o espaço e a importância da lida com o gado na sua gênese. Freyre (2005) e Holanda (2004), se dedicam a descrever, respectivamente, a participação dos negros, indígenas e do português na definição da matriz sertaneja. Castro (2003), compara a dieta sertaneja com as de outras regiões brasileiras.

A posse da terra, como fator determinante no jogo de poder, na organização política brasileira e do Sertão, é tema desenvolvido por Eric J. Hobsbawm (1975), Jacques Lambert (1959), Luiz Tarley Aragão (1993), Raimundo Faoro (2000) e Victor Nunes Leal (1997). A



definição do papel dos coronéis e seus latifúndios, o seu domínio sobre os territórios e as pessoas, os municípios, estados e sobre boa parte da história do Distrito Federal foi feita, a partir destas leituras. Hobsbawm (1975), Guimarães Rosa (1994) e Willi Bolle (2001), buscam elucidar o papel dos jagunços e cangaceiros, no equilíbrio de forças numa terra sem lei, onde quem manda é o mais forte. Faoro (2000), se detém na descrição da gênese do nosso sistema patrimonial e fortalecimento das nossas elites.

Celso Furtado (1989), George Lakoff e Mark Johnson (1980), Ignacy Sachs (2000), Juscelino Kubtschek de Oliveira (1975), Padre Henrique C. de Lima Vaz (1991) e Walnice Galvão (1972, 1983), são autores que possibilitaram a construção do conceito do “pacto de modernidade”, o pacto que trouxe, simultaneamente, desenvolvimento e desassossego para o os sertanejos. Vaz (1991), conceitua modernidade, alinhando as interações entre o pacto e a crise da ciência moderna, cujas raízes são paradigmáticas. Furtado (1989), torna claro o crescimento exorbitante da dívida externa e Sachs (2000), vincula os prejuízos econômicos com as seqüelas na cultura local, decorrentes de políticas definidas por um Estado atrelado a interesses alienígenas.

O cenário para a tese de que a cultura sertaneja resistiu à desconstrução e ao desenraizamento intensificado com Brasília, foi montado com a participação dos autores citados até aqui e por Karl Marx (2005), Karl Polanyi (2000), Martin Buber (1987), Rosa de Luxemburg (1976), Simone Weil (2001) e Zygmunt Bauman (2003). Estes descrevem as origens do capitalismo e sua evolução, até a proposta neoliberal globalizada e hegemônica. Dentre as conseqüências do processo que alavancou o “moinho satânico”, o desenraizamento e a redução das relações à palavra fundante *Eu-Iso*, são o grande desafio à resistência cultural aqui discutida. Laura Maria Goulart Duarte (2002), contextualiza estes processos, ao nível das frentes de expansão que avançam no Sertão.

Os sítios simbólicos de pertencimento, com suas caixas conceituais e de ferramentas definidas por Hassan Zaoual (2003), aqui metaforizadas por canastras, oferecem elementos fundamentais para comprovação da tese de que a cultura sertaneja resistiu a tal desastre transformador. Boaventura de Sousa Santos (2002, 2003), oferece exemplos de ações contra-hegemônicas, que possibilitariam ao “Sítio Simbólico de Pertença Sertanejo” sair de sua latência, fator importante para a quebra do “pacto de modernidade”.

Na redação da tese, os encontros e diálogos entre este arcabouço teórico-filosófico, os depoimentos de nossos narradores e a narrativa riobaldiana foram organizados em quatro partes: O Grande Sertão-Brasília; Namoros e Pactos no Grande Sertão-Brasília;

Modernização, Desenraizamento e Desassossego; e Quebrando a TV no Machado: Modernização, Globalização e Resistência Cultural.

Na primeira parte, **O Grande Sertão-Brasília**, o Sertão é definido como um território que apresenta limites geográficos claros, ou seja, como definido anteriormente, o Sertão do *Grande Sertão: Veredas* equivale ao Norte de Minas, Sudoeste da Bahia, Sul do Estado do Tocantins e Nordeste de Goiás. É coberto, predominantemente, pelos biomas Cerrado e suas veredas, campos e matas, bem como pela Caatinga e sua hostilidade aparente. Plantas, bichos, gentes, casas e caminhos dão forma a um universo de incertezas. “O senhor tolere, isto é o sertão. Uns querem que não seja: que situado sertão é por os campos-gerais a fora a dentro, eles dizem, fim de rumo, terras altas, demais do Urucuia. Toleima” (ROSA, 1994, v. 2: 11).

As gentes, percorrendo os caminhos do Sertão, nunca deixaram de encontrar água, alimento e abrigo, desde, aproximadamente, 11.000 anos antes do presente. Das interações e o seu ambiente, construiu-se uma cultura que desembocou na organização da grande nação Jê, ou Tapuia, que recebeu Tupis Guaranis, europeus e africanos que chegaram, respectivamente, em busca de abrigo, riquezas ou para trabalhar como escravos na lavra do ouro.

Do encontro e miscigenação destas raças e culturas constitui-se, então, o Sertão, sistema socioeconômico, cultural e político que define uma paisagem marcada por fazendas circundadas por um colar de pequenas cidades, suporte em comércio, educação e outros serviços, que melhoram, em qualidade, naquelas de maior porte, as chamadas cidades bocas-de-sertão. Estas fazendas, principalmente, os grandes latifúndios, derivados das sesmarias, são domínio dos coronéis e seus jagunços, coronéis estes donos da terra, das pessoas e da política, paradigma de dominação que vem da colonização portuguesa e que permeia todas as relações. Como no movimento do fole da sanfona sertaneja, ora as terras se concentram por herança, casamento ou negócios duvidosos, ora diminuem pelas mesmas causas. Este é o universo percorrido pelos jagunços, que lutavam por uma suposta justiça.

A Parte 2, **Namoros e Pactos no Grande Sertão-Brasília**, apresenta um sistema socioeconômico, cultural e político, cuja paisagem é marcada por pequenas cidades interligadas por fazendas de agricultura de subsistência, pecuária extensiva e que esperava por Brasília. Por outro lado, as idéias mudancistas e os sinais da chegada da nova capital alimentaram o namoro entre o Sertão e o poder central sediado na paisagem atlântica.

O sonho é concretizado no período JK, tempo em que é fechado um “pacto de modernidade” com a capital e a tecnologia internacional, reduzindo a cultura sertaneja a nada. Isto trouxe desenvolvimento e desassossego para os sertanejos. Os governos posteriores concordaram com o pacto e o fortaleceram, o que desembocou na realidade social,

econômica, ecológica e política, da qual fazemos parte. Desenvolvimento é significado de meios de transporte eficientes, escolas e hospitais, enquanto o desassossego se manifesta na perda de biodiversidade, iminente colapso dos recursos hídricos e ocupação desordenada do território.

Na Parte 3, **Modernização, Desenraizamento e Desassossego**, a acumulação primitiva é estratégia de expansão capitalista que aniquila a economia de subsistência, reforçando o desejo desmesurado das pessoas, desenraiza e promove o êxodo rural. Isto é exemplificado pela história de Formosa, antiga Vila dos Couros, município que tem experimentado os impactos positivos e negativos trazidos pela cidade grande. Brasília incha, são criadas as cidades satélites, a partir da rebelião dos sertanejos, que estavam sendo forçados a voltar para sua terra, na medida em que a capital ia sendo construída. Este fato representa, não apenas a citada negação da cultura sertaneja, mas também a resistência, perante a exclusão.

A globalização amplia o êxodo e, hoje, muitos sertanejos, vítimas dos mitos da modernidade, vivem em guetos nas periferias dos grandes centros urbanos dos países ricos.

A quarta parte do trabalho, **Quebrando a TV no Machado: Modernização, Globalização e Resistência Cultural**, define cultura como modo de vida, um patrimônio informacional constituído por saberes, perícias, regras e normas próprias duma sociedade, cujas raízes se nutrem no sítio simbólico de pertencimento, que segundo Zaoual (2003), garante a sustentabilidade, pois é dotado de poder quase indestrutível de recomeço e regeneração.

O “Sítio Simbólico de Pertença Sertanejo” foi organizado, a partir da história de vida dos nossos narradores e da bibliografia consultada. Esquemáticamente, ele é formado por caixas que, aqui, são, metaforicamente, definidas como canastras. São elas: Canastra dos Mitos, Crenças, Memórias e Trajetórias de vida; Canastra Conceitual ou do Saber Social, Teorias e Modelos; e Canastra dos Ofícios e Modelos de Ação.

Referenciado em seu sítio simbólico de pertença, o sertanejo se sente em casa, pois o Sertão está na sua alma. Todavia, tal sítio de pertença encontra-se latente, manifestando-se na ampliação de espaços democráticos. São exemplos, o cooperativismo sertanejo e as escolas enraizadas.

As **Considerações Finais: o Sertão é o mundo**, fecham a tese, abrindo janelas para a cultura sertaneja, que resistiu à modernização. Mas o “pacto de modernidade” também resistiu ao tempo, assumindo dimensões globais. “O Diabo na rua, no meio do redemunho” (ROSA, 1994, v. 2: 13). A proposta final é o retorno ao namoro, atentando para o local e suas peculiaridades, sem perder de vista a perspectiva global.

Sendo assim, tais considerações, longe de representar o fim de um processo, levam ao ponto de partida para outros, travessia que parta do Sertão-Brasília, em busca de um sistema socioeconômico, ecológico, político e cultural, livre de pactos semelhantes ao da modernidade. Que seja a busca de um modelo de vida, em que os sertanejos, com os pés firmes em seu “Sítio Simbólico de Pertença” participem da sua gênese, organização e perpetuação, fortalecendo o seu enraizamento. No dizer de Riobaldo,

Nonada. O diabo não há! É o que eu digo, se for... Existe é homem humano.  
Travessia. (*Ibid.*: 385).

## PARTE 1

### O GRANDE SERTÃO-BRASÍLIA

“...naquele tempo era um Sertão forte mesmo.” (*Viriato de Castro*)

#### CAPÍTULO 1

#### OS TANTOS SERTÕES

“... O sertão aceita todos os nomes: aqui é o Gerais, lá é o Chapadão, lá acolá é a caatinga.” (*Riobaldo*<sup>4</sup>)

“É que eu sou antes de mais nada este ‘homem do sertão.’” (*João Guimarães Rosa*<sup>5</sup>)

O *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* define o sertão como sendo a “Zona pouco povoada do interior do País, em especial do interior semi-árido da parte norte-ocidental, mais seca do que a caatinga, onde a criação de gado prevalece sobre a agricultura, e onde perduram tradições e costumes antigos” (FERREIRA, 1986: 1577). Detalhando um pouco mais, Walnice Galvão o define como “uma vasta e indefinida área do interior do Brasil, que abrange uma boa parte dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Goiás e Mato Grosso. [...] Sua continuidade é dada mais pela forma econômica predominante, que é a pecuária extensiva, do que pelas características físicas, como tipo de solo, clima e vegetação” (GALVÃO, 1972: 25).

Buscando tal definição, Euclides da Cunha (1995) usou de rigor científico e o fez do ponto de vista de um observador que sobrevoa o objeto do seu estudo, mantendo-se assim distante dele. Partindo do litoral, passa por Minas Gerais, avista Goiás e descreve esta região sertaneja como “... a paragem formosíssima dos campos gerais, expandida em chapadões ondulantes – grandes tablados onde campeia a sociedade rude dos vaqueiros...” (CUNHA, 1995: 105), paisagem que se estende até a Chapada Diamantina, no Estado da Bahia.

Estamos nos limites entre os campos gerais e os sertões do Norte, limitados “de uma banda, abrangendo dois quadrantes, em semicírculo, o rio São Francisco; e de outra, encurvando também para sudeste, numa normal à direção primitiva, o curso flexuoso do Itapicuru-açu” (*Ibid.*: 106). Esta é uma região de *agreste*, marcada pela caatinga e que se constitui no cenário de “*Os Sertões*”, obra literária de Euclides da Cunha, que se coloca entre as mais expressivas da literatura brasileira e na qual é narrada a saga de Antônio Conselheiro.

<sup>4</sup> ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. In **Ficção completa em dois volumes**, v. 2. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

<sup>5</sup> LORENZ, Gunter. Diálogo com Guimarães Rosa. In ROSA, João Guimarães. **Ficção completa em dois volumes**, v. 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. p. 27-61.

No seu centro, encontra-se a serra de Monte Santo, onde se avista do alto, o rio Vasa Barris, no sertão de Canudos.

Conforme Euclides da Cunha, o sertanejo é um produto de mestiçagens entre o branco, o negro e o índio, com dosagem preponderante do sangue tapuia. Desta mistura, emerge uma população feita com um molde único, com pequenas variações entre o mameluco bronzeado e o cafuz trigueiro. Ela produz um homem “desgracioso, desengonçado, torto... O andar sem firmeza, sem aprumo, quase gingante e sinuoso, aparenta a translação de membros desarticulados” (*Ibid.*: 179).

Por outro lado, abrindo mão do distanciamento exigido pelo rigor científico, na busca de compreensão, João Guimarães Rosa se aproxima do sertanejo, penetra no seu universo existencial, identifica-se com ele e cede-lhe a palavra. Riobaldo, o narrador *do Grande Sertão Veredas*, e que será citado durante todo o desenvolvimento desta tese, sugere: “Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade” (ROSA, 1994, v. 2: 11).

Diferente de Euclides da Cunha, a postura do poeta Guimarães Rosa é a de quem se interessa pelos horizontes de saberes, pensares e fazeres dos sertanejos. Interpretando-os a partir da sua compreensão, define sua identidade sertaneja, revelada em conversa com Gunter Lorens: “[...] sou um sertanejo e acho maravilhoso que você deduzisse isso lendo meus livros, porque significa que você os entendeu” (*Ibid.*: 30).

Nos encontros de Guimarães Rosa com os vaqueiros com quem conversou enquanto tocava boiadas pelo sertão, simultaneamente aconteceram encontros de horizontes, para os quais a intenção não era enquadrá-los, mas alargá-los. Gadamer denominou este processo de “fusão de horizontes”, pois a linguagem usada na interpretação representa um momento estrutural da mesma. Na realidade, esta fusão de horizontes aconteceu ao nível de fusão de linguagens.

O conceito apresentado por Riobaldo/Rosa é um modo psicológico, sociológico, antropológico, ou seja, um modo complexo de conhecimento, que emerge da vida livre do sertanejo que não se deixa seduzir e/ou reduzir por nenhuma destas áreas do conhecimento, nem tampouco negar nenhuma delas. O que se busca não é o saber sistemático, o conhecimento abstrato ou a sabedoria libresco. Como ficou bem pontuado por Kathrin Hosenfield, o que Riobaldo admira mesmo é “o saber-perceber e o saber-interpretar os signos contraditórios e confusos, que são as coisas e os fenômenos do mundo e da vida” (ROSENFELD, 1993: 193).

Riobaldo apresenta-se como um ser ambíguo ao tornar-se um herói, por ter posto um fim na jagunçagem, sendo ele mesmo um jagunço. Um valente, que tira a sua coragem do medo e que se curva diante do mistério da vida, ao afirmar de forma recorrente que “Viver é negócio muito perigoso” (ROSA, 1994, v. 2: 12).

Por isso, o sertão de Riobaldo não é tão bem delimitado, quanto o descrito por Euclides da Cunha. Riobaldo usa o advérbio *onde*, o que nos leva a lugar algum ou a qualquer lugar: “Lugar sertão se divulga: é *onde* os pastos carecem de fechos; *onde* um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e *onde* criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade” (*Ibid.*: 13). A sua localização vai depender da subjetividade de quem fala sobre o *lugar sertão* e que é fruto da sua interação com ele. As definições dos narradores que participaram da minha pesquisa de mestrado (MONTI, 2002), não são diferentes. Nas palavras do saudoso Seu Rosa, sertanejo urucuiano do Município de Buritis, Minas Gerais, o Sertão é “um lugar pouco habitado e sem transporte”. O Seu Viriato, planaltinense de nascimento, completa afirmando que “naquele tempo era um sertão forte mesmo, o único transporte que tinha era o carro de boi ou o cavalo”. O Seu Abel, que vive no sertão baiano, compreende o Sertão como “um lugar de solidão”.

Porém, quem lê o romance *Grande Sertão: Veredas* debruçado sobre o mapa da região nele descrita, é capaz de identificar a maioria dos topônimos e o risco aproximado das cavalgadas. Alan Viggiano fez isso, e constatou durante os seus estudos e viagens, que existe uma fidelidade quase absoluta entre os lugares citados por Rosa e a realidade geográfica. Ao final de sua pesquisa, Viggiano conclui que “Os córregos, lagos, veredas, vilas, povoados e cidades têm existência real no Norte de Minas, Sudeste de Goiás e Sudoeste da Bahia” (VIGGIANO, 1978: 4).

O território descrito por Guimarães Rosa cobre principalmente Minas Gerais. É caracterizado por “campos gerais”, definição dada tanto por Euclides da Cunha, como pelo Seu Abel Oliveira, sertanejo residente em Sítio do Mato, Bahia, na margem esquerda do rio São Francisco. São pastagens boas para o gado, imensos a perder de vista, e que eram preenchidos por bandos de emas, quando, em viagem missionária no final da década de 1940, este sertanejo partiu do sertão baiano com destino ao sertão goiano (MONTI, 2002: 153). Aqui, ao contrário do sertão de Canudos, ou o de Graciliano Ramos, descrito em “*Vidas Secas*”, a água é abundante e forma os grandes rios, dos quais o principal é o São Francisco. Sobre isso, Walnice Galvão esclarece que as veredas presentes no título do romance roseano “não têm o sentido corrente de ‘caminho’ ou ‘via’, mas sim o significado local e regional, que só adquire lá mesmo nos campos gerais, de ‘regato’ ou ‘riozinho” (GALVÃO, 2000: 29). Então, olhando para o ajuntamento das águas, Antonio Candido observa que, como “um largo couro de boi, o Norte de Minas se alastra, cortado no fio do lombo pelo São Francisco –

acidente físico e realidade mágica, curso d'água e deus fluvial, eixo do sertão” (CANDIDO, 1994: 80).

Estudando o Sertão de Guimarães Rosa, Fernando Correia Dias se concentra na vegetação que o caracteriza. O sertão de Riobaldo abrange “todo o Norte de Minas (...) isto é, o cerrado que se inicia na região central; terras do Nordeste mineiro, no Vale do Jequitinhonha; a região de Montes Claros; o Vale do Médio São Francisco; enfim, o Noroeste, a região do Urucuia, onde se passa a maior parte da ação do livro descrita por Riobaldo” (DIAS, 1971: 131). A esta percepção José Antônio Silva acrescenta: “no sertão mineiro, além da caatinga [...] observa-se dentro do Bioma Cerrado as seguintes formações vegetais: cerrado, campo sujo, campo limpo, vereda, cerração e mata de galeria” (SILVA, 1994: 21), o que também pode ser observado em Goiás e parte da Bahia, paisagens que serão descritas mais adiante.

Considerando os aspectos abordados doravante, embora com pequenas alterações, será adotada a delimitação geográfica do Sertão proposta por Viggiano, ou seja, o Sertão do *Grande Sertão: Veredas*; a região escolhida para a realização deste estudo, passa a equivaler ao Norte de Minas, Sudoeste da Bahia e, por conta da criação do Estado do Tocantins, ao Nordeste de Goiás.

Todavia, devemos atentar para a cautela proposta por Antonio Candido, porque “premido pela curiosidade, o mapa se desarticula e foge. Aqui, um vazio; ali, uma impossível combinação de lugares; mais longe, uma rota misteriosa, nomes irreais” (CANDIDO, 1994: 80).

O Sertão é assim, um universo de incertezas. Mesmo para quem nele vive, parece incerto, sem limite definido. Saint-Hilaire [1779-1853] relata da seguinte maneira o seu encontro com uma mulher numa fazenda perto da divisa de Minas com Goiás no ano de 1819, na sua viagem a caminho de Santa Luzia, hoje Luziânia: “Parecia satisfeita com a vida que levava, comentando indignada que um viajante se tinha mostrado horrorizado com o isolamento daqueles sertões (...) Ela e o proprietário da Fazenda da Tapera tinham a pretensão de achar que aquelas terras não faziam parte do sertão, o qual – afirmavam eles – só começava do outro lado de algumas montanhas situadas entre aquela região e o S. Francisco” (SAINT-HILÁIRE, 1975: 156).

No mesmo século, outro viajante europeu, o francês Francis de la Porte Castelnau registrou a seguinte observação acerca do sertão: “Fugia sempre à nossa frente esse temeroso sertão de que tanto ouvíamos falar” (CASTELNAU, 1949: 181). Mais tarde, Guimarães Rosa



escreveria no seu romance: “O senhor tolere, isto é o sertão. Uns querem que não seja: que situado sertão é por os campos-gerais a fora a dentro, eles dizem, fim de rumo, terras altas, demais do Urucuia. Toleima. Para os de Corinto e do Curvelo, então, o aqui é dito sertão? (...) Enfim, cada um o que quer aprova, o senhor sabe: pão ou pães, é questão de opiniões... O sertão está em toda parte” (ROSA, 1994, v. 2: 11).

## **CAPÍTULO 2**

### **GRANDE SERTÃO-BRASÍLIA: DOS CAÇADORES, COLETORES, CRIADORES E PLANTADORES AOS CAMINHÕES, ÀS METRÓPOLES E AOS AGRONEGÓCIOS**

#### **Os gerais do Seu Abel, as capoeiras de Naná e as pescarias do Seu Irineu**

A presença humana no Centro-Oeste tem sido estudada, a partir de sítios arqueológicos localizados, principalmente nos arredores da cidade de Serranópolis, Goiás. A equipe formada pelos arqueólogos Altair Sales Barbosa e Pedro Ignácio Schmitz e pela geóloga Maira Barberi Ribeiro, relata que estes sítios oferecem seqüência de ocupação que “vem de aproximadamente 11.000 anos antes do presente, até o início do século XX” (BARBOSA *et ali*: 1993: 75). Tais sítios apresentam características especiais, principalmente no que se refere à conservação e disposição estratigráfica do material, permitindo uma visão clara das mudanças culturais, fornecendo dados importantes sobre as alterações do ambiente, ocorridas ao longo deste período.

O estudo sistemático desenvolvido nestes sítios permitiu a definição de subsistemas diferenciados, que abraçam as paisagens próprias do Bioma Cerrado. Os campos limpos e sujos são “os gerais” definidos no capítulo anterior pelo Seu Abel e por Euclides da Cunha. Por apresentarem uma predominância de plantas herbáceas, neles é abundante a existência de aves grandes, como a ema (*Rhea americana*), seriema (*Cariama christata*) e outras de porte médio, como a perdiz (*Rhinchotus rufescens*), codorna buraqueira (*Nothura maculosa*), jaó (*Crypturus noctivagus*), dentre outras. Entre os cervídeos, destacam-se o veado-do-campo (*Mazama americana*) e o veado-catingueiro (*Mazama simplicicornis*). Dentre os tatus, estão o tatu-peba (*Eupharactus sexinctus*), tatu-veado (*Dasypus septemcinctus*) e o tatu-galinha (*Dasypus novemcinctus*). A diversidade de animais aqui encontrada leva a crer que, a principal atividade humana exercida neste subsistema era constituída pela caça de aves e mamíferos, acompanhada com menor intensidade pela coleta de ovos.

Os cerrados possuem solos de baixa fertilidade natural e a vegetação característica é representada pelo *Cerrado* e *Cerradão*. Por apresentar um sombreamento maior, sua concentração de animais é menor do que no subsistema dos campos. Apesar disso, há possibilidade de caça, principalmente de cervídeos, que se alimentam de flores, como as do Ipê Amarelo (*Tabebuia caraiba*). Todavia, a menor quantidade de caça é compensada pela grande variedade de frutos com um significativo valor nutritivo, como por exemplo: o araticum-cabeça-de-negro (*Annona crassifolia*), o araçá (*Psidium sp.*), mangaba (*Hancornia speciosa*), pequi (*Caryocar brasiliensis*), dentre outras. Em função destas características, talvez a principal atividade humana neste subsistema tenha sido a coleta de frutos. Ainda hoje, os sertanejos têm por hábito transformar alguns frutos em conservas ou doces. O Seu Erasmo de Castro, por exemplo, aproveitando as facilidades da modernidade, além de preparar o pequi em conserva para presentear os amigos, congela o excedente da produção do único pequizeiro existente no quintal da sua casa em Planaltina-DF. Nunca falta arroz e frango com pequi na mesa da família.

As matas apresentam como principais características a boa fertilidade e rede de drenagem do solo, o que leva o Seu Erasmo a defini-las como “terras de cultura”. A caça e a coleta de frutos não são significativas, mas abre-se a possibilidade de agricultura, pois não exigem correção do solo ou adubação. Isto justifica a presença de sítios arqueológicos ricos em vestígios próprios dos grupos de horticultores, provavelmente, índios Tupi-Guarani que chegaram à região entre 1000-200 anos antes do presente, já tendo domesticado diversas plantas, introduzindo-as como mantimento de seus roçados. Berta Ribeiro evidencia que “Entre elas a mandioca, o que constituiu uma façanha extraordinária, porque se tratava de uma planta venenosa a qual eles deviam, não apenas cultivar, mas também tratar adequadamente para extrair-lhe o ácido cianídrico, tornando-a comestível” (RIBEIRO B., 1995: 31), processos que talvez culminaram na produção do polvilho, com o qual preparavam o *mbeiu*, ou beiju (FREYRE, 2005).

Os pântanos e a vegetação ribeirinha são encontrados nas áreas alagadas com solos de várzea, concentrada na margem dos rios e córregos maiores, bem como nas veredas. Com frequência, são encontrados animais, como a anta (*Tapirus americanus*), o queixada (*Tayassu albirostris*), porco-do-mato-cateto (*Tayasu tayasu*), a capivara (*Hydrochoerus hydrochoerus*) o rato-do-banhado (*Myocastor coypus*), dentre outros. É comum a presença de abelhas nos troncos das árvores, sendo significativa a quantidade de peixes de pequeno e médio porte. Tudo indica que a caça, a coleta de mel e a pesca eram as principais atividades exercidas na

área. A caça e a pesca ocorreriam, principalmente na estação seca, enquanto a coleta de mel não tinha época determinada.

A ocupação humana acontecia, principalmente nas áreas de transição entre estes subsistemas, pois desta forma as pessoas tinham acesso fácil “a uma grande variedade de espécies vegetais e animais, exploradas de maneira manejada” (GIANNINI, 1995: 206).

No desenrolar do processo de ocupação, os Tupi-Guarani foram recebidos pelas nações Macro-Jê, índios do Cerrado, herdeiros de traços culturais construídos pelo homem da pedra lascada. Os Jê eram representados por diversas nações individualizadas, que na maioria das vezes, guerreavam entre si. Paulo Bertran destaca o Caiapó, “índio que a historiografia do conquistador abomina, por sua alta capacidade de resistência e retaliação contumaz, ‘*o mais bárbaro e indômito de quantos produziu a América*’, no dizer de João Manoel de Mello, governador de Goiás em 1760” (BERTRAN, 1994: 32). Ocupavam todo o Sul de Goiás, partindo do Distrito Federal, entrando no Triângulo Mineiro e Mato Grosso do Sul, regiões que sediavam suas principais aldeias e se tornaram pontos históricos de resistência. “Havia também os do Norte (Bilbeiro), que liquidaram com a grande bandeira de Sebastião Paes de Barros (800 homens), em 1671, na confluência Araguaia-Tocantins. Talvez sejam os mesmos Caiapó, depois encontrados na bacia do Xingu” (*Ibid.*: 32).

Os Carajá se adaptaram de tal forma à pesca e à caça vivendo no Vale do Araguaia, que desenvolveram uma língua e cultura especialíssimas, ao ponto de serem confundidos com outras etnias. “Eram os Carajaúna e Carapitanguá das bandeiras seiscentistas, aos quais, em 1789, o capitão-mor Antônio Telles referia-se desprezivamente como ‘*moles e patifes*’” (*Ibid.*: 32). Segundo o autor, a etimologia da palavra indica que, se o índio Goiá não for Tupi, quase com certeza será um ramo Carajá da bacia do rio Vermelho, cujos sítios arqueológicos trazem profundas marcas.

Durante a colonização aurífera do Século XVIII, partindo de Brasília, a atual Capital Federal, para o Norte, até a confluência do Araguaia, tornaram-se famosos os Macro-Jê Acroá e Xacriabá, sendo que estes ainda existem na bacia mineira do rio São Francisco. Já aqueles foram extintos ou adquiriram outras denominações, como nos Akué Xavante e Xerente.

Também antigas foram as nações Crixá ou Quirixá e Tapuia, conforme o cronista Silva Braga (1722). Bertran localiza-os no vale do Paranã, na região de Porto Nacional e no vale do rio Crixás, afluente do Araguaia. “Segundo uma informação de 1760, teriam emigrado para o Oeste junto com índios Goiás, deles não havendo mais notícias. O governador João Manoel

de Mello os considerava os donos primitivos da área goiana de mineração” (*Ibid.*: 32). Com base nos relatos de Silva Braga, Bertran narra as dificuldades vividas pela bandeira de Anhanguera Filho, em setembro de 1722, tempo em que penetrou nas chapadas do Planalto Central. Devido, principalmente à baixa umidade relativa do ar, característica da região nessa época do ano, a bandeira perdeu mais de 40 pessoas. Seguindo trilhas indígenas, os remanescentes chegaram ao vale do rio Paranã, nas proximidades de Formosa, e foram recebidos, conforme evidências arqueológicas, por índios Crixá.

O manejo do fogo, a caça, pesca, coleta de frutos, raízes e cascas na savana aberta continuaram sendo práticas comuns destes e de outros Macro-Jê. Ao transplantarem espécies úteis para as margens de suas trilhas, criavam aglomerados de recursos no seu ambiente. Pode-se então inferir que eles dividiram seu espaço com os Tupi-Guarani, que na sua maioria, chegaram ao Sertão fugindo dos colonizadores portugueses, que no século XVI, aportaram no litoral baiano.

Os Tupi-Guarani introduziram a chamada agricultura itinerante do tipo “extensivo” no Planalto Central, a partir do manejo das florestas. Ela é também conhecida como “técnica de derrubada”, “de queima” ou ainda “coivara”. É vantajosa, pois:

0. Mantém a fertilidade inorgânica do solo, na medida em que não erradica a totalidade da vegetação que o cobre. Um campo totalmente limpo, num clima tropical, ajuda a destruir os nutrientes e a estrutura do solo.
0. O desmatamento de um pequeno lote de terra, de cada vez e sua utilização temporária minimiza o tempo em que a superfície é exposta ao calor do sol e a fortes pancadas de chuva.
0. A adoção do plantio de espécies diversas, de alturas diferentes – a exemplo do que ocorre na floresta natural – reduz o impacto das intempéries e evita a propagação das pragas, como ocorre nas monoculturas.
0. A dispersão geográfica dos cultivos faz com que espécies vegetais e animais sejam preservadas em ‘corredores naturais’ que separam as roças, representando importantes refúgios ecológicos.
0. A queima em pequena escala, praticada pelo indígena, a cinza e o apodrecimento de galhos e troncos deixados sem queimar, devolvem ao solo nutrientes necessários para alimentar os brotos (MEGGERS, 1987: 48-49).

As roças itinerantes com aparência de áreas abandonadas deixadas para trás, na realidade, criavam “fontes de provisão, durante um longo período de tempo, de diversos produtos como, por exemplo, lenha, frutos, jenipapo e urucum (utilizado na pintura corporal), babaçu (para elaboração de óleo) e plantas medicinais, espécies encontradas ao redor das casas e plantadas com sementes ou mudas obtidas durante as excursões através de seu território” (GIANNINI, 1995: 206). São exemplos de plantas medicinais utilizadas por índios, sertanejos e agora incorporadas pela medicina ocidental: o jaborandi, utilizado como

sudorífero e depurativo; a copaíba, que cura feridas e infecções; quinina, antes o único antimalárico disponível; etc.

Além dessa relação pragmática com a natureza, durante a socialização da mesma, construíram-se sistemas complexos, como os rituais, os mitos, os cantos, os ornamentos, a medicina indígena, as crenças, o xamanismo, a noção de pessoa, as doenças e os tabus alimentares. Assim, o mundo das plantas e animais torna-se carregado de sentido simbólico, e na relação do homem com o seu ambiente, é construída a cultura local.

Na medida em que o processo vai crescendo em complexidade, tanto as práticas atrativas, quanto as repulsivas, contribuem para o surgimento de uma terceira forma de relação com a natureza, que vai além da pragmática e da simbólica. “Diferentes sociedades tradicionais ordenam e classificam a natureza. Seja simplesmente pelo saber em si, seja pela satisfação de impor um padrão ou de ordenar o ‘caos’” (*Ibid.*: 207).

Identificando e classificando os recursos faunísticos e florísticos do ambiente circundante, os nossos índios desenvolveram estratégias e técnicas adequadas ao seu manejo, o que foi fundamental para sua preservação. Dentre outras, Berta Ribeiro cita:

- 0. manutenção de pequenos estabelecimentos que minimizam o impacto da exploração humana sobre peixes, mamíferos aquáticos, quelônios, caça terrestre e arborícola;
- 0. dispersão das comunidades ao invés do seu amontoamento;
- 0. manutenção de uma ‘terra de ninguém’ entre áreas ocupadas para a formação de reservas faunísticas;
- 0. mobilidade freqüente das roças e aldeias para evitar a super-exploração do ambiente;
- 0. pequena taxa de incremento populacional através da contenção da natalidade;
- 0. tabus alimentares destinados a salvaguardar espécies ameaçadas;
- 0. plantio de espécimes vegetais nas margens dos rios, nas capoeiras, ao longo das trilhas, em clareiras naturais da floresta destinadas a atrair a caça e aumentar a população faunística (RIBEIRO, B., 1995: 205-206).

Quanto à cultura resultante, as idéias, concepções e significados que lhe dão sustentação passam, então, a ser expressos concretamente por meio das práticas sociais, do discurso, da fala, das manifestações artísticas e da criação dos objetos incorporados à vivência de cada povo. No que se refere aos objetos da cultura material, via de regra, são vários os fatores que interferem em sua produção: “os recursos naturais disponíveis para utilização como matérias-primas; o desenvolvimento de técnicas adequadas; as atividades envolvidas na exploração do ambiente e na adaptação ecológica; a utilidade e finalidade prática dos objetos e instrumentos desenvolvidos, até elementos de ordem simbólica, ligados a concepções religiosas, estéticas e filosóficas do grupo (VIDAL; SILVA, 1995: 370)”.

Desta forma, os primeiros bandeirantes que por aqui chegaram, buscando o “Eldorado”, que, segundo cartógrafos, era um lago que originava as principais bacias hidrográficas da América do Sul. Estes primeiros bandeirantes encontraram um ambiente com marcas culturais, tanto de povos Tupis-Guaranis, quanto de Jê, ou Tapuia. Vieram pelos caminhos dos rios e, só mais tarde, por terra. O Seu Roselverte Antônio Pires, que era mais conhecido como Seu Rosa, sertanejo do vale do rio Urucuia, Buritis, MG, conta que eles vieram pelo rio São Francisco e, ao descobrirem o ouro, usavam a cuia como bateia. Por conta do ouro na cuia, o rio que dá nome ao vale onde residia foi batizado Urucuia. O Seu Rosa acrescenta que, na medida em que os bandeirantes foram chegando, “os índios foram afastando, foram afastando, até que desapareceram” (MONTI, 2002: 63).

Isto porque, no encontro do colonizador com os índios brasileiros, foi criado um grande fosso, pois de um lado, os civilizados chegavam mergulhados no paradigma de dominação e na sede de acumulação de riquezas. Do outro, os bárbaros ou balbuciantes, que não tinham o domínio do *logos*. A explicação dada por Gabriela Tunes da Silva (2005) é que a existência de um discurso, que toma numa mão a civilização, e na outra a barbárie, gera uma assimetria entre os homens, levando-os a supor a superioridade dos primeiros. “Essa assimetria, que reduz os homens à condição de subumanos, comprime e elimina os espaços de vigência do diálogo inter-humano” [...] (SILVA, 2005: 13)

Assimetria, que ainda hoje alarga o fosso entre os civilizados e os bárbaros que habitam o Brasil. Aqui, os colonizadores chegaram com um projeto de civilização que tomava a Europa e, posteriormente, os Estados Unidos da América, como padrão civilizatório. Desde os seus primórdios, ao impor os ideais positivistas e industriais sobre os brasileiros, tal projeto de civilização inoculava o germe do “pacto de modernidade”, que se concretiza com a chegada de Brasília no Planalto Central do país, fato histórico que será discutido mais adiante.

Quanto ao Sertão, este representava um novo mundo a ser explorado, o cenário de uma nova epopéia. Com o mito edênico do selvagem desmoronado, restara o índio feroz e o senhor da terra, traiçoeiro e impiedoso. No fim da primeira metade do século XVI, o missionário jesuíta, que viera com Tomé de Sousa, não se encantara com a imagem cristã da inocência construída na carta Pero Vaz de Caminha. Ao contrário, definira como primeira parte da missão reduzir o índio à paz, não importando usar a força para tanto, pois deixá-lo como estava seria opróbrio de Cristo e desonra para a nobreza da Metrópole.

Inclusive, o Regimento de Tomé de Sousa previa a adoção de armamentos nos planos de colonização, com vistas ao amansamento do indígena e expansão escravizadora. Porém,

por conta de interesses incompatíveis, a esperada associação entre missionários e colonos não foi adiante.

O Sertão continuava sendo “outro mar” a ser conquistado e devassado pela audácia de “novos navegadores”, uma raça ávida de minas, pois não concebiam uma América sem metais e pedras preciosas. Então, ainda na primeira metade do Século XVI, saindo de Ilhéus, de Pernambuco, de Porto Seguro, do Espírito Santo, eles partem para a conquista de riquezas e escravos, sendo financiados pelos seus governadores e agentes. Porém, o Sertão é atravessado, mas não dominado, e o rio São Francisco se converte na espinha dorsal da unidade brasileira, ligando o litoral à região ainda não ocupada pelo colonizador. O maior serviço que o conquistador prestou foi ligar o Tietê e o Paraíba do Sul ao São Francisco, através da Mantiqueira, o que confirma a afirmação do Seu Rosa de que os colonizadores chegaram no Sertão do *Grande Sertão: Veredas* viajando pelos rios.

Conforme Paulo Bertran (1994), a bandeira de André Fernandes (1613-1615), por exemplo, veio pelo Tietê, subiu o Rio Grande até quase o centro de Minas Gerais, pulou por um estreito vasadouro seco para a bacia do São Francisco, numa região à direita da serra da Canastra, próximo à Piunhi e Pains. Descendo o São Francisco, a bandeira deixou o rio das Velhas à direita, chegando ao Paracatu, pelo qual alcançaram o rio Preto ou Iuna, que verte da serra Geral de Goiás e cuja nascente é a Lagoa Feia, no Município de Formosa, GO, que faz divisa com o Distrito Federal. A bandeira de André Fernandes dá também notícias de um rio branco, Itinga, curso superior do Paranã, afluente do Tocantins, e que nasce no mesmo Município de Formosa.

Esta bandeira chegou aqui em busca do ouro, pois a Lagoa Feia de Formosa fazia parte do conjunto de lagoas do Planalto Central da América, incluídas na lenda do *El Dourado*. Os mapas que compunham a cartografia portuguesa “apontavam um grande lago nas nascentes comuns ao São Francisco, Prata e Tocantins” (BERTRAN, 1994: 36). Nas cabeceiras do rio Tocantins, ao invés de ouro, encontraram salitre, o que não abateu a bandeira, pois este mineral tinha seu valor, já que “de cuja pólvora se ressentia falta em Portugal Metropolitano – razão pela qual se o mencionava ao lado de metais preciosos” (*Ibid.*: 46). O salitre foi transformado em pólvora, que alimentou os canhões que subjugaram os índios.

Acontecia no Sertão o que se repetia em outras regiões, quando é estabelecida relação de desigualdade em que, de um lado, o índio sucumbe à tentação provocada pelos machados, facas, canivetes, facões, tesouras, espelhos e também pelas miçangas cristalizadas em cores opalinas, que fascinavam pela eficiência e novidade. Do outro lado, estava o colonizador

européu, com a sua fome de matas, bichos e coisas que lhe dessem o lucro, em nome do qual acabou por destruir as florestas mais exuberantes do planeta. Mudou a paisagem ao desmontar montanhas inteiras na busca de minerais. Erodio e movimentou volumes, até então impensáveis, de terra e dizimou milhões de pessoas.

Darcy Ribeiro (1995) relata que, com a destruição das bases da vida social destes povos, processo que definiremos mais adiante como desenraizamento, “a negação dos seus valores, o despojo, o cativo, muitíssimos índios deitavam em suas redes e se deixavam morrer, como só eles têm o poder de fazer” (RIBEIRO, 1995: 43).

Sem desmerecer a influência positiva dos religiosos e militares, dos tempos coloniais à atualidade, que trouxe, por exemplo, a unidade lingüística na Amazônia, Argemiro Procópio vincula o referido desenraizamento indígena à penetração de religiões estranhas:

Quando passa a acreditar em Cristo e no Evangelho, o indígena não é o mesmo de antes. Depois do batismo e do sacramento da confirmação, abraçando outra crença, é levado a crer no equívoco de seus valores e mitos religiosos repassados por seus ancestrais. É então obrigado a repensar sua visão de mundo: abre sob a tutela dos missionários seus corações para a vinda do Espírito Santo dos cristãos.

A mentalidade colonizadora do missionário parece ter tido sua inspiração na ação dita evangelizadora através da domesticação do índio. Primeiro a domesticação da natureza e da cultura. A partir daí ele é transformado em vendedor de sua força de trabalho. (PROCÓPIO, 1992: 159-160)

Finalmente, no contato com agentes patológicos trazidos pelos portugueses que já haviam adquirido resistência contra eles, índios morriam por causa da bexiga, coqueluche, tuberculose ou sarampo, e padeciam com as dores causadas pelas cáries dentárias, resultantes da introdução do açúcar na dieta.

Apesar de tudo isso, a cultura construída na relação dos povos indígenas com os campos cerrados do Sertão riobaldiano resistiu. Seus traços podem hoje ser observados no modo de vida dos sertanejos, como é o uso do fogo na caça praticado pelo Seu Viriato de Castro Neto, sertanejo nascido no Mozondó, vale do rio Maranhão, antigo Município de Planaltina, GO, hoje Distrito Federal. No período da seca, ele queima um pedaço de campo na sua fazenda. Com o brotamento rápido do capim nativo, este se torna num ponto de espera, pois os veados vêm para pastar (MONTI, 2002: 66).

Não só pelas questões relacionadas à caça, mas também àquelas vinculadas à pesca e à saúde, o sertanejo necessitava de conhecimento da fauna e flora do ecossistema do qual fazia parte. No *Almanach de Santa Luzia para 1920*, o Seu Gelmires Reis, pai do Seu Antônio João Reis, sertanejo de Luziânia que contribui com esta pesquisa, apresenta vasta lista de seres vivos que integrava a fauna e flora deste Município naquela década. A título de exemplo, alguns dos animais da região:



**FAUNA:** Macaco, guariba, sagüi, ouriço, ratos diversos, quatys, lontra, lobo, raposa, ariranha, onças, gatos, gambás, capivara, paca, coelho, preá, tatus, tamanduás, anta, caititu, queixada, veados diversos e outras variedades.

Entre os voláteis, temos o vampiro, morcego, urubus, gaviões, mochos, picanços, tucano, araras, papagaios, perequitos, inúmeras variedades de beija-flores, andorinhas, pombas diversas, perdiz, codorna, nhambú, jahó, jacu, mutum, saracura, jacutinga, ema, seriema, garças, mergulhão, galinhola, massarico, colhereiro, jaburu, lavandeira, martim pescador, curicaca, quem-quem, patos, gralhas, cotinga, marreco, toldo, melro, carrissa, bibo, pinta silgo, João-congo, João-de-barro, sanhaço, tico-tico, papa-semente, João-velho, bem-te-vi, sabiás, tesoura, alma-de-gato, pássaro-preto, maria-preta, boma-dia e outros.

Na ordem dos reptis, temos o kagado, jacaré, lagartos, lagartixas, jibóia, sucury ou sucuriú, cascavel, caninana, jararaca, jararacussu, coral, cobra-verde, cobra-cipó, [e entre os anfíbios] sapos diversos e rãs, etc. etc.

Entre os insetos, temos infinitas variedades de cigarras, de escaravelhos, de abelhas, de moscas e mosquitos, mariposas e borboletas, aranhas, escorpiões, lacraus, grillos, gafanhotos, marimbondos ou vespas, pyrilampos, pulgas, persevejos, traças, etc.

Na parte da ictyologia, temos o bagre, trayra, jahús preto e amarello, sorubium ou suruby, piraquara, dourado, saipé, paracanjubas branca e arrepiada, pias branco, pintado e preto, pirapitinga, piranha, pacu, matrinchan, corumata, paimpara, cachorra, mandiassú, mandi-mirim, tubarana, papa-terra, caboré, piaba e lambary.

(MEIRELLES; REIS, 1920: 40-41)

Segundo o Seu Irineu da Silva Prado, sertanejo de Buritis, MG, e hoje residente na Asa Norte de Brasília, no rio Urucuia se pescava e, mesmo com a escassez dos peixes, ainda se pesca à moda dos índios. A partir do mês de agosto, com a elevação da temperatura das águas, os peixes ficam na sua superfície. Do barranco ou de barco, em silêncio e sem movimentos bruscos, é só flechá-los. Ele também cita o pari, técnica pesqueira que consiste no uso de um cesto fundo com uma abertura, pela qual os peixes entram atrás da isca, mas não conseguem sair. Este cesto é colocado na correnteza do rio durante os meses de seca. Como uma parte da armação fica submersa e a outra sobre as pedras mais altas do leito, os peixes, ao entrarem, seguem em frente, e quando chegam ao raso sobre estas pedras, não conseguem mais voltar.

Seguindo as práticas dos antigos coletores, os sertanejos normalmente faziam e ainda fazem uso dos frutos e de outras partes das plantas do cerrado. O Seu Abel, baiano residente em Sítio do Mato, conta que durante a viagem que fez de Cocos, na Bahia, para Formosa, em Goiás, no final de 1949, valeu-se desse recurso. Ele lembra que "... a comida acabou e daí nós viajamos mais três dias sem comer. Quando nós chegamos, a coisa que nós achamos para comer foi caju. Cajuzinho do campo. E depois começou a ficar azedo. Quando chegamos no Sítio da Abadia estávamos quase mortos de fome" (MONTI, 2002: 66).

O Seu Erasmo conta que em Planaltina, era costume a coleta da casca do barbatimão para ser vendida no único curtume da cidade. Era vendida por metro cúbico e, como não circulava muito dinheiro, o dono do curtume pagava as cascas que comprava com um vale que podia então ser trocado por outras mercadorias no comércio da cidade.

A rica biodiversidade do cerrado sempre foi fonte de curas para os mais variados tipos de doenças. No *Grande Sertão: Veredas*, o bando de Zé Bebelo não abria mão de um jagunço, que era responsável por esta tarefa: “Raimundo Lé, que entendia de curas e mezinhas, teve cargo de guardar sempre um surrão com remédios. O que, remédio, por ora, não havia nenhum. Mas Zé Bebelo não se atontava: - ‘Aí em qualquer parte, depois se compra, se acha, meu filho. Mas, vai apanhando folha e raiz, vai tendo, vai enchendo... O que eu quero é ver o surrão à mão...’” (ROSA, 1994, v. 2: 64).

Nossos narradores também já praticaram uma agricultura muito próxima da itinerante extensiva, introduzida no Sertão pelos Tupis Guaranis. A Dona Walquíria César Valadares (Dona Naná), residente em Sobradinho II, DF, é conhecida na região de Arinos, MG, no vale do Rio Urucuia, pela sua força de trabalho. Ela lembra de quando trabalhava na roça e fazia coivara. Segundo ela, as pessoas afirmam em Arinos: “Tá lá os capoeirões, porque eles falam: - “aqui são as capoeiras de Naná”. Era um trabalho duro porque a colheita era carregada nas costas, pois não se dispunha de nenhum tipo de transporte terrestre, só se podia contar com uma canoa. Ela continua: “Eu plantava, tapava cova, eu semeava a semente, eu fazia coivara, ajuntava o lixo e queimava. Fazia uma arapuca e punha fogo. Todo mês de setembro eu estava na roça. Com sete anos nós botava roça com facão. [...] Atravessava o rio, jogava nas costas o saco de milho, ou então de abóbora. O arroz ensacava tudo e punha na canoa e ia despejando cá e depois arranjava jeito de pagar pião para carregar nas costas. Não tinha carne, não tinha nada”.

Seu Erasmo de Castro, tio do Seu Viriato e sertanejo de Planaltina, DF, explica o uso das chamadas “terras de cultura”, os capoeirões da Dona Naná, que por sua boa fertilidade natural e boa rede de drenagem com afloramentos calcários nas matas secas e nos vales basálticos eram também usadas pelos Tupis. As “terras de cultura” eram abundantes na fazenda da família, que se localizava no Vale do rio Maranhão, divisa Oeste do Distrito Federal com Goiás. O Seu Erasmo conta que “pessoas de toda a região de Planaltina participavam da derrubada das matas para depois plantarem suas roças de subsistência no ‘vão’ do Maranhão” (MONTI, 2002: 66).

Outra técnica indígena herdada pelos sertanejos, foi o fabrico e uso do pilão, ferramenta importante no processamento dos alimentos. O Doutor Murat Valadares, sertanejo de Arinos, MG e residente na Asa Sul de Brasília, conta que, para limpar o arroz que era guardado com casca usava-se o pilão, que, segundo ele, era “igual ao indígena mesmo, herdado do índio”. Já o Seu Irineu não tem boas lembranças quanto a essa prática. Ele não gostava de socar arroz

em pilão de jeito nenhum, pois era demorado, tudo na força. Às vezes socava em duplas ou trincas de meninos, mas quando tinha que ser sozinho é que era o problema. Ele se sentia aliviado com as visitas periódicas da Dona Santilha, pois “Quando ela ia lá em casa a minha mãe dava serviço para ela e ela sempre pedia uma quarta de arroz para pilar. Pegava no pilão e num instante pilava uma quarta de arroz”, alimento equivalente ao arroz integral, rico em nutrientes tais como o fósforo, o potássio e o magnésio, pois no pilão praticamente só era retirada a casca do grão.

### **Preto assim... entre aspas**

Mas o colonizador europeu precisava de mão-de-obra, principalmente para a lavra do ouro, o que foi conseguido com a escravidão negra, já que pouco podia contar com os indígenas. Os africanos que aqui chegavam, apresentavam grande diversidade lingüística e religiosa. Fulas, Haúça, Mandingo, Angolanos e Banto são exemplos citados por Freyre (2005). Além do que, as hostilidades recíprocas que traziam de suas origens e a prática costumeira de evitar a concentração de escravos de uma mesma etnia, nas mesmas propriedades, e até mesmo nas mesmas viagens de lá para cá, constituiu-se num entrave para a formação de núcleos solidários que preservassem o patrimônio cultural africano, expressão radical de desenraizamento.

Superadas as adversidades, debaixo dos gritos dos capatazes, os negros aprendem o português, língua que, mais tarde, utilizariam para comunicar-se entre si. Sendo assim, difundem nossa língua pelo Brasil, além de marcar de múltiplas e ricas maneiras as áreas culturais onde mais se concentraram, que foram o nordeste açucareiro e as zonas de mineração do centro do país. Foram nas crenças religiosas e nas práticas mágicas, a que o negro se apegava no esforço ingente por se manter vivo como pessoa. “Junto com esses valores espirituais, os negros retêm, no mais recôndito de si, tanto reminiscências rítmicas e musicais, como saberes e gostos culinários” (RIBEIRO, 1995: 117).

Gilberto Freire afirma que “Todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo [...] a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena ou do negro. [...] A influência direta, ou vaga e remota, do africano” (FREYRE, 2005: 367). Segundo ele, a presença negra se expressa na ternura, na mímica excessiva, no catolicismo, na música, na ginga ao andar, na fala, no canto de ninar criança e nas mais variadas expressões sinceras da vida. Herdamos sua influência estética e contribuição para o progresso econômico, seja no litoral agrário ou nas jazidas do interior, maior que a do indígena e do português.

Também é significativa a participação negra na definição da nossa dieta, pois aqui chegando, dominaram a terra e a cozinha e conservaram a sua dieta.

Não se pode esquecer que os negros africanos também contribuíram para a difusão da cultura brasileira que se organizava, pois aqueles que conseguiam voltar, levavam consigo muitas de suas características. “Assim, a África recebeu e africanizou a rede, a mandioca e o milho, enquanto o Brasil e Cuba faziam seus o dendê, a malagueta e a panaria da Costa” (COSTA E SILVA, 1994: 22).

Aqui a miscigenação foi facilitada pela proximidade entre a casa grande e a senzala, bem como pelo fato das leis portuguesas e brasileiras serem tolerantes ao perfilhamento dos filhos ilegítimos e pela frouxidão dos colonizadores, que não gostavam de casar para toda a vida. Gilberto Freyre (2005) acrescenta que

Os escravos vindos das áreas de cultura negra mais adiantada foram um elemento ativo, criador, e quase que se pode acrescentar nobre na colonização do Brasil; degradados apenas pela sua condição de escravos. Longe de terem sido apenas animais de tração e operário de enxada, a serviço da agricultura, desempenharam uma função civilizadora. Foram a mão direita da formação agrária brasileira, os índios, e sob certo ponto de vista, os portugueses, a mão esquerda. (FREYRE, 2005: 390).

E não só agrária, o autor lembra que tanto a pecuária, quanto a mineração do ferro no Brasil, foram apreendidas dos africanos.

O Brasil não se limitou a recolher da África a lama de gente preta que lhe fecundou os canaviais e os cafezais; que lhe amaciou a terra seca; que lhe completou a riqueza das manchas de massapé. Vieram-lhe da África ‘donas de casa’ para seus colonos sem mulher branca; técnicos para as minas; artífices em ferro; negros entendidos na criação de gado e na indústria pastoril; comerciantes de panos e sabão; mestres, sacerdotes e tiradores de reza maometanos (*Ibid.*: 391).

Houve também influência na nossa religiosidade. Para Freyre, o catolicismo se enriqueceu com a influência muçulmana, religião trazida pelos negros. Pode-se também citar a influência do negro na bruxaria que, segundo o autor, esteve sempre muito relacionada com a questão sexual, e a cultura negra não fez mais nada do que dar um colorido às crenças e práticas da magia sexual. O misticismo do negro também é encontrado nas estórias e lendas brasileiras, tais como: o Papa-figo, homem que sofria de um mal incurável, chagado pelo corpo todo e que encontrava alívio para suas dores, quando se alimentava do fígado de meninos desobedientes e mal-comportados; e o Quinbungo – lobo em língua angolense – que pode aparecer sob a forma de um velho lobo ou de um velho negro com barbas e cabelos grisalhos, maltrapilho e faminto, com a cabeça muito grande e uma bocarra no meio das costas, que se abre quando ele abaixa – momento em que engole as crianças que caça – e se fecha quando levanta e vai embora.

Outra influência negra importante foi sobre o idioma. Com a adoção no Brasil de cantigas de ninar adaptadas por amas negras, como também pela adoção de palavras adaptadas pelos negros. São exemplos: cacá, pipi, bumbum, papato, mimi, au-au, cocô, dentre outras. Os nomes também foram influenciados. São exemplos: Antônias ficaram Toninhas; Manuéis ficaram Nezinhas, Manés; Albertos, Bebetos, Betinhos; Franciscos, Chicos, Chiquinhos e Chicós. Curiosa é a afirmação de Gilberto Freire de que os dois modos de colocar os pronomes no Brasil, o “diga-me” e o “me diga” é resultado da influência negra.

Todavia, é incontestável que a escravidão provocou o desenraizamento do negro da sua sociedade e cultura, empurrando-o para o meio de gente estranha e, na maioria das vezes, hostil. Estas forças impuseram-lhe comportamentos imorais de que tanto são acusados. “Diz-se geralmente que a negra corrompeu a vida sexual da sociedade brasileira, iniciando precocemente no amor físico, os filhos-família. Mas essa corrupção não se realizou através da africana, realizou-se através da escrava. Onde não se realizou através da africana, realizou-se através da escrava índia” (*Ibid.*: 398).

Nesse processo, havia uma predominância do sadismo por parte dos homens brancos, e de masoquismo, tanto pelas índias, quanto pelas mulheres negras. Quanto ao filho do senhor, “através da submissão do moleque, seu companheiro de brinquedo e expressivamente chamado de leva-pancadas, iniciou-se muitas vezes o menino branco no amor físico” (*Ibid.*: 113). A violência também era encontrada na relação da senhora com os escravos. Normalmente, por ciúmes do marido.

Quanto aos bandeirantes que chegaram aos sertões vindos pelos caminhos dos rios e em busca do Eldorado, eram portugueses que, como os espanhóis, estando à margem dos outros Estados europeus, ao se comunicarem com outros mundos, construíram sociedades distintas das suas congêneres européias.

Tanto Portugal, quanto a Espanha, atribuíam grande valor à autonomia individual, o que gerava frouxidão na estrutura social, em função da falta de hierarquia rígida. Não havia, por exemplo, entre os ibéricos, a moral fundada no culto ao trabalho, o que dificultava a disseminação de ideais de solidariedade. Desta forma, toda idéia de disciplina fundava-se na centralização do poder e na obediência.

### **Presença européia: ócio, terra farta, escravidão e riquezas**

Os portugueses que vieram para o Brasil tinham mais espírito aventureiro que trabalhador, e recriaram, aqui, o meio de sua origem. Para Sérgio Buarque de Holanda, isso

não ocorreu “por um empreendimento metódico e racional, não emanou de uma vontade construtora e enérgica: fez-se antes com desleixo e certo abandono. Dir-se-ia mesmo que se fez apesar de seus autores” (HOLANDA, 2004: 43).

Aqui, foi criado um sistema de latifúndios agrários porque, à época do descobrimento, a Europa não se encontrava industrializada. Além disso, a boa qualidade das terras do nordeste, ideais para a cana, abundantes e mal desbravadas, permitiam a expansão para novas áreas virgens, sempre que as antigas se esgotavam. Desta forma, o sistema latifundiário se manteve à custa de dois fatores: do braço escravo e da terra farta, para gastar e arruinar, o que levava à riqueza, sem necessidade de trabalho próprio. Por isso tudo, aqui foram implantadas técnicas arcaicas, em comparação com a Europa, métodos que pouco diferiam dos que os índios já utilizavam.

Os fundamentos de nossa economia são, portanto, a monocultura baseada no trabalho escravo, na grande propriedade e em técnicas arcaicas. “Todos queriam extrair do solo excessivos benefícios sem grandes sacrifícios [...] queriam servir-se da terra, não como senhores, mas como usufrutuários, só para a desfrutarem e a deixarem destruída” (*Ibid.*: 52).

Outra conseqüência do trabalho escravo e do sistema latifundiário foi a atrofia no desenvolvimento de atividades produtivas diversas. Isto se deu porque a indústria caseira garantia a independência dos ricos, pois em suas terras, era produzido quase tudo o que era necessário à subsistência. Em conseqüência, o comércio entravava, havendo escassez de artífices livres e amor ao lucro fácil, o que impedia que alguém se dedicasse toda a vida a um só ofício.

A doutrina do lucro fácil, com pouco trabalho, era tão forte que a Coroa portuguesa estabeleceu inúmeros empecilhos às entradas. Os bandeirantes paulistas chegaram aos sertões, em busca de índios, contra as ordens da Coroa. O cultivo da cana no planalto exigia mão-de-obra farta para o seu transporte, e o escravo negro era caro. Somente com a descoberta do ouro, é que Portugal resolveu colocar ordem na colônia, por meio da tirania, a fim de, mais uma vez, desfrutar da riqueza sem trabalho.

Tal modelo de colonização aproxima-se mais de uma feitorização, pois não convinha a Portugal investir no Brasil. Por isso, na Colônia, era proibida qualquer produção que pudesse competir com o da metrópole, como a manufatura do algodão, da seda, o cultivo do trigo, etc.

Quanto à população brasileira, Jacques Lambert define que esta “foi constituída por elementos de três grandes raças: branca européia, ameríndia e negra africana” (LAMBERT, 1959: 87).

Lambert (1959) chamava a atenção para a predominância da etnia européia e o aumento da sua parcela na população brasileira, na década de 1950. Ele afirmava: “A população brasileira está branqueando” (*Ibid.*: 88), pois, para ele, depois de ter constituído, no princípio do século XIX, uma pequena minoria, (apenas 25%), naquele momento os brancos já alcançavam grande maioria, 60 %.

Todavia, pelo que pode ser observado na Figura 1.1, nas décadas subseqüentes, novos arranjos da população foram se configurando. Apesar dos brancos continuarem maioria, a partir da década de 1980, a população parda – marca incontestável da raça negra na constituição genética dos brasileiros – salta de 65% do equivalente do total de brancos para 84%, no ano de 1991.

Uma das razões para tal alteração na constituição da população brasileira é a diferença de oportunidades entre brancos, negros e pardos. O Seu Miguel José Marques e o seu irmão, por exemplo, foram vítimas da discriminação racial no início da escolaridade, pois sua professora os perseguia cruelmente, fato a ser detalhado na Terceira Parte da tese. Nas palavras do Seu Miguel: “Mas aí como eu e o Juca meu irmão era preto e pobre... preto entre aspas, porque ele era mais claro do que eu um pouco [mas] eu mais Juca ela tratava de nego”.

Segundo dados do IBGE<sup>6</sup>, mesmo com a taxa de analfabetismo mais baixa no final da década de 1990, este continuou maior entre pretos e pardos (20%) do que entre brancos (8,3%). Quando a comparação dos anos de estudo é por raça, os negros e pardos continuam em desvantagem em relação aos brancos. Em média, os negros têm 4,5 anos de estudo, enquanto os pardos têm 4,6 e os brancos 6,7. Ainda assim, de 1991 para 1999, os anos de estudo aumentaram nessas três raças.

Quanto mais tempo na escola, maior o salário no emprego. Por isso, o aumento nos anos de estudo da população trouxe, como consequência, uma elevação nos salários de brancos, pretos e pardos. Entretanto, mais uma vez os brancos apresentaram vantagens em relação aos negros e pardos. Para os brancos, o aumento de um ano de estudo correspondeu a uma elevação de 1,2 salários mínimos no seu rendimento, ao passo que, para pretos e pardos, esse crescimento foi de apenas meio salário mínimo.

Em 1999, existiam 26,2% de famílias negras vivendo com até meio salário mínimo. As famílias pardas apresentaram um número ainda maior, 30,4%, mais da metade do percentual de famílias brancas, que foi de 12,7. Os negros e pardos também continuaram ocupando a

---

<sup>6</sup> [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br), consulta em 26 de janeiro de 2007.

maioria dos empregos domésticos, 14,6% e 8,4%, contra os 6,1% de brancos, não mudando em relação a 1991.

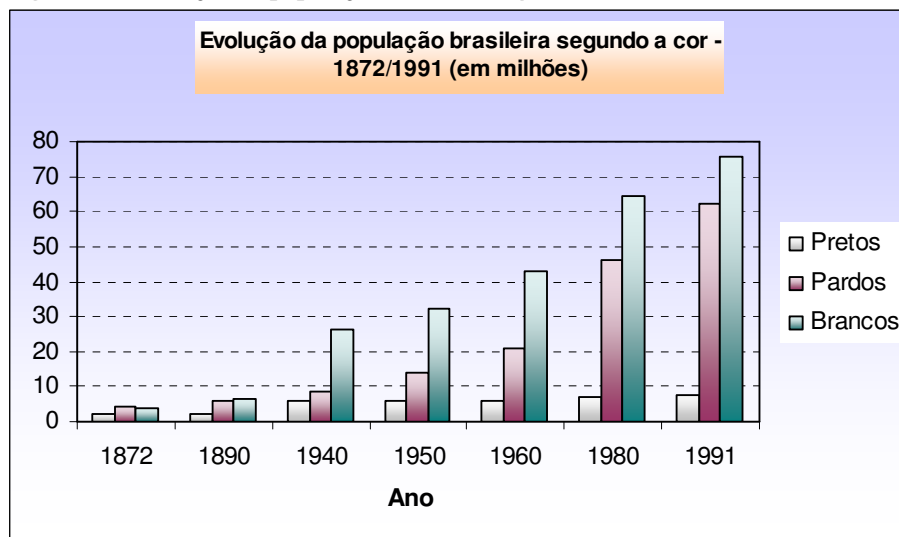
Pelo mesmo IBGE, a renda aparece como determinante do tamanho das famílias, sendo o número de filhos e de pessoas inversamente proporcional à renda familiar. Em 1999, uma família com renda per capita de até 1/4 do salário mínimo continha, em média 5 pessoas, enquanto uma família com renda per capita de mais de 5 salários mínimos continha, em média, 2,7 pessoas. Sendo assim, tais fatores justificam as mudanças na estrutura da população brasileira, apresentadas na Figura 2.1.

Quanto ao sertanejo, ele parece feito por um molde único e resultante da miscigenação de europeus, índios e negros. Segundo Euclides da Cunha, ele revela

quase os mesmos caracteres físicos, a mesma tez, variando brevemente do mameluco bronzeado ao cafuz trigueiro; cabelo arredio e duro ou levemente ondulado; a mesma envergadura atlética, e os mesmos caracteres morais traduzindo-se nas mesmas superstições, nos mesmos vícios, e nas mesmas virtudes. (CUNHA, 1995: 175-176).

Já no que se refere aos traços culturais herdados dos índios, negros e brancos, foram acrescentados outros, definidos, por exemplo, pelo espaço ocupado pela atividade pastoril na região. Esta não é uma característica tão marcante nas observações feitas por Antonio Candido sobre a cultura caipira no interior paulista, onde, ao contrário do que acontecia por aqui, faltava espaço disponível na propriedade e o caipira não podia criar suas cabeças de gado (CÂNDIDO, 2001).

**Figura 2.1: Evolução da população brasileira segundo a cor**



Fonte: IBGE



Constituiu-se, então, no Sertão, um sistema socioeconômico, cultural e político que define uma paisagem marcada por fazendas – onde se praticava a pecuária extensiva e a agricultura de subsistência – e pequenas cidades. A distância de uma fazenda a outra era de quatro a dez quilômetros, podendo, esta distância, diminuir significativamente, quando os proprietários vizinhos pertenciam à mesma família. Estas fazendas eram circundadas por um colar de pequenas cidades, distantes umas das outras, de 50 a 100 quilômetros. Próximas ao Distrito Federal, por exemplo, existiam: Formosa (antiga Vila dos Couros), Planaltina (Antiga Mestre D’Armas), Luziânia (antiga Santa Luzia) com sua marmelada, São João da Aliança, Alto Paraíso (antiga Veadeiros) e Cavalcanti, dentre outras. Elas sempre assumiram o papel de centros comerciais, onde se podia negociar o excedente da produção, além de irradiarem o direito, a educação e a fé, principalmente por meio das festas religiosas.

### **CAPÍTULO 3**

#### **CAPITÃES, SESMEIROS, CORONÉIS E LATIFUNDIÁRIOS NO GRANDE SERTÃO-BRASÍLIA**

##### **Ouro, madeira, pedras preciosas e rapadura**

Pelo apresentado, a matriz que define a formação do povo brasileiro é calcada na mistura de raças e de classes sociais. De um lado, o branco colonizador, do outro, o índio e o negro escravos. Trazendo estas marcas, longe de ser uma sociedade autônoma, aqui o povo não existe para si, e sim para os outros. O que foi uma força de trabalho escrava de uma empresa agromercantil exportadora, já antes dos tempos da construção de Brasília, hoje é uma massa que oferece mão-de-obra numerosa e barata, concentrada nos grandes centros urbanos. Sua aspiração é a inclusão no sistema de produção, o que a torna um mercado potencial, ansioso pelo consumo.

O processo de organização político-social, que culminou nesta realidade, apresenta características peculiares, diferenciando-se, por exemplo, daquele conduzido pelos ingleses, que fundaram, na América, uma pátria. Diferentemente, Portugal criou aqui um prolongamento do Estado e tal característica veio de uma Península Ibérica que formou, plasmou e constituiu uma sociedade, sob o império da guerra. Foi então que, forjando um Estado patrimonial, implacável nos seus passos e sempre no sentido de manter uma elite improdutiva, rejeitou o capitalismo industrial. Tendo se esquivado da atividade produtiva, o comércio passou a definir o destino do reino, evoluindo para o comércio moderno com as

navegações longas e nutrindo uma burguesia desvinculada da terra, capaz de financiar a mercancia.

O sistema patrimonial adotado, “ao contrário dos direitos, privilégios e obrigações fixamente determinados do feudalismo, prende os servidores numa rede patriarcal, na qual eles representam a extensão da casa do soberano (FAORO, 2000, v. 1: 25).

A Península Ibérica havia sido invadida, em 711, por Berberes, com fortes influências árabes que a dominaram por mais de cinco séculos, inicialmente, sob o controle de Damasco, e, mais tarde, na forma de um emirado e califado. Assim, Portugal definiu sua estrutura social e política, marcado pelo legado da cultura mulçumana, pela guerra, pelo comércio, pela supremacia dos príncipes, pela Grande Peste, de 1348, e suas conseqüências, o que culminou na revolução portuguesa. “Perece uma dinastia, a dinastia afonsina, filha da infância do reino; em seu lugar, ergue-se a gloriosa dinastia de Avis (1385-1580), plataforma social e política da conquista do mundo desconhecido pelas audaciosas naus de Vasco da Gama (*Ibid.*: 37). O Mestre de Avis, Regedor e Defensor do Reino, em dois anos de guerra, se converteu em D. João I, o primeiro rei de Avis.

Seu Estado patrimonial foi constituído pelos estamentos, órgãos que representavam a realidade com seu espírito manifesto na cruzada, rapina, pirataria, comércio e dilatação do império da fé, com a Coroa presente em todos os monopólios que lhe pertenciam: pimenta, pau-brasil e escravos. “O mercantilismo empírico português, herdado pelo Estado brasileiro, fixou-se num ponto fundamental, inseparável de seu conteúdo doutrinário, disperso em correntes, facções e escolas. Este ponto, claramente emergente da tradição medieval, apurado em especial pela monarquia lusitana, acentua o papel diretor, interventor e participando do Estado na atividade econômica” (*Ibid.*: 70).

Sendo assim, de terra a ser explorada, o Brasil passa a se converter no herdeiro de uma longa história, definida pela revolução de Avis e seu Estado, com estamento de feição burocrática, que se alimenta da desprezada e aviltada classe comercial. A fisionomia do Século XVI é marcada pela corte e a cidade, esta como complemento daquela; a residência real é cercada pelo alvoroço da febre comercial. “Todo o reino estava embarcado na exploração do mundo: as caravelas voltavam carregadas de especiarias, escravos, açúcar, para o contentamento da Europa. A capital festiva, a Lisboa quinhentista, expandia o rumor de sua febre a todos os extremos do mundo” (*Ibid.*: 87).

Todos os grandes acontecimentos desse período da história apontam para a expansão do comércio na Europa. No caso brasileiro, a relação entre a Colônia e a Metrópole é orquestrada

por esta última, com a realidade econômica e social se articulando num contexto político que governa as praias e atravessa os sertões, por meio do financiamento da produção e da mão-de-obra escrava, bem como da intermediação com os compradores europeus.

Neste contexto, a capitania apresenta-se como um estabelecimento militar e econômico voltado, tanto para a defesa externa, quanto para o incremento das atividades capazes de estimular o comércio português. Nela, o capitão e governador era sempre católico, representava o Rei, administrava e delegava com jurisdição sobre o colono português, ou estrangeiro. Por sua vez, estes eram livres quanto à comercialização de sua produção, porém dentro de um campo rigidamente fixado. Para tanto, a Coroa não confiou esta empresa a homens de negócios preocupados unicamente com o lucro e a produção, mas às pessoas próximas do trono, burocratas e militares, letrados ou guerreiros provados na Índia, a pequena nobreza ávida de glórias e riquezas.

Sendo assim, na era seiscentista, Portugal fica sufocado pelo absolutismo de um Estado centralizador, armado de um estamento que consolidava a supremacia e controle da realeza sobre todos: nos negócios, empresas, aventuras e planos que se fundamentava na distribuição das terras. Nela se fixava, por exemplo, o centro da empresa agrícola, que era capaz de condensar populações e de ajuntar riquezas de exportação. Aqui, o Rei, em nome da Ordem de Cristo, que fora absorvida pela Coroa, “distribuiu por meio dos donatários, os chãos aráveis, sem nenhum encargo a não ser o dízimo” (*Ibid.*: 141). As sesmarias eram propriamente as doações de terras pelo capitão-governador.

Nesta fase mercantilista, o Brasil era visto como importante fonte de riqueza por seus produtos comercializáveis. Precavido, Portugal não arriscava o seu já escasso capital, corroído por outras aventuras e pelas garras ávidas da nobreza, constituída pelos militares e funcionários que acumulavam cargos, cultivando o ócio. Neste contexto, o trabalho manual tornara-se um símbolo servil, e o consumo improdutivo, sinônimo de prestígio, um instrumento de poder entre os pares e o príncipe, o que sugere grandeza, importância e força. O lucro fácil das especulações ultramarinas nutriam os servidores públicos – nobres e burocratas – que “vestiam-se com as roupas das manufaturas inglesas, cobriam as mulheres de jóias lavradas na Holanda, comiam o trigo importado, tudo à custa do ouro que, célere, mas lhes pousava nas mãos” (*Ibid.*: 98).

Em conseqüência, a nobreza burocrática era a dona da terra; os comerciantes e os capitalistas enriqueciam com os lucros do Oriente. Por outro lado, as massas populares deterioravam-se com a instabilidade do emprego, a indigência e a mendicância. Era uma

massa imensa de gente ociosa, expulsa da agricultura, pois os campos se converteram em pastagens, restando-lhes o roubo, pelo que o enforcamento os punirá.

Na Colônia, os investimentos ficavam por conta dos nobres e ricos, que eram atraídos pelas possibilidades de lucros. Já para os pobres, o Rei acenava com a promessa de vida fácil, afirmando que aqui não havia trabalho, nem medo, nem governo, nem submissão. Como fruto desta estratégia, a propriedade rural brasileira se expande, e o faz com a exportação de seus produtos, por meio de Lisboa. O que dinamizava o setor de produção da cana de açúcar, por exemplo, era esta exportação, pois permitia a compra de escravos e propiciava lucros extorsivos. Com isto, o Brasil entra de cabeça na economia global.

Porém, as vantagens da colônia tinham os seus limites bem marcados pelo dízimo da colheita e do pescado, pelo monopólio do comércio do pau-brasil, das especiarias, das drogas, pelo quinto das pedras e metais preciosos.

Ao nível global, Celso Furtado lembra que

no contexto europeu coube a Portugal a tarefa de encontrar uma forma de utilização econômica das terras americanas que não fosse a fácil extração de metais preciosos. Somente assim seria possível cobrir os gastos de defesa dessas terras [...] De simples empresa espoliativa e extrativa – idêntica à que na mesma época estava sendo empreendida na costa da África e nas Índias Orientais, - a América passa a constituir parte integrante da economia reprodutiva européia, cuja técnica e capitais nela se aplicam para criar de forma permanente um fluxo de bens destinados ao mercado europeu. (Furtado, 2000: 5)

### **Sertão: confins viáveis**

No âmbito local, aos olhos da Coroa, tornava-se necessária a conquista do Sertão, o domínio do índio feroz e da natureza hostil dos bichos e terrores que habitavam a floresta, visão que sempre desembocou numa relação predatória com o ambiente e esvaziada de vínculos entre o homem e a terra. Como relatada em capítulo anterior, a primeira iniciativa rumo ao interior partiu do poder central e voltou-se para o Vale do Rio São Francisco.

Então, a interiorização deu-se com a orientação firme do Governo Geral, auxiliada pela estrutura militar do Reino, já implantada na colônia. A exploração eficiente das riquezas minerais dependia deste controle dos sertões, do domínio da rede fluvial, cuja legitimação só era dada pelo Estado, onde era expresso o seu domínio. A bandeira sertanista tomava como fundamento, nas prescrições régias, o caráter de companhia militar que entra nos sertões,

promovendo a dominação da natureza pelo homem, do índio pelo índio e de todos pelo branco.

No entanto, haviam os limites impostos pelo Tratado de Tordesilhas, celebrado entre Portugal e Espanha, em 7 de junho de 1494, na povoação castelhana de Tordesilhas, que definia a partilha do chamado Novo Mundo entre as duas coroas. Isto se deu um ano e meio após Colombo ter reclamado, oficialmente, a América para Isabel, a Católica. A divisão das terras descobertas, bem como a das terras a se descobrir, era estabelecida por um [semi-meridiano](#), estabelecido a 370 léguas (1.770 km) a oeste das ilhas do [Cabo Verde](#), que se situaria hoje a 46° 37' a oeste do [Meridiano de Greenwich](#).

De fato, a faixa que cabia a Portugal não alcançava, em termos de interiorização, a atual demarcação do Distrito Federal. Valendo-se da união das coroas de Portugal e Espanha, os portugueses encontraram uma brecha para a expansão de suas terras, rumo ao Sertão. Paulo Bertran (1994) aponta Domingos Grou e Antônio Macedo como os primeiros a conhecer, pelo Sul, o Planalto Central do país:

Tratando-se de nautas portugueses do sertão, em uma expedição de quatro anos, quando o Tratado de Tordesilhas estava, desde 1580, com a união das coroas de Portugal e Espanha, de fato suspenso, não há mesmo como sofrer a curiosidade desses navegantes do São Francisco em espiarem o que havia além das chapadas, ao sol poente. (BERTRAN, 1994 :39)

Em termos da qualidade das relações estabelecidas, estas foram distintas e distantes daquelas que faziam parte da organização social que aqui existia, antes da chegada dos portugueses e que se caracterizavam por uma proximidade marcante com a natureza. Com a presença do aparelho de Estado representado pela Coroa, o controle transforma-se em opressão. A exploração, muito especializada e limitada dos ecossistemas, torna-se rápida e potencialmente ilimitada. Um homem ou um grupo humano passa a explorar as plantas e os animais, as riquezas minerais e outros grupos humanos, tudo em nome da garantia de manutenção da estrutura social, política e econômica, imposta pela Coroa.

Com isso, os índios são escravizados e os ecossistemas degradados. Naturalmente, o predatismo – relação ecológica desarmônica em que o predador mata a sua presa para se alimentar – se limita às necessidades de sobrevivência do predador. Em processos semelhantes ao da colonização brasileira, o assassinio desencadeado pelo poder, lucro, ódio, paixão e prazer, transformou-se coletivamente em massacres. Muitas culturas foram extintas, muitas línguas foram arrancadas violentamente do patrimônio cultural brasileiro, heranças dos sucessivos genocídios.

Com a descoberta do ouro e o início do seu ciclo, no fim do século XVII, o governo cala a crescente insubordinação, por parte dos conquistadores dos sertões, e o Rei passa a tomar conta diretamente dos seus negócios, o que representava o retorno aos grandes investimentos. “A ordem se restabelece: a lei é a lei do reino e não dos sertões (...) O Rei queria súditos e não senhores, soldados e não caudilhos” (FAORO, 2000: 185-186).

Desta forma, o Estado colonial assumiu o papel do monstro sem alma, titular da violência, cobrador de impostos impiedosos e recrutador de homens para empresas pelas quais ninguém se sentia solidário.

No entanto, além do ouro e das pedras preciosas, a conquista do Sertão brasileiro trouxe um acréscimo considerável de terras para Portugal, chegando a quase dobrar o que havia sido definido no Tratado de Tordesilhas.

As distorções seriam minimizadas pelo Tratado de Madri, assinado pela Espanha e Portugal, em 13 de janeiro de 1750. Este foi fruto da habilidosa atuação diplomática do padre santista, Alexandre de Gusmão, o “artífice do tratado de Madri” (BERTRAN, 1994: 229). Pela primeira vez, desde o Tratado de Tordesilhas de 1494, procurava-se definir a totalidade dos limites, entre as possessões dos reis de Portugal e Espanha, na América do Sul. E isto acabou por dar a Portugal uma configuração muito próxima à atual delimitação territorial do Brasil, tendo abraçado as terras resultantes da conquista do Sertão.

### **Terra e poder**

A distribuição de terras era feita pela Coroa e pelo donatário. A sesmaria era a grande propriedade outorgada àqueles que possuísem posses e tradição familiar. No *Grande Sertão: Veredas*, Riobaldo encontra-se com Seo Josafá Ornelas, proprietário da Fazenda Barbaranha, um “homem bom descendente, posseiro de sesmaria” (ROSA, 1994, v. 2: 187). Aqui, o jagunço narrador do romance de Guimarães Rosa deixa clara a natureza elitista do sistema de distribuição das terras por Portugal. Por meio de favoritismos, foi dada margem a formação de grandes latifúndios, como o da família dos Garcia D’Ávila que, a partir do Governo de Tomé de Souza, construiu um dos maiores latifúndios do Brasil. Luiz Alberto Bandeira (2000) demonstra que, na realidade, “Garcia D’Ávila foi o herdeiro de Tomé de Sousa. Dele comprou ou herdou todas aquelas terras e o gado que nela pastava, pois sua filha Helena, cujo marido, Diogo Lopes de Lima, tombara morto na batalha de Alcácer Quibir, já era falecida em 1559, sem deixar sucessão” (BANDEIRA, 2000: 99).

Na realidade, a Casa da Torre de Garcia d'Ávila era um importante ponto estratégico entre os Estados de Pernambuco e Bahia. Foi de lá que a infantaria luso-brasileira partiu para atacar os holandeses entrincheirados no rio Real. Estes chegaram ao Brasil, por conta da disputa pelo controle do açúcar. Esta se torna, “destarte, uma das razões de ser da guerra sem quartel que promovem os holandeses contra a Espanha. E um dos episódios dessa guerra foi a ocupação pelos batavos, durante um quarto de século, de grande parte da região produtora de açúcar no Brasil” (FURTADO, 2000: 15). Tal invasão foi uma das conseqüências da união das coroas portuguesa e espanhola, em 1580.

Outro motivo de a Casa da Torre ser definida como ponto estratégico, é que “Também naus portuguesas, em demanda da cidade de Salvador, tiveram de arribar àquele porto, o único que se abria na cadeia de recifes entre o rio Real e a Bahia de Todos os Santos, em busca de abrigo” (BANDEIRA, 2000: 148). Desta forma, dali o capitão Garcia d'Ávila comandou importantes operações de guerra, de fiscalização do movimento de tropas holandesas e de acolhimento de embarcações, não somente portuguesas.

A partir daí, sempre sob a orientação do seu tio e cunhado, padre Antônio Pereira, o prestígio conquistado por Garcia d'Ávila traduziu-se no aumento das suas posses:

O conde de Castelo-Melhor, em 22 de abril de 1651, ainda durante a guerra contra as forças da Companhia das Índias Ocidentais, concedera, ao sobrinho e ao tio de sesmaria toda a terra que se achava desde a primeira cachoeira, no rio S. Francisco, até a última aldeia dos Cariguaçus, com as ilhas, pontas, enseadas etc., e daquela cachoeira para baixo até entestar com terras povoadas no limite da capitania de Sergipe com a Bahia. Cerca de um mês depois, em 24 de maio de 1651, outorga-lhes outra sesmaria de terras na capitania e limites de Sergipe D'Él Rei, que ao sul entestavam com o termo da cidade da Bahia, pelo rumo do leste a oeste, desde o rio Real e outras terras que acima do rio Itapicuru estivessem devolutas. Em 28 de abril de 1654, ainda quando as forças da Companhia das Índias Ocidentais, derrotadas, retiravam-se do Nordeste brasileiro, o próprio padre Antônio Pereira recebeu de sesmaria toda a terra que se encontrava da barra do rio Salitre, confluência com o São Francisco, e mais de vinte léguas pelo mesmo rio São Francisco acima e para a banda do sul [...] Em 15 de maio de 1654 o capitão Garcia D'Ávila registrou terras de sesmaria, com seis léguas de largo e mais duas do lado do mar, recebidas em 1621 por seu pai, que as povoava com currais de gado. (*Ibid.*: 149-150)

Em Goiás, durante o tempo em que o seu território era governado pela Capitania de São Paulo (1722-1748), as doações também eram generosas. Segundo Paulo Bertran,

Em 1726 foram dadas as mercês das sesmarias ao Anhanguera e seus sócios na 'descoberta' de Goiás, nas passagens dos rios de canoa da longa estrada de São Paulo até as minas do rio Vermelho. Generosos 1.300 quilômetros quadrados em cada passagem, somando-se onze passagens ao, algo como 14.300 quilômetros quadrados, duas vezes a atual área do Distrito Federal. (BERTRAN, 1994: 87)

Quanto ao Distrito Federal, as mais antigas sesmarias “foram as duas concedidas a Manoel de Barros Lima, em 1741, “entremeio o rio Maranhão e as longitudes de Planaltina. A outra é de um certo Estevam Ordonho de Sepeda, seguramente paulista, e que devia descender de troncos espanhóis chegados a São Paulo, em fins dos anos 1.500” (*Ibid.*: 89).

Com o fim do ouro em Goiás, as sesmarias da segunda metade do Século XVIII instalaram-se para compensar os custos alimentares da extração do ouro, em declínio. Devido ao isolamento, a produção do açúcar nos engenhos do sertão tornara-se inviável. Então, começam a surgir as fazendas, onde eram praticadas a agricultura de subsistência e a pecuária extensiva.

Jacques Lambert defende que os domínios muito vastos desse sistema de distribuição das terras, somado à natureza das culturas da zona tropical e ao emprego da mão-de-obra escrava ameríndia ou africana, definiram a distribuição da população brasileira. Foram formados pequenos grupos homogêneos, concentrados em torno da sede de exploração, porém separados por grandes distâncias das outras explorações. Para ele, “As fazendas são propriedades feudais grandemente hierarquizadas, não existindo em face do proprietário, senão a mão-de-obra escrava e, às vezes uma clientela livre, mas igualmente dependente do senhor” (LAMBERT, 1959: 117).

Evitando os exageros, já no fim do Século XVIII, as sesmarias não seriam outorgadas se ultrapassassem as três léguas, tendo em algumas capitânicas, a meia légua como limite. Em geral a média girava em torno de uma légua quadrada, ou 9 mil braças de 2,20 m. Os latifúndios fizeram proliferar o dependente agrícola, o colono de terras aforadas e arrendadas, bem como a classe dos posseiros sem títulos que, em 1822, foram legitimados pela Resolução de 17 de outubro, que anulou o regime de sesmarias.

Contradizendo Lambert, autores como Faoro defendem que, apesar das extensões dos latifúndios, o sistema de colonização brasileiro não pode ser caracterizado como feudal, pois se aproximou mais do capitalismo politicamente orientado e da ação manifesta nos favores concedidos aos donatários, favores de estímulo a uma empresa, na qual o rei investia para colher benefícios futuros. Neste sistema, o rei subordinava as pessoas, o governo dirigia as ações. “Essa relação vertical não se coaduna com o feudalismo, no qual vive a idéia de pacto entre camadas desiguais, mas estruturas rigidamente em privilégios” (FAORO, 2000, V. 1: 149).



Todavia, não podemos nos esquecer dos efeitos descentralizadores e dispersivos das donatarias, provocado pelo isolamento geográfico e pela extensão da costa, que geraram núcleos de autoridade social, mesmo com a administração real negando a consolidação da autonomia política. Em reação, é instaurada uma progressiva centralização, o que distancia cada vez mais o sistema feudal. Todo um cuidado era dedicado para que o mundo americano não esquecesse o cordão umbilical, de mão dupla, que lhe oferecia força de trabalho, ao mesmo tempo que lhe sugava as riquezas. O Rei não se distraía.

Nesse contexto, o governo-geral não emerge da ruína da colônia, mas da promessa de seus lucros. Sem extinguir as capitâneas, o governo-geral foi instituído em 1548, tendo sido instalado na Bahia, no ano seguinte. Com ele, veio Tomé de Sousa, o primeiro governador-geral e o Regimento, lavrado a 17 de dezembro de 1548, um documento básico, primeira Constituição brasileira, cuja tendência era a unificação territorial e jurisdicional. Por ela, o governador-geral cuidaria, principalmente, da defesa contra o gentio e o estrangeiro, bem como do fluxo de pessoas para o Sertão.

Como estratégia de sustentação da política de rédeas curtas imposta aos potentados rurais, o município, na viva lembrança dos êxitos da monarquia, foi de extremo vigor e eficácia. Assim, eram mantidos os grandes e poderosos sediados nos municípios, fiéis sustentáculos do sistema, sejam nos tempos de acordo, ou nos períodos de crises políticas mais acirradas, situações que se alternam na história. Além disso, o modelo serviria a outro propósito: o povoamento com disciplina dos moradores. Era uma armadura local, que valorizava o povo contra a aristocracia, coletava rendas e tributos, organizava o povoamento e, por último, recrutava soldados nas necessidades de defesa.

O controle exercido pela Coroa era tão grande que, no Brasil Colonial, o estabelecimento das cidades e vilas era precedido pela definição do seu capitão-mor regente, com carta concedida pelo rei, ou governador. No processo, “O Regimento de Tomé de Sousa fixa a dicotomia administrativa entre o governo-geral e o municipal, com funcionários próprios de uma e outra circunscrição. O pelourinho simbolizava o núcleo legal: instrumento e símbolo da autoridade, coluna de pedra ou de madeira, que servia para atar os desobedientes e criminosos para o açoite, ou enforcamento” (*Ibid.*: 168).

Desta forma, o avanço da colonização se dá pela vontade da burocracia, que se expressa na atividade legislativa e regulamentar. Desde a gênese da história brasileira, a realidade foi feita e construída por decretos, alvarás, e ordens régias. Do alto e de longe, a Metrópole que define a forma da terra inculta e selvagem, desconhecida e remota. Caso os colonos ameacem

extremar-se no localismo, a criação de uma nova vila é um sinal de que a Coroa está presente e disposta a substituir a força dos patriarcas pela força régia.

Nesse contexto, somente nas localidades com status de vila, concedido pelo poder régio, podiam instalar-se as câmaras municipais que se compunham dos dois juízes ordinários, ou, onde houvesse, do juiz de fora e dos três vereadores. “Eram também oficiais da câmara com funções especificadas, o procurador, o tesoureiro e o escrivão, investidos por eleição, da mesma forma que os juízes ordinários e os vereadores” (LEAL, 1997: 81).

Durante um longo período que chegou à meados do Século XVII, as câmaras exerceram imenso poder que extrapolava aos textos legais, muitas vezes indo contra eles. Isto se devia ao extenso domínio rural, essencialmente monocultor e construído sobre o trabalho escravo. Então, o poder político da Coroa é encontrado, de fato, investido nos proprietários rurais e exercido nas administrações municipais, um germen do coronelismo. “Por tudo isso, o latifúndio monocultor e escravocrata representava, a essa época, o verdadeiro centro de poder da Colônia: poder econômico, social e político” (*Ibid.*: 86).

A descoberta do ouro e conseqüente necessidade de maior controle da Coroa sobre a Colônia, exigiram o aumento do prestígio e melhor aparelhamento, especialmente dos juízes de fora, ouvidores e governadores. Com a mudança da Corte para o Brasil, a independência e a constitucionalização do país, houve uma progressiva redução do poder privado. A partir da abdicação de D. Pedro I, o poder público deixa de ser expressão acima e fora do país, para refletir em sua composição, justamente as forças políticas da própria terra, momento em que ocorre a transferência do poder para as mãos do senhoriato rural.

Quanto ao sistema fundiário, para quem não tem posses e ascendência importante, a saída é a submissão ao arrendamento, ou a compra de um pedaço de terra do grande proprietário. Foram os vaqueiros e os posseiros os verdadeiros conquistadores da terra. Temos assim, os dois elementos básicos necessários à compreensão das relações sociais do sertanejo: a estrutura fundiária, calcada no latifúndio, e as relações de trabalho entre os donos da terra e seus servidores. Esta estrutura foi estabelecida debaixo do paradigma da exploração/subjugação da natureza e do homem pelo homem.

A forma de poder político que emerge desse sistema é a posse da terra, mantida por meio da hereditariedade e casamentos combinados, tendo como meta a manutenção dos interesses dos latifundiários. No dizer de Riobaldo, “sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias. Deus mesmo, quando vier, que venha armado” (ROSA, 1994, v. 2: 17). Em

decorrência disso, para compartilhar seu poder, a Coroa tem na mira os grandes proprietários da terra.

### **O Sertão dos jagunços**

Neste contexto, “a jagunçagem representa um regime autoritário de dominação em que os fazendeiros arregimentam seus subordinados para defesa de sua propriedade e perseguição de suas ambições políticas. O latifúndio com seu exército particular de jagunços constitui a unidade mínima do poder no país, e de suas alianças originam-se os partidos municipais, estaduais e nacionais” (BOLLE, 2001: 184). Em entrevista a Álvaro Garcia, Bolle<sup>7</sup> aprofunda esta discussão, ao comparar as posturas paradigmáticas de Guimarães Rosa e Euclides da Cunha:

“O jagunço é um homem de armas a serviço geralmente de um latifundiário. Qual a diferença em comparação com o cangaceiro? O cangaceiro é um homem de armas independente. Ele não é nenhum grande chefe, mas também não é subordinado a ninguém. A diferença é que o jagunço, por definição, é subordinado e age a mando de um dono do poder, por sua vez, o cangaceiro, que tem como protótipo o Lampião, é independente. Vem de novo a tese de que *Grande Sertão: Veredas* é uma crítica aos Sertões de Euclides da Cunha. Uma reescrita crítica. Rosa faz questão de retomar a palavra jagunço no seu sentido próprio, ou seja, limpar a palavra de uma contaminação sofrida por outros tratamentos. Euclides da Cunha chama os seguidores de Antônio Conselheiro de jagunços, o que pelo sentido estrito da palavra, não está correto. É um uso retórico que tem o agravante de lançar mão de uma criminalização. Se eu chamo alguém de jagunço é o equivalente de chamá-la de pistoleiro. A palavra existe na realidade do Brasil dos nossos dias. O assassinato recente da freira Dorothy Stang na Amazônia foi realizado por jagunços. Em *Os Sertões*, ele que conhecia muito bem o valor do vocábulo chama os seguidores do Antônio Conselheiro de jagunços, sendo que o Antônio Conselheiro conseguiu que uma série de mão-de-obra sertaneja deixasse de trabalhar como jagunços para os latifundiários da região e os congregou junto a si para construir um novo tipo de sociedade. E o fato dele ter tirado essa mão-de-obra das mãos dos tradicionais donos do poder foi uma das causas da guerra. Isto consta da historiografia sobre Canudos. Por exemplo, Walnice Galvão deixa isso bem claro no seu livro sobre o Reino do Belo Monte”.

No Sertão, o poder do latifundiário não se manifestava apenas no plano político, pois ele tinha em sua volta uma pequena comunidade, formada pela sua família e agregados, vaqueiros e meeiros, que podiam acumular a função de proteção do latifúndio. Como vimos acima, existiam aqueles sertanejos que eram contratados, exclusivamente, para garantir a segurança do coronel e dos seus. Tânia Rebelo Costa Serra (1990), descreve estas relações, de maneira que evidencia o estabelecimento de “uma espécie de cumplicidade, ou seja, a do patriarcalismo, com uma divisão de tarefas bem específica. O senhor deve proteger seu empregado – frequentemente é o padrinho dos seus filhos – e este deve servi-lo sem

<sup>7</sup> Disponível no site [www.sertoos.art.br](http://www.sertoos.art.br) em 28/10/2006.

discussões” (SERRA, 1990: 25). O núcleo central da sociedade rural estava na família do senhor de terras. Seu chefe, o patriarca, reproduzia ali a tirania do Estado sobre a Nação. E essa tirania, como no caso do Estado, é atenuada pelo paternalismo, a manifestação concreta do namoro entre estas instituições e seus poderes.

No *Grande Sertão: Veredas*, Riobaldo chega a poderoso chefe de bando, famoso pela pontaria precisa e pelo carisma exercido sobre os companheiros jagunços, tendo sido escolhido para este posto porque era independente, corajoso, astuto, perspicaz, forte e homem de grande intuição. Maduro, galga de graus superiores na sociedade sertaneja, ao conquistar o *status* de herói, por ter acabado com o jaguncismo, e o poder próprio dos latifundiários, ao herdar as melhores fazendas de seu pai, o anteriormente tido como padrinho, Selorico Mendes.

Assumindo ares de senhor proprietário das terras herdadas, assentado na varanda da sede de sua fazenda principal, define a natureza paternalista da relação que tem com seus agregados que, na realidade, são velhos companheiros de jaguncismo. Ele fala da “proteção” que representa e da fidelidade que é esperada, como reconhecimento:

E sozinhozinho não estou, há-de-o. Pra não isso, hei, coloquei redor meu minha gente. Olhe o senhor: aqui, pegado, vereda abaixo, o Paspé – meeiro meu – é meu. Mais légua, se tanto, tem Acauã, e tem o compadre Ciril, ele e três filhos, sei que servem. Banda desta mão, o Alaripe: feito esse! Depois mais: o João Nonato, o Quipes, o Pacamã-de-Presas. E o Fafafa (...) deixo terra com eles, deles o que é meu é, fechamos que nem irmãos. Para que eu quero ajuntar riqueza? Estão aí, de armas areiadas. Inimigo vier, a gente cruza chamado, ajuntamos: é hora dum bom tiroteamento em paz, exp'rimentem ver. (ROSA, 1994, v. 2: 21)

Uma das queixas da Dona Alina de Oliveira Carvalho quanto à modernização do Sertão, refere-se ao fim do patriarcalismo e dessa proximidade entre os proprietários e seus agregados. Segundo ela, “naquela época todas as fazendas tinham os seus agregados, aquele pessoal que ajudava a tocar a fazenda, a tocar os bois. A família era criada junto com agente. Era tudo criado junto. Eu acho que é isso que piorou muito a situação lá e que piorou a situação das cidades brasileiras”. Para ela, a causa do distanciamento foi a chegada da Lei do Uso Capião, o Artigo 1238 do Código Civil: “Então atrapalhou a relação. Aqueles fazendeiros todos que tinha aquele pessoal mandou todo mundo embora. Porque não queria dispor da fazenda dele, não é? [...] Então, o que aconteceu. Aquele povo todo saiu por aí afora. Para onde que iam? Iam para as cidades.

Como exemplo da proximidade, a Dona Alina fala sobre uma irmã de criação: “A minha mãe, no princípio da vida dela, antes de eu nascer, meu pai tinha lá um vaqueiro, o Martinção Preto, porque ele era grandão, fortão, pretão. Quando a minha mãe teve a segunda filha dela, que era mulher, a mulher dele também teve e morreu. Ela era muito doente e

morreu de parto dessa menina. A minha mãe criou as duas. A Orgilia que era filha dele viveu conosco até que casou. A vida lá era assim. Então eu acho que essas modernidades que foram introduzidas por um lado ajudou, mas por outro eu acho que piorou muito”.

Com nomenclatura um pouco diferenciada, Hobsbawm identifica dois grupos distintos de bandidos: “os bandidos comuns, que roubavam, assassinavam... e o... bandido social” (HOBSBAWM, 1975: 25). O bandido social entra para a vida clandestina em condições histórico-sociais específicas, tais como miséria extrema provocada por falta de equidade social, conjugada com secas rigorosas. Isto permite localizar este fenômeno no tempo. No Brasil, o banditismo começou em 1840, e teve o seu fim, em 1940. Era uma forma primitiva de protesto social organizado e característica das sociedades agrícolas pré-industriais. Dentro do banditismo social, o capanga é um homem pertencente ao exército de um grande proprietário, o equivalente ao jagunço. Já o cangaceiro vivia em bandos independentes, que não possuíam endereço fixo; eram errantes.

Ao definir as principais características das famílias tradicionais do Município de Buritis, MG, o Seu Rosa, um dos principais narradores dessa pesquisa e falecido no ano de 2005, cita os Rocha, que, além de muito maus, eram seguros. “Os Rocha é mau. De primeiro era onde arranjava as jagunçada era na família Rocha. Eles é de uma segurança que você vê um Rocha e sente vontade de dar uma esmola pra ele comer, mas ele ta é com o borço cheio de dinheiro. [...]. A minha mulher é Rocha. Tem vez que os menino ta precisando dum dinheirinho e eu digo: - Mexe com a sua mãe que ela tem. Vai numa cumbuca e vai noutra e logo aparece dinheiro”

Os jagunços também gostavam de dinheiro e praticavam cobranças de impostos, prêmios ou dízimos. Ao que parece, os sertanejos, de um modo geral, gostam muito de dinheiro. Passando por Goiás, ao chegar à fazenda Carimã, de Timóteo Regimildiano da Silva, “do Zabudo, no vulgar”, Riobaldo vive uma situação constrangedora e ao mesmo tempo hilária:

Do Zabudo, homem somítico, muito enjoativo e sensato. Requeri dele o prêmio – que marquei em arras de sete contos – e ele se desesperou, conforme caretas, e suas costas das mãos, mesmas, uma e depois a outra, diversas vezes ele beijava [...] Por causa da caceteação, concedi rebates, acabei deixando o estipulado em três-contos-quinientos; e também por receio de se pegar em mim a nhaca daquele atraso. Se bem que, no repleto de dinheiro ganho goiano, como já se estando, eu descarecia de sistema de bruteza com ninguém. (ROSA, 1994, v. 2: 340)

Figuras ambíguas eram homens violentos e sanguinários, mas ao mesmo tempo justiceiros e defensores dos fracos, administrando seus recursos, visando a paz no Sertão,

limpando dele a injustiça. É o que fez Riobaldo, quando acudiu uma mulher em trabalho de parto:

Mulher tão precisada: pobre que não teria o com que para uma caixa-de-fósforo. E ali era um povoado só de papudos e pernósticos. A mulher me viu, da esteira em que estava se jazendo, no pouco chão, olhos dela alumiar de pavores. Eu tirei da algibeira uma cédula de dinheiro, e falei: - “Toma filha de Cristo, senhora dona: compra um agasalho para esse que vai nascer defendido e são, e que deve de se chamar Riobaldo...” Digo ao senhor: e foi menino nascendo... (*Ibid.*: 297-298)

Outra característica marcante dos bandidos sertanejos e importante item do seu código de honra, é a coragem. Por meio dela, eles conquistam o respeito e a auto-estima.

Maria Isaura de Queiroz (1977), conta que, num cerco a uma fazenda, Lampião descobre que o seu dono lutava só com um companheiro. No meio do tiroteio, o cangaceiro grita:

- Vicente Moreira, hoje era o teu dia, cabra safado, mas tu é ome valente, e ome valente assim não se mata. Sai da toca e vamo fazê um acordo.’  
Vicente saiu do esconderijo e, em campo raso, fizeram um pacto de não-agressão mútua. Quando Lampião ia-se retirando, Vicente o advertiu de que era cunhado de José Saturnino (um inimigo de morte) e ponderou:  
- Se você ataca Saturnino, eu tenho de lhe atacar. Por via disso é mais mió se desfazê o trato, a mode eu não sou ome de traição.” Lampião gostou (...) estendeu-lhe a mão e disse: “ - Aceito o trato. Tou vendo que você é ome mesmo.” E nunca mais brigaram. (QUEIROZ, 1977: 106)

Como Virgulino, Riobaldo reunia todas as características daqueles que eram aceitos numa corporação desta natureza. Estas características e outras mais, se comparadas com as listadas por Hobsbawm acerca de Lampião, colocam os dois cangaceiros num mesmo patamar: o de mitos. Ambos vieram de famílias remediadas, freqüentaram a escola, sagazes e ladinos, donos de uma capacidade de raciocínio imediato que os transformou, durante os combates, em generais vitoriosos, com enorme poder de decisão. Davam dinheiro aos pobres e evitavam chacinas e atrocidades (HOBSBAWM, 1975: 60).

### **Coronéis, currais, poder e votos**

Por detrás do reboiço criado por jagunços e cangaceiros, não é difícil encontrar um coronel proprietário de terras e de gentes, com força política, tendo as guardas a seu serviço. O Seu Rosa sempre se lembrava de Felipe Rodrigues, tio e latifundiário, que chegou a possuir quase todo o Município de Buritis, MG. Coronel poderoso, ponderador e que nunca dava resposta na hora. “Nem pra mulher dele dava resposta na hora. Tudo ele dava depois”. Felipe Rodrigues sempre se via às voltas com jagunços temidos. Certa ocasião, salvou Antonino Cândido Lopes, coronel, cunhado e amigo, das garras de Antônio Dó, o jagunço mais famoso da região, inclusive citado no *Grande Sertão: Veredas*:

Mas, mire e veja o senhor: nas eras de 96, quando os serranos cismaram e avançaram, tomaram conta de São Francisco, sem prazo nem pena. Mas nestes derradeiros anos, quando Andalécio e Antônio Dó forcejaram por entrar lá, quase com homens mil e meio-mil, a cavalo, o povo de São Francisco soube, se reuniram, e deram fogo de defesa... (ROSA, 1994, v. 2: 110)

O Seu Rosa nos descreveu o confronto entre coronéis e jagunços e que envolveu os principais elementos constitutivos do universo sertanejo: a terra, o gado e a família. Na verdade, o Antonio Dó foi contratado para matar o Antonino Lopes, porque o inventário do seu pai, Cândido Lopes, fora de doze mil rezes, mas na realidade deixara umas vinte mil rezes como herança para os filhos. A madrasta de Antonino Lopes e terceira esposa de seu pai, Maria Bitá, quis levar seu quinhão e foi armada a confusão. O Seu Rosa explica: “O inventário foi feito de doze mil reis [rezes]. Naquele tempo deixava muita coisa por fora pra não encarecer o imposto de ‘causa morte’. Chamava remanescente aquilo que ficava por fora e a partilha chamava remanescente. Aí ele [o Cândido Lopes] morreu e não tinha fio com a Maria Bitá. Ele tinha do primeiro casamento com a véia Maria Inês. Então a Maria Bitá deu pra panhá gado do Pernambuco e levá lá pra Serra das Araras na terra dela. Aí veio uma briga dela mais os herdeiros do Cândido Lopes. Daí ela combinou com o Antônio Dó pra matar o Antonino, que se matasse ele os outros ela passava pra trais”.

Acontece que o Antônio Dó era muito amigo do Felipe Rodrigues, o tio do Seu Rosa, e sempre oferecia os préstimos a ele. No dia em que ele veio cumprir sua missão, por sorte o Antonino Lopes estava na casa do Seu Felipe. O Seu Rosa continua: “Na casa tinha um sote [sótão] de guardar arroz que chama tuia [tulha] e o Antonino escondeu lá. O Antonino entrou lá e a minha tia Maria tampou com banda de couro e almofada. Ele pousou lá e ficou escutando as conversas. Na hora da janta, botô a mesa e meu tio Felipe chamou o Antônio Dó num canto e disse: - ‘seu Antônio, o senhor sempre me ofereceu seus préstimos, eu nunca precisei, mas agora eu preciso de um, sem jeito. Quero que o senhor vá me fazer o favor de não matar o compadre Antonino. Quero que o senhor me faça esse favor’. Ele foi e respondeu para o meu tio: - ‘Bom Seu Felipe, o senhor me pegou numa hora como lá diz, mas como eu falei com o senhor: eu tava pronto pra fazer um favor prô senhor, dois ou três. Prometo ao senhor que volto daqui, num mato o Antonino e num venho aqui mais nunca também. Prometo ao Senhor”. Os home tinha palavra. Volto e num veio aqui mais nunca”.

Aqui, o Seu Rosa enfatiza um dos valores mais preciosos e preservados pelos sertanejos: a palavra dada. João Guimarães Rosa faz o mesmo no Grande Sertão: Veredas. No julgamento de Zé Bebelo, no seu discurso de defesa, Riobaldo se apossa de tal valor e garante

a liberdade do amigo: “Mas agora eu afirmo: Zé Bebelo é homem valente de bem e inteiro, que honra o raio da palavra que dá” (ROSA, 1994, V. 2: 177).

Vitor Nunes Leal (1997) localiza a origem dos coronéis na Guarda Nacional, criada em 1831, em substituição às milícias e ordenanças do período colonial. Nela, a patente de coronel correspondia a um comando municipal ou regional, do seu titular, que raramente deixaria de figurar entre os proprietários rurais. Com o passar do tempo, as patentes passaram a ser avaliadas em dinheiro e concedidas a quem se dispusesse a pagar o preço exigido ou estipulado pelo poder público.

Similar à venda de patentes, foi a distribuição de honoríficos, estratégia usada pela coroa para domar o proprietário rural. Segundo Faoro,

A distribuição será módica, nos graus, sob D. João e de mãos largas no reinado de D. Pedro I, que, de golpe, fundou a aristocracia brasileira, desde logo mais numerosa do que a de Portugal, em muitos séculos de monarquia. O príncipe regente, embora pródigo na sementeira, limitou-se às ordens honoríficas: 2.630 cavaleiros, comendadores e grã-cruzes de Cristo, 1.422 das Ordens de São Bento de Avis e 590 de Santiago. Os barões, viscondes, marqueses e condes viriam depois, sob D. Pedro. A política era, nas intenções, finória: com papel, fita e metal conquistava lealdades, emparelhando na mesma dignidade brasileiros e portugueses, os nativos latifundiários e os transmigrados. No momento da nascente efervescência, quando os fazendeiros viam ao seu lado os arrogantes lusos, o engodo não realiza o mesmo milagre de um século atrás. Mais tarde sentir-se-ia que o ouropel servia apenas para “engodar os fofos” e “premiar os indignos” – isto é, a vacuidade, em termos de poder, das honrarias tornava-se patente [...] [Então, a elite dos proprietários rurais] Compreendeu afinal que as “honrarias ocas” não valiam os sacrifícios feitos em dinheiro e homenagens: o caminho de volta se impôs. (FAORO, 2000, v. 1: 293-294)

Quanto às patentes, estas traduziam prestígio real, intercaladas numa estrutura social profundamente hierarquizada, como a que se costuma corresponder às sociedades organizadas sobre as bases do escravismo.

Mais adiante, o coronelismo passa a ser

sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. [...] Desse compromisso fundamental resultam as características secundárias do sistema “coronelista”, como sejam, entre outras, o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais. [...] O mandonismo e o filhotismo podem ser compreendidos pelo chavão comum entre coronéis: “para os amigos pão, para os inimigos pau”. (LEAL, 1997: 40; 41e 61)

Os líderes políticos municipais nem sempre foram autênticos coronéis, porém os doutores que, a partir dos anos 1940, começaram a substituí-los em muitos casos, ou eram seus parentes, ou então aliados políticos.

Em outras situações, o coronel se ausenta em conseqüência de sua ascensão política, que o leva para longe. Isto acontece quando ele vai ocupar uma vaga de deputado estadual, ou



federal, ou ainda, de senador, ou governador. Na sua ausência, os lugares-tenente assumem a chefia local. “Qualquer que seja, entretanto, o chefe municipal, o elemento primário desse tipo de liderança é o coronel, que comanda discricionariamente um lote considerável de votos de cabresto” (*Ibid.*: 42).

O coronel concentra, em sua pessoa, importantes instituições sociais. Exerce, por exemplo, o papel de juiz sobre os seus dependentes, compondo rixas e desavenças e proferindo, às vezes, verdadeiros arbitramentos que são respeitados por aqueles. Assume também extensas funções policiais, tornando-as muitas vezes efetivas, contando com seus empregados, agregados, capangas e jagunços. Para tanto, ele se vale da posse da terra, pois a massa humana que tira a subsistência das suas terras, vive no mais lamentável estado de pobreza, ignorância e abandono.

Dona Walquíria Valadares, a Dona Naná, participava da divisão do poder entre os coronéis da região de Arinos, MG, durante as eleições. Seu bisavô era milionário, da mesma forma que a sua tia, Joaquina de Pompeu. Apesar de não ter sido prefeito, o seu avô mandava e desmandava na cidade. Dona Walquíria Valadares era proprietária de uma loja de calçados e os distribuía às mulheres da cidade, pedindo que elas votassem no candidato que indicasse: “A cozinha era na minha casa. Nós matava vaca para dar comida a eleitor. De primeiro matava era três, quatro vacas. Aqueles fazendeiros tudo dava.

Outra estratégia para angariar votos é o transporte dos eleitores no dia da eleição: “Meu avô tinha um carro, uma charanga velha lá, era daqueles antigos, ele transportava era gente. Era dois, três dias de eleição votando. O povo do município quase todo vinha para lá. Aí colocava as urnas dentro desse carro, amarrava e ia deixar em São Romão”.

Era comum a manipulação do voto, a exemplo do que nos foi relatado pelo Seu Irineu da Silva Prado: “Na época das votações eles colocavam a gente na porta das seções de voto, colocava a gente para trocar as cédulas do pessoal que não sabia escrever. A gente pegava o pessoal e falava que a cédula estava errada e dava outra para ele. A cédula já vinha pronta pelo candidato. Então a pessoa tinha o direito de colocar uma cédula na urna. Então a gente trocava muita cédula. A gente fazia boca de urna. Então botava os meninos para fazer isso daí”.

Vitor Leal pensava que a ida para a cidade podia libertar o trabalhador rural, mas também considerava que, ao líder local que se devem os principais melhoramentos do lugar. “A escola, a estrada, o correio, o telégrafo, a ferrovia, a igreja, o posto de saúde, o hospital, o clube, o campo de *football*, a linha de tiro, a luz elétrica, a rede de esgotos, a água encanada – tudo exige o seu esforço que chega ao heroísmo” (*Ibid.*: 58).

Em outro trecho de sua entrevista, a Dona Walquíria Valadares com o seu irmão Vavá, exemplifica a relação paternalista entre os parentes políticos e seus eleitores, no Sertão de Arinos, no vale do rio Urucuia. Um aspecto da sua fala que chama a atenção, são as melhorias sendo vinculadas à bondade daqueles que se lançam na vida pública: “O Francisco Fernandes Valadares, meu tio, irmão do meu pai colocou mata-burro no município todo. Carregava terra para fazer os aterros no couro de boi. Ele foi prefeito de Arinos muitas vezes. Mais ou menos umas quatro vezes. Da família ele era o político mais forte. Agora, dos Santana tinha o Salustiano Santana que foi também um prefeito muito bom”.

A Dona Walquíria Valadares fala com pesar sobre a morte de um primo, Jarbas Valadares, que segundo ela, era um político gente fina: “O finado Zinho também era muito forte na política. É esse que morreu, o Jarbas, o tio de Napoleão. Esse meu primo era um político gente boa demais. Eu choro até hoje por causa dele. [chorando]. Ele morreu agora no mês de agosto, trinta e um de agosto. Ali era gente fina, gente boa”.

Quando a Dona Walquíria explica o porquê do primo político ser “gente fina”, fica claro o caráter paternalista da relação deste com seus eleitores: “Era forte... Tanto era bom na política como era bom particular para o povo. Criava filho dos outros dando leite da fazenda. Trazendo e dando, dado. Ali era um homem. [...] Ajudava os pobrezinhos todos. No dia em que ele morreu eu não fui porque eu tinha chegado de Arinos, minha filha tinha feito uma cirurgia, mas ouvi dizer que a pobreza fazia lástima na rua. Disse que na hora do velório dele uma mulher chegou e disse que Tereza tinha ficado viúva. Tinha umas mulheres pobrezinhas em volta do caixão que disseram que nem só ela, mas todas tinham ficado viúvas, porque era ele quem criava os seus filhos.” [chorando]

O pai das irmãs Ângela e Therezinha Demaria Mendes, Idelbrando Xavier Mendes, foi transferido da Empresa dos Correios e Telégrafos de Belo Horizonte para Montes Claros, no Norte de Minas Gerais. Lá, conheceu Maria de Mateus Mendes, com quem veio se casar. Como dote de casamento, recebeu dinheiro suficiente para montar uma empresa telefônica na região. O equipamento era da Siemens e foi importado da Alemanha, em 1945, no final da Segunda Grande Guerra Mundial.

A telefonia não foi o único benefício trazido pelo Seu Idelbrando para o Município de Montes Claros, mas sempre com a ajuda dos coronéis, a começar pelo dote recebido, pois o sogro era um grande latifundiário. Segundo Ângela, seu pai era um visionário que, além de trazer a telefonia para Montes Claros, fundou praticamente tudo o que a cidade tem hoje: o Rotary, o clube de futebol Casimiro de Abreu, os clubes, uma praça de esportes com piscina, campo de futebol. “Toda a cidade se beneficiava com aquilo, era para o povo. Uma praça de

esportes. Os três primeiros clubes de Montes Claros foi ele que fundou, além do futebol e um monte de coisas boas”.

Apesar disso, ele não era político, mesmo tendo sido amigo do presidente Juscelino Kubtschek. Era um homem prático, trabalhador, o que não o impedia de contar com o apoio dos coronéis e políticos da região. Ângela Mendes não memorizou o nome de muitos: “O único que eu me lembro bem se chamava Capitão Enéas, tem uma cidade com o nome dele e era o coronel dono daquilo tudo. Agora, tinha muitos outros”.

Uma outra característica dos coronéis repousa nas relações interpessoais e o favorecimento dos amigos muitas vezes os empurra para zonas confusas, que flutuam entre o legal e o ilícito. Os constrangimentos daí decorrentes desaparecem com a vitória nas urnas, o que leva elementos desestruturadores para a administração pública, próprios do clientelismo, ou filhotismo. Tais elementos desestruturadores somados à incompetência técnica predominante, por exemplo, nos municípios, leva a uma desordem generalizada. Daí, emerge todo tipo de corrupção, incluindo o uso de bens, serviços e do dinheiro público nos processos eleitorais.

O mandonismo seria o oposto do filhotismo, porém aplicado aos inimigos políticos, território em que o normal é a hostilidade. Mas a Professora Hέλvia Maria Teixeira, sertaneja montesclarence, denuncia hostilidades praticadas a mando de coronéis, inclusive contra cidadãos comuns. Ela se lembra de um coronel chamado Seu Baiano, político poderoso, que mantinha sob seu mando, verdadeiros bandos de jagunços. Além dele, o Capitão Enéas, presença marcante na sua infância. Ele era pernambucano e chegou ali desmatando grandes áreas, pois negociava com madeiras.

Os coronéis citados pela Professora Hέλvia eram nordestinos; detinham grande poder econômico e político no Norte de Minas Gerais. Nas viagens que fazia com o pai, ela chegou a testemunhar algumas arbitrariedades praticadas por eles: “Nessa cidade chamada Capitão Enéas, o meu pai tinha comércio lá e comprava dos pequenos produtores. Eu me lembro que quem mandava nessa cidade, quem era a grande autoridade era o Capitão Enéas, um ‘coronel nordestino’ que vivia ali. A lei que existia ali era uma lei muito perversa, eu ficava muito chocada”.

A perversidade denunciada emerge de um Sertão sem lei, onde a vontade do coronel se torna inquestionável. A Professora Hέλvia explica como ela se manifestava: “Eles prendiam os pequenos ladrões e andarilhos que passavam por ali, quando cometiam alguns furtos até por uma questão de sobrevivência e eles prendiam. Eu vi cenas de pessoas acorrentadas e desfilando pelas ruelas da vila. No final da tarde, quando todo mundo já chegou à sua casa,

ficava todo mundo assistindo àquele espetáculo. Uma coisa muito primitiva e que me chocava muito. A cadeia onde eles ficavam presos era uma grade e eles ficavam totalmente expostos para todo mundo que passava”.

Já na arena política, os desentendimentos entre coronéis acontecem, mesmo em se tratando de opositores com vínculos familiares. O Seu Irineu da Silva Prado conta que, na sua família, as desavenças eram comuns durante as campanhas políticas, pois os parentes eram distribuídos entre os partidos que existiam: a UDN e o PSD. O seu pai era do PSD e tinha os inimigos políticos que eram da UDN. Durante as campanhas, era uma briga danada. O pessoal fazia os bailes, matava vaca, tinha muita festa de política e muita desavença.

As desavenças aconteciam entre os membros de uma família, ou entre famílias. Cada família forjava seus líderes, os coronéis. É o que nos explica o Seu Irineu Prado: “O meu pai mesmo era como se fosse um coronel. Ele gozava certa liderança, certo poder na região. O meu avô, o meu pai. O meu avô tanto de parte de pai como de mãe. Lá em Buritis tinha praticamente três ou quatro famílias. A família Prado que é a nossa, a Fonseca que é do Vitalino e a Família Lopes. Só que acabou misturando as famílias”.

Na sua relação com o poder central, “A rebeldia do chefe local – tão característica de certo período da colônia – já não é um meio de consolidar, mas de enfraquecer e minar a influência do coronel” (*Ibid.*: 63). Nasce daí o sistema de reciprocidade. De um lado, o coronel com o seu curral eleitoral e, do outro, o Estado que dispõe de recursos financeiros, emprego, dos favores da força policial e que, em suma, possui o cofre das graças e desgraças políticas. Por isso, o maior mal que pode cair sobre um chefe político local é ter o governo estadual como adversário. Por isso, não mede esforços para conquistar o seu apoio.

A essência, portanto, do pacto coronelista, consiste no seguinte:

da parte dos chefes locais, apoio incondicional aos candidatos do oficialismo nas eleições estaduais e federais; da parte da situação estadual, carta branca ao chefe local governista (de preferência o líder da facção majoritária) em todos os assuntos relativos ao município, incluindo na nomeação de funcionários estaduais do lugar. (*Ibid.*: 70)

Estas relações foram sendo construídas ao longo da história, e definidas pelas tensões próprias geradas nas disputas de poder entre o governo central e o municipal. A Lei 28 de 1º de outubro de 1828, por exemplo, documento básico da organização municipal no Brasil, em linha centralizadora e, em oposição às idéias nacionalistas, submeteu as câmaras municipais a um rígido controle exercido pelos conselhos gerais, pelos presidentes de província e pelo Governo Geral. O Ato Adicional de 1834, refletindo uma tendência bastante descentralizadora do ponto de vista das províncias, apenas transferiu para as assembleias provinciais, então

criadas, a tensa tutela que sobre as câmaras municipais vinham exercendo os presidentes, os conselhos gerais, o ministro do Império e o parlamento.

A autonomia municipal foi assunto que preocupou os constituintes de 1890, mas principalmente no que respeita a eletividade de sua administração. Desta forma, a Constituição de 1891, consagrando o Federalismo e revigorando a instituição local, inaugurou no seu Art. 68, a expressão autonomia municipal: “Os Estados organizar-se-ão de forma que fique assegurada a autonomia dos Municípios em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse”<sup>8</sup>.

A tese desenvolvida para justificar restrições à autonomia municipal, contida na reforma constitucional de 1920, baseava-se em que, modernamente, quase todos os importantes problemas de que cuida a administração municipal transcendem os estreitos limites comunais, alcançando outros municípios ou o Estado. A proposta de reforma constitucional, de 1926, inspirou-se, em parte, nesse pensamento.

A Revolução de 1930 se propôs a desmontar a máquina política corrompida da República Velha, cujas raízes estavam entrelaçadas nas situações municipais. Fortalecer o municipalismo foi a estratégia de fortalecimento da União.

Contraditoriamente, a Constituição de 1934 garantia a autonomia municipal e, conscientemente ou não, permitia aos Estados, por meio do departamento de municipalidades, exercer tutela administrativa e política sobre as comunas. O legislador de 1937 foi mais coerente, sendo inequivocamente antimunicipalista, ao manter os departamentos de municipalidades, reduzir a receita municipal e suprimir o princípio da eletividade dos prefeitos. O poder local foi mantido apenas nominalmente. No Art 27 encontramos: “O Prefeito será de livre nomeação do Governador do Estado”<sup>9</sup>.

A Constituição de 1946 apresentou um arranjo que prestigiou a instituição municipal e permitiu aos Estados a criação de órgãos especiais, com a tarefa de prestar assistência técnica aos municípios. No tocante aos municípios, a Constituição de 1967, outorgada, assegura, apenas nominalmente, a autonomia municipal, determinando o regime de intervenção federal, no caso de desrespeito aos princípios já assegurados na tradição constitucional. Com efeito, a Carta de 1967 e o Ato Institucional nº 1/69 fragilizaram os municípios, em termos políticos, administrativos e financeiros.

---

<sup>8</sup> Disponível no site [www.georgetown.edu/constitutions/brazil/1891](http://www.georgetown.edu/constitutions/brazil/1891) em 30/04/2007.

<sup>9</sup> Disponível no site [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br) em 30/04/2007.

A Constituição de 1988, rotulada de Constituição da Cidadania, define que, na Federação brasileira, os Municípios são unidades territoriais, com autonomia política, administrativa e financeira, agregando ainda ao poder local, a competência para elaboração da sua lei orgânica.

Quanto ao Distrito Federal, este surgiu da transformação do antigo Município Neutro, que era a sede da Corte e capital do Império. A Constituição de 1988, nos artigos 1º e 18, o inclui como um dos componentes da República Federativa do Brasil. Porém, o Distrito Federal não é Estado e nem Município. Chega a ser mais que o Estado, porque lhe são atribuídas competências legislativas e tributárias, reservadas aos Estados e Municípios. Mas é também menos do que os Estados, porque algumas de suas instituições fundamentais são tuteladas pela União. Incluem-se, nesse caso, o Poder Judiciário, o Ministério Público, Defensoria Pública e Polícia.

Sua autonomia está reconhecida em termos no Art. 32, onde se declara que será regido por Lei Orgânica própria, como nos Municípios. Já o Poder Executivo é exercido como nos Estados, por Governador, que será eleito na mesma época em que são eleitos os governadores dos Estados.

Assim, até a Constituição de 1988, o governador do Distrito Federal era indicado pelo Presidente da República, sem qualquer mecanismo de participação popular no processo. A partir daí, foram eleitos os seguintes governadores: em 1990, Joaquim Roriz (Partido Trabalhista Renovador, PTR); em 1994, Cristovam Buarque (Partido dos Trabalhadores, PT); em 1998, novamente Joaquim Roriz (Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB); em 2002, Joaquim Roriz foi reeleito, ainda na mesma legenda; e em 2006, José Roberto Arruda (Partido da Frente Liberal, PFL).

Neste contexto, dos últimos dezesseis anos, doze foram governados por Joaquim Roriz, que nunca escondeu o seu perfil de coronel representante da família, que era proprietária de parte das terras, onde foi construída a Nova Capital.

Reportagens do *Correio Braziliense* o confirmam como coronel. No dia 28 de outubro de 2002, por exemplo, no calor da campanha eleitoral, ele é definido como exímio articulador político e que se gaba de nunca ter perdido uma eleição. Na matéria, afirma que aprendeu a “arte dos conchavos” com o pai, conquistando seus votos, repetindo o que Leal (1997), denunciava, na década de 1940, e está relatado nos parágrafos anteriores, com promessas de doação de lotes e grandes obras.

A reportagem citada acima ressalta também, o tom messiânico do seu discurso, tratando a disputa de votos como se fosse uma batalha pela conversão de almas, lembrando que,

quando Roriz foi nomeado governador, o seu sogro, que foi proprietário da fazenda onde hoje se localiza o Plano Piloto, comemorou: - “Até que enfim arrumei um capataz para a minha fazenda”. Por tudo isso, tanto adversários, como aliados políticos, costumam defini-lo como o “Coronel do Cerrado”. A matéria lembra ainda que, quando adversário de Roriz na eleição de 1988, o seu ex-secretário de obras e governador eleito nas últimas eleições, José Roberto Arruda, o definiu como representante do “coronelismo de direita”.

Todavia, a influência do clã dos Roriz vem de longas datas. O Seu Leonardo Carlos de Oliveira nasceu no dia dezessete de março de 1925, na fazenda Currealinho. Ela fica a dezoito quilômetros de Brazlândia, hoje a Região Administrativa IV do Distrito Federal. Seu pai se chamava Benedito Carlos de Oliveira, apelidado por Bidó e era um braço forte da família Roriz, na região. A narrativa do Seu Leonardo ilustra bem o jogo de poder que existia antes da chegada de Brasília, e que muito influenciou a atual organização política e social desse território.

Na sua narrativa, o Seu Leonardo Carlos de Oliveira conta que veio morar em Brazlândia, quando tinha dez anos. A cidade ainda era uma vila com poucos habitantes e politicamente dominada por Luziânia. O seu pai veio a mando da família Roriz e sua missão foi a de organizar a região, que pertencia ao Município daquela cidade, a começar da fazenda dos Braz, cujas terras hoje são, em boa parte, ocupadas por esta Região Administrativa. Como pagamento pelos serviços prestados, recebeu parte das terras do Braz e que até hoje são administradas pelo Seu Leonardo: “O meu pai veio para cá mandado por um tio de Joaquim Roriz. Eles eram muito amigos e o meu pai morava lá [em Luziânia]. Aí o meu pai era muito amigo desse povo lá e eles mandaram ele vir para cá. Ele veio. Em 1935. Eles falam que foi em 1933, mas o meu pai veio em 1935”.

A missão do Seu Bidó era legalizar, “arrumar a documentação, pagar os impostos” da fazenda da família dos Braz, terras que dão nome à cidade de Brazlândia. O Seu Leonardo detalha o caso: “Mas esses Braz deixou a terra deles em dívida ativa e não pagou e o governo ia tomar. Como o meu pai era muito inteligente, falou para esses Braz: - ‘Vocês querem me dar esse trem na meia? Eu vou arrumar’. Aí eles deram. O meu pai tirou aqui 940 alqueires de terra nessa fazenda, para arrumar a terra, ficou”.

### **O fole da sanfona sertaneja e a ciranda das terras**

Nos anos 1940, pequenos proprietários (até 50 hectares) possuíam apenas 11% da área total dos estabelecimentos agrícolas do país; 15,9% pertenciam aos médios proprietários (50 a

200 hectares) e 73,1% da área total pertenciam aos grandes proprietários (propriedades acima de 200 hectares) (LEAL, 1997).

Segundo esse autor, dentre as dificuldades encontradas pelos pequenos proprietários naquele período estavam: contato com a grande propriedade absorvente; baixa produtividade do solo; dificuldades de financiamento. Como veremos adiante, no Município de Formosa, GO, a história se repetiu.

Estudando a população rural brasileira no período em questão, Leal (1997), constatou que 66,95% da população ativa ocupada na agricultura, pecuária e silvicultura pertenciam às categorias dos empregados e parceiros (não proprietários); somando-se os pequenos proprietários (até 59 hectares), cuja situação em muitos lugares era de todo precária, aquela porcentagem sobe para 90,12%. Num quadro como esse, em que há pouca diferença entre a miséria do proletário rural e a do parceiro, ou do pequeno proprietário, não há o que estranhar dos votos de cabresto e do jugo imposto pelos coronéis latifundiários.

Esta precariedade se manifesta no dia da eleição, quando, sem dinheiro e interesse direto, o roceiro mais uma vez, se vê a mercê do coronel, recebendo dele “documentos, transporte, alojamento, refeições, dias de trabalho perdidos, e até roupa, calçado, chapéu para o dia da eleição, tudo é pago pelos mentores políticos empenhados na sua qualificação e comparecimento” (*Ibid.*: 56).

Muitos dos donos da terra, mesmo estando nas garras dos bancos e credores, por viver em razoável nível de qualidade de vida, conseguem manter a posição de coronéis. O roceiro, pela sua condição, vê sempre nele um homem rico, ainda que não o seja; rico, em comparação com sua condição de pobreza irremediável. É a ele, o coronel, que o roceiro recorre no momento de aperto, seja comprando fiado no seu armazém e pagando com os frutos da sua colheita, ou pedindo dinheiro nas mesmas condições.

Referindo-se sempre à década de 1940, Victor Nunes Leal (1997) afirma que

Se ainda não temos numerosas classes médias nas cidades do interior, muito menos no campo, onde os proprietários ou posseiros de ínfimas glebas, os colonos ou parceiros e mesmo pequenos sitiantes estão pouco acima do trabalhador assalariado, pois eles próprios trabalham sob salário. Ali o binômio ainda é geralmente representado pelo senhor da terra e seus dependentes. (*Ibid.*: 44)

Segundo o autor, nesta década, a grande propriedade dominava a paisagem. A maior frequência das pequenas e médias propriedades, em algumas regiões, era explicada pela conjugação de fatores, tais como: colonização oficial, com vistas à formação de reserva de mão-de-obra para os grandes latifundiários; colonização particular, em menor escala, mas com o mesmo objetivo; decomposição da fazenda, devido o esgotamento da terra pela erosão,



pragas, crises econômicas, etc.; influência dos grandes centros urbanos, cujo abastecimento exige produção de artigos de subsistência incompatíveis com a agricultura extensiva.

Na realidade, com o passar do tempo, ocorre um movimento parecido com o fole de uma sanfona, onde se tem a subdivisão dos latifúndios pelos inventários, ou o movimento inverso, o crescimento dos mesmos, seja por união entre famílias por meio do casamento, ou a compra de mais terras pelos fazendeiros de posse. O Doutor Lourenço Ferreira do Prado, sertanejo de Buritis, no Norte de Minas Gerais, exemplifica o fenômeno, a partir da história das posses de sua família: “A Fazenda Barreirinho foi fruto de uma herança de Anízio Pereira da Silva e Dona Marcelina, que eram pais da minha mãe, Genoveva Pereira da Silva, isso por volta de 1850, 1860, por aí. Então, com o casamento do meu pai, Otávio Ferreira do Prado, com Genoveva, minha mãe, essa Fazenda Barreirinho passou a pertencer à minha mãe. Isso pelo lado direito do córrego Forquilha Nova”.

No processo de partilha, houve o desdobramento das terras em mais quatro fazendas, além da Barreirinho, que foi herdada pela mãe do Doutor Lourenço e do Seu Irineu, Dona Genoveva, que ficaram assim definidas, tomando-se como referência principal, o córrego Forquilha Nova: Elisa Pereira da Silva ficou com uma parte mais para cima, do lado esquerdo do córrego Forquilha Nova, limitando até, praticamente, com o córrego Ribeirão; Joana Pereira da Silva, ou Joaninha, que ficou mais para baixo, mais perto do Ribeirão, também pelo lado esquerdo do córrego Forquilha Nova; do lado esquerdo do córrego Ribeirão, eram terras que pertenciam a Reginaldo Queiroz, que era irmão de Dona Genoveva, apenas por parte de mãe, havendo na mesma localização terras pertencentes a Pedro Pereira da Silva, também irmão dela.

O Doutor Lourenço calcula que a área total da soma dessas fazendas alcance dez mil hectares. Hoje, apenas Marina do Prado e Melo, sua irmã, possui uma parte, em torno de 150 hectares. Os demais herdeiros não possuem mais terra naquela região. O Doutor Lourenço possui noventa hectares de terras do outro lado do rio Urucuia; segundo ele, uma área pequena, quando comparada com a que foi herdada. A fazenda está completamente subdividida. Para ele, “uma reforma agrária na prática. Eu sempre digo que no Brasil se faz uma reforma agrária muito eficaz e eficiente quando há herança, porque uma terra que pertence a uma pessoa só, quando vem a herança é distribuída para vários herdeiros. E os herdeiros acabam vendendo”.

Processo idêntico aconteceu com as terras que foram herdadas de Raimundo Ferreira do Prado, avô do Doutor Lourenço por parte de pai, que era dono da fazenda Barriguda. O Seu Raimundo adquiriu a propriedade, um pouco antes de 1888, antes da Abolição da Escravatura.

Era uma fazenda muito grande, que se prolongava pela margem do Urucuia, das proximidades dos Confins até a chapada. Seu Raimundo Ferreira do Prado a deixou como herança para os quatro filhos: Otávio, Norberto, Ladislau e Tito, todos Ferreira do Prado. Depois, essas glebas foram vendidas e, hoje, a área total da Barriguda é ocupada por um dos maiores acampamentos do MST [Movimento dos Sem Terra] na região.

O Seu Abel Oliveira vincula o MST à situação de penúria em que se encontra a população ribeirinha do rio São Francisco. Ele desabafa: “Quantas vezes eu tenho dado comida a pescador aqui. Quantas vezes eu tenho dado comida pra pescador aqui em casa porque com fome passa aqui e pede duas mangas, três mangas, pede uma laranja, pede um pé de mandioca doce. – ‘Ô Seu Abel, me dá um pé de mandioca doce aí pra eu cozinhar lá pra comer de noite? Amanhã ou depois de amanhã quando eu subir eu trago um peixinho pra o senhor’. E ele não traz o peixe nem pra ele e nem pra mim”.

Então, para o Seu Abel, o MST vem de encontro ao problema cultural e ao de ordem fundiária: “Ele [o barranqueiro] não sabe fazer outra coisa além de pescar, além de não ter terreno para plantar. Agora com esse desapropriamento de terra, com esse Movimento dos Sem Terra é que parece que vai melhorar um pouco. Várias pessoas já saíram do rio e estão nos Sem Terra. Mas até hoje eles não receberam as terras como se fosse deles”.

Voltando ao processo de crescimento e fracionamento dos latifúndios, na história de vida do Seu Erasmo de Castro, aconteceu o processo inverso ao ocorrido com o Doutor Lourenço, no qual o seu pai, Veridiano de Castro, agregou pequenas e médias propriedades ao seu latifúndio.

O Seu Erasmo faz a seguinte descrição do processo: “O meu pai adquiriu a fazenda de um amigo dele, que se chamava Miguel de Araújo. Ele era muito antigo, a fazenda Canta Galo. E aí ele pegou, como acontece, a família vai e casa, há um falecimento e aí tem que dividir no inventário. E no inventário, que fazia os donos da parte da fazenda? Vendiam as partes deles. Era o que meu pai comprava, ele fez isso. O meu pai comprou partes dos vizinhos e que não eram delimitadas. Comprava partes: - ‘Quanto é que você quer na sua parte’? – ‘Ah, eu acho que eu tenho dez alqueires de terra e quero dez mil réis’. Tinha o dinheiro e comprava. Assim formava uma fazenda maior”.

Uma outra forma de aumentar a quantidade de terras da família, era por meio dos casamentos, como aconteceu também com os pais do Doutor Lourenço. Na união entre famílias, havia agregação de terras, que vinham como dotes. A fazenda Mozondó passou a ser parte das propriedades da família do Seu Erasmo, dessa maneira. Segundo ele, a Fazenda Mozondó era do seu sogro, que faleceu há muitos anos, tendo vivido quase cem anos. A mãe

dele, a Dona Alta Carlos de Alarcão, que ainda hoje é uma pessoa muito conceituada, era dona da maior parte das terras aqui da região de Brasília, terras que abraçavam, inclusive, as Águas Emendadas.

Leal (1997), aponta outra causa para a recomposição da grande propriedade: o surgimento de novos ciclos, como por exemplo, o algodão, substituindo o café; introdução da pecuária em dada região; desenvolvimento da grande exploração capitalista, empregando técnica avançada, o que no Grande Sertão-Brasília se deu, principalmente, após a introdução da agricultura com monoculturas no Cerrado, isto, a partir da década de 1970.

Muitas vezes, fazendas se tornam grandes latifúndios pelos motivos que foram apresentados, por exemplo, pelo Seu Erasmo, e que na metáfora do fole da sanfona provocam sua abertura, a concentração das terras nas mãos de poucos. Mas, quando o fole é fechado, entram em cena os motivos; dentre os quais, o Doutor Lourenço apontou a partilha definida pelos testamentos e inventários como causa de redistribuição das terras e, às vezes, a sanfona emite acordes destoantes.

Exemplos podem ser encontrados nas histórias de vida das irmãs Valadares, Dona Maria Vani, Walquiria e Violeta, que eram proprietárias de fazendas, mas acabaram por perdê-las. No caso da Dona Vani Valadares, o marido fez uma série de negócios errados com bancos que carregaram tudo. Por isso, eles vieram para Brasília e foram morar na região de Sobradinho. Trabalhou com um restaurante na Fercal. Como, praticamente, trabalhava dia e noite, acabou ficando doente, mas o dinheiro que juntou deu para comprar outra fazenda, em Arinos, MG.

O excesso e as condições de trabalho deixaram suas marcas. A Dona Vani recorda: “Aí me deu um problema renal. Eu comecei a sentir batimento no coração. O coração batendo, batendo e cólica no rim. Só tinha médico em Goiânia e Formosa. Eu fui a Formosa e não sabia o que era. Aí eu falei: - ‘Eu não vou ficar aqui doente’. Em Goiânia, o médico falou que eu estava com o rim deslocado. Saiu do lugar. Serviço demais. Então eu fui embora. Se eu continuasse perdia a minha vida porque era serviço demais. [...] Eu dormia uma ou duas horas só na noite. Quando eu ia deitando, os motoristas começavam a encostar buzinando, querendo café, enquanto os caminhões eram carregados de brita. Eu não dormia.

Mesmo tendo gasto muito com os tratamentos, a poupança ainda garantiu um bom investimento: “Aí eu voltei para Arinos. Fui para Belo Horizonte e voltei lá [em Sobradinho], mas a Fercal já tinha falido. Mas assim mesmo, o dinheiro que eu arranquei aqui eu comprei uma fazendinha lá [em Arinos, MG], cheia de gado. [...] Mas o meu marido não ficava com nada. Vendia tudo”.

A Dona Walquíria não recebeu herança, pois se casou contra a vontade da família. Pelo que ela relatou até aqui, trabalhou muito na roça para ajudar o marido a manter a família no Município de Arinos.

A história da terceira irmã, Dona Violeta Valadares Corrêa, é bem parecida com a da Dona Vani. Ela conta que se casou em Arinos e foi morar em Pirapora, pois o marido tinha fazenda lá. Os filhos nasceram todos lá. A situação começou a ficar complicada, quando eles vieram para a Nova Capital: “Depois surgiu o Juscelino aqui em Brasília, ele veio e adorou isso aqui, vendeu tudo o que tinha lá [em Pirapora, MG] e veio para cá. Isso foi em 1957, no comecinho de Brasília. Nós era rico, tinha fazenda, tinha gado, ele vendeu tudinho e veio para cá”.

O problema maior não foi a cidade em construção, mas o vício adquirido: “Meu marido caiu na bebida, que não teve santo que tirasse a bebida dele. Foi morrer lá em Arinos. Eu continuei criando os filhos aqui, colocando em escola, vendendo marmita, acabou tudo que tinha. Só de gado veio de lá para cá trezentas e oitenta cabeças. Ficou tudo ali, jogado em Formosa, na fazenda do João de Melo”.

Existem outros exemplos, como os citados pelo Doutor Murat, em que, atraídos pelos apelos consumistas, sertanejos têm vendido suas terras, ou parte delas, para comprar uma caminhonete nova, ou mesmo um carro usado. Segundo ele, o mais triste é que, na maioria dos casos, não conseguem restituir o bem perdido.

Já, o Seu Onofre Ferreira do Prado, saiu das empresas de aviação em que trabalhava, e com a poupança que ele e a esposa fizeram, comprou fazendas, cada uma no Município de Buritis, MG. “Nós temos duas fazendas lá em Buritis. Eu arrendei lá, porque nós fomos para Florianópolis, ficou difícil. Agora já estou retomando. Vai vencer o contrato de arrendamento. É para um empresário daqui que tem fazenda lá e está criando gado. Ele controla quatro fazendas lá. É o Batalha”. O mesmo aconteceu com o Doutor Murat Valadares que, ao se aposentar na carreira de Magistrado, comprou uma fazenda em Arinos, MG, na qual engorda gado.

Sendo herdeiro das terras da família, ainda hoje, o Seu Leonardo Carlos de Oliveira administra suas propriedades nas proximidades do Curralinho, próximo à Brazlândia. Já o Seu João Dobrinha, o Seu João Pereira e o Seu Osmar possuem suas terras compradas com muito trabalho. O Seu João Dobrinha adquiriu três chácaras no limite Norte de Brazlândia; o Seu João Pereira e o Seu Osmar, sítios entre esta cidade do Distrito Federal e o Município de Padre Bernardo. O Seu João Pereira, por exemplo, trabalha como motorista de ônibus. Ele conta com orgulho: “Só daqui para o Plano Piloto eu trabalhei dezoito anos, fazendo o

primeiro horário de ônibus na madrugada. De coletivo. Está na carteira profissional. Eu chego a arrupiar”.

As pequenas propriedades fazem divisas com latifúndios, por vezes espremidas nos vales dos rios, já que hoje as chapadas estão sendo ocupadas pela agropecuária comercial. No abrir e fechar do fole da sanfona sertaneja, a vida tem se tornado muito difícil. Para os que ainda possuem terras, conseguir mantê-las é bem mais difícil. Na percepção da Dona Walquíria, isto se deve principalmente à falta de políticas públicas voltadas para os pequenos: “Mas o povo não tem trator e ninguém mais quer ir para a enxada. [...] De primeiro, a pessoa ia ao Banco do Brasil fazia um empréstimo e pagava. Cortou tudo, ninguém faz mais. Precisava esse presidente abrir isso para o povo que tem terra e não tem nada. Era uma coisa que ele precisava fazer para nós, era abrir esse negócio dos bancos.”

As consequências apontadas pela Dona Walquíria podem ser observadas por todo o Sertão, o que não a desanima: “Está acabando o gado. Lavoura não dá mais lucro porque o banco come tudo, não é? Quando o rio não come, a seca mata. [...] Mas tem que comprar é gado de criar, bezerro, recriar, vender e comprar mais. Mas cadê? Tá ruim a vida, tá ruim”!

No caso do Seu Irineu da Silva Prado, um dos herdeiros da Fazenda Barreirinho, em Buritis, MG, sente muito por não possuir terras, para contribuir com a preservação do Bioma Cerrado. Provavelmente, ele tenha tido que vender a terra herdada durante os longos quatorze anos que passou desempregado, a partir da política neoliberal, imposta pelo governo Collor.

## PARTE 2

### NAMOROS E PACTOS NO GRANDE SERTÃO-BRASÍLIA

#### CAPÍTULO 1

##### O NAMORO ENTRE O SERTÃO E BRASÍLIA

*“Seu Assis Wababa oxente se prazia, aquela noite, com o que o Vupes noticiava: que em breves tempos os trilhos do trem-de-ferro se armavam de chegar até lá, o Currálinho então se destinava ser lugar comercial de todo valor. [...] Me alembro: eu entrei no que imaginei – na ilusãozinha de que para mim também estava tudo assim resolvido, o progresso moderno: e que eu me representava ali rico, estabelecido. Mesmo vi como seria bom, se fosse verdade”. (Riobaldo<sup>10</sup>)*

##### Fazendas, Cidades, Caminhos e Caminhantes no Grande Sertão-Brasília

Aqui se faz necessária uma aproximação com o sistema socioeconômico e cultural que recebeu Brasília, cuja paisagem caracterizava-se por pequenas cidades, circundadas por fazendas. Tais cidades viviam em função de um fluxo de pessoas e mercadorias, em busca de apoio logístico e de mercado.

Formosa, por exemplo, sempre se destacou pelas suas escolas. O Doutor Murat Valadares deixou claro o quanto era difícil viajar a cavalo, de Arinos para lá, o que era compensado pela formação que recebia. Completou os cursos de admissão e o ginásio no Colégio Planalto, durante cinco anos, o qual, segundo ele, era um colégio muito bom. Ficava interno na casa do professor Delfino Domingos Spézia. Quando foi para Belo Horizonte, os professores pensavam que ele havia sido aluno de mestres do melhor colégio do Brasil.

O Doutor Lourenço também teve parte do seu aprendizado, em Formosa. Em 1957, depois de ter estudado na Escola Caio Martins em Esmeraldas, MG, cuja viagem de retorno é descrita anteriormente, veio para a cidade goiana, onde terminou o curso ginásial. Foi em 1960, no Ginásio Arquidiocesano do Planalto, hoje conhecido como Ginásio do Planalto. Eram os padres do Sagrado Coração e tinha o internato, mas ele não pertencia ao internato, pois morava na casa do Lúcio do Prado. No final dos anos cinquenta, começou a trabalhar, passando pela companhia de seguro, banco, escritório de agrimensura e na Rádio Difusora.

A descrição que o Seu Antônio João Reis faz de Luziânia, acontece a partir da lida em sua mercearia, conjugada com uma sorveteria e, com a qual, criou os seus filhos. Na cidade, as notícias chegavam por meio dos jornais de Goiânia. O Popular, Folha de Goiás e o Anápolis, sendo que o seu pai, Gelmires Reis, que era jornalista, escrevia diariamente para este último. Suas matérias eram contos inspirados no cotidiano da região. Um exemplo é a

<sup>10</sup> ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. In **Ficção completa em dois volumes, v. 2**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

correspondência enviada à Rádio Nacional de Brasília, no ano de 1960, documento pertencente ao acervo da Casa da Cultura de Luziânia, GO. Nela, Gelmires Pires informava a origem da cidade.

Conforme a referida correspondência, em 1744, José Rodrigues Frois descobriu as minas de Paracatu, MG. Em 1746, Antonio de Azevedo, frente à volumosa bandeira composta de amigos, patrícios e grande número de escravos, chegou à margem esquerda do rio, que denominou São Bartolomeu, em louvor ao santo, no dia 24 de agosto. Partiu para Oeste no dia 13 de dezembro e, no ribeirão que tomou o nome de Viegas, encontrou grande quantidade de ouro. Ajoelhando-se, com sua gente fervorosa, ergueu prece à Santa Luzia, a heroína do dia. Em 14 de dezembro de 1746, Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera pai mandou plantar uma grande cruz em morro próximo, marcando a criação do arraial de Santa Luzia, hoje Luziânia.

Além do ouro, o Seu Gelmires aponta outros minerais próprios do Município:

Ferro, cal, crystal de rocha conglomerado e isolado (incolor, limpo, citrino, hyalino, fumado e morrião); sal-gema, o granito, pedras silicosas, argilas de várias cores, pedra de amolar, de ferir, de afiar; mica ou malacacheta, óxidos férricos e de antimônio, piritas sulfurosas e férreas, a tabatinga, agnas thermaes, salitre de álcali calcáreo, diamantes isolados. (MEIRELLES; REIS, 1920: 43-44)

Na sua mercearia, ele vendia latarias, produtos de limpeza, peças de bicicleta e parafusos, que a Camargo Corrêa comprava, durante a construção de Brasília, pois ainda era difícil chegar a Goiânia. Eram gastos de cinco a seis horas de viagem. Faltava, então, um parafuso aqui e os engenheiros mandavam buscar lá, em Luziânia. Também eram vendidos arroz, feijão e latarias. Estas mercadorias vinham de Anápolis, o centro comercial mais próximo. O proprietário do caminhão fazia as entregas, acumulando as funções de representante e entregador das marcas distribuídas. Da mesma maneira, as estradas entre Anápolis e Luziânia eram precárias, gastavam-se muitas horas de viagem e, durante o período das chuvas, eram necessárias correntes para o pneu não deslizar. As mercadorias eram compradas dos atacadistas.

Segundo o Seu João, Luziânia tinha vida calma e pacata, até que chegou Brasília e mudou tudo. Na cidade, não existia supermercado e a freguesia do comércio era composta por fazendeiros e seus agregados, pessoas que trabalhavam na roça e vinham comprar nas vendas da cidade. Tinha a “casa bancária” ou “correspondente”, uma espécie de posto bancário, bem como o correio com o vale postal.

Os dias de maior movimento no comércio eram a segunda e a sexta-feira. Na segunda, por exemplo, os sertanejos arrumavam seus negócios e aproveitavam para fazer as compras,

levando os mantimentos para a roça. Normalmente, eles compravam o açúcar, o sal, alguma lataria e massa de tomate, ou seja, essas coisas que complementavam a cozinha. Uma das compras maiores naquela época era de macarrão. Era em pacote de quilo, aquele comprido, ou redondo, não era como esse pacotezinho pequeno que vem hoje.

O Vermut, variedade de vinho popular, e a cachaça, eram as bebidas mais consumidas, sendo que destas, as principais marcas eram a Cristalina, a Paracatu, que era muito famosa, e a Santa Luzia, que tinha sabor diferente, pois era conservada por muito tempo. Esta era guardada em tonéis, ou já engarrafada e guardada em caixotes, como se conserva vinho. Na hora de comprar a pinga, o Seu Antonio João Reis cuidava de puxar a rolha para ver se estava branca, uma marca de pureza. Se a rolha tivesse preta, é porque haviam colocado ácido para aumentar o grau. Em Paracatu, a partir da rapadura, era fabricada a cachaça Rainha. Moía-se a cana, fazia-se a rapadura e dela, a pinga. Já a de Santa Luzia era pura, cristalina mesmo, pois era feita diretamente, a partir da cana e sem mistura de nada.

Os sertanejos também compravam suas ferramentas e tecidos. Era uma loja com tudo misturado. Tinha ferradura para cavalo, prego para fixar a ferradura, arreios, capas, chapéus, esporas, capas, tudo misturado. Não era um comércio especializado.

O Seu Antonio João Reis ressalta que, no Município de Luziânia, a única coisa que não era aproveitada era o berro do boi, pois se matava uma vaca e tirava o sebo, o chifre e o óleo do mocotó, que passava no couro para conservá-lo. Com ele, fabricava-se precata, chapéus, polainas, para proteger as pernas e calçados que, inclusive, eram vendidos fora. Tinha o curtume que vendia para Rio Claro, em São Paulo. O chifre era usado no feitio da binga, ou para guardar o óleo de mamona que lubrificava o eixo do carro-de-bois.

A agricultura de subsistência, com a criação do gado bovino, passou a ser importante atividade econômica, após o esgotamento da mineração do ouro, em Luziânia. O Seu Antonio João lembra que o excedente da pecuária, por exemplo, era inexpressivo. Segundo ele, Formosa tinha grande produção de gado, além da movimentação pela comercialização de couro, vindo da Bahia, o que levou-a a ser denominada “Formosa dos Couros”. Vila dos Couros, porque de lá vinha o produto. Na cidade de Luziânia, o gado era mais produzido para o consumo do município mesmo. Com o início da construção, em Brasília chegou a faltar carne. O sogro do Seu Antonio tinha um açougue e, mesmo assim, iam comprar carne em Paracatu. Juscelino trazia muitos convidados para acompanharem e divulgarem as obras; com isso, faltava carne para o churrasco. “Então, era aquela correria e a gente saía na caminhoneta e ia a Paracatu buscar três vacas para ele dar o churrasco aqui”.



A chegada de Brasília alterou, não apenas o consumo de carne bovina, mas a cidade cresceu, em tamanho e densidade populacional. Com as estradas, aumentou o movimento das pessoas e a demanda por moradia. As relações entre os fregueses e comerciantes também mudou. Continuando o seu relato, o Seu Antonio João dos Reis explica que “as pessoas começaram a querer morar em Luziânia e a pôr comércio na cidade. Fornecer até leite para Brasília. Naquela época era difícil ter leite, pois não tinha produção e as estradas eram muito ruins. De Luziânia para Brasília, as Kombis [montadas no Brasil, a partir de 1953], atolavam”.

O Seu Antônio João lembra que, com o aumento da circulação do dinheiro, houve uma revitalização do comércio: “No tempo de Juscelino, tinha dinheiro. Antes, era aquela coisa monótona, era aquele pingado, como se dizia. [Quanto aos fregueses] Uns pagavam no dinheiro e outros eram no fiado, na caderneta e dava muito prejuízo. Uns pagavam até direito, mas ia chegando num ponto que você tinha que cortar, porque o sujeito não pagava. Chegava a época de cobrar, era o problema”.

Luziânia não foi a única cidade sertaneja a receber esse impacto negativo, trazido pela chegada da Nova Capital. Falando sobre o Município de Arinos, MG, o Doutor Murat Valadares exemplifica: “Um ex-prefeito da minha terra esteve aqui [em Brasília] uma vez e num contato com o Secretário de Segurança Pública, ele estava valorizando muito o fato de Arinos ser próximo aqui de Brasília, muito orgulhoso disso. Aí essa autoridade disse para ele: - ‘Vocês não vão receber nada de bom de Brasília. Vocês vão receber o que não presta de Brasília. Porque com essas facilidades que você está contando, o assaltante sai daqui de tarde, assalta vocês de noite e volta de madrugada para Brasília’. Todas essas regiões que vivem em volta de uma grande cidade, apodrecem”.

Arinos era conhecida, segundo a Dona Walquíria Valadares, a Dona Naná, como a Barra da Vaca. Era uma cidade que também concedia, como ainda hoje, suporte aos sertanejos do seu Município. Inclusive, Dona Naná e seu esposo possuíam uma mercearia, apesar de também ela trabalhar como agricultora. O seu marido ficava na loja e ela do outro lado do rio, nas roças. Na loja, se vendiam tecidos, armarinho e, no fundo, era o armazém de secos e molhados. No sábado e domingo, livre dos afazeres na lavoura, ela ajudava o marido, pois eram os dias de maior movimento. Naquela época, década de 1940, as mercadorias vinham de fora, “vinha de Belo Horizonte e de Januária. Vinha no pelo do burro. Nós tinha doze burros de carga que pegava. Aí buscava. Eram oito dias de viagem, de Januária à Barra da Vaca. Depois a Barra da Vaca passou a ser chamada de Arinos”.

Percebe-se, então, que as cidades sertanejas desenvolviam suas vocações, ao darem suporte às fazendas. Formosa já foi citada, pela excelência de suas escolas, Luziânia e Arinos

forneciam mercadorias básicas por meio do seu pequeno comércio; nelas, encontravam-se as igrejas, fóruns e instituições de saúde, como a Santa Casa, em Paracatu, que socorreu o Seu Miguel Marques, quando sofreu o já descrito acidente, no qual perdeu o seu pé direito.

Politicamente, havia cidades que exerciam seus domínios para além do território. Formosa e Luziânia, por exemplo, disputavam suas influências sobre Planaltina, que ora pertencia ao Município de uma, ora de outra.

### **Entroncamentos e bocas de Sertão**

Voltando ao comércio, dentre as cidades sertanejas, existiam, como ainda hoje, aquelas que atraíam a freguesia de outros municípios, as chamadas cidades “boca de sertão”. São exemplos: São Romão e São Francisco, cidades ribeirinhas do vale do São Francisco e que fazem parte da história de vida do Seu Otoniel Rodrigues de Amorim, Montes Claros, MG, também local de nascimento da Professora Hélvia Maria Teixeira. De forma marcante, aqui nos limites do Distrito Federal, Formosa, a antiga Vila dos Couros. Pela fala dos nossos narradores, a classificação de uma cidade como “boca de sertão” depende muito da história de vida de cada um.

A tendência bairrista fica clara na fala do Seu Otoniel Rodrigues Amorim, sertanejo do Norte de Minas Gerais, copilada a seguir: “Eu nasci em 1914. Eu nasci longe de Buritis, embaixo, perto de uma cidade que tem e chama São Francisco. O nome da cidade é o mesmo do rio porque ela fica na beira do rio São Francisco. Sendo uma cidade grande, ela governava até pelo lado de cá do rio. [...] São Romão foi quase toda vida morta, porque o senhor achava que era uma coisa e chegava lá, era outra. Era uma rua com umas casinhas salteadas, mas São Francisco, pelo que eu conheci, era uma cidade. Com o movimento do rio, que antigamente era com o vapor e mais outras embarcações era enorme e o município saltou para o lado de cá do rio. Eu nasci aí, mas era município de São Francisco”.

Mesmo marcada pelo bairrismo, a fala do Seu Otoniel evidencia a importância do comércio destas cidades na sua vida. O Seu Rosa faz o mesmo tipo de comparação, porém considerando a diferença dos preços praticados pelos comerciantes. Em uma de nossas conversas, ele explicou que comprava o sal e outras mercadorias em São Romão, porque era mais barato do que em Formosa, pois o transporte era por via fluvial. De Buritis, em Minas Gerais, o excedente da produção das fazendas era levado para São Romão, ou São Francisco, pelo rio Urucuia, e, pelo São Francisco. No percurso, eram usadas canoas feitas com troncos de árvores. Para voltar, contratava-se os serviços de uma tropa que traria sal, arame, ferramentas e outros produtos comprados naquelas cidades (MONTI, 2002: 153).

O transporte de mercadorias entre as cidades era fundamental. O Sertão sempre foi cortado por uma malha de caminhos definidos por rios, trilhas, picadas e antigas estradas que, apesar de sua modernização, ainda fazem parte da paisagem. O rio São Francisco é o maior exemplo. Considerado como o “rio da integração nacional”, como já descrito anteriormente, foi o caminho pelo qual aqui chegaram os índios Tupis e os primeiros bandeirantes. Reconhecendo sua importância, Antônio Cândido assim o define: “Desdobremos bem o mapa. Como um largo couro de boi, o Norte de Minas se alastra, cortado no fio do lombo pelo São Francisco – acidente físico e realidade mágica, curso d’água e Deus fluvial, eixo do Sertão” (CÂNDIDO, 1994, v. 1: 80). É por isso que o Seu Rosa preferia comprar em São Romão; o fluxo de mercadorias e gentes pelo Velho Chico era grande.

A partir daí, se formava uma rede de comércio, que alcançava as partes mais longínquas e isoladas do Sertão. Vaqueiros com suas boiadas, tropeiros, canoeiros. O Seu Abel Oliveira conta que o seu pai era tropeiro, no Sertão da Bahia. “Então, ele levava nessa tropa a rapadura, levava carne, levava toucinho, levava mamona, algodão, farinha e milho. Quando não tinha milho lá na cidade, comprava cá nas fazendas e levava” (MONTI, 2002:151). Ele explica que nesse tempo, final da década de 1930, e na década de 1940, o sal trazido para Goiás era transportado no lombo dos burros, que cortavam os gerais, pois este “era o único meio de transporte. Nem se falava de carro nessa época. Sítio da Abadia, Alvorada, Posse e aquela região de Mambá e um bocado de lugar por ali, São Vidal, Atoleiro, esses lugares por aí tudo, comia sal transportado do rio São Francisco, de Januária, de burro também. Estradinha naquelas campinas era dessa largurinha assim. Só dava para o burro passar” (*Ibid.*: 151). Era como no romance *Grande Sertão: Veredas* quando, numa das andanças de Riobaldo “passava era uma tropa, os diversos lotes de burros, que vinham de São Romão, levavam sal para Goiás” (*Op.cit.*: 45).

Quem morava em Brazlândia, por exemplo, preferia o comércio de Formosa, já que este tinha um peso considerável na região. É o caso do Seu João Pereira dos Santos, sertanejo de Luziânia, Go, e há muitos anos morador no Sertão dos Braz. Com o carro-de-bois, ele transportava o café produzido na fazenda da avó, até Formosa, e voltava com o sal.

Nomes, como Montes Claros e Uberlândia representavam um peso maior ainda, pois eram cidades ligadas aos grandes centros, como Belo Horizonte e São Paulo, via estrada de ferro. No caso de Montes Claros, a ferrovia que liga Minas Gerais ao Sertão da Bahia, passa por ela, o que ainda é forte na memória e narrativa da professora Hέλvia Maria Teixeira, uma sertaneja montesclarence que viajava com pai, o Seu Manoel dos Anjos Teixeira, um comerciante.

Ele comprava produtos como a mamona, o algodão e o milho e carregava os vagões, que transportavam as mercadorias para Belo Horizonte, Rio de Janeiro e outros centros maiores. Era um intermediário entre os pequenos produtores e os mercados consumidores. Além disso, fornecia produtos de primeira necessidade, como secos e molhados, tecidos e remédios que, ao longo do ano, iam sendo consumidos pelos produtores rurais da região. A relação era de troca, de escambo, mercadoria por mercadoria, pois, praticamente, não circulava dinheiro entre eles: A professora Hέλvia Maria Teixeira explica: “Meu pai sempre foi um comerciante. Quando ele chegou ao Brasil foi ser tropeiro. Ele não é brasileiro, é português. Minha mãe também. Eles se conheceram no Brasil, mas os dois são portugueses. O pai da minha mãe também era português. Então, meus pais se conheceram fazendo a estrada real, a estrada do ouro. Aí foram para Montes Claros com a construção da estrada de ferro e ficaram por lá”.

Com isso, Montes Claros se tornou um grande pólo comercial na região. Ângela Mendes, outra sertaneja montesclarence, chama a atenção para o fato da sua cidade natal ser o segundo maior entroncamento rodoviário do país. O primeiro fica em Picos, no Piauí. Na sua visão, “tudo passa por Montes Claros. É um ponto estratégico e a grande maioria do pessoal que sai do Nordeste para ir para São Paulo, ou para Brasília, o dinheiro acaba lá. [...] O pessoal vem pela [rodovia] 101, passa por Montes Claros para vir para cá. É um movimento muito grande”.

Mas, independente da área de influência das cidades sertanejas, entre elas existiam e existem, por exemplo, grandes fazendas, como a que o Seu Miguel trabalhou e viveu, lá no Boqueirão, Município de Unaí. Era uma fazenda, cujo proprietário se chamava Antônio Alves Cordeiro, um senhor tido como bom. Era um latifúndio tão grande, que dentro dele existiam outras fazendas: Retiro, Cana Brava, Caiçara, Fazenda Santo Antônio, Coqueiro, Veredinha, Curral de Fogo e Fazenda Brejinho, que era a sede.

Hoje, os grandes latifúndios ocupam, principalmente, as chapadas, terrenos planos propícios à mecanização agrícola. Como apresentado em capítulo anterior, para o sertanejo, sobram as encostas e os vales dos rios, de onde, com muita dificuldade, tiram o seu sustento e o de suas famílias.

## O Sertão que esperou por Brasília

“Sertanejos, mire veja: o sertão é uma espera enorme.” (Riobaldo<sup>11</sup>)

O suporte dado por estas cidades não era suficiente. Como descrito anteriormente, as dificuldades eram enormes. O sertanejo esperava pelo comércio, meios de transporte, hospitais e escolas mais eficientes. No fundo, a ânsia era pela cidade grande, o que denunciava um flerte com a idéia da mudança da capital para o Planalto Central.

No dicionário de Aurélio Buarque de Holanda, encontramos os seguintes sinônimos para a palavra namoro: “Ato de namorar; galanteio; derricho; pé-de-alferes e azeite, bredo, camote, cera, chamego, embeleco, grude, mormaço, paleio, prosa, sebo, sumbaré, suruba, tijolo; tribofe, xodó” (FERREIRA, 1986: 1179). São termos bastante brasileiros e aquecidos pelo calor que emana dos casais de namorados, que brota da carga afetiva característica desse tipo de relação. Isto fica evidenciado na definição dada por José Pedro Machado, no seu *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Para ele namoro é “galanteio, demonstração de afeto para com alguém”, e namorar é “demonstrar amor a alguém...” (MACHADO, 1977: 2574-2575).

O namoro, relação que pressupõe interação, identificação e afetividade, não precisa de controle externo para que seja garantida a sua continuidade, pois é sustentado pelo compromisso que emerge da relação apaixonada, própria dos enamorados.

Com esta atmosfera, na prosa do romance *Grande Sertão: Veredas*, Riobaldo conta algumas das suas aventuras amorosas. As três principais são as vividas com Nhorinhá, prostituta, filha de Ana Duzuza e de quem ele recorda que “Recebeu meu carinho no cetim do pêlo – alegria que foi feito casamento, sponsal. Ah, a mangaba só se colhe é caída no chão, debaixo... Nhorinhá (ROSA, 1994: 27); Otacília, com quem veio a se casar e sobre quem indagava: “O prêmio feito esse eu merecia?” (*Ibid.*: 105) e Diadorim, que “...sabendo deste, o senhor sabe a minha vida...” (*Ibid.*: 205).

Alguns encontros foram determinantes para o amadurecimento do amor platônico que Riobaldo nutriu por Diadorim. O primeiro foi no Porto do de-Janeiro, quando, ainda meninos, fizeram a travessia do rio São Francisco, partindo da confluência destes dois rios: “Mas eu olhava esse menino, com um prazer de companhia, como nunca por ninguém eu não tinha

---

<sup>11</sup> ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. In *Ficção completa em dois volumes*, v. 2. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

sentido. Achava que ele era muito diferente, gostei daquelas finas feições, a voz mesma, muito leve, muito aprazível. Porque ele falava sem mudança, nem intenção, sem sobejo de esforço, fazia de conversar uma conversinha adulta e antiga” (*Ibid.*: 70).

Depois, passados alguns anos, acontece outro destes encontros, na casa de Malinácio, nas margens do Rio das Velhas, na barra do Córrego do Batistério. E assim, Riobaldo expressa o amor e a emoção, sentidos naquele momento:

... enquanto que me ouviam, mais um homem, tropeiro, tropeiro também, vinha entrando, na soleira da porta. Agüentei aquele nos meus olhos, e recebi um estremecer, em susto desfechado. Mas era um susto de coração alto, parecia a maior alegria. Soflagrante, conheci. O moço, tão variado e vistoso, era, pois sabe o senhor quem, mas quem, mesmo? Era o menino! O menino, senhor sim, aquele do porto do de-Janeiro... (*Ibid.*: 92)

A partir daí, foi a vida compartilhada no bando de jagunços e o andar e guerrear pelo Sertão, até quando chegou o dia da batalha do Paredão.

A história do namoro entre o litoral do Brasil, que representa a abertura para o mundo e o seu interior, marcada por flertes e encontros que foram determinantes na posse do território e conseqüente definição dos rumos tomados pela nação brasileira, foi da mesma natureza. Os encontros aconteceram de diferentes formas, mas sempre tendo como objetivo, a conquista das riquezas, a posse da terra e do seu potencial de produção. Ocorreram por meio das chamadas “frentes de expansão” que, para Otávio Guilherme Velho, são “constituídas dos segmentos extremos da sociedade brasileira que se internavam em áreas antes não exploradas, e apenas ocupadas por sociedades indígenas” (VELHO, 1981: 13).

Muitos dos primeiros contatos entre os índios e os colonizadores brancos, ocorreram num clima de namoro. Por parte dos brancos, eram oferecidos presentes, como espelhos, canivetes, machado de metal, dentre outros. Neste jogo de sedução, muitas vezes, os índios ofereciam suas mulheres, fato ocorrido no primeiro contato entre a bandeira de Anhangüera Filho e, os já citados Crixás do vale do Paraná, no hoje Município de Formosa, Go. Conforme Paulo Bertran, naquela ocasião, os bandeirantes receberam como aceno de paz “16 lindas índias, ainda moças, muito claras e bem feitas, talvez como mensagem de aliança nupcial, estritamente monogâmica, para os 16 homens da vanguarda” (BERTRAN, 1994: 64).

Contatos dessa natureza, abriram brechas para o fenômeno conhecido como cunhadismo. Ao se casar com várias índias, um português passava a fazer parte de uma grande família, que a partir dali, lhe daria proteção incondicional. Segundo Darcy Ribeiro, esta instituição social possibilitou a formação do povo brasileiro. Para o antropólogo, “Os

índios não queriam outra coisa porque, encantados com as riquezas que o europeu podia trazer nos navios, o usavam para se prover de bens preciosíssimos que se tornavam logo indispensáveis, como as ferramentas de metal, espelhos e adornos” (RIBEIRO, 1995: 82).

Aqui, o ouro foi encontrado quando, depois de viajar três anos e três meses pelos territórios atuais de Goiás, “entrou Anhangüera Filho em São Paulo, no dia 21 de outubro de 1725, feliz com o descobrimento de ouro em cinco ribeirões...” (*Op.cit.*: 75). Com isso, verdadeiras cidades ambulantes começam a chegar à região, instalando-se nos locais aonde esse metal precioso fosse encontrado, tempo em que muitas tribos que não fugiram, foram dizimadas, conforme relatos anteriores, feitos pelo Seu Rosa e por Darcy Ribeiro.

Sendo assim, a partir do encontro entre as culturas dos índios e negros vindos do litoral, dos colonizadores e dos índios sertanejos, inicia-se a organização de um sistema sociocultural novo para a região. Este processo intensificou-se com a descoberta do ouro, no século XVIII, que como vimos, é um momento em que aumentou a chegada dos que iriam trabalhar como garimpeiros. Após o esgotamento deste metal precioso, preservando as heranças desse namoro, o Sertão adquire os contornos descritos por Riobaldo e pelos narradores que participam desta pesquisa.

A Coroa, sediada no litoral brasileiro, principalmente, depois dos lucros obtidos com o ouro, nunca perdeu o Sertão de vista. Para Darcy Ribeiro, nada foi gratuito. “Portugal, que viveu mil anos na obsessão de fronteira, temeroso de ser engolido pela Espanha, aqui, desde a primeira hora, tratou de marcar e alargar as bases de suas posses territoriais. Plantou fortalezas a mil léguas de qualquer outro povoador (RIBEIRO, 1995: 149).

O Seu Rosa conta que, a idéia da transferência da Capital do Rio de Janeiro para o centro do país, era antiga. Segundo ele, “o D. Pedro II foi que criou aquele projeto da mudança da Capital, da Pedra que foi colocada em Planaltina, mas já existia o projeto”. Como testemunho destes acontecimentos, o Seu Rosa fala de um marco que ainda existe no município de Buritis, em Minas Gerais, que data da época do Império: “foi feito um traçado e fincaram um marco naquele tempo... Aí no Zé Pedro” (MONTI, 2002: 67). Conforme este narrador, o marco tem relação com uma estrada que cortaria o Sertão.

O Seu Viriato, que vive em Planaltina, no Distrito Federal, confirma que a idéia da Capital ser transferida para perto do seu lugar nunca foi estranha, pois nas suas palavras, “era a coisa mais esperada aqui para nós, aquela força de vontade que viesse (...) era Brasília” (*Ibid.*: 67).

Desta forma, o Sertão esperava pela nova Capital, que lhe traria as melhorias de vida, tão sonhadas. Por outro lado, com as idéias mudancistas apresentadas pelo Seu Rosa e pelo Seu Viriato, fica evidente que as expectativas em relação ao Sertão iam além do ouro e das pedras preciosas.

### **Expedições, marcos e promessas**

Vale a pena retomar a história da ocupação e conhecer um pouco mais da evolução do namoro. Em 1596, chegaram as primeiras expedições exploradoras ao Planalto Central e, em 1725, Bartolomeu Bueno da Silva (Anhangüera filho) alcançou Goiás. Em 1746, Antônio Bueno de Azevedo descobriu as Minas de Santa Luzia, o que atraiu ainda mais os olhares gananciosos para esta região. Quatro anos depois, o cartógrafo goiano, Francisco Tossi Colombina, elaborou uma carta geográfica de Goiás e capitanias próximas, indicando nela o local que poderia vir a ser ocupado pela futura Capital do País.

Sempre zelosa com seus lucros, em 1750, a Coroa envia Luís Antônio Furtado de Mendonça, o visconde de Barbacena para Vila Rica, hoje Ouro Preto. Sua missão era aplicar o alvará de dezembro daquele ano, segundo o qual, Minas precisava pagar cem arrobas, ou 1.500 Kg, de ouro por ano para a Coroa. Caso a arrecadação não atingisse essa cota, seria então cobrada a derrama - o imposto extra tirado de toda a população, até completar as cem arrobas.

Um clima de tensão e revolta tomou conta das camadas mais altas da sociedade mineira. Inconfidência Mineira foi o nome pelo qual ficou conhecido o movimento rebelde organizado por homens ricos e cultos de Minas Gerais, tais como: o filho do capitão-mor de Vila Rica, José Álvares Maciel; Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes; Alvarenga Peixoto; o padre Oliveira Rolim; Cláudio Manuel da Costa, minerador, poeta e formado em Coimbra; Tomás Antônio Gonzaga, poeta e jurista; Toledo e Melo, padre e minerador; Abreu Vieira e Oliveira Lopes, coronéis. No ano de 1789, a idéia mudancista foi incluída nos autos da Inconfidência Mineira, sugerindo-se São João Del'Rey para sua sede.

A partir daí, fatos marcantes tornam cada vez mais evidente o flerte de políticos e da elite colonial com o interior. Destes, destacamos a adesão de D. Pedro à causa brasileira, confirmada com a nomeação do novo Ministério, que iria substituir o demitido, no dia do "Fico". Valter Melo lembra que a figura mais importante era a do paulista José Bonifácio de Andrada, que recomendou à Corte de Lisboa a interiorização da Capital do Império, que seria localizada à "15 graus de latitude, em sítio ameno, fértil e regado por algum rio navegável" (MELLO, 1986: 10). Em 1823, José Bonifácio encaminha à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império o "memorial sobre a necessidade e meios de edificar no interior do Brasil, uma nova Capital para assento da Corte, da Assembléia Legislativa e dos tribunais superiores" (*Ibid.*: 10). Neste documento, José Bonifácio sugere a região de Paracatu e os nomes de Petrópole, ou Brasília, para a nova Capital. Este é o princípio do namoro que o Seu Rosa contou pouco antes. Provavelmente, o marco que ele conhecia lá no sertão do Urucuia tenha alguma relação com este fato histórico.



Na verdade, a primeira proposição, em forma de Projeto Mudancista, veio com o Deputado João Cândido de Deos e Silva (PA), em 1831. Este projeto definia o centro do País como local para a edificação da futura Capital.

Cada vez mais, o coração do Sertão vai se firmando, como a região mais adequada para a construção da nova capital. Em 1849, depois de ter sugerido São João Del' Rei, no seu "Memorial Orgânico", Francisco Adolfo de Varnhagem descreve a região formada pelas três lagoas: Formosa, Feia e Mestre D'Armas, como a ideal para a implementação deste projeto. A terra natal do Seu Viriato e do Seu Erasmo começava a ser estudada com este fim.

Finalmente, em 1899, a mudança da Capital é consignada na Constituição Provisória e, em 1891, o Deputado Virgílio Damásio, apresenta proposição, com emenda do Deputado Lauro Muller, referente à indicação na primeira constituição da República, de um artigo que limita a área a ser demarcada para sediar a futura Capital: "Fica pertencente à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura Capital Federal (art. 3º )" (CRULS, 1984: 11).

Em 1892, o Presidente Floriano Peixoto constituiu a Primeira Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, sob a chefia do Dr. Luiz Cruls [1848-1908]. Era sua missão proceder aos estudos indispensáveis ao "conhecimento exacto da posição astronômica da área a demarcar, da orographia, hydrographia, condições climatológicas e hygienicas, natureza do terreno, quantidade e qualidade das águas, que devem ser utilizadas para o abastecimento, materiaes de construção, riqueza florestal, etc...." (*Ibid.*: 29). A primeira viagem de Luiz Cruls ao Planalto Central, presidindo a Comissão de Exploração, durou treze meses, de junho de 1892 a julho de 1893.

Chegando a Formosa, a Comissão procurou por um guia e foi indicado Viriato de Castro, pai do Seu Erasmo de Castro. Na época, ainda adolescente, ele acompanhou as atividades dos cientistas que faziam suas anotações, cálculos e coletas de materiais botânicos e minerais.

Em 1893, a Comissão Cruls elaborara o primeiro mapa com a definição do Quadrilátero Cruls e, já no ano seguinte, o seu coordenador apresentava o relatório, contendo dados sobre o Planalto Central (topografia, fontes de energia, caracterização do solo, geologia, fauna, flora, clima etc.).

Segundo Vasconcelos (1978), no final de 1895, Cruls admite num relatório preliminar

que sob o ponto de vista de qualidade, abundância d'água, natureza e topografia do terreno, salubridade e condições climatológicas, é provável que esta escolha se fixe definitivamente quer na região compreendida entre os rios Gama e Torto (onde hoje

está o Plano Piloto de Brasília), quer no vale do Rio Descoberto. (VASCONCELOS, 1978: 183)

Uma das principais preocupações de Luiz Cruls relacionava-se aos recursos hídricos da região. Na primeira excursão pela área que seria demarcada, ao cortar o Planalto, do ocidente para o oriente, causou-lhe boa impressão a quantidade e a qualidade da água dos rios que banham mais da metade do quadrilátero, na sua parte centro-sul. No seu relatório encontramos:

Por ali vê-se que as águas são abundantíssimas mormente na parte meridional da zona demarcada, tornando-se fácil abastecer uma cidade, por mais populosa que seja, a razão de 1000 litros d'água por dia e por habitante." Sobre a qualidade das águas do Distrito Federal, o mesmo relatório afirma que: "A qualidade das águas d'esses diversos rios varia de um a outro. Em geral pode-se considerar as águas do sul como sendo melhores do que as do norte, em relação à serra das Divisões e as dos afluentes do Corumbá como superiores as do São Bartolomeu. (CRULS, 1984: 109)

Buscando a consolidação da mudança da Capital, em 1921 "é apresentado o projeto de autoria dos Deputados Rodrigues Machado e Americano do Brasil, que objetivava lançar a Pedra Fundamental da futura Capital no Planalto Central e sugere o início da sua construção com a autorização das providências preliminares" (MELLO, 1986: 12). Este projeto foi então sancionado pelo presidente, transformando-se no Decreto 4.494, que determina o lançamento da Pedra Fundamental, no dia 7 de setembro do mesmo ano. O mesmo Seu Viriato de Castro, guia da Comissão Cruls e avô do Seu Viriato, o nosso narrador, ajudou a transportar as peças da "Pedra", vindas de Ipameri. A partir daí, a Pedra Fundamental, plantada no coração do sertão, firma-se como um "lembrete", durante o silêncio que durou 25 anos depois do seu lançamento. Este marco manteve a esperança de que um dia, a nova Capital viria.

O lançamento da Pedra Fundamental repercutiu no País e, não foram poucos, a partir de então, a apostar na mudança, levando Planaltina a experimentar um grande afluxo de pessoas. Segundo Inês Gonzaga Zats, "foi na administração do intendente Deodato do Amaral Louly (1926), que se criou os loteamentos de Planópolis, Platinópolis e Planaltinópolis, no município de Planaltina" (ZATS, 1986: 40). Segundo esta autora, todos os lotes foram vendidos e tiveram suas escrituras registradas, podendo ser encontradas na prefeitura de Planaltina de Goiás.

O hiato criado pela era Vargas foi quebrado quando, em 1946, o princípio da mudança da capital para o Sertão fora consagrado pela Constituição. A partir daí, o Presidente Eurico Gaspar Dutra nomeia Comissão de técnicos sob a coordenação do general Djalma Polli Coelho, para proceder ao estudo de localização da nova capital.

Planaltina recebeu esta comissão por três vezes. Na publicação de Ana Cristina Pinheiro Campos, citada por Inez G. Zats (1986), o sertanejo José Mundim Guimarães conta que, para isso, o prefeito "juntou 18 homens na enxada, fez uma pista lá no Buritis (hoje), fez uma pista

de 200 metros de largura por 1 quilômetro de comprimento, na enxada” (*Ibid.*: 64). No ano seguinte da sua constituição, a Comissão Polli chega a Planaltina, sendo recebida pelo Dr. Hozannah Guimarães, que foi nomeado anfitrião, pelo Governador de Goiás. Sua missão era a de tornar a estada o mais agradável possível e de mostrar ao visitante os lugares atraentes, a riqueza natural da região, como, por exemplo, a reserva de calcário da Pedreira do Mozondó. Configura-se assim, um jogo de sedução, cujo objetivo é a fixação da Capital no município. Devido a sua intimidade com a região, o Seu Erasmo de Castro foi convidado para integrar esta Comissão, assumindo a função de guia. Repetiu-se, assim, a experiência do seu pai, que na adolescência, fora guia da Missão Cruls.

Como resultado de quase dois anos de estudos, pesquisas e debates, a Comissão, formada por onze engenheiros e um médico sanitário, chega a duas soluções para serem votadas: a primeira, era a do Triângulo Mineiro, que compreendia as regiões do Vale do Paranaíba, tendo como ponto de referência Tupaciguara e parte dos municípios de Uberlândia e Araguari. A segunda, seria a solução do Planalto Central, que envolvia o Quadrilátero Cruls. Cobria os municípios de Planaltina, parte de Corumbá de Goiás, Formosa e prolongava-se pela Chapada dos Veadeiros, incluindo os municípios de Niquelândia, São João da Aliança e parte dos municípios de Posse e Cavalcanti. Foi realizada uma votação, cujo resultado apontou a segunda solução como a mais adequada. Sete votos foram favoráveis à solução Cruls e cinco, contra.

Após longa tramitação, no dia 5 de janeiro de 1953, o Presidente Getúlio Vargas sancionou o dispositivo legal, autorizando o Poder Executivo a realizar os estudos definitivos sobre a localização da nova Capital da República. Assim, é criada no Governo Vargas, a Comissão de Localização da Nova Capital Federal, dirigida, inicialmente, pelo General Aguinaldo Caiado de Castro e, posteriormente, no Governo Café Filho, pelo Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Após dois anos de estudos aerofotogramétricos, esta Comissão chega às mesmas conclusões a que chegaram as Comissões Cruls e Polli Coelho.

Na fase de análise da fotogrametria, realizada pela empresa aérea Cruzeiro do Sul, foi convidada a empresa americana Donald Belcher, que indicou cinco sítios, de mil quilômetros quadrados, cada um. Foram identificados por cor e localizavam-se dentro da grande área proposta. A Comissão de Localização escolheu, a partir de critérios definidos pelo engenheiro Raul Pena Firme, “o Sítio Castanho, com 867 pontos. Em segundo lugar, o Sítio Verde, com 800 pontos. O primeiro equivale ao espaço hoje ocupado pelo Plano Piloto de Brasília e o segundo localiza-se entre Sobradinho e Planaltina no Distrito Federal” (VASCONCELOS, 1978: 330).

Finalmente, o Marechal José Pessoa designa uma subcomissão de três membros para estabelecer os limites de uma área de 5.000 quilômetros, ao redor do sítio escolhido. “Em onze dias, a subcomissão chega a uma conclusão, indicando um território de 5.800 quilômetros quadrados, com limites de latitudes nos paralelos 15 graus 30 minutos e 16 graus 03 minutos” (*Ibid.*: 331).

O Seu Erasmo sempre reafirma a sua participação, e a da sua família, no processo de mudança da Capital. Junto com os seus irmãos, ele ajudou a arrastar correntes, durante a medição do Distrito Federal, nas proximidades de Planaltina (MONTI, 2002: 71). Sendo assim, estava tudo pronto para o sertão receber a maior frente de expansão da sua história.

A espera foi longa. O Seu Miguel Marques via Brasília como um sonho, não se sabia o que iria acontecer, a partir de uma obra tão grandiosa. As dificuldades falaram mais alto e ele explicava aos amigos que indagavam por que estava vindo ajudar a construir a Nova Capital: “Vou morrer longe para não feder perto”.

## **CAPÍTULO 2**

### **MODERNIDADES**

Brasília é uma cidade moderna. Esperar por ela era ansiar pela modernização do Sertão. Mas a que modernidade estamos nos referindo? Que transformações ela trouxe para a vida dos sertanejos? Estas são questões que buscaremos responder neste e nos próximos capítulos.

#### **O Diabo na rua: o desejo desmesurado dos modernos**

Para o Padre Henrique Vaz, modernidade e pensamento filosófico são equivalentes. O autor considera que “toda modernidade é filosófica ou toda filosofia é expressão de uma modernidade que nela se reconhece como tal” (VAZ, 1991: 149), mantendo-se, deliberadamente, no âmbito da civilização ocidental, por julgar ter sido ela, a modernidade, quem poderia oferecer as condições necessárias ao filosofar. Vale ressaltar que, pela abordagem de Henrique Vaz, a única forma adequada de se definir modernidade é a filosófica.

Segundo ele, para a emergência da modernidade, que, etimologicamente, vem de *modo* - advérbio latino que significa *há pouco, recentemente* - foi necessário que a representação do tempo se libertasse da estrutura repetitiva, própria da simbologia do mito. Foi, também, necessária a transposição da lógica do idêntico para a dialética do idêntico e do diferente, e,

conseqüente revestimento do agora, ou do atual, de uma novidade qualitativa, conferindo uma dignidade ao tempo atual.

Sendo assim, quem confere tal dignidade ao presente é a filosofia, situada no presente da reflexão, ou seja, ela torna-se instância de compreensão e julgamento do passado, diferenciação qualitativa na identidade do seu monótono fluir. Conforme Henrique Vaz, isto se deu com o nascimento da filosofia, nas ilhas da Jônia, no século VI a.C. Naquele momento, “a razão demonstrativa, ou o logos como *epistème* ou como ciência, passa a ocupar o centro simbólico da civilização grega [...]” (*Ibid.*: 149). Daí, a modernidade passou a ser uma categoria de leitura do tempo histórico. Porém, pelo fato das civilizações não-filosóficas desconhecerem uma leitura moderna do seu tempo, por não julgarem o seu passado a partir do seu presente, somente quando esse tempo histórico é assumido na conceptualidade filosófica, uma modernidade pode ser testemunhada.

Então, sob a conceituação filosófica, modernidade significa a “reestruturação modal na representação do tempo, em que este passa a ser representado como uma sucessão de modos ou de atualidades, constituindo segmentos temporais privilegiados pela forma de Razão que neles exerce” (*Ibid.*: 151). Inclusive, a ciência histórica como discurso explicativo do passado, nasce daí, pois a consciência historiadora é, essencialmente, moderna. Pensada, filosoficamente, a idéia de modernidade equivale à formação de uma consciência histórica, cuja principal característica é o privilégio conferido ao filósofo de ordenar e julgar o tempo.

Desta forma, emergem modernidades, na medida em que ocorrem reestruturações no modo de representação do tempo, reorganizações no sistema das razões, que passam a dominar a sociedade. Para Henrique Vaz, a primeira delas emergiu com a integração da religião ao sistema das razões, passando a ter como centro, a filosofia, quando, intelectualmente, ela passou do mito à teologia racional. Com isso, a religião, depurada, teologicamente, integrou-se ao sistema simbólico da modernidade, o que se tornou possível, pelo fato de que, o pensar filosófico teve seu discurso estruturado, a partir da teologia.

Mas, e quanto à modernidade que caracteriza, por exemplo, a arquitetura e urbanismo propostos por Le Corbusier e que se concretiza em Brasília? Segundo Henrique Vaz, esta é a “modernidade moderna” que, do século XIX em diante, passou a ser conhecida como “modernidade”. Seus traços fundamentais começaram a se definir, a partir do século XVII, quando houve o rompimento com a égide da razão clássica e uma reformulação profunda do modelo das relações, até então vigentes, entre filosofia e religião. Com isso, é substituída a estrutura *onto-teológica* pela estrutura *onto-antropológica*. Tal modernidade pode ser analisada, desde a revolução científico-tecnológica, até as revoluções econômicas, sociais e

políticas. Historicamente, a “modernidade moderna” inaugurou-se, com efeito, quando, em 1629, Descartes [1596-1650] escreveu as *Regulae ad directionem ingenui*. Aí, um novo sol filosófico reorganizou, na sua órbita, o sistema das razões, que passaria a dominar a sociedade, uma sociedade dominadora, para satisfação dos seus desejos desmesurados, a alma do “pacto de modernidade”.

Para Nancy M. Unger (2001),

A grande diferença entre a modernidade e as civilizações precedentes é que, enquanto outras sociedades fizeram do eixo de sua cultura a elaboração de técnicas para controlar a tendência humana àquele desejo desmesurado que os gregos chamavam de *hýbris*, a nossa fez da *hýbris* sua virtude máxima. O projeto de dominação e controle de tudo que existe forma o eixo em torno do qual esta civilização gravita. Em si, o raciocínio dedutivo é um pensamento sem controle, centralizado, uno. A tirania da *ratio* exclui o irracional, o outro, tudo aquilo que não participa do princípio de identidade. Com Descartes, o ego raciocinante torna-se o critério de determinação do real. Na medida em que a formulação predominante na modernidade assume que o único fundamento de valor e de verdade é o próprio homem, o caminho está aberto para uma compreensão na qual “ser” é ser representável para o sujeito racional. (UNGUER, 2001: 25)

Desta forma, as modernidades filosóficas, que se sucederão sob o signo do *Cogito* de Descartes, estabelecerão, com a religião, uma relação oposta, pois, assim, é dada ao filósofo uma posição privilegiada no tempo, a partir do ato de filosofar, desfazendo-se, com isso, a possibilidade de integração da religião neste espaço. “A estrutura do ‘Eu penso’ (*Cogito*), como princípio do discurso filosófico – evoca para si o privilégio de um começo absoluto ou da suprassunção do tempo – anulação do tempo pelo conceito de Hegel – no agora privilegiado do saber filosófico” (VAZ, 1991: 155).

### **Todos contra os acasos**

A descontinuidade, que solapa o mito proposta pelo paradigma cartesiano, consiste, principalmente, na situação do homem no mundo, arena da experiência metafísica e onde pode ocorrer a miscigenação conceitual entre filosofia e religião. No paradigma da metafísica clássica, ao invés do homem ser colocado no centro, referia-o à posição chamada de “humilhação geocêntrica”, o que em linguagem comum, significa esse “baixo mundo”, ou lócus inferior do universo. “Essa centração tópica que confinava o homem à terra, correspondia justamente a descentração metafísica que o elevava à contemplação (*theoria*) do absoluto transcendente” (*Ibid.*: 156).

No paradigma da Metafísica moderna, ocorre uma descentração, uma mudança, em relação ao lugar do homem no mundo, a partir da relativização do espaço e do tempo, e da geometrização e infinitização do espaço físico, segundo o modelo euclidiano. “Mas a essa

descentração tópica corresponde uma recentração no plano metafísico segundo o qual o homem, como sujeito, passa a ocupar o centro do universo inteligível” (*Ibid.*: 156).

Conforme Unger (2001),

O cristianismo lembra ao ser humano que a autoridade que ele possa ter é sempre subordinada a uma autoridade mais alta e que a liberdade do homem não consiste em ele fazer o que bem entender, mas em adequar o seu querer a uma ordem mais alta, que independe dele e que lhe é superior. Assim, ainda que vários autores afirmem que o cristianismo abriu caminho para o humanismo antropocêntrico, dessacralizando a natureza e colocando o homem acima dos demais seres da natureza, enquanto ele atuou como uma força vital na civilização ocidental, a própria idéia da superioridade humana e de seu poder sobre a natureza era interpretada no contexto de uma visão ética e espiritual mais ampla.

[...] Em sua versão moderna, a idéia do lugar do ser humano no universo perde esta dimensão tensional entre um nível de domínio e um nível de subordinação a uma ordem mais alta e assume um caráter unidimensional – a expansão do poderio humano sobre o mundo inteiro. De maneira sempre crescente, o homem moderno pensa sua liberdade na razão direta de sua capacidade de prescindir de qualquer lei que lhe seja externa, tão mais livre quanto mais ele domina o mundo. (UNGER, 2001: 27)

Sendo assim, a “modernidade moderna” se manifesta, a partir dos seguintes fatos: relativização do lugar físico e imanentização das coordenadas do lugar metafísico. Este é o ponto de ruptura entre filosofia e religião. Com isso, a religião desloca-se da posição do sujeito de um saber situado e reconhecido no espaço filosófico – a teologia – para a de objeto de um saber que pretende compreendê-la, conforme o paradigma cartesiano. Nasce a filosofia da religião. “Torna-se, assim, problemático o lugar de Deus, ou do divino, no universo conceitual do filósofo moderno, o que quer dizer que, as modernidades que se sucederão sob o signo da razão cartesiana, aplicarão à religião um procedimento teórico redutor e objetivante, fazendo dela um capítulo apenas, muitas vezes secundário, da *mathesis universalis*, que tem seu centro no próprio sujeito” (VAZ, 1991: 156). Nessa transposição, decide-se o destino da nossa modernidade filosófica.

Com menor ousadia e mais humildade que o pensar moderno, ao remoer estas questões no *Grande Sertão: Veredas*, Riobaldo declara:

Como não ter Deus?! Com Deus existindo, tudo dá esperança: sempre um milagre é possível, o mundo se resolve. Mas, se não tem Deus, há-de a gente perdidos no vaim, e a vida é burra. É o aberto perigo das grandes e pequenas horas, não se podendo facilitar – é todos contra os acasos. Tendo Deus, é menos grave se descuidar um pouquinho, pois o fim dá certo. Mas, se não tem Deus, então, a gente não tem licença de coisa nenhuma! (ROSA, 1994, v. 2: 43-44)

Henrique Vaz (1991), conclui o seu artigo, reafirmando sua profunda convicção de que os valores e verdades, contidos nas linguagens dos santos, vêm sendo reproduzidos para além de todas as modernidades. E isto tem acontecido “em traços que nunca esgotam a novidade

infinita do anúncio do Verbo feito carne, o arquétipo da nossa verdadeira e definitiva humanidade, reconhecido pela fé no Cristo Jesus” (VAZ, 1991: 165).

Com Brasília, a modernidade pousou no coração do Planalto Central. Desta maneira, ao receber a nova capital, o Sertão modernizou-se, rapidamente. Recebida pelos sertanejos que habitavam o Distrito Federal e também recebendo os sertanejos, que desde a sua construção fixaram-se nas suas periferias, Brasília sertanejou-se.

Isto significa que a cultura sertaneja não sucumbiu ao impacto provocado pela “modernidade moderna”? Em que medida o pensamento moderno repercutiu sobre a vida concreta dos sertanejos? Podemos dizer que, a exemplo do cristianismo, também o modo de vida dos sertanejos encontrou seu lugar, entre os estilos de vida da nossa modernidade? É o que buscaremos responder mais adiante, mas agora, vejamos que transformações ela trouxe para a vida dos sertanejos habitantes de Formosa, antiga Vila dos Couros.

### **CAPÍTULO 3**

#### **“PACTO DE MODERNIDADE”, TURBULÊNCIAS E ENCONTROS: O CERTO NO INCERTO NO NASCIMENTO DO SISTEMA SERTÃO-BRASÍLIA**

O crítico literário, Antônio Candido, defende que, na extraordinária obra *Grande Sertão: Veredas*, há de tudo para quem souber ler. Cada um poderá abordá-lo a seu gosto (Candido, 1994). Neste ponto da presente análise, além de parâmetro para o estudo da cultura sertaneja, o romance de João Guimarães Rosa é adotado como uma fonte de metáforas.

Segundo Ferreira (1986), uma metáfora é um tropo que consiste na transferência de uma palavra para um âmbito semântico, que não é do objeto que ela designa. Para o filósofo grego Aristóteles [384-322 aC], “a metáfora consiste no transportar para uma coisa o nome de outra, ou gênero para espécie, ou da espécie para o gênero, ou da espécie de uma para a espécie de outra, ou por analogia” (ARISTÓTELES, 1973: 462), podendo ser usada com a função de adornar, embelezar e retocar a linguagem.

Os lingüistas George Lakoff e Mark Johnson (LAKOFF; JOHNSON, 1980), ressaltam que a metáfora não é forma de falar ou de pensar, mas constitui a nossa experiência do mundo, dominando os conceitos, as rotinas e que, todo o nosso sistema conceitual é metafórico: *o tempo é dinheiro e o amor é uma viagem*. Então, ela se torna mecanismo cognitivo, que leva à apreensão imediata de saberes ordenados e estruturados e à compreensão por comparação de conhecimentos, que a percepção direta não veicula.



Buscando avançar no conceito de sustentabilidade, das muitas metáforas que podem ser extraídas do *Grande Sertão: Veredas*, foram eleitas duas: a do pacto e a do namoro.

Pacto vem do latim, *pactu*, e significa ajuste, convenção, contrato (FERREIRA, 1986). Considerando os pactos sociais, o filósofo inglês Thomas Hobbes escreveu *O Leviatã*, tratado que define o Estado como um deus mortal, cujo poder é tanto temido, quanto venerado, porém fadado a um fim terreno. Ele resulta da troca da vida solitária e egoísta pelas vantagens da vida em sociedade.

Segundo Thomas Hobbes [1588-1679], a vida começa com o *conatus*, força genética do desejo de poder, porque o egoísmo é de natureza humana e só termina com a morte. Opõe-se a ele o instinto de conservação da espécie e o desejo de paz. Para enfrentar estas contradições, o homem organizou-se em sociedade, adotando a aceitação mútua em torno de um desejo, de uma coisa contratada.

Sendo a palavra investida, com o orgulho e o medo das conseqüências do descumprimento do pacto ou contrato social, insuficientes para garanti-lo, surgiu a necessidade de um poder comum que ficasse acima dos pactantes e, que fosse forte o suficiente, para impor o seu cumprimento.

O desejo de paz, que nasce do instinto de conservação, conduziu à concordância e submissão a um homem ou a uma assembléia quando muitos homens pactuaram entre si e decidiram quem teria o direito de representá-los (HOBBS, 1979). Nasceu o Estado, deus mortal mediador dos conflitos que o definem, podendo assim abrir espaço para a incerteza, novas possibilidades de organização, reorganização e sustentabilidade social.

Ao computarem o seu meio, os seres vivos obtêm as informações que os capacitam, tanto a reconhecer as garantias e ameaças que os acompanham, quanto responder a elas. Tendo consciência destas ameaças, bem como das incertezas que elas provocam, o homem – e somente ele – tenta dominar a realidade, incluindo nela os seus semelhantes.

Daí, ele passa a buscar a certeza e quietude da alma no poder do conhecimento científico; dos acordos políticos; da religião; do dinheiro; ou como Riobaldo, o narrador do *Grande Sertão: Veredas* que, desprezando suas possibilidades e as do seu bando, buscou tal poder no pacto com o Diabo, tal como o Fausto de Goethe [1749-1832]:

*Não tenho mais a ilusão de poder ensinar  
Aos homens para melhora-los ou convertê-los;  
Também não tenho bens, muito menos dinheiro,*

*Nem honra, nem glória no mundo.*  
*Nem mesmo um cão viveria desse jeito!*  
*Por isso entreguei-me à magia,*  
*Para ver se, por força do espírito e da palavra,*  
*Consigo desvendar alguns mistérios.*  
*Para que eu não fale mais, com suor azedo,*  
*Daquilo que não sei. (GOETHE, 2001: 15)*

Isto aconteceu, porque Riobaldo pensava que, matando o Hermógenes, aplacaria o desejo de vingança de Diadorim, pois este não pensava em outra coisa, a não ser vingar a morte do pai, Joca Ramiro. Porém, segundo João Bugre, corria a fama de que o Hermógenes era pactário:

- “O Hermógenes tem pauta... Ele se quis com o Capiroto...” Eu ouvi aquilo demais. O pacto! Se diz – o senhor sabe. Bobéia. Ao que a pessoa vai, em meia-noite, a uma encruzilhada, e chama fortemente o Cujo – e espera. Se sendo, há-de que vem um pé-de-vento, sem razão, e arre se comparece uma porca com ninhada de pintos, se não for uma galinha puxando barrigada de leitões. Tudo errado, remedante, sem completação... O senhor imaginalmente percebe? O crespo – a gente se terem – se forma! Carece de se conservar coragem. Se assina o pacto. Se assina com sangue de pessoa. O pagar é a alma. Muito mais depois. O senhor vê, superstição parva? Estornadas! “... O Hermógenes tem pautas...” Provei. Introduzi. Com ele ninguém podia? O Hermógenes – demônio. Sim só isto. Era ele mesmo. (ROSA, 1994, v. 2: 36)

A professora Walnice Galvão define o pacto riobaldiano como uma garantia de certeza, o certo dentro do incerto, a certeza que mata e dana: a morte real e a morte abstrata (GALVÃO, 1983). Nesse sentido, ela considera o caso de Maria Mutema, o mais extenso, completo e importante para o romance.

Conforme a narrativa, no arraial jequitinhão de São João Leão, aconteceu o caso de Maria Mutema e do Padre Ponte.

Ela, numa noite em que o seu marido dormia, sem motivo aparente, derrama-lhe chumbo derretido no ouvido, matando-o. No dia seguinte, o corpo é sepultado no lugarejo, sem ninguém ter desconfiado do que realmente acontecera.

Mas eis que Maria Mutema começou a confessar-se a cada três dias. Paralelo a isso, o padre foi definhando, até que morreu.

Passados os anos, chegaram dois padres estrangeiros. No dia da reza da salve-rainha, Maria Mutema entrou na igreja, mas aquele que pregava, indignado, pediu que ela saísse. E que, se ela ainda fosse capaz de arrependimento, devia esperá-lo para confissão... na porta do cemitério.

Porém, Maria Mutema começou a chorar e, ali mesmo, confessou tudo. Matara o marido, introduzindo chumbo derretido nos seus ouvidos e fizera o mesmo com o Padre, ao pregar-lhe uma mentira, que era contada em todas as confissões: tinha matado o marido porque amava muito a ele, o Padre Ponte. Quando desenterraram o marido, no crânio encontraram uma bolinha de chumbo.

Para Walnice Galvão, estes dois crimes são, formalmente, um só, pois foram executados pela introdução de algo no cérebro através dos ouvidos, algo que ao tornar-se sólido, mata. Cada um representa um pacto entre duas pessoas: um agente e um receptor passivo – e com o mesmo efeito: a morte para o receptor, a danação do agente (GALVÃO, 1983).

O certo, o chumbo ou a mentira, dentro do incerto, o cérebro/espírito do marido e do padre. O Diabo, certo e corporificado dentro do redemoinho móvel e envolvente: “O Diabo na rua, no meio do redemunho...” (ROSA, 1994, v. 2: 13). O poder do Diabo, que mina as possibilidades de estratégias, reduzindo a vida a um programa que sufoca e mata. Riobaldo venceu os hermógenes, mas ao preço da vida de Diadorim.

Se comparado com o pacto hobesiano, o de Riobaldo representa um retrocesso, uma volta radical ao *conatus*, ao egoísmo extremo. Pressupõe um desejo incontido de vitória, de dominação e eliminação dos riscos. “O que eu agora queria! Ah, acho que o que era meu, mas que o desconhecido era, duvidável. Eu queria ser mais do que eu. Ah, eu queria, eu podia. Carecia” (Rosa, 1994: 268).

Sobre este egoísmo incontido, a essência do pacto riobaldiano, Nancy M. Unger (2001) afirma:

A desmedida é uma tendência humana que os gregos já identificavam, tanto que designaram este desejo voraz e excessivo, esta ruptura da medida justa, com uma palavra cuja força até hoje ecoa: *hýbris*. Manter a *hýbris* sob controle permeia toda a *paidéia* grega. Nos portais do templo de Apolo, deus da sabedoria, foram registradas as inscrições “Conhece-te a ti mesmo” e “Nada em excesso”. A doutrina da *sophrosyne* faz da busca da *metron* a mais alta sabedoria, ensinando que não se devem esquecer os limites do poder e da ambição humanas, compreensão também demonstrada pelas sociedades arcaicas, cujo sistema simbólico visa afirmar o ser humano como parte integrante do todo e, com isso conter a desmedida”. UNGER, 2001: 33)

Todavia, ao contrário do Hermógenes, tanto Maria Mutema, quanto Riobaldo, rompem com o pacto, a partir da confissão. Ela, entrando na igreja e contando seus crimes. Ele,

contando sua história de vida para o Compadre Quelemém e, depois, para seu interlocutor no *Grande Sertão: Veredas*.

O Seu Rosa sempre afirmava que “se pelo lado do desenvolvimento Brasília ajudou o Sertão, no que se refere ao sossego ela prejudicou” (MONTI, 2002). Qual seria, então, a causa do desassossego?

A partir do momento em que Douglas, presidencial, pousou na Fazenda do Gama, uma das idéias que passaram a ser disseminadas, era a de que Brasília estava sendo construída, a partir do *nada*. Sobre este assunto, Juscelino Kubstchek escreveu em suas memórias: “De tudo isso, porém, só existia mesmo naquela região a planura do deserto e, comunicando certa vida à paisagem de desolação, [...] o cerrado – um mar de árvores raquíticas, retorcidas e quase órfãs de folhas...” (OLIVEIRA, 1975).

Quanto à Fazenda do Gama, ele afirma: “O único testemunho da passagem do homem por ali era um pardieiro, pretensiosamente denominado Fazenda do Gama, e que se resumia numa casa de telhado baixo, com um cercado no fundo, no qual viviam, confinados, uns cinco bois e uns três leitões” (*Ibid.*: 50).

Com o mesmo espírito empreendedor, Ernesto Silva escreveu: “A alegria nos invadia a alma: uma nova Capital seria construída para o Brasil, partindo do NADA, do absolutamente NADA” (SILVA, 1997: 133). O grifo do NADA é do próprio autor que, tomado pela euforia modernista, só vislumbrava as possibilidades trazidas por Brasília.

Na visão dos arquitetos envolvidos, “Projetar uma nova capital para o futuro em região semi-árida, sem nenhum constrangimento cultural de estruturas já existentes, era a tarefa dos sonhos de qualquer modernista” (CAVALCANTI, 2006: 207). Esta era a visão dominante. Não havia com o que se preocupar, pois não haveria constrangimentos culturais. Então, os modernistas assumiram a empreitada. Lúcio Costa assim se manifestou sobre o tema<sup>12</sup>:

No caso de Brasília, tratava-se de conceber uma cidade para a capital do país no deserto, na savana, como se fosse na Sibéria, compreende? Não tinha nada, não tinha paisagem. A cidade não tinha que se adaptar a nenhuma ambientação local. Havia unicamente o céu. Era o horizonte e o céu imenso. Aquele céu imenso de Brasília, onde as nuvens têm uma presença enorme.

Era um caminho sem volta. Juscelino havia assumido um desafio tão grande, quanto fora para Riobaldo vencer os hermógenes e vingar a morte de Joca Ramiro. Sobre este momento da sua história, o jagunço afirma, conforme epígrafe do capítulo, que além de querer, podia e carecia de ser mais do que suas possibilidades, mais do que realmente era. Esta fala talvez represente suas pretensões de conquista de maiores poderes, por meio do

<sup>12</sup> Depoimento baixado do site [www.sertoos.art.br](http://www.sertoos.art.br) em 27/10/2006.

pacto. Não teria JK experimentado estes mesmos sentimentos diante do desafio assumido? Disso não podemos ter certeza, mas pelas suas afirmações, pode-se deduzir que, como Riobaldo, ele desconsiderou as possibilidades e potencialidades que tinha nas mãos e que lhe haviam sido outorgadas pelos brasileiros, no seu processo eletivo.

Para Willi Bolle, a cena do pacto com o Diabo, no romance de Guimarães Rosa, representa a origem de processos sociológicos da natureza da exclusão social. Fundamentado em Rousseau, ele faz esta afirmação, durante entrevista concedida a Álvaro Garcia<sup>13</sup>:

É bom lembrar que a figura do Diabo que está presente no imaginário de todos e muito fortemente no Sertão, do *latim* *diabólus*, etimologicamente significa a figura que se coloca no meio, que separa. Então, é bom lembrar desse emblema que representa um abismo, pois existe um Brasil real que Guimarães Rosa focaliza na obra. Por detrás desse fato lingüístico, dessa não-comunicação existe um fato sociológico e político que é o contrato social. Como é que funciona o contrato social? Rousseau é quem deu a formulação clássica da modernidade. O pacto e o contrato são sinônimos: um pacto onde todos os cidadãos, em nome da igualdade e chances iguais abdicam do poder pessoal e o entregam para o Estado. Este administra as questões públicas da maneira mais equitativa e justa possível para todos os membros da comunidade. Eu interpreto, então, a cena do pacto como uma encenação social, só que como é um contrato fechado com o Diabo, torna-se um contrato social falsificado. A meu ver, esta é uma maneira de interpretarmos a situação de desigualdade no Brasil e eu faço isso por meio de um estudo detalhado da cena do pacto. Para tanto, uso o texto do Rousseau<sup>14</sup> que é o discurso sobre a origem da desigualdade social.

Brasília constituiu-se na grande estratégia de *marketing* do governo JK. Tendo sido construída em três anos, com boa parte dos tijolos e outros materiais transportados por avião, já que havia o argumento de que o novo presidente que viesse a substituir Juscelino, paralisaria as obras. Com isso, do ponto de vista econômico, a construção de Brasília “foi uma catástrofe, pois o país precisou emitir uma quantidade insensata de moeda, originando uma gigantesca inflação cujos reflexos se fizeram sentir durante as décadas subseqüentes” (CAVALCANTI, 2006: 217).

Então, ele saiu em busca de forças, que não eram as suas, passando a contar com um poder estranho e que, segundo Amaury Fassy, crescia no mundo – “o capital financeiro

<sup>13</sup> Disponibilizado no site [www.serto.es.art.br](http://www.serto.es.art.br) em 28/10/2006.

<sup>14</sup> No *Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*, Jean-Jacques Rousseau indica como suas causas: o desenvolvimento da metalurgia e da agricultura. Tornou-se, então, necessário um aumento da produção do trigo para alimentar os trabalhadores metalúrgicos e para ter-se alguma coisa a trocar com os objetos fabricados. Em conseqüência, a cultura das terras leva à sua divisão: sua posse contínua, por aquele que as trata, transforma-se no direito de propriedade. A desigualdade de talentos naturais é multiplicada pelo rendimento do trabalho. Os mais corajosos ou mais atilados tornam-se mais ricos. Desenvolvem-se as artes, as riquezas e as línguas. A igualdade desapareceu, o trabalho tornou-se necessário, o desenvolvimento das faculdades psíquicas leva à distinção entre o que é e o que parece ser; a sociedade impõe-nos parecermos coisa diferente do que somos. O homem torna-se escravo de suas necessidade e de seus semelhantes. (Rousseau, 1973)

internacional” (FASSY, 1984). Porém, como o próprio Diabo, por trás de suas facilidades, este poder escondia artimanhas, que só o tempo iria revelar.

O fato de JK ter pactuado com a capital, a tecnologia internacional e com a modernidade e suas facilidades, representa mais um conluio entre os interesses estrangeiros e as elites brasileiras. Mais uma vez, fora abandonada a possibilidade de construção de um projeto autêntico de desenvolvimento para o Brasil. É o que José Walter Vidal define como uma postura de mentes colonizadas de dirigentes descomprometidos (VIDAL, 2003).

A metáfora do pacto representa o dualismo presente no projeto do Brasil urbano. Nos discursos, conversas e sonhos, numa mão estava o Brasil rural, antigo e atrasado que ninguém queria mais, e na outra, a sua modernização e adequação aos avanços, que aconteciam nos países industrializados, proposta sintetizada por Brasília. Os sertanejos esperaram pela Nova Capital, pois sabiam que muitas das dificuldades que experimentavam teriam fim, e isto realmente aconteceu. O que se coloca em discussão é o fato de que, o “pacto de modernidade” negou o sistema sociocultural, econômico e político, que por séculos lhes deu sustentabilidade.

No *Grande Sertão: Veredas*, é demonstrado que na vida, as coisas não são assim. Segundo Riobaldo, nela, “o senhor sabe: é tudo incerto, tudo certo” (Rosa, 1994: (104). Falando de si, do dualismo dos pactários, afirma: “[...] eu careço de que o bom seja bom e o ruim ruim, que dum lado esteja o preto e do outro o branco, que o feio fique bem apartado do bonito e a alegria longe da tristeza! Que os todos pastos demarcados [...] Ao que, este mundo é muito misturado...” (*Ibid.*: 144).

### **Modernidade, globalização e dívidas**

Quanto à dívida brasileira, Eliana Cardoso e Rudiger Dornbush demonstram que, no período de 1956 a 1960, a dívida externa brasileira era de 2,2 bilhões de dólares. No período 1961-64, ela subiu para 3,54 bilhões de dólares. De 1971 para 72, ela dá um salto de 6,6 para 9,52 bilhões de dólares (CARDOSO; DORNBUSH, 1989).

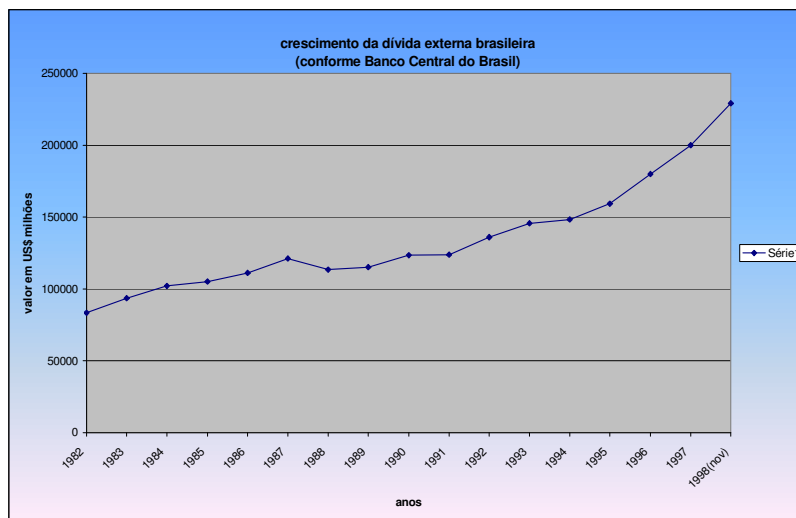
Em 1964, após o tumultuado período pós-JK, ao assumirem o governo, a inflação e a dívida externa, “os militares consideraram seriamente a hipótese de retornar a capital para o Rio de Janeiro. Brasília era referida como o sonho do ‘faraó’ Juscelino, exemplo de irresponsabilidade e corrupção de um governo civil” (CAVALCANTI, 2006: 222). No entanto, os militares perceberam que as vantagens trazidas pela cidade, principalmente quanto à facilidade de controle de tumultos, que porventura acontecessem em resposta à ditadura, superavam em muito a tentação de desfazê-la.

Perceberam também as vantagens do “pacto de modernidade” e as facilidades oferecidas pelos organismos financeiros internacionais, cujos empréstimos financiaram obras tão ou mais faraônicas que Brasília, e das quais a Transamazônica é o maior exemplo.

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por um enorme aumento na dívida, devido principalmente, à referida disponibilidade de capital no exterior. Celso Furtado (1989), salienta que esta era de tal ordem que, em 1973, as taxas médias de juros reais foram de 2% negativas, e em 1974, passaram de 6% negativos. Até o final do decênio dos 1970, as taxas de juros reais não superaram 2% (FURTADO, 1989), o que contribuiu para o clima de milagre, que dominou o cenário econômico brasileiro.

O gráfico da Figura 3.1 apresenta dados que refletem as conseqüências destas facilidades nas décadas posteriores. Entre 1982 e 1998, a dívida quase triplicou, saltando de US\$ 83,26 bilhões para US\$ 229,11 bilhões, apesar de terem sido pagos US\$ 153,49 bilhões em amortizações. De lá para cá, pouca coisa mudou, o que obriga os nossos governos a adotarem continuadas políticas recessivas.

Para Celso Furtado (1989), é impossível esconder que este endividamento tem como principal causa, o financiamento da indústria de substituição. Com a mudança da conjuntura nacional, o aumento das taxas de juros e o encarecimento do serviço da dívida, os riscos do câmbio e o pagamento da dívida foram transferidos para o governo. Este fato rendeu grandes ganhos de capital aos antigos devedores privados, por ocasião das maxidesvalorizações impostas pelo ajustamento (Furtado, 1989).



**Figura 3.1: crescimento da dívida externa brasileira**

Por sua vez, Caio Prado salienta que isto tem acontecido porque o Brasil ainda não completou a evolução da economia colonial para a nacional, pois na nossa história, o capital,

as inversões, as atividades produtivas e tudo mais, até mesmo os índices demográficos, foram e são condicionados, direta, ou indiretamente, pela flutuação da conjuntura do mercado externo (Prado Jr.,2000).

### **Políticas públicas e pacotes tecnológicos: a perpetuação do “pacto de modernidade”**

Do período JK para cá, pouca coisa mudou, no que se refere ao “pacto de modernidade”. Não só o endividamento, mas as políticas públicas adotadas pelo regime militar, por exemplo, desmascaram sua pesada crítica aquele período. Seja pelo reboliço causado, seja pelo fortalecimento das bases do “pacto de modernidade”, a introdução de pacotes tecnológicos importados e a criação do Centro de Pesquisas Agropecuárias do Cerrado – CPAC da Embrapa, em 1975, hoje Embrapa Cerrados, foi uma revolução no Sertão, que pode ser comparada ao “pouso” de Brasília no coração do Planalto Central. Como desdobramentos, vieram os Planos Nacionais de Desenvolvimento e de programas de desenvolvimento da região centro-oeste, sobretudo na década de 1970.

Antes de discutirmos alguns destes planos, todos criados sob forte pressão e influência dos países ricos, que impõem sobre nós a hegemonia capitalista global, vale um exemplo do quanto a onda modernista provocada por Brasília criou um ambiente receptivo para este modelo. Representando mais um descaso com a cultura local, o Conjunto do Pedregulho, projeto arquitetônico do modernista Affonso Reidy, com forte influência de Lê Corbusier, foi construído com a pretensão de ser um modelo de habitação popular barata, digna e funcional para os funcionários da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. No entanto, um dos problemas do Conjunto se constituiu na lavanderia central, onde máquinas de lavar, secar e de identificar as roupas faziam todo o serviço, já que nos apartamentos não existiam tanques, para se evitar as roupas penduradas na fachada dos prédios. Segundo Lauro Cavalcanti (2006), a importação do modelo americano/europeu não deu certo, pois as moradoras do conjunto estavam acostumadas a lavar, secar e passar suas roupas em casa ou, principalmente, as mais pobres, lavavam em tanques coletivos. Algumas passaram a lavar roupas nas pias da cozinha, ou do banheiro, e outras nas bicas de água no terreno, enquanto conversavam com as amigas. A lavanderia, a menina dos olhos do arquiteto, fechou em pouco tempo.

Da mesma forma, as políticas públicas e pacotes tecnológicos que chegam ao Sertão, não contemplam os sertanejos, os maiores interessados em seus resultados. Existem os que improvisam, como as donas de casa no Pedregulho, mas a maioria tem tido como única opção, o êxodo rural.



Na segunda metade do século XX, durante a chamada Revolução Verde, as forças definidoras do processo de globalização da economia, que se concentram nas mãos dos países ricos, optaram pelos megaprojetos agropecuários. Esta revolução foi concebida nos moldes da “Ciência Moderna”, cujo principal objetivo é o domínio do homem sobre a natureza. Como se esperava, no transcorrer do processo, por exigir um alto custo na sua implementação, a tecnologia moderna, que lhe dá suporte, foi monopolizada pelos grandes produtores. Por um lado, isto tornou as grandes propriedades relativamente mais produtivas, mas por outro, o lado mais cruel, ao promover a mecanização da agricultura, reduziu-se o emprego, os salários e deixou os pequenos proprietários sem terra, ou ilhados próximos aos rios, fenômeno bastante evidente no Município da Chapada Gaúcha, Norte de Minas Gerais.

Sendo assim, o problema fundiário brasileiro foi perpetuado. No Sertão continua a velha concentração das terras nas mãos de poucos. Aécio Cunha (1994), confirma o amplo domínio da grande propriedade. Pequenos estabelecimentos (menos de 50 hectares) concentram-se em manchas de solos férteis (que não são propriamente solos de cerrados), ou áreas de relevo acidentado, também férteis, mas impróprias para a mecanização. Nestes estabelecimentos, predomina a produção de subsistência. Fora daí, a classe dos pequenos estabelecimentos é encontrada em áreas próximas a núcleos urbanos, produzindo para o mercado local. Desta forma, para os pequenos produtores, sobraram pequenas frações de “terra de cultura” nos vales dos rios, o que contribui para a extinção das matas de galeria, pois o uso destas terras foi intensificado. Estabelece-se a chamada minifundização, ou seja, “a proliferação do número de micro-estabelecimentos rurais, cuja área média se reduziu progressivamente” (MEDEIROS, 1998: 141). Citando dados do Relatório do Brasil para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Silvana Medeiros (1998), demonstra que, em 1960, existia 1,5 milhão de propriedades rurais, com área média aproximada de 4 ha. Segundo esse mesmo relatório, em 1985, esses minifúndios somavam 3,1 milhões e sua área média caíra para 3,1 ha.

A minifundização é a outra face da moeda da concentração das terras. É como aconteceu no Município de Formosa, GO, quando, na década de 1970, as pequenas propriedades (< 10 hectares) representavam 50% do número total de unidades, ocupando 6% da área total. Por sua vez, as grandes propriedades, as de mais de 500 hectares, ocupavam 72% da área total. Na década de 1980, apenas 0.06% da área do Município pertencia aos pequenos proprietários.

Via de regra, a agricultura empresarial voltada para a produção de grãos e carnes para o consumo interno e exportação, concentra-se em propriedades de área acima de 200 hectares, tornando-se comuns os estabelecimentos com área superior a dez mil hectares.

As políticas públicas que definiram este estado de coisas, começaram a ser implementadas, na década de 1960. A inauguração de Brasília atraiu os olhares do poder central para a região e, em 1967, substituindo a extinta e ineficaz Fundação Brasil Central, com o objetivo de coordenar e organizar o processo de desenvolvimento da região Centro-Oeste, foi criada, na gestão de Costa e Silva, a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), em sintonia com as propostas de desenvolvimento, estabelecidas no I PND (1972-1974) e II PND (1975-1979). O principal objetivo deste órgão era conhecer o potencial econômico da região e, a partir daí, definir os seus futuros pólos de crescimento.

Elabora-se o Iº Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Cento-Oeste (Pladesco), voltado para o seu desenvolvimento econômico e social. Suas principais metas para o período eram: “elevar a participação regional do PIB, aumentar a participação do setor secundário, elevar a utilização de mão de obra e, principalmente, ampliar o nível de renda *per capita*” (BRAGA, 1998: 97). Segundo a autora, metas ousadas como estas, são conseqüências da construção de Brasília, o que favoreceu a adoção de políticas regionais, principalmente as voltadas para o desenvolvimento dos cerrados. A estratégia era considerar o espaço regional como uma superposição de espaços econômicos. Definida a linha de políticas públicas, foram criados cinco programas: O Polamazônia, o Polocentro, o Geoeconômica de Brasília, o Promat e o Prosul.

De uma maneira geral, estas políticas públicas mantêm a “irracionalidade da exploração agrícola no Brasil, à sua excessiva dependência do mercado externo em detrimento do atendimento das necessidades internas, à existência de uma ampla massa de lavradores miseráveis excluídos da vida econômica nacional” (VELHO, 1981: 162). Fortalecendo as amarras do “pacto de modernidade”, isto dar-se-ia nos quadros da transição do Brasil rural para uma estrutura agrária fundamentada num ponto de vista capitalista, o que foi reforçado com a Revolução Verde, ocorrida a partir de meados dos anos 1960 e, principalmente, nos anos 1970, com adoção das novas tecnologias utilizadas para elevação da produtividade agrícola, no que se refere a adubação, mecanização e possibilidade da utilização de terras de baixíssima produtividade natural.

Os fracos resultados das políticas de abertura e ocupação da Amazônia, somados ao desejo de desenvolver economicamente, as extensas áreas do Brasil Central levaram à criação, em 1975, do Programa para o Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro). O objetivo central

era “promover o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias da Região Centro-Oeste e do Oeste de Minas Gerais, mediante a ocupação racional das áreas de cerrados e seu aproveitamento em escala empresarial” (SUDECO, 1987: 1). O programa foi além, tendo alcançado 202 municípios dos estados de Goiás, do Mato Grosso e de Minas Gerais, porém beneficiou, principalmente, produtores de médio a grande porte. No período em que vigorou (1975-1982), foram aprovados 3.373 projetos, em um montante de recursos equivalente a 577 milhões de dólares. Dados da Fundação João Pinheiro, citados por Aécio Cunha (1994), demonstram que

81% dos beneficiários operavam estabelecimentos de mais de 200 hectares, que absorveram 88% do crédito destinado ao programa. Os estabelecimentos de mais de 1.000 hectares (39% do total de projetos) absorveram 60% dos recursos financeiros do programa. O Polocentro destinava 60% da área explorada dos estabelecimentos a lavoura e os 40% restantes para a pecuária, mas o resultado obtido foi exatamente o inverso. Dos 40 % que foram usados em atividades agrícolas a soja ocupou a maior parte, sendo seguida de longe pelo arroz. (CUNHA, 1994: 57)

Com os produtores virtualmente pagos pelo governo, o Polocentro atingiu seus objetivos de expandir a agricultura comercial exportadora. O incentivo à pesquisa agrônômica foi de grande importância para o Polocentro, pois as técnicas de correção da acidez e de fertilização do solo dos cerrados, criadas pela EMBRAPA, foram decisivas.

Este programa recebeu críticas, tanto em relação à sua função social, quanto aos impactos ambientais por ele provocados. Ao citar uma entrevista feita com Marcelo de Paula, ex-técnico da Sudeco, Maria Lúcia Braga destaca os efeitos sociais do programa: “O Polocentro trouxe uma consequência que eu considero também séria que é a expulsão da população que habitava o cerrado porque com a mecanização intensa, com a tecnologia, com o capital, essas populações, os pequenos produtores não tinham nem o capital, nem a condição tecnológica para absorver os recursos do Polocentro” (BRAGA, 1998: 101).

Os danos sociais causados pelo Polocentro são confirmados, quando esta mesma autora destaca a avaliação feita pela Fundação João Pinheiro:

... o programa teve de fato o mérito de demonstrar a viabilidade empresarial dos cerrados para a produção de grãos e para as atividades pecuárias de bases modernas. Por outro lado, outros resultados que podem ser associados ao programa, demonstram que ele gerou efeitos não desejados. Neste sentido, há indicações que o programa não propiciou os incrementos esperados de emprego, renda e bem-estar. As tendências concentradoras, tanto em termos econômicos, quanto em termos de adensamento espacial da população nas cidades, não foram revertidos, mas, ao contrário, estimulados com o programa. (*Ibid.*: 99)

O relatório da Fundação João Pinheiro não deixou de considerar também, a necessidade do Polocentro de desenvolver um programa de manejo mais adequado do cerrado.

Sendo assim, a falta de vontade política e de recursos financeiros (de 1975 a 1981 foram aplicados US\$ 750 milhões), definiu a extinção do Polocentro, no início da Nova República.

O Prodecer (Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados) deu considerável impulso à agricultura dos cerrados, em Minas Gerais, Bahia e em parte da região Centro-Oeste, a partir de 1980, abraçando boa parte do Sertão do *Grande Sertão: Veredas*. Implementado com capital oriundo da Agência Japonesa de Cooperação de Desenvolvimento e pela contrapartida brasileira, este programa promoveu o assentamento de produtores vindos do Sul e do Sudeste, tendo como principal instrumento, o crédito supervisionado. São previstos empréstimos fundiários para investimentos, despesas operacionais e assistência ao colono. Por não ser um programa governamental, o crédito é concedido a taxas de juros reais positivas.

Seguindo as características do Polocentro, o Prodecer também não considerou os danos sociais e ambientais que provocou.

Com o fim dos governos militares, a política de preço mínimo assume, então, o lugar de principal instrumento da política agrícola, quando em 1985, o FMI e o Banco Mundial tecem vigorosas críticas ao crédito subsidiado. Na avaliação dos especialistas, por meio desta política, foi possível sustentar a agricultura nas regiões recém-abertas e mais distantes do cerrado.

Pelo menos em tese, o programa político da Nova República priorizou o resgate da dívida social, com a perspectiva de congregar desenvolvimento econômico e social. O seu Plano de Ação Governamental para a Região Centro-Oeste fixou como metas “o incentivo ao pequeno produtor, a permanência da população no campo e o aumento da oferta de serviços sociais básicos” (Braga, 1998: 103). Para os cerrados, foi criado o Programa de Ampliação dos Efeitos Sócio-econômicos da Agricultura do Cerrado, que como se pode observar, tinha como objetivo, implantar uma nova forma de ação governamental na região.

Os preços unificados de combustíveis representam outro benefício estendido aos agricultores de zonas mais distantes. A importância desta política está em que, com “o governo responsabilizando-se por parte dos custos dos combustíveis, reduziram-se os custos de escoamento da produção, de operação de máquinas e equipamentos e, assim, a desvantagem relativa dos agricultores de áreas mais distantes” (CUNHA, 1994: 60).

No início do governo Collor, a Sudeco foi totalmente extinta, ficando a cargo do Ministério da Integração Regional, a definição das políticas, que antes eram por ela definidas. Este governo anunciou, em 1990, que os subsídios aos combustíveis seriam imediatamente eliminados, mas as mudanças nesse campo materializaram-se, gradualmente, mais tarde.

Até 1993, não se tem notícias de recursos específicos para o financiamento da agricultura familiar no Brasil. Em 1994, o governo Itamar Franco criou o PROVAP – Programa de Valorização da Pequena Produção Rural - que trabalhava com créditos concedidos basicamente pelo BNDS. Dois anos depois, este programa passou a se denominar PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – assumindo maior envergadura e uma concepção diferente. “Mais de 80% dos recursos utilizados por este programa são provenientes do FAT” (*Ibid.*: 71 ).

O Pronaf<sup>15</sup> é um Programa de apoio ao desenvolvimento rural, a partir do fortalecimento da agricultura familiar, como segmento gerador de postos de trabalho e renda. O Programa é executado de forma descentralizada, tendo como protagonistas, os agricultores familiares e suas organizações. A agricultura familiar é definida como uma forma de produção, onde predomina a interação entre gestão e trabalho; são os agricultores familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase na diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado.

Segundo o mesmo *site*, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio da Secretaria da Agricultura Familiar, o Pronaf promove negociações de políticas públicas com órgãos setoriais, o financiamento de infra-estrutura e serviços públicos nos municípios, o financiamento da produção da agricultura familiar (por meio do crédito rural), e a profissionalização dos agricultores familiares.

Uma das críticas feitas ao PRONAF é a de que, ele reproduz os velhos vícios do sistema bancário na sua burocracia, e naquilo que se refere à discriminação dos pequenos agricultores. Isto se dá porque os gerentes dos bancos recebem gratificações e/ou promoções, em função do volume de dinheiro que negociam, o que os leva a darem preferência aos clientes que realizam grandes negócios. Por isso, é muito comum o gerente do banco perseguir os resultados sobre os quais é avaliado, não reconhecendo o pequeno produtor como cliente. Outra crítica pesada ao Banco do Brasil é a deste reter os recursos do PRONAF para aplicá-los junto ao Banco Central, à taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia), permitindo uma rentabilidade excepcional por um determinado período, desconsiderando que a inadimplência verificada no PRONAF está entre as mais baixas, acusadas pelo sistema bancário. Mesmo entre os agricultores mais pobres, que vivem nas regiões mais problemáticas como o Nordeste, a inadimplência se coloca em um nível facilmente aceitável.

---

<sup>15</sup> Informações obtidas em [www.pronaf.gov.br](http://www.pronaf.gov.br) no dia 05/12/2006.

Por tudo isso, tendo se tornado fronteira agrícola, o Sertão se transformou num espaço de projeção para o futuro, máquina trituradora de passados, território do “moinho satânico” da expansão capitalista e brecha para o desenraizamento, pois

O futuro não nos traz nada, não nos dá nada; somos nós que para construí-lo devemos dar-lhe tudo, dar-lhe a nossa própria vida. Mas para dar é preciso possuir, e não possuímos outra vida, outra seiva, senão os tesouros herdados do passado e digeridos, assimilados, recriados por nós. De todas as necessidades da alma humana, não há nenhuma mais vital do que o passado. (WEIL, 2001: 50)

A fronteira é também espaço social de encontros e desencontros, de conflitos e tensões.

Para Martins<sup>16</sup> (*apud* Duarte, 2002)

o outro é percebido como inferior, selvagem e que pode e é dominado e explorado [...] o aparentemente novo da fronteira é, na verdade, expressão de uma complicada combinação de tempos históricos em processos sociais que recriam formas arcaicas de dominação e formas arcaicas de reprodução ampliada do capital, inclusive a escravidão, bases da violência que a caracteriza. As formas arcaicas ganham vida e consistência por meio de cenários de modernização e, concretamente, pela forma dominante da acumulação capitalista, racional e moderna [...] a fronteira aparece frequentemente como o limite do humano. A fronteira é a fronteira da humanidade. Além dela está o não humano, o natural, o animal. (MARTINS *apud* DUARTE, 2002: 15)

Desta forma, Brasília e o “pacto de modernidade” trouxeram para o Sertão tudo o que a fronteira de expansão agrícola representa, com seus conflitos e tensões, por exemplo, entre o arcaico e o moderno, empurrando o sertanejo para o limite do humano. Quando este limite é ultrapassado, ele se perde no além do humano, no natural e animal que se manifesta nas periferias, com os assentamentos da política da terra arrasada.

A falta de um projeto nacional, a importação de modelos e o mito de que a modernização do país é o caminho para o desenvolvimento, caracterizam e sustentam o pacto.

Como visto, em conseqüência, a exemplo do sistema de monocultura, no que se refere aos aspectos socioambientais, pouca coisa mudou. Ainda predominam as mesmas práticas predatórias do Brasil Colônia. A elas foram acrescidas os novos pacotes tecnológicos, que via de regra são importados, quadro que tende a se agravar com a entrada do Brasil no mercado mundial dos biocombustíveis.

### **Modernidade e cultura**

Os efeitos perversos do “pacto de modernidade” também alcançaram os aspectos culturais, quando na Fazenda do Gama, a cultura sertaneja foi reduzida a NADA.

Para Ignacy Sachs (2000), este é um mal tão devastador, quanto os modelos econômicos impostos pelos países ricos e seus efeitos descritos até aqui. Para o autor, há que se considerar

<sup>16</sup> MARTINS, J. S. A. *A chegada do estranho*. S.l., s/e 1997.

o critério cultural da sustentabilidade, que prevê “mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação); capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas; autoconfiança combinada com abertura para o mundo)” (SACHS, 2000: 85-88).

Bartholo (1984), destaca a importância da cultura, da linguagem, das técnicas e das instituições na construção da identidade de um grupo social, fator primordial para que resista à sobrecarga existencial provocada por esta abertura para o mundo (BARTHULO, 1984).

Desta forma, a cultura apresenta-se, tanto organizada, quanto organizadora da sociedade, pelo veículo cognitivo da linguagem com o patrimônio dos conhecimentos adquiridos, das competências aprendidas, das experiências vividas, da memória histórica, das crenças míticas de uma sociedade e do seu simbolismo (MORIN, 1998). Ou seja, cultura e linguagem constituem-se no patrimônio genérico da sociedade, sendo aprendidas, reaprendidas, retransmitidas e reproduzidas, de geração em geração.

Um grande erro cometido na concretização do projeto de Brasília, consistiu na negação da cultura sertaneja que, para os elaboradores das políticas públicas adotadas no período JK, e para aqueles que o elegeram, representava o antigo, que ninguém queria mais. Acontece que “o novo só pode basear-se no velho, na memória, isto é, num lembrar que reorganiza, onde o futuro não é o passado nem o presente, porém não será nada sem eles” (MORIN, 1998:).

A exemplo de Maria Mutema, ainda sob o impacto da perda de Diadorim, Riobaldo confessou o seu erro, contando a sua história para o Compadre Quelemém e, depois, para o seu interlocutor, no *Grande Sertão-Veredas*. Para tanto, valeu-se da cultura e da linguagem sertaneja. Libertou-se então, das amarras do pacto, voltou ao namoro, casou-se com Otacília e foi viver no “range rede”; enfim, sublimou suas relações. Na sua travessia, viveu uma verdadeira revolução, mudando a forma de ver a vida e reorientando o seu olhar em novas direções.

A atual crise brasileira é de ordem política, econômica, social e ambiental. Ela exige mudanças profundas o suficiente para alcançar o paradigma da modernidade que, na história do Sertão-Brasília, definiu a separação entre o novo e o antigo, entre Brasília, a namorada esperada, e o Sertão, processo que levou a cultura sertaneja a redução do nada, no momento da definição dos modelos de desenvolvimento a serem adotados no país.

Mas, o que pensam os sertanejos? Brasília representa somente o pacto, a negação de sua cultura e a falta de políticas públicas que atendam suas expectativas? Ela não ajudou o Sertão? A partir de depoimento do Seu Rosa, saudoso sertanejo urucuiano e guia da folia dos Santos

Reis em Buritis, MG, já sabemos que eles reconhecem o quanto ela ajudou, mas também o quanto é necessária a revisão das políticas públicas adotadas de lá para cá, a exemplo das apresentadas na seção anterior.

## **CAPÍTULO 4**

### **BRASÍLIA: ESPERANÇAS E CONTRADIÇÕES NO CORAÇÃO DO SERTÃO**

#### **Eu vou para a construção da Nova Capital do Brasil**

Os nossos demais depoentes concordam com o Seu Rosa. O Seu Viriato defende que a vinda da Capital para o Planalto Central trouxe do bom – o desenvolvimento, as facilidades trazidas pela modernização do Sertão – e do ruim, o desassossego que ronda suas vidas.

O Seu Abel, lá na Bahia, acha que Brasília foi uma ajuda muito grande para a população de Sítio do Mato, porque hoje eles têm um comércio mais desenvolvido, estradas e outros benefícios, que só vieram com a inauguração da nova Capital. Para este sertanejo, os estudos para os filhos foram outra grande ajuda trazida por Brasília.

Uma mudança que marcou a vida do Seu Viriato no sertão goiano, foi a chegada do dinheiro. Como vimos anteriormente, em Planaltina, a maioria das transações comerciais eram realizadas, usando os “vales” que, para o Seu Erasmo de Castro, tio do Seu Viriato, equivaliam aos *tickets* de hoje. Com eles, alguns comerciantes pagavam serviços, ou bens. Em Montes Claros, no Norte de Minas Gerais, o pai da Dona Therezinha Demaria Mendes trocava serviços telefônicos por sapatos, roupas, materiais escolares e outras necessidades apresentadas pela família. Para o Seu Viriato, com Brasília veio o dinheiro e, com ele, uma série de benefícios.

Em consequência do crescimento do comércio, foram chegando próteses mais eficientes que substituíram a enxada, o enxadão, o machado e a foice. Chegaram o arado, a roçadeira e o sulcador, mas ainda de tração animal. E “depois, mais tarde veio o trator, que o qual eu adquirir um, já com a plantadeira, com o sulcador, tudo diferente né? O qual rende bem mais que a tração dos animais” (*Ibid.*: 116). O trator foi uma conquista importante, até porque hoje ele enfrenta grande dificuldade para contratar mão de obra que atue na produção de feijão, arroz, milho, maracujá, tomate e guariroba, que ele comercializa nas feiras e mercados da



cidade, para a sua subsistência. Com o trator, ele faz todo o trabalho da fazenda, inclusive as cercas, além de moer a cana para o seu alambique, ou para fazer rapadura.

Os sertanejos defendem que, outro benefício trazido por Brasília, foi a construção de estradas e hospitais, o que representou um grande alívio para os que moram, tanto em Brasília, como no seu Entorno. Numa roda de sertanejos, que aconteceu no Centro Comunitário do Pernambuco, no Vale do Urucuia, Município de Buritis, MG, o Seu Osmar Vale, amigo do Seu Rosa, explicou que “naquele tempo aqui [antes de Brasília], quando adoecia uma pessoa gastava tudo o que tinha. Para sair era no bambu e na rede” (*Ibid.*: 116). Confirmando este fato, o Seu Rosa contou o caso do peão, que foi morto por Lampião, um boi muito bravo. Na tentativa de salvar sua vida, seus companheiros o levaram numa rede dos Mangues, no vale do Urucuia, para Paracatu, MG, aonde já chegou morto.

No Boqueirão, Sertão de Unaí, MG, o Seu Miguel José Marques foi acidentado quando cortava uma aroeira, cuja copa estava presa às de outras árvores, por meio de cipós. É o que ele chama de “pau encavalado”. Ao tombar, a enorme aroeira foi erguida pelos cipós, que não suportaram seu peso e se arrebentaram. Quando ela se soltou, caiu sobre o seu pé direito, que ficou completamente esmagado. O socorro foi dado por amigos, que o levaram numa rede até a fazenda, aonde chegaria o Jipe, que o levaria até Paracatu, MG.

Conforme o relato do Seu Miguel, o percurso de, aproximadamente vinte e duas léguas, aproximadamente 145 quilômetros, somadas as etapas, durou três dias: “Eu fui acidentado na quinta-feira e fui ser socorrido no sábado, sem tomar um comprimido para aliviar a dor. No outro dia do acidente, na sexta-feira, mandou um portador para Unaí para arranjar um Jipe para me levar. O Jipe chegou no sábado pela manhã. E aí me pôs no bangüê, uma rede assim, e me levou lá para casa do fazendeiro onde o Jipe podia chegar”.

Chegando à Santa Casa, os médicos tiveram que amputar o seu pé sem anestesia, pois este já estava gangrenado. Com o passar do tempo, como os curativos não eram feitos de forma adequada, o mau cheiro tomou conta da enfermaria e os médicos resolveram cortar mais uma parte da sua perna, sacrifício ao qual não se sujeitou: “Doutor, eu escutei o senhor falar que vai cortar a minha perna, mas aqui o senhor não corta mais não. Eu não aceito o senhor me cortar mais não. O senhor arranja o material, dá para a minha esposa e ela faz o curativo todos os dias, que esse mau cheiro desaparece. É só fazer o curativo”.

Com os cuidados da esposa, o mau cheiro desapareceu, mas aí veio a “fome canina”. Fraco e desnutrido, por conta das febres e do tempo sem se alimentar, a esposa começa a pedir

ajuda às pessoas que conhecia em Paracatu, MG. É quando o Seu Miguel Marques resolve voltar para casa, viagem feita de ônibus e cavalo, o que representou mais dois dias na estrada.

As marcas deixadas por essa experiência foram profundas, além das conseqüentes limitações para o trabalho, que levaram o Seu Miguel a sair do Boqueirão e vir participar da construção da Nova Capital. A forma como tomou a decisão comprova esta realidade: “[Então] eu falei com o Feio, o nome dele era Francisco, mas era feio demais, aí tinha apelido de Feio porque o homem era feio demais: -‘Vamos acertar porque eu vou embora’. – ‘Ah, não, você não pode ir embora não, como é que eu posso ficar aqui sem você?’ – ‘Não, mas eu vou embora, eu vou para a construção da Nova Capital do Brasil’. – ‘Mas como você vai?’ – ‘Eu não sei [...], mas pobre desse jeito eu não vou ficar não’. De pobreza, tudo o que você pensar que tinha uma pessoa pobre eu era mais ainda. Que além de pobre, aleijado”.

### **Caminhões e aviões: o prenúncio das mudanças**

O Seu Onofre Ferreira do Prado, sertanejo de Buritis, MG, e hoje morador do Condomínio Residencial Santos Dumont, Região Administrativa de Santa Maria, DF, recorda o difícil atendimento da mãe, picada por uma cobra peçonhenta. Segundo ele, uma cobra quatro presas, venenosa como a jararacuçu. Isto aconteceu, quando ela levantou pela madrugada para preparar a massa do requeijão. Apesar dos remédios caseiros e dos benzimentos, ela ficou muito ruim. Quando melhorou um pouco, foi colocada numa rede e carregada por trinta quilômetros até Buritis, a cidade mais próxima. Depois de tudo, ela ainda teve que esperar uns quinze dias pelo caminhão do Zé Rita, o único transporte disponível para chegar ao hospital, em Anápolis, GO. Quando o Zé Rita desceu a serra e chegou a Buritis, ela foi embarcada e levou mais dois dias de viagem, até aquela cidade goiana.

O Seu Onofre não se esquece do sofrimento e das dificuldades enfrentadas, na busca de socorro para a mãe: “Um tio da minha mãe é que acompanhou ela. Ninguém conhecia Anápolis. Só o Zé Rita que levou e o meu tio Adalécio que já tinha ido lá fazer tratamento de saúde. Até Formosa ainda era muito atrasada em termos de saúde. De Formosa a Buritis são cento e quarenta quilômetros e de Formosa a Anápolis eu acho que são uns duzentos e tantos quilômetros. [...] Aí nós, os pequenos, fomos levados para a fazenda da minha avó Teodora, distante cinquenta quilômetros da nossa fazenda”.

Concluído o tratamento, que durou um mês, trouxeram-na de volta para a fazenda, com o mesmo caminhão e na mesma rede, mas ficaram as seqüelas. Segundo o Seu Onofre, “Ela ficou um pouco fraca da cabeça. Era normal, mas em alguns momentos, ela ficava conversando sozinha. Faltou assistência médica. Não tinha”.

Sendo médico, João Guimarães Rosa foi sensível aos relatos, como os trazidos pelo Seu Miguel Marques e Seu Onofre. Eles denunciam a precariedade dos serviços de saúde do Sertão, antes de Brasília. Sendo assim, no romance *Grande Sertão: Veredas*, Riobaldo descreve o sofrimento de Medeiro Vaz, grande chefe do bando de jagunços, ao qual pertencia, e, cuja morte, provavelmente, fora causada por câncer na próstata ou bexiga. A realidade é praticamente, a mesma apresentada pelos nossos narradores:

A ser que Medeiro Vaz, por esse tempo, já acusava doença a quase acabada – no peso do fôlego e no desmancho dos traços. Estava amarelo almecegado, se curvava sem querer, e diziam que no verter água ele gemia.

[...]

Para agasalhar Medeiro Vaz, tinham levantado um *boi* – o senhor sabe: um couro só, espetado numa estaca, por resguardar a pessoa do rumo donde vem o vento – o bafe-bafe. Acampávamos debaixo de grandes árvores. O barulhim do rio era de bicho em bicheira. Medeiro Vaz jazente numa manta de pele de bode branco – aberto na roupa, o peito, cheio de cabelos grisalhos. A barriga dele tinha inflamado muito, mas não era de hidropisia. Era de dores. Quando vislumbrou de mim, aí armou no se apumar, pelejando para me ver. Os olhos – o alvor, como miolo de formigueiro. Mas se abriu, arriou os braços, e mediu o chão com suas costas. “Está no bilim-bilim” – eu pensei. Ah, a cara – arre de amarela, o amarelamento: de palha! Assim desse jeito ele levou o dia quase a termo.

[...]

Aí chamaram: - “Acode, que o chefe está no fatal!” Medeiro Vaz, arquejando, cumprindo tudo. E o queixo dele não parava de mexer; grandes momentos. Demorava. E deu a panca, troz-troz forte, como de propósito. Uma chuva de arrobos de peso. Era quase sonoite. Reunidos em volta, ajoelhados, a gente segurava uns couros abertos, para proteger a morte dele. Medeiro Vaz – o rei dos gerais –; como era que um daquele podia se acabar?! A água caía, às despejadas, escorria nas caras da gente, em fios pingos. Debruçando por debaixo dos couros, podia-se ver o fim que a alma obtém do corpo.

[...]

Ele quis levantar a mão para me apontar. As veias da mão... Com que luz eu via? Mas não pôde. A morte pôde mais. Rolou os olhos; que ralava, no sarrido. Foi dormir em rede branca. Deu a venta. (ROSA, 1994, v. 2: 46; 55-56)

Ainda sobre as dificuldades enfrentadas por falta de transporte, o Doutor Lourenço Ferreira do Prado descreve, com detalhes, a viagem que realizou com alguns colegas, no final do ano de 1956, cortando o Sertão, entre Buritis e Esmeraldas, cidade mineira vizinha a Belo Horizonte, onde estudou durante um ano, para ele uma viagem épica.

A primeira etapa que compreendia o percurso entre Buritis e Pirapora, MG, foi concluída de avião, um Cessna, pilotado pelo Comandante Darci Ferreira, filho do Major Jéferson, dono da fazenda Mamoneiras, no Município de Unaí. Dormiram numa escola em Buritizeiro e pegaram o trem às cinco horas da manhã, com destino a Belo Horizonte, o que levava um dia todo de viagem. Até Corinto, MG, o trem era puxado por uma “Maria Fumaça”, que soltava fagulhas que queimavam a roupa e, a partir daí, esta era substituída por uma “Eletrodiesel”.

Depois de um ano de estudos, veio o percurso de volta de Esmeraldas para Belo Horizonte e, de lá, para Buritis. De Pirapora para Buritis, conseguiram carona num caminhão que transportava “café em coco”, ou em grãos, sal e querosene. Estas mercadorias vinham de Anápolis. Após um dia de viagem com muita chuva, chegaram a Fróes, que hoje se chama Bonfinópolis, MG. Lá ficaram, pois o dono do caminhão gostava de jogar e, como era um perdedor, quanto mais perdia, mais jogava, na tentativa de recuperar o prejuízo.

O Doutor Lourenço recorda que “Foram cinco dias e cinco noites jogando. Ele não saía porque tinha a intenção de recuperar o que havia perdido no jogo. Como não recuperava, não tinha jeito da gente vir embora, então, finalmente, uns cinco dias depois do nosso paradeiro lá, nós ficamos numa pensão que nos dava hospedagem e alimento, ficamos sem dinheiro porque éramos estudantes e estávamos contando com uma viagem rápida”.

As coisas começaram a complicar, pois com cinco dias de chuva, a ponte do rio Roncador caiu, e o caminhão não teria mais como chegar a Buritis. Estavam ilhados, já que a volta por São Paulo, Uberaba, Uberlândia, Goiânia, Anápolis, Formosa e Buritis seria inviável, de tão cara e demorada. A melhor saída foi conseguir uma tropa e voltar a cavalo. Seriam gastos de quatro a cinco dias para cortar os cento e poucos quilômetros de Sertão, que os separavam de Buritis. Quem conseguiu os cavalos foi o Delegado de Fróes, o Doutor Bateia, conhecido antigo do pai do Doutor Lourenço.

Houve a necessidade de contratarem um guia para a viagem e a justificativa dada pelo Doutor Lourenço é de que, “Quando o Guimarães Rosa andou nessa região, ele deve ter tido dificuldade para se localizar direito. A paisagem é muito repetitiva, é tudo igual. É só aquela campina, são os gerais mesmo. Então, às vezes, a gente viajava o dia inteiro para achar um lugar para pousar. Muitas vezes, a gente dormia em giral, porque eram fazendas com acomodações bem modestas, bem rústicas e muito desconfortáveis, realmente”.

Tiveram de atravessar o rio São Miguel a nado, pois com a chuva, o rio estava derramando e com uma largura, que variava entre cinquenta e cem metros. O grupo era formado por meninos de, no máximo dezesseis anos. O único adulto era o guia, que foi o primeiro a desistir. Subiram mais ou menos uns trezentos metros, os animais entraram na água e, com sorte, saíram na ladeira, do outro lado. Atravessaram e foram embora. Depois de transpor o rio, chegaram à fazenda do Seu Joaquim Pimentel, um fazendeiro e comerciante em Arinos, MG. Lá, trocaram os animais, mandaram os que estavam usando de volta para Fróes e, com mais uns dois dias de viagem, chegaram a Buritis.

O mesmo tipo de dificuldade foi enfrentado pelo Doutor Murat, pois tendo estudado em Formosa, periodicamente enfrentava quatro dias a cavalo, entre Arinos, MG; e aquela cidade

goiana. Ia uma comitiva com cargueiro e a cozinha montada. Na estrada não havia ninguém, nem um rancho com morador.

Viagens como estas, eram difíceis, pois, conforme o Doutor Murat, as condições obrigavam as pessoas a dormir no alento: “Eu lembro que quando era no tempo da seca era ótimo, mas quando era no tempo das chuvas em que se pegava uma noite chuvosa, tinha o couro da rês que é abatida. Dividia ele em dois e chamava banda de couro. Então, levava de sobra no cargueiro, tantas bandas de couro quanto eram as pessoas na comitiva. Porque se estava chovendo, armava a rede, a gente deitava e punha a banda de couro por cima e tinha de ficar segurando, porque se a banda de couro caísse, molhava e então não dormia, passava a noite. Começava a cochilar, o trem escorregava e vinha a chuva e a gente acordava no frio. Então, passei algumas noites assim”.

Noites parecidas com aquela, descrita por João Guimarães Rosa no *Grande Sertão: Veredas*, e, na qual, o Medeiro Vaz “deu a venta”. Todavia, o Doutor Murat Valadares recorda que as coisas facilitaram, quando o Zé Rita chegou com o seu caminhão GM no Município de Buritis, MG, o mesmo que salvou a vida da mãe do Seu Onofre. Saíam da fazenda Campininha às seis horas da manhã e chegavam a Formosa entre oito e nove horas da noite.

O Zé Rita construiu um rancho, não oferecia café da manhã, nem refeições. Confirmando a espera por socorro, sofrida pela mãe do Seu Onofre, O Doutor Murat lembra que a comitiva ficava acampada até uma semana, esperando a decisão da partida, o que dependia de cargas e passageiros que garantissem a viagem. Este foi o mesmo motivo da espera da mãe do Seu Onofre, no tempo em que fora picada pela jararacuçu.

No caminhão, no piso da carroceria, ficavam os porcos e, sobre eles, um tablado, aonde iam as pessoas. - “Era um mau cheiro danado”, reclama o Doutor Murat. No meio da viagem, paravam numa pensão para comer e, então, aconteceu uma história sempre lembrada por ele. É um caso interessante: “Nessa pensão, durante o almoço, os passageiros eram divididos em pelo menos três turmas, porque o salão era pequeno. O Zé Rita começava a comer com a primeira turma e só terminava com a terceira. Comia tanto, que tinha o estômago inchado”.

O Doutor Murat se diverte, ao contar que um dia, o Zé Rita chegou à referida pensão, com um apetite incomum. Sentou com a primeira turma, e só terminou o último prato, quando já entrara a terceira turma. Então, “Levantou, soltou um sonoro arrote e disse: - ‘Hoje eu estou satisfeito, comi muito e bem. Comi que nem um padre’!”

Acontece que, entre seus passageiros, havia dois padres, continua o Doutor Murat: “Um deles, muito educadamente, retrucou: - ‘O senhor não comeu como um padre, mas igual a um

porco’! Então, o Zé Rita ajeitou o seu revólver 45 na cintura, coçou a cabeça, pensou um pouco, e devolveu: - ‘O senhor tem razão, concordo plenamente. Eu comi como um porco, pois padre e porco são a mesma coisa’! Soltou outro sonoro arrote e foi preparar o caminhão, para concluir a viagem até Formosa”.

Pelos cálculos do Seu Irineu Prado, o Zé Rita desceu pela primeira vez a serra, que liga a chapada, onde possuía a fazenda Campininha, a Buritis, no vale do rio Urucuia, por volta de 1955, tempo em que ainda era um menino de oito anos de idade. Foi um acontecimento e, segundo o Seu Irineu, alguns aspectos marcaram o fato: o Zé Rita era forte, gordão e comerciante, pois descia a serra, vendendo e comprando coisas; ele desceu abrindo estrada; o caminhão era GM e tinha uma fumaça que cheirava mal, porque queimava óleo cru.

A descida da serra em Buritis, pelo Zé Rita, é sempre um fato bastante comentado pelos sertanejos daquela região. Sobre o ocorrido, o Doutor Murat acrescenta mais alguns detalhes, destacando que o Zé Rita foi recebido como herói, pela comunidade: “Primeiro, ele desceu em Buritis, quando prepararam, mais ou menos, a serra lá para trafegar. O caminhão quebrou, não sei quantas vezes, pois estava chovendo. Desceu a serra sem freio, enfiando a frente nos barrancos, para não ganhar velocidade. A coragem desse homem era uma coisa fantástica. As moças lá de Buritis, eu tenho uma prima que lembra disso até hoje, ri demais e diz: - “Murat, a gente com as cestas cheias de pétalas de rosa e o Zé Rita passando, que nem um porco enlameado”. [risos] As moças, jogando pétalas de rosa nele, e ele entrando, como um herói”.

Mais uma vez, João Guimarães Rosa não deixa de traduzir para a poesia, em verso, os fatos que marcaram a vida sertaneja. Provavelmente, fez isso, a partir de conversas com pessoas, como o Seu Onofre, Seu Irineu, o Doutor Murat, e muitos outros. A chegada do primeiro caminhão no Sertão do Urucuia, é descrita no conto *Dão-Lalalão (O Devente)*, que integra *Noites no Sertão*:

Naquele ponto, havia algum tempo, por uma estrada quase impossível, tinha chegado, enfeitado com ramagens de árvores e flores, o primeiro caminhão que foi até à beira do rio; mas mesmo depois de muitas horas que ele tinha passado, os cachorros ignorantes vinham farejar demorado aquele rastro que não entendiam existir, deixado pelas rodas. Soropita tinha visto, quando alguns uivavam. (ROSA, 1994, v. 1: 826)

A partir do relatado, fica fácil compreender porque os nossos narradores insistem tanto na melhoria de vida, trazida por Brasília. E o Seu Rosa vai mais além: “com Brasília melhorou a saúde, a educação, tudo, tudo, tudo!” (MONTI, 2002: 116). E para ele, isto se deu graças à modernização, trazida por ela.

## CAPÍTULO 5

### O FUTURO DO SERTÃO É PERECER?

#### O desassossego e a bicharada

Porém, perdeu-se o sossego. E, segundo o Seu Viriato de Castro, o desassossego que hoje está presente em todo Sertão-Brasília, se deve, principalmente, à questão da ocupação do Distrito Federal, processo que, segundo ele e o seu tio, Seu Erasmo de Castro, não tem acontecido, como deveria ser. Ao contrário, tem sido direcionado pelo mandonismo e clientelismo, impostos pelos coronéis, que como foi apresentado anteriormente, hoje ocupam palácios e cargos políticos estratégicos, no Distrito Federal.

Mas, o desassossego é também causado pela crise da biodiversidade e do iminente colapso do sistema hídrico do Sertão-Brasília.

Rememorando a viagem que fez em 1949, de Cocos, na Bahia, para o Sertão de Goiás, o Seu Abel Oliveira descreve a paisagem, preenchida por grande quantidade de animais: “Naquela época os animais eram em bando mesmo. Era em rebanhos de veados. Você encontrava rebanhos de 16, 18, 20 veados. Emas, você não podia nem contar, que as bichas preenchiam aqueles gerais” (*Ibid.*: 124). Durante a pesquisa de campo no Mestrado, na viagem feita, em janeiro de 2001, com um cinegrafista pelos sertões da Bahia, Goiás e Minas Gerais, encontramos apenas um veado catingueiro, que passou correndo na frente do carro, não dando tempo, sequer, de preparar o equipamento para filmá-lo. Emas, encontramos em três ocasiões, e sempre no meio do plantio da soja. A primeira vez, entre Garapuava e Buritis, MG. A segunda, próximo a Formoso, GO, e a terceira, entre Arinos e Buritis, MG. Atravessando os gerais numa linha paralela, e mais ao norte da percorrida pelo Seu Abel, não encontramos nada parecido com a sua descrição. Então, perguntamos a ele o que havia provocado uma mudança tão radical, como esta. Ele nos explicou que, a partir da década de 1970, começaram a entrar caçadores nos gerais, normalmente ligados aos grandes projetos agropecuários implementados na região. Estes caçadores usaram rifles e Jeeps, em suas caçadas. Matavam só de farra e, em tal quantidade, que em muitas ocasiões, nem levavam tudo para casa. Com o tempo, os animais listados pelo Seu Abel, desapareceram dos gerais.

A modernização do Sertão acelerou o processo de empobrecimento do nosso patrimônio cultural, que vinha desde o período colonial. A manipulação política, somada à técnica industrial, descomplexificaram a organização social do homem. O agricultor, agora mecanizado, fere a face da natureza, que é um espelho da qualidade das relações estabelecidas entre ela e o homem.

Adotando as novidades tecnológicas, este novo e estranho sertanejo, que acompanha os megaprojetos e suas máquinas de arar, pulverizar, irrigar, plantar e colher, perde muitas das suas comunicações com a Terra, a Lua, o Sol, as plantas e os animais, tornando-se matador por puro prazer, conforme o relato do Seu Abel. As espécies melhoradas geneticamente, somadas aos processos de adubação e irrigação, não deixam espaço para o respeito às estações, ou para as fases da lua, respeito típico de culturas semelhantes à sertaneja. Em artigo sobre a cultura caiçara, Cunha (2004), afirma que expressões, como “A Lua mexe com a pesca, a lua mexe com tudo”, integram o universo caiçara, principalmente entre os mais velhos. “Pode-se constatar que a lua é o principal componente que atua no ciclo da maré, condicionando a elevação do nível do mar, a força da corrente, influenciando na presença do peixe no espaço aquático e na modalidade de sua captura” (CUNHA, 2004: 108).

Sertanejos, como o meu pai, José Hilário Monti, que esperavam a lua minguante para cortar o bambu, na construção de uma cerca ou de um paiol, ou a lua crescente, para plantar o feijão, hoje, em ambos os casos, são raros, devido à invasão dos agrotóxicos, que evitam o ataque dos carunchos.

Da mesma forma, este homem já não observa tanto os sinais do tempo, a metereologia dos bichos e plantas. Em novembro de 2005, na chapada Gaúcha, Norte de Minas Gerais, um sertanejo nos explicava o motivo de tantas aranhas nas teias armadas pela varanda da casa em que nos hospedávamos, naquela noite de muito calor: “É sinal de chuva”.

Dada a nova maneira das pessoas se relacionarem com a natureza, um dos últimos diagnósticos que o Seu Rosa fez do Sertão, que tanto amava, não foi muito animador. Segundo ele, “Caça tinha muito! Muito! Tinha anta, o mateiro, que é um veado grande, vermelho e do rabo grande. O catingueiro ainda aparece por um acaso. Tinha o caititu, o porco queixada, a paca e a cutia. Muita caça. O mateiro desapareceu. Desapareceu. O caititu ainda tem. O queixada desapareceu, não existe. Meus filho não conhece o porco queixada. E a cutia ainda tem. Nesses capão de chapada ainda tem a cutia. A paca muito pouca em alguns lugar” (MONTI, 2002: 125).

A justificativa que o Seu Rosa apresentava para a diminuição da biodiversidade no Município de Buritis, MG, era a de que ali só vivia gente do lugar, e a população era pequena. “Depois foi entrando o povo de fora, para habitar no lugar e veio com entusiasmo de caçada, com cachorrada. Aqui ninguém conhecia o cachorro americano. Então vinha com cachorro e fazia caçada” (*Ibid.*: 125). Acontece que o queixada não gosta de cachorro. O Seu Rosa explicou que as manadas deste porco do mato, atacavam violentamente e matavam os cães de caça. Reagindo a isso, os caçadores começaram a perseguir, com mais afinco, a esta espécie.



O resultado foi a sua rápida extinção, naquela região. Somado a isso, o aumento das áreas ocupadas pela monocultura de grãos e algodão e a intensidade da caça sempre aumentando, várias espécies foram desaparecendo e, outras agora, correm o risco de extinção.

A pesca também tem sido predatória. O rio Urucuia, dantes um dos mais piscosos, hoje, praticamente, não tem mais peixe para alimentar a população do seu vale. O jornal mimeografado, *Correio do Vale*, que circulava nos municípios de Arinos e Buritis, de 06 de junho de 1971, que tinha como Diretor Napoleão Valadares, um dos principais colaboradores desta pesquisa, alertava:

Diz o Artigo 599 do Código Civil Brasileiro: “Observados os regulamentos administrativos, lícito é pescar em águas públicas, ou nas particulares com o consentimento de seu dono”. Existe outra lei que proíbe a pesca 100 metros acima e abaixo de qualquer cachoeira existente em qualquer curso de água, seja profissional ou amador, além da que proíbe a pesca na época da desova.

Com fundamento nessas leis, podem ser proibidas as pescas em lugares os mais diversos do Urucuia, às pessoas que se utilizam dos mais diversificados apetrechos de pesca, tais como: tarrafas de malhas muito pequenas e espinhela, sendo que as redes atingem o rio em toda sua largura e quase toda a profundidade em determinados lugares.

Às autoridades competentes, nosso apelo, no sentido de tomar medidas regulamentares neste sentido, solicitando, inclusive, ajuda à Polícia Florestal.

Em contrapartida, o mesmo jornal anunciava, na sua edição de 01 de abril de 1972: “Os fazendeiros das margens do [rio] São Domingos se entenderam e entraram em comum acordo para proibirem a caça e a pesca (profissionais) naquela região. Quem ali caçar vai caçado (e talvez cassado)”.

O Seu Viriato aponta o crescimento da população urbana como a causa do desaparecimento da maior parte da fauna da região. Para ele, os condomínios e outras formas de loteamento invadiram as matas e o cerrado, empurrando o lobo guará, a onça, a jaguatirica, o veado, o macaco guariba e outros animais para a extinção. O *Correio Braziliense*, do dia 18 de novembro de 2001, confirma este ataque à biodiversidade, denunciando, na matéria “*Silêncio nos céus da Cidade*”, que nos últimos 16 anos, o número de espécies de aves ameaçadas de extinção, no Distrito Federal, saltou de 20 para 160. As principais causas do desassossego dos pássaros, apontadas por Marcelo Bagno, ornitólogo que catalogou as espécies de aves que vivem no Distrito Federal, e faleceu trabalhando em sua pesquisa, são as mesmas apontadas por nossos narradores, ou seja, a expansão urbana, as monoculturas e a caça predatória.

### **O desassossego, as águas, os sertanejos e a fome**

Tão, ou mais grave do que a crise da biodiversidade, é o iminente colapso dos recursos hídricos. O Distrito Federal apresenta a característica peculiar de servir de divisor de águas da bacia do Paraná (Platina), do São Francisco e do Tocantins (Amazônica), e, por isso, deveria ser dada mais atenção aos modelos de gestão adotados, pois os erros cometidos aqui acompanham estas bacias hidrográficas, alcançando assim todo o país.

Na Reserva Ecológica das Águas Emendadas, por exemplo, uma nascente segue dois cursos diferentes, devido a um desnível do terreno: um flui para o norte, formando o córrego Vereda Grande, afluente do rio Maranhão, que chega ao Tocantins. O outro, cai para o sul, o córrego Brejinho, que é afluente do rio São Bartolomeu, cujas águas alcançam a bacia do rio Paraná. O rio Preto nasce em Formosa e define o limite leste do Distrito Federal. Em Minas Gerais, recebe o Paracatu para, depois, desaguar no rio São Francisco.

Em termos de caminhos seguidos pelas águas, o rio São Francisco é um ponto de confluência, entre os rios das regiões que estamos buscando compreender, ou seja, as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Nordeste. Nele, deságuam rios, que correm no Distrito Federal e, em Buritis. De certa forma, os problemas ambientais destas regiões convergem e se ampliam, no seu vale. O que se faz nas cabeceiras, nas nascentes de um rio, repercute em toda a sua bacia. O Distrito Federal e Buritis pertencem à Bacia do São Francisco. Por analogia, podemos afirmar que, tudo o que for feito em Brasília, expande-se, como ondas nas águas, atingindo outras regiões do país, por todo o sertão goiano, mineiro e baiano, acumulando-se no rio São Francisco e, em outras bacias que recebem águas nascentes no Distrito Federal.

Hoje, os nossos narradores vivem problemas relacionados com a diminuição da água no ambiente. O Seu Viriato de Castro aponta, como causa principal destes problemas, a ocupação desordenada do Distrito Federal e, como causas decorrentes desta, o desmatamento, a drenagem das nascentes e o uso incorreto da água. No período da estiagem mais rigorosa, em 2000, o canal que serve a sua fazenda, secou. Ele busca explicar este fato: “Esse rego naquela ocasião tinha muita água porque não existia um loteamento que tem aí na cabeceira do Córrego do Monjolo, tem uns brejão. Inclusive eles fizeram muitos sulcos, sulcaram os brejos lá” (*Ibid.*: 126). Aqui, ele aponta a ocupação desordenada e a drenagem inadequada do solo, como as causas da diminuição do volume de água, no córrego Monjolo. Esta é uma prática bastante comum no Distrito Federal, principalmente, em áreas de expansão urbana irregular. Estes “brejões”, normalmente, encontram-se dentro de Áreas de Proteção Ambiental, pois são ricos em nascentes e, neles, predomina o solo hidromórfico. Este tipo de solo é extremamente

sensível e de características físicas impróprias para a ocupação humana. Por isso os “drenos”, que retiram a água do solo, e os aterros, são comuns, quando estas áreas são invadidas.

Outra causa apontada pelo Seu Viriato de Castro para a diminuição das águas do sertão, é a falta de solidariedade e de cooperação. Ele denuncia que, “tem gente que tira mais do que o outro, não sabe usar também. Se um tira uma polegada o outro tira duas, outro tira três, tira quatro, tira cinco, e eu por exemplo sou o último...” (*Ibid.*: 127). Sendo o último da fila, ele fica sem a água, elemento que é indispensável para a manutenção da vida, em qualquer lugar.

Podemos concluir que, por trás de todos os problemas citados pelo Seu Viriato de Castro, está a ocupação desordenada do Distrito Federal e, como consequência dela, as características da população que se formou, neste território. As oito bacias hidrográficas que abastecem a região, estão comprometidas. Vale comentar a realidade ambiental de algumas delas.

A bacia do rio Maranhão apresenta sedimentação dos rios; ocupação urbana; falta de tratamento de esgoto; alta densidade de poços; mineração; exploração de calcário; degradação da vegetação. O Seu Viriato de Castro nasceu na Fazenda Mozondó, localizada às margens do rio Maranhão. Em excursão naquele vale, junto com o sertanejo, documentamos, em vídeo, o nível de degradação do ambiente. Além da falta da mata ciliar e do assoreamento, o Seu Viriato denunciou o fim dos peixes: “Aqui, se você precisar de um lambari pra fazer remédio não vai conseguir”.

Na bacia do Paranoá, os condomínios são construídos em Unidades de Conservação; há contaminação das águas, degradação da vegetação e sedimentação. Dentre as bacias hidrográficas do Distrito Federal, esta é a mais representativa, em termos de ocupação territorial. Nela estão situadas as regiões administrativas de Brasília, Águas Claras, Candangolândia, Cruzeiro, Guará, Núcleo Bandeirante, Paranoá, Riacho Fundo, Vila Varjão, Setor Sudoeste, Setor de Mansões Park Way, Setor de Indústria e Abastecimento, Setor de Indústrias Gráficas e, pelo diagnóstico realizado por Fonseca (2003), “um grande número de condomínios regulares e irregulares. Sem contar com o polêmico assentamento da Estrutural, nas proximidades dos limites do Parque Nacional de Brasília” (FONSECA, 2003: 36). Segundo a mesma autora, “É importante salientar que mesmo contando com quatro estações de tratamento de esgotos (ETE Sul e Norte, do Torto e do Riacho Fundo) o lago Paranoá se encontra em condição de sensibilidade ambiental, uma vez que a capacidade das estações está em seu limite” (*Ibid.*: 37).

A bacia do rio São Bartolomeu é a maior do Distrito Federal, e seus problemas ambientais são parecidos com a do Paranoá, porém com uma ocupação humana menor.

Atualmente, encontra-se ocupada pelas cidades de Planaltina, Sobradinho, Vale do Amanhecer e São Sebastião. Tem sido objeto de ocupação por diversos loteamentos irregulares, que têm prejudicado a quantidade e qualidade da água. “A ocorrência da alteração destes aspectos acontece, devido a impactos ambientais, como a contaminação dos recursos hídricos superficiais, que recebe efluentes não tratados de diversos condomínios” (*Ibid.*: 35).

A ocupação humana na bacia do Rio Preto é restrita, limitando-se às agrovilas, que não têm o mesmo potencial de crescimento das cidades presentes nas bacias do Paranoá e São Bartolomeu. A impermeabilização do solo, uso desenfreado de agrotóxicos, uso agrícola intensivo da água e redução da vegetação nativa, se devem ao fato desta apresentar a maior produção agropecuária do Distrito Federal. Nobre Júnior (2000), aponta demanda de 5.705,28 l/s, quando a área cultivada era de 5.913, 71 hectares, em 1998.

A bacia do rio Descoberto abraça, em torno de 14% das bacias hidrográficas do Distrito Federal, estando em grande parte inundada pelo reservatório que abastece 65% da população do DF. Nesta bacia, localizam-se Brazlândia, Taguatinga, Ceilândia e parte de Samambaia.

Nobre Júnior (2000), considera uma população de saturação do abastecimento, estimada em 3.395.072 habitantes, para o Distrito Federal. Isto acontecerá, quando houver ocupação total dos atuais núcleos urbanos, com média de 5,6 habitantes por domicílio, o que demandaria 10.909,5 l/s. O autor sugere, ainda, o acréscimo de 661 l/s para o abastecimento de mais de 285.549 habitantes dos parcelamentos irregulares. Os cálculos indicam “que a população de saturação somente será alcançada depois de 2015” (NOBRE Jr., 2000: 43).

Conforme a referida projeção, a demanda por bacia hidrográfica, em 2015, será: Paranoá, 3.353,69 l/s; São Bartolomeu, 1.237,60 l/s; Descoberto, 3.932,35 l/s; e Corumbá, 1.140,58 l/s.

Para Nobre Júnior (2000), a expansão urbana traz preocupação, não só por aumentar a demanda de água fornecida pela rede de abastecimento público, mas também, por devolver parte da água ao ambiente, nos lançamentos de esgotos, o que acontece com tratamento, ou não, contaminando os recursos hídricos. “Nas áreas urbanas, 85% da população têm esgotos coletados via rede, enquanto nos domicílios rurais predomina o uso de fossas sépticas” (*Ibid.*: 44).

Já no Sertão mineiro, a Dona Alina de Oliveira Carvalho (Dona Lina), sertaneja de Arinos, no Norte de Minas Gerais, recorda da abundância de água, quando ainda era menina: “Tenho lembranças maravilhosas de quando eu era pequenininha e subia aquele morro. Bem atrás da casa a gente subia aquele morro ali, fazendo o nosso turismo para ir lá em cima do

morro e ver na época da enchente, por exemplo, para olhar o rio Urucuia, que todo ano ficava aquele mundo de água, parecendo uma prata”.

Ela aponta o desmatamento como causa para o problema, que não se resume ao Norte de Minas, mas também à Amazônia, Mato Grosso e outras regiões do Brasil.

O Doutor Lourenço Ferreira do Prado, nascido no Sertão de Buritis, MG, concorda com a Dona Lina e, aponta a derrubada do Cerrado, como uma das principais causas desse desassossego. Segundo ele, “Tirando as árvores, a água corre com mais velocidade e, conseqüentemente, ela passa a levar toda a areia e terra para o leito dos rios, provocando o assoreamento e, em seguida, muitos rios deixam de ser perenes. Passam a ser rios intermitentes, rios que secam e só voltam a correr, quando vem a chuva”.

Mas a Dona Alina de Oliveira Carvalho defende que tal ação predatória não é de agora, pois antigamente se derrubava as matas inocentemente. Para ela, “Ninguém sabia que se fosse derrubar aquela mata lá, que o rio ia secar. As veredinhas iam secar. Ninguém tinha isso. Mas, aconteceu e eu fico apaixonada”!

Acontece que os problemas resultantes da modernização do Sertão, os cinquenta anos em cinco, propostos na campanha de Juscelino Kubitschek à Presidência da República, não se resumem às questões ecológicas, pois a exclusão social tem acompanhado o processo. É outro motivo para a perplexidade da Dona Lina: “Arinos cresceu escandalosamente e está uma cidade tão violenta quanto Brasília. Não dá para entender. Mas também a gente não tem do que se queixar porque é o mundo. Mas eu fico pensando: - “Meu Deus, aquela minha regiãozinha tão longe, tão lá. E o que me impressiona é que eu acho que essa mudança é muito rápida. É numa velocidade fantástica. Eu só tenho 73 anos. É pouco tempo demais para aquela transformação. E para pior. Aquela quantidade de gente pobre lá em Arinos”.

Por sua vez, o Seu Rosa condenava o que vem sendo feito com as chapadas que contornam o Vale do Urucuia. Ele explica que “A chapada, todos os afluentes é nascido das chapadas. É uma campina feito uma bacia que ajuntava muita água. Quando era nas águas era um mapa de água. Aí quando entrou o gaúcho, arou pra plantar a soja e esgotou tudo. Daí pra cá as água foi encurtando, encurtando” (*Ibid.*: 128). Devido ao relevo característico destas formações, elas são bastante procuradas para a implementação dos grandes projetos de mecanização agrícola, cuja principal característica é a introdução da monocultura no cerrado.

O “*mapa de água*” que se formava nas chapadas, no tempo em que o Seu Rosa era vaqueiro, e as cheias do rio Urucuia, no tempo em que a Dona Lina era menina-moça, já não podem mais ser contemplados. Os afluentes dos rios estão secando e o Urucuia, que transbordava durante as águas, permitiu que descêssemos seus barrancos e gravássemos os

depoimentos do Seu Rosa, sobre as rochas ao lado do seu leito. Isto, em pleno período das águas, no mês de janeiro de 2001. Como não há mais o transbordamento das águas, as lagoas das suas margens vivem secas e, com isso, os peixes diminuíram, e estão por ser extintos, por causa da pesca predatória, praticada pelos mergulhadores durante todo o ano, inclusive no período da desova.

A realidade do rio São Francisco não é diferente. O volume de água diminuiu muito, o leito está totalmente assoreado, os peixes, as aves e os jacarés desapareceram e as ilhas estão muito altas. Em consequência disso tudo, veio a fome. Como já foi apresentado no capítulo anterior, a população ribeirinha que sempre viveu do rio, hoje passa fome porque não tem o que caçar e pescar. Com as ilhas muito altas, o feijão, arroz, milho e outros produtos básicos para a alimentação da população de Sítio do Mato, por exemplo, já não podem ser produzidos na vazante do rio. O comércio que enriquecia o vale, e cujas mercadorias eram transportadas através do rio, acabou. A navegação tornou-se impossível.

O Seu Abel Oliveira explica o que está acontecendo com o rio, que é parte indissociável da sua vida: “As represas prendem muita água, o grande consumo de água que está saindo dos rios através dos motores para a irrigação, não é? Também as secas...” As secas. Quando chegamos a Sítio do Mato, em janeiro de 2001, o Seu Abel e os demais moradores deste município, comemoravam a única chuva, em 90 dias. O que o Seu Rosa condena nos chapadões Urucuianos e nas margens do Rio Preto, significa fome e desolação no vale do rio São Francisco. É como o Seu Abel profetiza: “hoje é fome, amanhã vai ser sede”. E ele não falou brincando: “E se continuar desse jeito vai desaparecer [a água] e daqui uns anos nós estamos abrindo é poço aqui no Rio S. Francisco para tomar água” (*Ibid*: 137).

Os três grandes problemas, identificados pela nossa pesquisa, estão relacionados com esse tipo de atividade, ou seja, os megaprojetos nos chapadões são causa simultânea da crise de biodiversidade, do esgotamento dos recursos hídricos e o crescimento populacional nas cidades sertanejas e no Distrito Federal, em consequência do êxodo rural. Eles substituem milhares de espécies animais e vegetais por apenas algumas, sugam as águas de veredas e rios para alimentar seus pivôs, e expulsam os sertanejos da sua terra, substituindo-os por mão de obra mais especializada e menos numerosa. Gente estranha que, conforme denúncia feita pelo Seu Abel e pelo Seu Rosa, andam de Jipe e acompanhados por cachorros americanos, durante o seu lazer preferido: as caçadas predatórias.

### **A modernização e a expansão do Suçuarão**

Diante do quadro definido pelas políticas públicas, decorrentes do “pacto de modernidade”, o antropólogo Hermano Vianna escreveu na *Folha de São Paulo*, do dia 20/06/99, o texto intitulado “*Geléia geral brasileira*”, em que analisa o fenômeno social dos Centros de Tradições Gaúchas. Ele faz um paralelo entre o Sertão do *Grande Sertão: Veredas*, e o de hoje, com a paisagem verde e monótona das plantações de soja dos gaúchos, no Vale do Urucuia e na Bahia. Segundo ele, são dezenas de quilômetros de monocultura, com soja a perder de vista. Um “Liso do Suçuarão”, às avessas. O Liso do Suçuarão, o intransponível, o semi-árido, que separa o Norte de Minas e a Bahia, barreira geográfica que separava os hermógenes dos riobaldos.

No meio do mar de soja, vivem os gaúchos, o que constitui uma paisagem parecida com os estéreis e extensos gramados de Brasília, proposta antes adotada por Le Corbusier, no seu projeto mais importante, síntese da cidade modernista, a *Ville Radieuse*. Nos dois casos, existem espaços imensos, que no mar verde que o Sertão se transformou, estão ávidos por máquinas e caminhões. Nas largas avenidas e estacionamentos de Brasília, esperam pelos ônibus e automóveis, todos sempre disponíveis nas vitrines das revendedoras e nos pátios das multinacionais, que os fabricam. Hermano Vianna lança a seguinte indagação no seu texto: Qual seria a reação de Riobaldo, ao se deparar com essa paisagem e, nela, essa gente e seus artefatos diferentes? Ainda pensaria estar no Sertão?

Como a lógica da modernidade direciona estes mega-projetos? Desde a derrubada do Cerrado, do preparo da terra, da correção e adubação do solo, plantio, controle de pragas e doenças, irrigação e colheita, tudo transcorre sob a sombra da lógica da dominação da natureza pelo homem, e do maior lucro possível, com o menor tempo e menor investimento.

Uma das conseqüências imediatas de tal prática nas grandes áreas de monocultura é o ataque maciço de pragas e doenças. Durante a gravação de vídeo, de um por do sol num plantio de soja nos chapadões urucuianos, entrou em cena um trator, puxando uma bomba dedetizadora, que pulverizava uma quantidade impensável de veneno sobre a soja. Pelo odor agressivo que se espalhou por toda a área, podem-se imaginar as conseqüências dessa atividade sobre a cadeia trófica, que ali se reestruturava.

Este é o lamento do Seu Irineu da Silva Prado, sertanejo de Buritis, MG, e irmão do Doutor Lourenço: “se mata e envenena tudo, exporta a soja, o que é uma maravilha, mas o que estamos envenenando a natureza é um absurdo. Então, mata tudo. Eu moro na cidade e a minha paixão é não ter uma fazenda grande para preservar, pelo menos. Derrubar só o que fosse necessário e não matar nada que não fosse necessário também”.

Em outra ocasião, visitando uma fazenda gigantesca no município de Garapuava, entre Unai e Buritis, MG, de longe já avistamos os canos também gigantescos que abastecem os seus pivôs centrais. Só num plantio visitado, contamos seis destes pivôs. Pelo que os moradores da região nos contaram, quando são ligadas as bombas que alimentam o sistema de irrigação desta fazenda, o rio Jibóia seca e, se outra das fazendas de mesmo porte existentes no Município ligar suas bombas, devido a sobrecarga da rede elétrica, faltará luz na cidade e na zona rural.

Não há diferença entre os grandes plantios de algodão, soja ou milho. Todavia, a soja tem sido a grande vedete entre as monoculturas no Cerrado, produção que, grosso modo, é exportada. Procópio (1992), define a soja como um produto de vital importância para a maioria dos países centrais. Na França, ela só perde para o petróleo e pasta para a fabricação do papel. Na República Federal da Alemanha, Países Baixos e Escandinávia é tão importante, que a sua falta se equipara à crise de energia. Para o autor,

O cultivo da soja não é incrementado apenas para ser um elemento na pauta de diversificação agrícola. Tanto o aumento da sua produção quanto a própria pesquisa agrícola que ampara a soja respondem, em primeiro lugar pelas demandas do complexo agroalimentar industrial mundial. Nesta perspectiva é que deve ser levada primeiramente em conta as queimadas florestais, a expansão da pecuária de corte e da soja no Brasil. Expansão que faz parte da estratégia de uma macroestrutura capitalista internacional, em que o país, como parte do terceiro mundo, está inserido. (PROCÓPIO, 1992: 42-43).

A contrapartida para a saída da soja é a entrada das máquinas agrícolas, produzidas por multinacionais. Como resultado, temos dois tipos de impactos: o primeiro é a perda de grandes áreas de solos agriculturáveis, decorrente da rápida expansão das áreas cultivadas e violenta mecanização nas regiões sojeiras. O segundo tipo de impacto alcança a esfera social, pois

O capital que a princípio seria destinado ao pagamento da mão-de-obra tem sido desviado para ser incorporado ao pagamento de máquinas e outros insumos modernos. Assim não vai restando à massa proletária rural outra solução senão tentar vender sua força de trabalho nas cidades ou nos garimpos. Irão para as cidades, onde são idealizadas e desenvolvidas as novas invenções mecânicas, químicas e biológicas cujo destino é o meio rural. Técnicas que por sinal, às quais o produtor rural terá que se submeter se quiser melhorar seus ganhos imediatos. (*Ibid.*: 43)

No Sertão-Brasília, por conta do esgotamento das reservas de ouro e outras preciosidades que elimina o garimpo, só resta a cidade. No entanto, a exemplo de nossos narradores, que não vêem na modernização apenas a fonte de problemas, Procópio (1992), lembra que, antes da modernização descompassada da maioria da população rural brasileira, existiam problemas estruturais. Um exemplo, foi a crise de mão-de-obra na abolição da escravidão, no fim do Império. Todavia, não se pode negar que “A tecnologia agrícola, a



pesquisa agrícola e a política de exportação antiecológica passam a amarrar tanto o processo de produção quanto as injustas relações de trabalho” (*Ibid.*: 44).

Isto não significa dizer que as formas tradicionais de produção deixem de fazer parte do modo de produção, impresso pela modernização. O problema se localiza na voracidade da moderna agricultura capitalista exportadora. “Elas não acompanham mais os objetivos e as metas de rentabilidade e lucro, que apenas modernas e tecnificadas propriedades podem oferecer” (*Ibid.*: 44).

Mas, complementando os questionamentos levantados por Hermano Vianna, em citação anterior, o que diria Riobaldo se hoje visse o rio da-Jibóia ser reduzido a um filete de água, quando são ligadas as bombas que alimentam os pivôs-centrais do citado mega-latifúndio garapuense? Água é exportada, como algodão e soja para outros continentes, deixando para trás um Suçuarão expandido. Para Riobaldo, que era acostumado com um Sertão com muitas águas e de qualidade variada, a leitura era outra:

Esbarramos num vargeado, esconso lugar, por entre o da garapa e o da-Jibóia, ali tem três lagoas numa, com quatro cores: se diz que a água é venenosa. E isso de que me serve? Águas, águas. O senhor verá um ribeirão, que verte no Canabrava – que verte no Taboca, que verto no Rio Preto, o primeiro Preto do Paracatu – pois a daquele é sal só, vige salgada grossa, azula muito: quem conhece fala que é a do mar, descritamente; nem boi não gosta, não traga, eh não. E tanta explicação dou, porque muito ribeirão e vereda, nos contornados por aí, redobra nome. Quando um ainda não aprendeu, se atrapalha, faz raiva. Só *Preto*, já molhei mão nuns dez. *Verde*, uns dez. Do *Pacari*, uns cinco. Da *Ponte*, muitos. Do *Boi*, ou da *Vaca*, também. E uns sete por nome de *Formoso*. *São Pedro*, *Tamboril*, *Santa Catarina*, uma porção. O sertão é do tamanho do mundo. (Rosa, 1994, v. 2: 52).

Na entrevista à Álvaro Garcia, Willi Bolle<sup>17</sup> conta como o processo predatório evoluiu no Sertão e denuncia outra aberração – os eucaliptais:

Dos anos sessenta pra cá eu visitei o Sertão em todas as décadas intermediárias. O primeiro contato naqueles anos sessenta era com o Sertão ecologicamente intacto ainda. Embora houvesse evidentemente um número notável de automóveis e já existisse a Belém-Brasília, que naquela época ainda estrada de terra [...] Em decorrência da introdução do elemento tecnológico – estradas, automóvel e a construção da própria capital, Brasília, a partir da década de cinquenta – o Sertão começou a se modificar. Isto naquela época era pontualmente e ao longo de algumas grandes artérias de penetração. [...] Na década de setenta o que me chamou a atenção foi a quantidade de carvoarias. No próprio Sertão de Lassance o negócio era fazer carvão para as siderúrgicas de Belo Horizonte. Então, isso acentuou o desmatamento. [...] Aí eu fiz uma viagem mais pormenorizada pelo Sertão na década de noventa. Uma para o lugar sempre onde quis ir e finalmente fui lá. Eu queria ir à Araçuaí, a cidade de onde Riobaldo trouxe a pedra de topázio ou safira para Diodorim. Eu queria conhecer essa cidade. Para chegar lá passa por um chapadão acima do vale do Jequitinhonha e para o meu espanto quando fiz essa viagem em 1984, tudo do meu lado esquerdo era eucaliptal. Isso, numa extensão de pelo menos cem quilômetros. Ouvi alerta de cientistas de que o Brasil corre o risco de perder o seu Cerrado. Esta região está sendo objeto de uma desfiguração em grande escala. Isso precisaria ser pensado com os diferentes agentes históricos dialogando.

<sup>17</sup> Disponibilizada no site [www.serto.es.art.br](http://www.serto.es.art.br) em 27/10/2006.

Diálogo que foi quebrado com o pacto. A perda da diversidade de visões de mundo e biológica, resultante deste processo, traz a insustentabilidade da vida. Para Edgar Morin (1994), um plantio de monocultura adquire as características de um campo de concentração, porque ambos expulsam a vida.

Nancy M. Unguer (2001), defende que o projeto moderno de dominação da natureza é indissociável da sociedade industrial e seu empenho de reduzir todos os seres, incluindo o homem, à condição de objetos, cujo único valor é o lucro deles derivados. Em consequência, tal voracidade

acaba por provocar uma desertificação do mundo, tanto no sentido físico como no sentido amínico, espiritual. Na medida em que não mais se experiência como parte integrante do Cosmo, mas como seu 'mestre e senhor', o homem contemporâneo vive um desenraizamento fundamental, uma espécie de auto-exílio. Tal é o padrão que se estende a todos os lugares do planeta. (UNGUER, 2001: 28)

Jane Jacobs traz esta desertificação para a vida urbana. Para ela, a animação promovida pelo movimento das pessoas, somada à variedade de formas, usos e distribuição das construções, atrai mais animação. Por outro lado, a apatia e monotonia próprias das superquadras, com as típicas separações das funções (comércio apartado das moradias, escolas, hospitais e outros usos do espaço), somadas aos traços repetitivos característicos da arquitetura moderna, repelem a vida.

Esta urbanista nova-iorquina, nascida em Toronto, tem contribuído significativamente para a nossa compreensão do sistema Sertão- Brasília e, é defensora convicta de que “as cidades têm necessidade de uma diversidade de usos mais complexa e densa, que propicie entre eles uma sustentação mútua e constante, tanto econômica como social. Os componentes dessa diversidade podem diferir muito, mas devem complementar-se concretamente” (JACOBS, 2000: 13).

A ameaça da sustentabilidade, trazida pela perda da diversidade, nos traz um estranho sentimento de solidão, seja durante a dedetização de um plantio de soja no Sertão urucuiano, seja num passeio, após as vinte e duas horas, no Setor Bancário, ou no Setor Comercial Sul de Brasília. Riobaldo sentiu algo parecido, na noite em que esteve nas Veredas-Mortas: “Nunca na minha vida eu não tinha sentido a solidão duma friagem assim” (ROSA, 1994, v. 2: 270).

Por conta disso, desde a sociedade de coletores e caçadores, passando pela agricultura de subsistência e pecuária extensiva, viver no Sertão nunca foi tão perigoso quanto agora, na era da agricultura mecanizada e da pecuária intensiva. Todavia, tal perigo não deixa de alcançar outras culturas. Conforme Mansano (2004), as histórias de vida dos caiçaras do bairro rural de Camburi, SP, demonstra isso:

Como era o “Tempo dos Antigo” e como é o “Tempo de Hoje” é a forma como relatam essa história, denotando evidente idealização do passado, em contraponto ao presente e, muitas vezes, ao possível futuro do bairro. O “Tempo dos Antigo” era marcado pela fartura, pela liberdade, pela troca, pela riqueza, ao passo que os “Dias de Hoje” são marcados pela falta de alimentos, falta de liberdade, pelo individualismo, pela pobreza.” (MANSANO, 2004: 204)

As sociedades agrícolas impactaram mais do que as sociedades de caçadores e coletores, e a evolução tecnológica com o salto para a sociedade industrial, ampliou o afastamento da relação do homem com a natureza. Com a sociedade industrial, o paradigma do controle sobre o ambiente, como garantia da sobrevivência, ganhou força. É nesta busca de controle, incrementada a partir da Revolução Industrial, que está a raiz da crise ambiental. Busca cartesiana de controle do átomo, da natureza, da vida, do homem e da sociedade.

### **Modernização, êxodo e deterioração de valores**

O êxodo rural é um dos frutos perversos das políticas agrícolas, definidas pelo “pacto de modernidade”. Dele decorre, por exemplo, o processo desordenado de urbanização no Distrito Federal que, para o Seu Viriato, é uma das causas da diminuição do volume das águas no Sertão. Aécio Cunha explica que “nos cerrados, a terra barata é superutilizada e o trabalho caro é poupado” (CUNHA, 1994: 4). Dentre os fatores que encarecem a mão de obra nestas regiões, podemos citar a maior disponibilidade de serviços públicos de saúde, educação, previdência social e proteção policial nas cidades, o que leva os trabalhadores a requererem um aumento de salário para sujeitarem-se às condições de vida no campo. Além disso, eles tornam a propaganda boca-a-boca destas facilidades encontradas na cidade, um novo fator de adensamento populacional.

Soma-se a isto a legislação trabalhista, que protege o trabalhador, discriminando o emprego e a baixa qualificação da mão de obra. A monocultura moderna emprega, relativamente, muito capital e mão-de-obra qualificada (operadores de equipamentos, técnicos em agronomia e veterinária) e o mínimo de trabalhadores braçais.

Outro fator determinante para o êxodo rural é a rápida modernização da agricultura, devido às características do Bioma Cerrado. Nele, a agricultura já nasceu moderna e não pode desempenhar a sua tradicional função de reguladora desse fluxo de pessoas para as cidades. Houve uma queima de etapas, na substituição da força braçal pelas máquinas, cujos resultados foram o crescimento explosivo das cidades, a exacerbação das tensões sociais e deterioração dos valores.

Sobre essa última consequência da modernização do Sertão, há uma unanimidade quanto às transformações dos padrões de comportamento. Sendo sertanejo, vindo da região de

Buritis, MG, no trecho de sua entrevista apresentado a seguir, o Seu Onofre Ferreira do Prado defende que a televisão é a causa de tanta mudança: “O namoro hoje em dia é diferente, é muito diferente. No meu tempo para pegar na mão de uma moça demorava muito. Eu namorava com uma moça tinha mais de um mês, eu tinha uns dezessete anos e lá na minha cidade não tinha luz naquele tempo. Um dia eu fui me despedir, ela se chamava Yolanda, eu levei a mão para cumprimentar e ela não viu, estava escuro. Daí eu pensei que ela tinha recusado e não voltei mais”.

Para o Seu Onofre, essa mudança se deve ao progresso, à modernidade, que o Seu Rosa não gostava. A programação da televisão, por exemplo, exerce muita influência sobre as pessoas. E ele arremata: “E o povo de hoje não quer ser retrógrado. Aquilo era símbolo de atraso, não é”? [o telefone toca e o Seu Onofre vai atender].

De Brazlândia, no Distrito Federal, o Seu João Pereira dos Santos defende que, na época que nasceu e se criou, a vivência era outra, que as pessoas mudaram muito, apesar do mundo continuar o mesmo. Então ele explica: “A gente foi criado trabalhando e com respeito. Hoje em dia a coisa está muito diferente. Eu e a minha esposa vamos fazer quarenta e seis anos de casados agora em outubro, eu namorei ela sete anos. Eu vim abraçar ela depois de casado. Se a gente ia dançar era de longe. Antigamente não era aquele negócio ali agarrado, era de longe, mas hoje do jeito que nós estamos vendo. [...] É o povo, a evolução do povo”.

Da mesma forma que o Seu Onofre, o Seu Osmar Feliciano da Silva, também morador em Brazlândia, DF, defende que, o que provocou essa “evolução”, defendida pelo Seu João Pereira, foi a televisão, ou melhor, a sua programação. Segundo ele, “o progresso é a melhor coisa que tem. Agora, eu vou atribuir o veículo que adiantou a falta de respeito no nosso país, eu vou chamar de televisão. Apropriadamente a novela. Ela mostra coisas que deterioram a família. [...] Por que não se cria um programa educativo dentro da família para ser mostrado num horário que a família brasileira possa assistir, mostrando a maneira adequada de se criar a família”?

O seu Miguel José Marques, já vimos que é radical com relação à TV e, segundo ele, a coisa piorou, por conta da Internet. Ele se justifica: “Naquela época as moças davam valor a sua virgindade. Dificilmente uma moça hoje casa virgem. Moralmente, já não é nada. Naquela época não era assim. Perdeu o valor. A parte do mundo perdeu o valor da virgindade. É por causa da escola do mundo que tem dentro de casa: a televisão. Tem tudo lá. Relação sexual lá para todo o mundo ver. Então essa mocidade está tudo vendo isso, aí quer experimentar para ver se realmente presta”.

É assim que muitos sertanejos estão vivendo: sem peixes, sem caça, empregos, financiamentos ou terra, sem casa para morar e com os seus valores deteriorados. Diante desse quadro, quando, numa coroa de areia no meio do São Francisco, perguntamos ao Seu Abel qual será o futuro do Sertão, ele nos respondeu: “O futuro do Sertão é perecer né? É sofrer mais do que já está sofrendo” (MONTI, 2002: 137).

### PARTE 3

## MODERNIZAÇÃO, DESENRAIZAMENTO E DESASSOSSEGO

### CAPÍTULO 1

#### ACUMULAÇÃO PRIMITIVA

*“O Diabo na rua no meio do redemunho.” (Riobaldo<sup>18</sup>)*

#### **O Diabo na rua: cercas, lucros e salários**

A travessia do Brasil rural para o capitalista urbano e industrial empurrou o país para a crise ambiental, social, econômica e política, que hora está mergulhado. Tal passagem representa o salto que os sertanejos deram de uma economia de subsistência, para uma economia de mercado, tornando-os presas fáceis de um sistema que provoca a ruptura entre a produção e o consumo, provocando exclusão social.

Rosa Luxemburg [1871-1919], desenvolve o tema da reprodução do capital social, em conjunto. Segundo ela, somente a partir do cultivo da terra, da utilização dos animais domésticos e criação de rebanhos para fins de alimentação, foi possível a alternativa regular de produção e consumo, a nota característica da reprodução.

Todavia, a sociedade capitalista acresce novo fator ao processo da reprodução, que é o lucro. Para a autora, ele

é, pois, o fator que preside, nessa sociedade, não só a produção, mas também a reprodução, não só o processo de trabalho e distribuição dos produtos, mas também a questão de saber a dimensão, o alcance e o sentido em que o processo de trabalho há de renovar-se, uma vez terminado o período anterior de trabalho. (LUXEMBURG, 1976: 14)

Antes de chegar ao lucro, a luta do produtor capitalista é pela mais-valia, ou seja, as mercadorias elaboradas, uma vez vendidas, devem fornecer o capital investido na sua produção e mais um excedente sobre ele, uma quantidade de valor que não apresenta nenhum correspondente de gasto, de sua parte. Desta forma, a produção de mercadorias deixa de ser um fim para o produtor capitalista, passando a representar a apropriação da mais-valia. A partir daí, o produtor precisa transformá-la em sua expressão de valor, tirar dela a forma de mercadoria e convertê-la em dinheiro.

É aí que a reprodução ganha força, quando ocorre a realização das mercadorias fabricadas no período de trabalho anterior, pois o impulso do produtor capitalista é a

---

<sup>18</sup> ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. In **Ficção Completa**, v. 2. Rio de Janeiro: Mova Aguilar, 1994.

apropriação da mais-valia, em progressão geométrica. Então, a sua sobrevivência estará na capacidade de conversão da mais-valia em lucro e, num reinvestimento eficiente, buscando o aumento da produção, já que este é o método mais seguro de baixar seus custos. Isto, porque, na concorrência imposta pelo mercado, a arma mais importante do capitalista é o barateamento das mercadorias.

Desta forma, no sistema capitalista, a produção não visa a satisfação das necessidades imediatas das pessoas, mas a criação do valor, que domina em todo processo da produção e reprodução. Para a autora, “A produção capitalista não é produção de artigos de consumo nem de mercadorias em geral, porém de mais-valia” (*Ibid.*: 21). Em consequência, a busca do lucro começa a mover as pessoas, e não a sua subsistência, ou seja, “o sistema produtivo, que antes se orientava para a produção de valores de uso, passa a ser orientado para a produção de valores de troca” (Silva, 2005: 19).

Esta saída da economia de subsistência para a capitalista é o que Karl Marx [1818-1883], define como acumulação primitiva. Ele apregoa que o sistema capitalista prevê a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade, daquilo que precisam, para realizar o seu trabalho. Segundo o filósofo,

O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista. (MARX, 2005: 828)

Historicamente, a estrutura econômica da sociedade capitalista nasceu das ruínas da estrutura econômica da sociedade feudal. De comum, estas duas economias tinham a sujeição do trabalhador. A travessia do feudalismo para o capitalismo nada mais foi que uma transformação, na forma de se sujeitar a massa trabalhadora, processo iniciado no século XVI e, definido por Marx (2005), como o ponto de partida para a era capitalista. Este século é marcado pela acumulação primitiva, com deslocamentos de grandes massas humanas, súbita e violentamente privadas de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho, destituídas de qualquer direito, conforme descrito por Polanyi (2000), mais adiante, como o fenômeno fundado no cercamento das terras.

Nos fins do século XVI, a servidão já havia sido quase totalmente abolida, na Inglaterra. No século XV, a maioria dos seus habitantes eram proprietários, independentes do título feudal que lhes garantissem os direitos de propriedade. Havia os assalariados da agricultura, homens livres, que vendiam sua força de trabalho, durante as horas de lazer. Havia também os

assalariados propriamente ditos, lavradores independentes, que recebiam o salário, uma habitação e uma área de 4, ou mais acres, para lavar.

Com o fim das vassalagens feudais no último terço do século XV, e, primeiras décadas do XVI, ocorre a acumulação primitiva, com a liberação de uma massa de proletários no mercado, criando um abismo entre os dois séculos. Isto se deu, pois “A classe trabalhadora inglesa foi lançada, sem transições da idade do ouro [...] para a idade do ferro” (MARX, 2005:832). Somado a isso, com a Reforma a Igreja foi punida pelo imenso saque de seus bens. Sendo proprietária feudal de grande parte do solo inglês, a supressão dos conventos e outras propriedades enxotou os habitantes de suas terras, os quais passaram a engrossar o proletariado, palavra “ligando fertilidade e mendicidade” (POLANYI, 2000: 1995).

Como desdobramento, veio o saque às terras do Estado, usurpação favorecida pelos burgueses,

dentre outros motivos, para transformar a terra em mero artigo de comércio, ampliar a área da grande exploração agrícola, aumentar o suprimento dos proletários sem direitos, enxotados das terras, etc. Além disso, a nova aristocracia das terras era a aliada natural da nova bancocracia, da alta finança que acabara de romper a casca do ovo e da burguesia manufatureira que dependia então da proteção aduaneira. (MARX, 2005: 838)

Rosa Luxemburg (1976), defende que, aonde quer que chegue, o processo da acumulação tende a impor a economia simples de mercado sobre a economia natural. A pretensão dos capitalistas é fazer com que a produção do capital domine, absolutamente, como forma única e exclusiva, em todos os países e setores.

Para ilustrar esta tese, a autora apresenta a extirpação da economia rural e concentração maciça na produção capitalista industrial, a partir da separação da agricultura e do artesanato, imposta pela indústria têxtil. Este foi um processo pacífico somente na aparência, pois não se pode comparar a indústria doméstica dos camponeses à produção industrial em série, marcada pela técnica aprimorada; à pesquisa científica; ao processo de produção planejado; ao acesso às matérias-primas, em várias regiões do planeta; aos equipamentos sofisticados. Fatores, tais como pressão tributária, guerra, venda forçada, poder político e código, também influenciaram o rompimento entre a agricultura e o artesanato.

Os Estados Unidos da América são apontados como o país em que a acumulação foi empregada de forma mais radical. O fazendeiro americano, do período anterior à Guerra da Secessão, “o homem dos bosques”, se parecia com o homem sertanejo. Era parecido, por exemplo, com o Seu Randolpho Valadares, pai do Doutor Murat, pois ambos conseguiam suprir a maioria das suas necessidades com o que produziam. Era comum o fazendeiro ter uma coleção de ferramentas, com a que fabricava utensílios de madeira, tais como forquilhas, pás,



cabos para ferramentas e arados, peças para carruagens, dentre outros. Produzia, também, alimentos e tecidos, os quais eram usados na fabricação das roupas. O excedente era vendido no mercado da cidade mais próxima. Entre os fazendeiros, eram encontrados artesãos especializados. Os carros, os famosos carroções do Oeste americano, por exemplo, eram construídos nas granjas, ao longo de um ano, ou dois.

### **O Diabo no meio do redemunho: o fim da subsistência**

Nos Estados Unidos, a Guerra de Secessão veio para desmontar este sistema. A partir daí, devido à carga tributária e a dependência dos meios de produção, o fazendeiro passa a necessitar de muito dinheiro para pagar suas contribuições e para adquirir as mercadorias industrializadas. Debulham e vendem o trigo, o gado, seus porcos, seus legumes e frutas para comprar carne fresca ou toucinho, presunto, conservas, compotas e tecidos. Surge, então, o endividamento causado pela dependência, cada vez maior, dos produtos industrializados:

A oficina local de carpintaria de carros cedeu lugar à enorme fábrica da cidade, onde 100 a 200 viaturas são fabricadas por semana; a oficina do sapateiro foi substituída pela grande fábrica da cidade, onde a maior parte do trabalho se efetua com a ajuda das máquinas. Finalmente, o próprio trabalho agrícola mecanizou-se. (LUXEMBURG, 1976: 348-349)

Com a evolução capitalista, surgem as grandes empresas que, via estradas de ferro, conquistaram o Oeste Americano. Com elas, os fazendeiros que seguiram as locomotivas, não podiam concorrer. Isto provocou o abandono de todas as formas de produção, para o próprio consumo e a produção exclusiva para o mercado. Então, a massa de fazendeiros começa a perceber que seu destino depende agora do mercado, o mercado agrícola da União americana, um mercado puramente local, que se transforma num mercado mundial, onde começam a atuar as empresas capitalistas gigantescas e especuladoras.

Para Rosa Luxemburg (1976), o capitalismo desapropriou o camponês inglês, enviou-o para os Estados Unidos, primeiro para o Este e depois para o Oeste, para convertê-lo num pequeno produtor de mercadorias, depois de ter arrasado com a economia natural dos indígenas. Do Oeste, o colonizador inglês foi empurrado, em direção ao Norte, aonde as estradas de ferro iam abrindo caminho, tendo por retaguarda, a ruína: o capital antecedia-o, como guia e, seguia-o, para consumi-lo.

Na África, também podem ser observados fatos históricos, onde as táticas de expansão capitalista se repetem. No Cabo e repúblicas bôeres - também denominados africânderes, africâneres ou ainda *afrikaans*, descendentes, principalmente, de colonos calvinistas da Holanda - a economia rural predominou, até a década de 70, do século XIX. No século

anterior, a peste transportada pelos barcos da Companhia das Índias Orientais extinguiu tribos inteiras de *hostentotes*, o que facilitou a dominação holandesa. Os holandeses, sentindo-se como o povo eleito, pela sua formação cristã e puritana, além de lhes tomar a terra, converte-os escravos. O inglês optou por conquistar os chefes das tribos, apoiando sua autoridade e outorgando-lhes o direito de dispor das terras. O descobrimento dos campos de diamantes de *Kimberley* em 1687-70, e o das minas de ouro do *Transval*, em 1882-85, marcaram a história da África do Sul, demonstrando as intenções enérgicas do capital inglês.

Nesse período, a emigração inglesa para os Estados Unidos escasseou, frente à corrida dos burgueses da Inglaterra, em direção à conquista sangrenta dos territórios da África do Sul. Se para aqueles, a guerra foi o ponto de partida para a revolução capitalista, para esta, foi o seu término. Porém, com o mesmo resultado, ou seja, a vitória do capital sobre a pequena economia rural, que, por sua vez, havia se erguido sobre as ruínas da organização primitiva da economia natural dos indígenas, conforme definição de Luxemburg (1976). Da mesma forma que os colonos norteamericanos, os bôeres ou boeres não tinham qualquer chance, ante o dominador inglês:

Na nova União Sul-Africana, na qual se realiza o programa imperialista de Cecil Rhodes, as pequenas repúblicas dos bôeres foram substituídas por um grande Estado Moderno; o capital tomou conta oficialmente. A antiga oposição entre ingleses e holandeses desapareceu diante do conflito entre capital e trabalho. Um milhão de brancos das duas nações contraiu uma aliança fraternal, que privava 5 milhões de operários de cor de seus direitos civis e políticos. (*Ibid.*: 363)

Com a mesma abordagem, ao se referir à Revolução Industrial do século XVIII, Polanyi faz uso da metáfora do “moinho satânico” que, segundo ele, “triturou os homens transformando-os em massa” (Polanyi, 2000: 51). Ele arquiteta sua crítica ao liberalismo, a partir do cercamento dos campos abertos, ou *enclosures*, e a conseqüente conversão da terra arável em pastagem, na Inglaterra do século XVI, o que determinou o fim das áreas comuns, processo anteriormente apresentado por Marx (2005). A busca era pelo progresso econômico e, o preço a ser pago, a desarticulação social.

Os cercamentos não poderiam ser melhor designados: “a revolução dos ricos contra os pobres” (POLANYI, 2000: 53), com a destruição das leis e dos costumes tradicionais pelos senhores e nobres, seja pela violência, pela pressão, ou intimidação. O resultado não poderia ser pior: homens e mulheres decentes, transformados em massas de mendigos e ladrões. Já, nos seus primeiros passos, o processo criara locais de desolação, as cidades industriais da Inglaterra. Os camponeses, arrancados de suas raízes, desumanizavam-se em favelas, as famílias seguiam o caminho da perdição e grandes áreas do país sucumbiam, rapidamente, sob

os resíduos e refugos vomitados pelos “moinhos satânicos”. A Revolução Industrial se tornara um verdadeiro abismo de degradação humana.

Com a degradação, profundas transformações aconteceram no seio da sociedade, onde “a motivação do lucro passa a substituir a motivação da subsistência” (POLANYI, 2000: 60), processo acima descrito por Rosa Luxemburgo (1976). Tendo o sistema fabril se organizado a partir do processo de compra e venda, o trabalho, a terra e o dinheiro se transformam em mercadoria. Com isso, a sociedade humana se torna um acessório do sistema econômico e o progresso passa a significar desarticulação social.

Nesse turbilhão, é difícil definir se há perversidade maior nos ricos, com sua sede insaciável por riquezas, ou nos sistemas de abonos. Fórmula criada por mentes semelhantes às dos coronéis do Sertão, os abonos não passavam de paliativos, amortecendo a consciência de alguns e, significando fonte de lucros para outros, como era o caso dos latifundiários benevolentes e dominadores. Brecados pelo *Reform Bill*, (Projeto de Reforma) de 1834, e pela *Poor Law Amendment*, (Emenda da Lei dos Pobres) de 1834, sistemas como o *Speenhamland*, por exemplo, entram para a história, como instituições que modelaram, decisivamente, o destino de toda uma civilização.

Num encontro no *Pelican In*, em *Speenhanland*, nas proximidades de *Newbury*, em 6 de maio de 1795, em meio a grandes perturbações sociais, os juízes de *Bertshire* decidiram conceder abonos, em adiantamento aos salários. Isto foi feito, tomando-se por base uma tabela que seria definida pelo preço do pão. Ficava, assim, assegurada ao pobre uma renda mínima, que não dependeria dos seus proventos. Custando o quilo de pão 1 *shilling*, toda pessoa pobre e diligente teria 3 *shillings* por semana para o seu sustento, ganhos pelo seu trabalho, ou como um abono, custeado pelo imposto dos pobres. Receberia também um *shilling* e 6 *pences* para o sustento de sua mulher e qualquer outro membro da família. Apesar de ser referida como lei, esta tabela jamais foi promulgada.

Como consequência, em poucos anos, ocorreu uma queda marcante na produtividade, atingindo o nível de trabalho indigente. Com isso, os empregadores abaixaram ainda mais os salários. Mesmo com o trabalho obrigatório, em princípio, na prática, a assistência externa se tornou geral. Desta forma, pais deixaram de cuidar dos filhos; filhos não dependiam mais dos pais; empregadores reduziam cada vez mais os salários e os trabalhadores deixaram de conhecer a fome, mesmo os mais preguiçosos. Segundo o autor, “seria impossível explicar a degradação humana e social do capitalismo primitivo sem os prolongados efeitos do sistema de abonos” (POLANYI, 2000: 102).

Era a falência da tentativa de criar um capitalismo, sem um mercado de trabalho, onde a sociedade se debatia entre duas influências opostas: a exercida pelo paternalismo, protetor da mão-de-obra, contra os perigos de um sistema de mercado; e a que organizava os elementos da produção, como a terra, num sistema de mercado que desenraizava a gente comum do seu *status* anterior, promovendo o crescimento do subemprego e do desemprego. “Assim, a formação daquilo que Friedrich Engels chamou de exército industrial de reserva ultrapassou em muito a criação do exército industrial propriamente dito” (*Ibid.*: 114).

A Revolução Industrial apresentou algumas variantes, meio século mais tarde, chegando ao continente europeu. Ali, a classe trabalhadora não foi forçada a abandonar a terra por um movimento de cercamento. Os salários altos e a vida urbana foram o atrativo e causa do êxodo rural. Na cidade, ela se associou à classe média baixa tradicional, adquirindo assim uma tonalidade urbana.

Polanyi (2000), acentua que, por este diferencial, os trabalhadores, no continente, não experimentaram a pauperização degradante da *Speenhanland*, nem da *Poor Law*, e ascenderam da posição de servos feudais para a condição de operários fabris e, depois, operários sindicalizados.

O autor faz referência a um “vácuo cultural”, criado pelas transformações provocadas pelo desenvolvimento do capitalismo, em um trecho sobre populações negras africanas, dominadas por seus colonizadores:

A condição de algumas tribos nativas na África, hoje em dia, tem uma semelhança indiscutível com as das classes trabalhadoras inglesas durante os primeiros anos do século XIX. O cafre da África do Sul, um nobre selvagem que não podia se sentir mais seguro socialmente no seu *kraal nativo*, foi transformado numa variedade humana de animal semidomesticado [...] (*Ibid.*: 190)

Isto se dá porque, os objetivos pelos quais as pessoas trabalham, são definidos culturalmente e, quando transformações, como as impostas pelo colonialismo e por fenômenos de natureza semelhante à da Revolução Industrial na Inglaterra trazem a degradação descrita. Como foi demonstrado no primeiro capítulo deste trabalho, ao longo da história, a exploração feita pelo homem branco tem apresentado tamanha força, impiedade e intensidade, em relação aos povos atrasados do mundo, que a banalização da vida chegou ao ponto de excluir qualquer estranhamento, em relação à expansão capitalista.

Zygmunt Bauman (2003), recorre ao fato de que, se todos nos orgulhamos de um trabalho bem feito, também sentimos verdadeira repulsa pela labuta sem propósito, pelo esforço fútil, pela azáfama sem sentido:

O que costumava ser um esforço [...] virou labuta. Já não era claro para os artífices e artesãos de ontem o sentido do trabalho bem-feito, e não havia mais dignidade, mérito e honra que decorressem dele. Seguir a rotina sem alma do chão da fábrica, sem ser observado pelo companheiro ou vizinho, mas apenas pelo desconfiado capataz, obedecer aos movimentos ditados pela máquina sem chance de admirar o produto do próprio esforço, e muito menos de apreciar sua qualidade, tornavam o esforço fútil; e um esforço fútil era o que o instinto do trabalho bem-feito levava os humanos a detestarem todo o tempo. (BAUMAN, 2003: 32)

### **Desenraizamento**

O desastre sobre os nativos é resultado direto da ruptura rápida e violenta de suas instituições básicas, não importando se há, ou não, o uso da força. No processo, a transformação do trabalho e da terra em mercadorias, acelera a liquidação de toda e qualquer instituição cultural nestas sociedades orgânicas.

Com a Revolução Industrial, as massas tiradas da sua velha rotina, marcada pela rede de interação comunitária e governada pelo hábito, passam a ser espremidas na nova e rígida rotina, que era o chão da fábrica, governado pelo desempenho de tarefas. Um problema nasce daí, e não era tanto levar os que não gostavam de trabalhar a habituar-se ao trabalho, mas torná-los aptos a trabalhar num ambiente novo, diferente do que conheciam até então, e, repressivo. Pensando na forma como foram arrancados de suas comunidades, Bauman (2003), argumenta que os futuros trabalhadores tinham antes de ser transformados numa massa,

despidos da antiga roupagem dos hábitos comunitariamente sustentados. A guerra contra a comunidade foi declarada em nome da libertação do indivíduo da inércia da massa. Mas o verdadeiro resultado – ainda que não dito – dessa guerra foi o oposto do objetivo declarado: a destruição dos poderes de fixar padrões e papéis da comunidade de tal forma que as unidades humanas privadas de sua individualidade pudessem ser condensadas na massa trabalhadora. (*Ibid.*: 30)

Simone Weil (2001), define a desconstrução, trazida pela origem do capitalismo, como desenraizamento. Considerando que, somente o ser humano é possuidor de um destino eterno, ela lembra que a este deve ser dedicado respeito às suas necessidades, que não se limitam apenas às físicas. Além delas, necessita de alimento para a sua alma. Em decorrência, “deve-se respeito a uma coletividade, qualquer que seja – pátria, família, ou qualquer outra – não por ela mesma, mas como alimento de um certo número de almas humanas” (WEIL, 2001: 11).

Para a filósofa, as razões para se respeitar tais coletividades humanas são muitas, pois cada uma é única, são duráveis e, por isso, além de adentrarem o futuro, possuem raízes no passado, constituindo-se assim no único órgão de transmissão, pelo qual os mortos podem falar aos vivos. Lembra também que, por isso tudo, algumas coletividades, ao invés de servirem de alimento, consomem almas.

Então, Weil (2001) se dedica a listar as necessidades da alma que, na comunidade sertaneja, são convertidas em regras de convívio, as quais os sertanejos pontuam e fazem questão de seguir à risca. A primeira é a ordem manifesta em uma teia de relações sociais, que não permite a violação das obrigações rigorosas. A liberdade possibilita a escolha. A obediência é devida, tanto às regras estabelecidas, como aos seres humanos, tidos como chefes na hierarquia, havendo certo devotamento e veneração para com os superiores. A responsabilidade consiste no sentimento de ser útil e, até mesmo indispensável, necessidade longe de ser satisfeita, entre os excluídos. A igualdade é o reconhecimento de que a mesma quantidade de respeito é devida a todo o ser humano. A honra é plenamente satisfeita quando, cada uma das coletividades a que pertence um ser humano, lhe oferece oportunidades de participação numa tradição de grandeza em seu passado e que, seja publicamente reconhecida. A segurança é a condição da alma, longe do medo e do terror. A liberdade de opinião é salutar para a inteligência. A ausência de risco provoca o tédio. A alma se isola na ausência de propriedade privada, objetos que, para ela, funcionam como um prolongamento do corpo. O sentimento de propriedade coletiva é tão importante, quanto as demais necessidades da alma e, a verdade é a mais sagrada delas.

Um exemplo de que o sertanejo é observador destas necessidades e cumpridor das regras que delas derivam, é trazido pelo Seu Miguel Marques: “Hoje eu não tenho nada, mas também não devo nada. Não devo um tostão a ninguém, graças a Deus. Para morar também, eu não devo um tostão. Quitei e tirei da hipoteca, é minha mesmo. Não devo um tostão. Dirigi congregação vinte anos e dois meses e nunca pedi para a igreja me ajudar em nada. Quando eu bati o carro lá na Samambaia, ali para chegar no Bandeirante, eu bati o carro na traseira de um outro. Aí a moça que estava lá mais o rapaz saiu brava e eu falei: - ‘Comigo não tem brabeza não. Você registra a queixa e não precisa disso não. Te dou o meu endereço e você faz um apanhamento na oficina e vê qual é a mais fácil e vai lá em casa e resolve o problema’. Fez o apanhado em três oficinas, três orçamentos, o mais barato ficava em quase oitocentos reais. Peguei, assinei o cheque e autorizei o serviço. Comigo não tem problema, não. Não precisa de zoada, não. Faltou uns quebradinhos para dois mil reais. O pastor lutou para a igreja me ajudar a pagar e eu não quis. Eu mesmo pago. – ‘Não, aceita!’ – ‘Quero não, eu mesmo pago. Não devo nada’.

Finalmente,

O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana. É uma das mais difíceis de definir. Um ser humano tem raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos de futuro. Participação natural, ou seja, ocasionada automaticamente pelo lugar, nascimento, profissão,

meio. Cada ser humano precisa ter múltiplas raízes. Precisa receber a quase totalidade de sua vida moral, intelectual, espiritual, por intermédio dos meios dos quais faz parte naturalmente. (*Ibid.*: 38)

Considerando as conseqüências nefastas da expansão capitalista, Simone Weil (2001), aponta o dinheiro como a causa da destruição de raízes, onde quer que penetre, substituindo todas as demais motivações pelo desejo de ganhar. Mesmo sem o poder militar, somado à dominação econômica, com suas cifras, o dinheiro impõe tal influência estrangeira, que provoca a doença do desenraizamento. Os assalariados são as suas maiores vítimas, pois o salário obriga cada operário a se concentrar no cálculo do dinheiro. Ela constata:

Embora geograficamente no mesmo lugar, foram moralmente desenraizados, exilados e readmitidos, como por tolerância, a título de carne de trabalho. O desemprego é, evidentemente, um desenraizamento de segunda potência. Não estão em suas casas nem nas fábricas, nos alojamentos, nem nos partidos e sindicatos supostamente feitos para eles, nem nos locais de prazer, nem na cultura intelectual se tentarem assimilá-la. (*Ibid.*: 45)

É um desenraizamento que alcança todas as áreas da vida. Na educação, por exemplo, um aluno camponês da escola primária sabe mais do que Pitágoras, ao repetir, obediamente, que a terra gira em torno do sol, um sol que já não apresenta nenhuma relação com o que ele vê. Ele foi arrancado do universo que o rodeia, com a mesma facilidade que arrancaram o passado dos negros africanos, ou dos indígenas brasileiros tornados escravos. Para a autora,

O que se chama hoje instruir as massas é pegar essa cultura moderna, elaborada num meio tão fechado, tão doentio, tão indiferente à verdade, tirar-lhe tudo o que ela ainda possa conter de ouro puro, operação que se chama vulgarização, e enfiar o resíduo tal e qual na memória dos infelizes que desejam aprender, como se enfia comida pela goela dos pássaros. (*Ibid.*: 45).

Para Simone Weil (2001), o fato de um camponês trabalhar a terra, pensando que o faz por não ser suficientemente inteligente para exercer outra função, é sintoma de debilidade do sistema, e não dele. Por isso, muitos seres verdadeiramente desenraizados se entregam a uma inércia equivalente à morte, como o fizeram muitos índios brasileiros, diante da escravidão imposta pelo colonizador europeu. Outra opção para o desenraizado é se lançar em atividades que tendem sempre a desenraizar, por métodos frequentemente violentos, aqueles que ainda não o estão. “Quem é desenraizado desenraiza” (*Ibid.*: 47).

Os alemães, por exemplo, no momento em que Hitler assumiu o comando, eram uma nação de proletários desenraizados. A inflação, a industrialização a qualquer preço, a crise de desemprego, tornou-os moralmente doentes, a ponto de cometerem as irresponsabilidades que a história documentou.

Simone Weil (2001), define o passado como fonte de enraizamento, pois o futuro não nos oferece nada, pelo contrário, para construí-lo entregamos tudo, damos-lhe a nossa própria vida. E damos o que possuímos: tesouros herdados do passado e digeridos, assimilados e recriados por nós. Para ela, de todas as necessidades da alma humana, a mais premente e vital, é o passado.

Na zona rural não é diferente, e o mal tem sido agravado pela concentração da terra nas mãos dos grandes latifundiários, pois “a necessidade de enraizamento, nos camponeses, tem primeiro, a forma da sede de propriedade. É, verdadeiramente, uma sede para eles, e uma sede saudável e natural” (*Ibid.*: 78). Isto se dá porque, tradicionalmente, a terra e o trabalho não são separados, já que a vida e a natureza formam um todo articulado. A terra está vinculada às relações de parentesco, vizinhança, profissão e credo.

#### A terra enraíza, pois

dá estabilidade à vida do homem; é local da sua habitação, é a condição da sua segurança física, é a paisagem e as estações do ano. Imaginar a vida do homem sem a terra é o mesmo que imagina-lo nascendo sem mãos e pés. E, no entanto, separar a terra do homem e organizar a sociedade de forma tal a satisfazer as exigências de um mercado imobiliário foi parte vital do conceito utópico de uma economia de mercado. (POLANYI, 2000: 214)

Então, Simone Weil (2001), defende que a terra deveria ser tratada como um meio de trabalho, e não como uma riqueza na divisão das heranças. Ao contrário disso, o capitalismo na sua origem, antes de mais nada, arrasa todo sistema social e cultural da vida nativa, aonde chega. No Sertão-Brasília não foi diferente. Os pastos, que não careciam de fechos, e que são citados por Riobaldo na sua definição de Sertão, apresentada na primeira parte, hoje são cercados por divisas bem definidas. Desta forma, o que era de uso comum hoje, é mercadoria impagável por muitos.

Mas isso não impede que gente simples, como o Seu João Pereira, sertanejo do Vão dos Angicos, e hoje residente em Brazlândia, lutem uma vida para possuir o seu quinhão e garanta sua identidade: “Me considero um sertanejo com muita honra, com muito amor, com muita fé. Me sinto satisfeito de estar com sessenta e oito anos. Em 1996, comprei dois alqueires de terra aqui fora do Distrito Federal, a dezoito quilômetros, entrei lá na mata dessa grossura [formando um arco com os braços] debaixo de uma lona, hoje se o senhor chegar lá vai pensar que é uma mansão. Quando eu estou lá eu estou feliz. Não gosto nem de conversar, de tanta alegria”.



**Anseio pelo moderno, sedução pelo urbano.**

Apesar de toda a degradação descrita, a urbanização decorrente da expulsão do homem do campo acompanha a origem e expansão capitalista e, historicamente, é tida como solução para o atraso. No final do século XVIII, o mundo era, essencialmente, rural. Em países, como a Rússia, ou os Balcãs, cerca de 90% a 97% da população era rural. Hobsbaw (1977), ressalta que, mesmo naquelas regiões com maior tendência à urbanização do que estas, a porcentagem rural ou agrícola era, extraordinariamente, alta. Na Lombardia, 85%, na Veneza, de 72%-80% e na Clábria e Lucânia, mais de 90%. Fora algumas áreas comerciais e industriais bastante desenvolvidas, era raro um grande Estado europeu onde, pelo menos quatro de cada cinco habitantes, não fossem camponeses. Na própria Inglaterra, a população urbana só veio a ultrapassar a população rural pela primeira vez, em 1851.

Os homens das cidades, ao assumirem a rompança dos eruditos e dos homens de espírito, estendiam para o meio rural o seu desprezo pelos fortes, lentos, ignorantes e estúpidos. Não que os integrantes destas comunidades interioranas tivessem do que se vangloriar. Inclusive, as comédias populares alemãs ridicularizavam a pequena municipalidade, colocando-as par a par com a mais rústica das roças. Mesmo ainda pertencendo à sociedade e à economia do campo, pois suas classes média e profissional eram constituídas pelos negociantes de trigo e de gado, os moradores das cidades provincianas faziam questão de serem distinguidos dos camponeses:

Em casos extremos, como na Prússia, o governo, ansioso em manter seus possíveis contribuintes sob uma adequada fiscalização, operava uma separação quase total entre as atividades rurais e urbanas. Mesmo onde não havia uma divisão administrativa tão rígida, os habitantes das cidades eram quase sempre fisicamente diferentes dos homens do campo. Em uma vasta área da Europa Oriental, as pessoas da cidade eram ilhas germânicas, judias ou italianas num lago eslavo, magiar ou romeno. Mesmo os habitantes urbanos que tinham a mesma religião e nacionalidade dos camponeses ao redor tinham uma aparência distinta: vestiam roupas diferentes e eram de fato mais altos (exceto no caso da população explorada que trabalhava nas fábricas ou dentro de casa), embora talvez fossem igualmente mais magros. Tinham provavelmente um raciocínio mais rápido e eram mais letrados, e certamente se orgulhavam disso. Ainda assim, em seu modo de vida, eram quase tão ignorantes sobre o que se passava fora do seu distrito, quase tão embotados, quanto os habitantes das aldeias. (HOBSBAWM, 1977: 30)

Como apresentado, no Sertão também havia uma expectativa quanto à urbanização, que viria com a mudança da capital. Vimos na primeira parte do trabalho que isto estava escrito na Constituição, era lei que precisava ser cumprida. Não sabendo bem o que isto representava, o Sertão ansiava pela cidade grande, pela Nova Capital, cuja promessa era a de que fosse construída em suas chapadas.

A idéia começou a criar corpo, a partir de um comício, durante a campanha do então candidato à Presidência da República, Juscelino Kubtschek de Oliveira, no dia 4 de abril de 1955, na cidade goiana de Jataí. Nele, JK afirmou que, se eleito, cumpriria rigorosamente a Constituição. Naquele momento, uma voz se levantou da multidão, que se aglomerava ao redor do palanque, interpelando o futuro presidente: - “O senhor disse que, se eleito, irá cumprir rigorosamente a Constituição. Desejo saber, então, se pretende pôr em prática o dispositivo da Carta Magna que determina, nas suas Disposições Transitórias, a mudança da capital federal para o Planalto Central” (OLIVEIRA, 1975: 8).

Desta forma, confirmando o namoro descrito na segunda parte e, a pedido dos sertanejos, Brasília passou a integrar o Plano de Metas do período JK. Sendo definida como meta síntese, arrastou o processo de construção da infra-estrutura, que daria suporte à industrialização, já adiantada, em cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro. A construção de rodovias e a fixação da indústria automobilística brasileira são exemplos das transformações ocorridas no panorama nacional, grande arrancada do Brasil rural para o capitalista urbano. Então, o moderno passa a ser sinônimo de desenvolvimento.

Neste contexto, incorporando a promessa modernista, Brasília passou a representar a esperança de um país melhor, sendo hoje, vitrine da arquitetura moderna, num mundo moderno e globalizado.

## **CAPÍTULO 2**

### **MODERNIZAÇÃO, ACUMULAÇÃO PRIMITIVA E DESENRAIZAMENTO NA VILA DOS COUROS**

A cidade goiana de Formosa, antiga Vila dos Couros, localiza-se na região Norte do Entorno do Distrito Federal, e o seu município representa uma área de ocupação antiga, com base no latifúndio pecuarista, associado à produção de subsistência e à pequena propriedade familiar. Dada a sua proximidade com Brasília e sua importância histórica e política, tomaremos esta cidade goiana, como exemplo das transformações sofridas pelo Sertão, a partir do seu encontro com a Nova Capital e ocorrência do “pacto de modernidade”.

O território, que hoje equivale ao Município de Formosa, foi cortado por picadas abertas pelos bandeirantes, que ali chegaram em busca do ouro. Elas funcionavam como canais, que interligavam a Bahia e Minas Gerais. Segundo Ferreira (1958),

Foram estabelecidos dois registros, um na parte setentrional da Lagoa Feia, muito próximo da atual localidade, e o outro, o de Arrependidos, distante 90 quilômetros

da cidade. Ambos com o fim de dar caminhos aos canais francos e evitar prejuízos na extração do ouro e a perda dos quintos reais. A essa época pertencia o território goiano à Capitania de São Paulo (1733). (FERREIRA, 1958: 167).

Com o objetivo de proteger os carregamentos de ouro, o governador da Capitania, Conde Sarzedas conseguiu providências do Rei de Portugal, D. João VI, surgindo a Lei de 27 de outubro de 1733. Tendo vindo a Goiás, passou os direitos de cobrança dos impostos das estradas para Bernardo Fernandes Guimarães, isto no início do ano de 1736.

Pelas referidas picadas, passaram notáveis bandeirantes, tais como Urbano do Couto e Antônio Bueno de Azevedo, o descobridor das minas de ouro de Santa Luzia (hoje, Luziânia).

Por volta de 1750, um povoado cresceu próximo à embocadura do Itiquira com o Paranã: o Arraial de Santo Antônio. Devido à insalubridade local, trazendo doenças, os viajantes passavam longe, o que levou os habitantes a migrarem para outro lugar, agora próximo à Lagoa Feia. Nascia, assim, o arraial dos Couros, primitivo nome de Formosa (1736-1950). Compensando a ausência dos veeiros de ouro, o arraial teve, a seu favor, um clima privilegiado, uma fauna excepcional e uma flora exuberante.

A partir de 1830, a população urbana cresceu, pois famílias de Paracatu, MG, e de Santa Luzia, GO, para ali afluíram, atraídas pelo comércio intenso. Essa característica primária do Município continua impressa em sua economia, até a data presente, pois Formosa sempre foi uma cidade comercial, sempre teve vida própria. Segundo Gelmires Pires, “a lei n. 1, de 1 de agosto de 1843 elevou este arraial à categoria de villa, com a denominação de Villa Formosa da Imperatriz, ficando assim, desligado o seu território, também na parte civil, do de Santa Luzia” (MEIRELLES; REIS, 1920: 81-82).

Em 21 de julho de 1877, pela Lei Provincial nº 574, a Vila Formosa da Imperatriz foi elevada à categoria de cidade, com a denominação de Formosa da Imperatriz, o que se instalou no dia 16 de setembro do mesmo ano, desmembrando-se de Santa Luzia.

A inauguração de Brasília, no início da década de 1960, pode ser tomada como marco inicial das transformações sofridas pelo município, diante do processo de modernização. Antes disso, a região se encontrava praticamente isolada. A pecuária de corte, com a venda de bois magros e, lembrado pelo Seu Antônio João Reis, o comércio de couro, eram as únicas formas de contato com outros mercados, sendo que, Barretos, no Estado de São Paulo, era o principal deles. Vale lembrar que este centro comercial paulista recebia gado, não só das proximidades do atual Distrito Federal, mas também de todo o Norte de Minas Gerais.

Ainda em 1960, eram mantidas as características tradicionais do Município de Formosa. Pelo censo de 1950, na cidade havia 3.631 habitantes, dos quais 1.583 eram homens e 2.048,

mulheres. Os grandes latifúndios abrigavam a pecuária extensiva e, resultante de subdivisões de grandes propriedades por herança, havia as pequenas propriedades, misturando-se às grandes. Nestas pequenas propriedades, quando o tamanho da gleba permitia, mantinha-se a tradição pecuarista. Caso contrário, as atividades eram limitadas à produção de subsistência, complementando, eventualmente, a receita familiar com o trabalho para os grandes fazendeiros, quando estes pretendiam desbravar suas antigas áreas de reserva para formação de pastagens.

Confirmando tais informações, dados fornecidos pelo senso do IBGE, realizado em 1950, indicam que “84% das pessoas em idade ativa (10 anos ou mais), estavam ocupadas nos ramos da agricultura, pecuária e silvicultura” (Ferreira, 1958: 170). Sobressaiam na agricultura o arroz, o feijão e o milho, mas as quantidades produzidas eram ainda minguadas, levando-se em conta a excelência das terras, principalmente as do vale do Paranã. No quinquênio 1952-1956, a produção atingiu a importância de CR\$91.276.000,00, salientando-se que o arroz absorveu, durante todo este período, 57,40% do total da produção, seguindo-se a mandioca, com 6,22% e, em último lugar, o milho e o algodão, com 6,03% e 5,9%, respectivamente.

Com relação à pecuária, o seu efetivo e valor em cruzeiros, no ano de 1956, era o seguinte:

Bovinos, 170 mil cabeças, no valor de CR\$ 306.000.000,00; asininos, 500 cabeças, no valor de CR\$ 350.000,00; muars, 5 mil e 500 cabeças, no valor de CR\$ 19.250.000,00; suínos, 60 mil cabeças, no valor de CR\$ 90.000,00; ovinos, 800 cabeças, no valor de CR\$ 80.000,00; [...] O efetivo de galináceos existentes em 1956, incluindo-se patos, marrecos e gansos, era de 95 mil e 950 cabeças, no valor total de CR\$ 2.727.000,00. (FERREIRA, 1958: 170)

Na década de 1950, a indústria ocupou, em torno de 4% da população economicamente ativa. Em 1955, a produção industrial valia CR\$ 2.888.000,00 e os principais ramos eram o de produtos alimentares (46%); a indústria de couros, peles e similares abraçava 19% da produção. Em 1956, o destaque é para a indústria alimentar, que alcançou a produção aproximada de CR\$ 1.317.000,00, sendo seguida pela dos vestuários, calçados e artefatos de tecidos, com uma produção aproximada de CR\$ 537.000,00. Na terceira posição, o ramo de couro, peles e similares.

Naquela década, o comércio local mantinha transações com as cidades de São Paulo e Belo Horizonte, importando tecidos, armarinhos, sal, arame farpado, etc. No que se refere à exportação, Formosa mantinha relações com as praças de Barretos, SP, Patrocínio e Paracatu, MG.

Pelo sistema rodoviário, o Município se comunicava com Planaltina (42 km), Silvânia (via Planaltina, 138 km), Cristalina (via Luziânia, 228 km), São João da Aliança (120 km), Sítio d'Badia (passando por Joanópolis, hoje Serra Bonita, 210 km), Unaí, MG, (132 km), Capital Estadual, Goiânia (via Anápolis, 344 km), Capital Federal (via Uberlândia, MG, 1942 km); pelo sistema aéreo, Goiânia (241 km), Capital Federal (via Goiânia, 1263 km). O ponto mais próximo, servido por linha férrea, era a cidade de Vianópolis, distante 208 km. A cidade possuía um aeroporto de propriedade federal, localizado na zona suburbana, com três pistas de rolamento, nas seguintes dimensões: 100X1325 – 100X900 e 100X1800 metros. As duas primeiras eram de terra batida, e a última, coberta por cascalho.

Dentre as riquezas naturais, destacavam-se as matas do vale do Paranã, do vale do Urucuia e as dos vales dos rios que cortam a região municipal. “Entre a infinidade de madeiras de lei encontradas na região, citam-se: aroeira, jacarandá, jatobá, peroba, umburana, cedro, bálsamo, tamboril, angico, pau-ferro, vinhático, plantas têxteis, oleaginosas e tintureiras. A pedra calcária é também encontrada no Município” (*Ibid.*: 170).

Na Formosa dos anos 1950, não existiam obras de arte, propriamente ditas, e os velhos edifícios não obedeciam a nenhum estilo arquitetônico mais arrojado; ainda assim, a maioria eram casarões coloniais e casebres construídos com adobe. Nas igrejas, as obras de arte eram poucas e, o que havia, foi roubado pelos caçadores de antiguidades. As ruas não eram calçadas.

A cidade era servida por energia elétrica produzida numa usina, localizada na cachoeira Úrsula, a 9 km da sede. O potencial era de 360 HO, com um fornecimento de 1.890.000 KW por ano. Destes, 60.120 se destinavam à iluminação pública, 220.400 ao consumo particular e 71.684 à força motriz. Conforme Ferreira (1958), existiam 432 ligações feitas.

A população do Município era servida por dois hospitais, com 50 leitos disponíveis e 5 médicos. Existiam 7 advogados, 6 dentistas e 5 farmacêuticos no Município.

Em 1957, o sistema educacional era composto por 31 estabelecimentos de ensino fundamental comum. Neles, foram matriculados 2598 alunos, sendo 1281 do sexo masculino e 1.317 do sexo feminino, sendo que, pelo depoimento dos nossos narradores, muitos dos matriculados vinham de outros municípios. Para o atendimento dos alunos, a cidade contava com 3 unidades de ensino médio, sendo um ginásial, um normal e um comercial. A matrícula naquele ano, para o curso ginásial, foi de 124 alunos, sendo 97 do sexo masculino e 27 do sexo feminino. Concluíram o curso, em 1956, 17 alunos, sendo 12 rapazes e 5 garotas. Para o ensino normal, a matrícula foi de 39 alunos do sexo feminino. Houve 11 conclusões de curso.

Para o comercial, a matrícula foi de 36 alunos, sendo 24 do sexo masculino e 12 do feminino. Não houve conclusão de curso naquele ano.

### **O moderno invade o Sertão da Vila dos Couros**

No meio rural, nas relações agrárias, os arrendatários, parceiros e ocupantes deixavam o pasto plantado, depois da colheita de uma ou duas roças de subsistência, isso com o uso de suas técnicas rudimentares. A produção de subsistência era mantida no latifúndio, como garantia de reprodução da força de trabalho. Esta é a estrutura típica do Brasil tradicional, onde se combinavam as duas formas de produção: o latifúndio, com a pequena produção familiar, o que permitia que o latifúndio pecuarista se expandisse com mão-de-obra praticamente gratuita.

Mas com a chegada de Brasília, e com o estímulo do mercado que se abria para a região, a pecuária amplia-se, nos moldes da “acumulação primitiva”, definida por Karl Marx (2005), e por Rosa Luxemburg (1976). Tal fenômeno ocorreu dentro dos limites dos latifúndios, com a ampliação de áreas de pastagens plantadas e, também, em áreas novas no município, para onde as pessoas eram atraídas. Ocorreu expropriação dos excedentes formados pela posse transitória da terra, como parceiros, arrendatários e ocupantes, com conseqüente acumulação da terra.

Buscando atender ao poder aquisitivo dos proprietários, o capital extraído das atividades rurais, quando muito, foi investido no embelezamento de Formosa, mas nunca para levá-la a produzir. Em conseqüência, o trabalhador, sem terra, passou a ter duas alternativas: migrar para outras frentes, ou lutar por um emprego na cidade grande. Como observado por Ignês Ferreira (1987), ele passa “a constituir, então, reserva de mão-de-obra para a construção de Brasília e para as retomadas da expansão do espaço rural” (FERREIRA, 1987: 156).

Este foi um período em que a cultura do arroz assumiu destaque, porém, confirmando mais uma vez o que foi afirmado pelo Seu Antonio João Reis, no Capítulo 1 desta tese, com o gado continuando a ser o grande produto da região.

Os dados obtidos pelo Censo Agropecuário de Goiás – 1980/1970, e apresentados na Tabela 2.2, demonstram que, em 1970, a expropriação dos excedentes constituídos pelos produtores sem terra, já havia se dado, pois mesmo as unidades de exploração, com menos de 20 hectares, que seriam as pequenas propriedades de subsistência exploradas por seus proprietários, eram raras. O número das formas não capitalistas, como o arrendamento, a parceria e a ocupação é irrisório (2% dos estabelecimentos), bem como a área por eles ocupadas (pouco menos de 2% da área total).

No entanto, estas formas não capitalistas remanescentes guardam um novo conteúdo, tratando-se agora de um arrendatário, com condições de explorar áreas que pressupõem o uso de mecanização e de mão-de-obra não familiar. Isto se explica, pelo fato da Tabela 2.1 demonstrar que os ocupantes passam a trabalhar em propriedades com mais de 400 hectares, e, os arrendatários, em propriedades, em torno de 200 hectares.

Luiz Tarley de Aragão (1993), é sensível a estas mudanças, que foram determinadas pelas pesquisas da EMBRAPA Cerrados, antigo Centro de Pesquisas Agropecuárias do Cerrado, nos anos 1970. Esta foi uma revolução quase comparável à construção de Brasília, tendo introduzido a correção dos solos dos campos cerrados e a sua adubação, diminuindo a diferença entre a terra de cultura e a dos campos, que foi evidenciada pelo Seu Erasmo de Castro. Segundo Aragão, no início da década

[...] nomes como aqueles de Monteiro, Mundim e Guimarães, em Planaltina (antiga Mestre d'Armas); de Araújo e Roriz, em Luziânia (antiga Santa Luzia); de Ornellas, Paiva e Rezende, em Formosa (antiga Vila dos Couros) dividem cercas no Cerrado com os novos "coronéis" – os empresários e burocratas bem-sucedidos, e em franco processo de dominação do Cerrado, cujos nomes – Cury, Rossi, Martins, Taurisano, Chesti, Schneider, Sanches, Andrade, Adriano, Gassani – atestam suas origens diversas, social e geograficamente falando. [...] Os antigos moradores, [...] viam brotar do outro lado de suas cercas capins miraculosos como as braquiárias *rozinense* e *decumbens*, o andropogon e o tobiatã nunca vistos, e que vinham competir de forma absolutamente desigual com os tradicionais 'capim-branco', 'provisório' ou 'jaraguá', 'meloso' ou 'capim-gordura'. Nesse mesmo latossolo vermelho, ou amarelo, mais fraco, álico e degradado pelas queimadas centenárias, vinham agora viver, como por milagre, cá e lá, os primeiros campos de soja, de arroz e de milho, estes antes somente cultivados na 'terra de cultura' [...]. (ARAGÃO, 1993: 173)

Mesmo assim, junto com os antigos moradores, em 1970, persiste a estrutura tradicional, onde grande parte da área é ocupada por latifúndios, produtivos, ou não. Destes, uma pequena parte se fragmenta em propriedades familiares de subsistência, ou venda de excedente.

Conforme a Tabela 2.1, a pequena propriedade, menor do que 100 hectares, continua numerosa, comprovando a sua não expropriação. Elas representam 50% do número total de unidades, ocupando 6% da área total. Por sua vez, as grandes propriedades, as de mais de 500 hectares, ocupam 72% da área total. Mesmo sendo uma etapa preparatória para a expansão das pastagens, as lavouras ocupam apenas 3% da área total, e são pequenas, praticadas na quase totalidade das unidades de menos de 1000 hectares.

Neste período, início da década de 1970, as bases para a industrialização da agricultura estavam montadas, atendendo às exigências do Estado, cujos financiamentos se voltam para o custeio de lavouras e não para sua implantação, o que pressupõe condições iniciais do produtor, como a terra e maquinário.

No decorrer da década, mudanças importantes aconteceram no município. A primeira delas foi um aumento de 30% na área produtiva total, com redução do número de propriedades, o que significa maior concentração das terras nas mãos de um número menor de proprietários. A novidade é que a incorporação de novas áreas externas aos estabelecimentos não se deu mais com a ocupação pelo pequeno produtor familiar. Isto se comprova pelo decréscimo do número dessas pequenas unidades.

Voltando aos dados da Tabela 2.1, com a chegada da década de 1980, a parceria praticamente desaparece, os arrendatários ocupam áreas superiores a 580 hectares e, os ocupantes, áreas próximas a 100 hectares. Apesar de continuarem sendo considerados formas não-capitalistas de produção, agora estes arrendatários e ocupantes atuam na ampliação da área

**Tabela 2.1: Condição de exploração das terras em Formosa, GO (Censo IBGE-1970/1980)**

CONDIÇÃO	Nº DE UNIDADES		ÁREA			
			TOTAL (ha)		PERCENTUAL	
	1980	1970	1980	1970	1980	1970
Próprias	856	1.037	477.204	384.382	94	98
Arrendadas	40	15	23.216	3.469	05	0.9
Parceria	02	02	27	1.355	-	0.3
Ocupadas	52	06	4.680	2.471	0.9	0.6
Total	950	1.060	505.120	391.677	100	100

produtiva de forma diferenciada, pois têm acesso, tanto a empréstimos, como a maquinário para a destoca, plantio, manutenção e colheita, ocupando a mão-de-obra excedente na preparação do solo e colheita das primeiras plantações.

Quanto à concentração das terras, a Tabela 2.2 indica 81% das terras ocupadas por estabelecimentos acima de 500 hectares e, principalmente, com mais de 1000 hectares, isso em 1980. No que se refere ao pequeno proprietário, no mesmo período, suas propriedades com menos de 110 hectares detêm apenas 3,5% da área total. A sua permanência na terra dependerá, então, da capacidade de suporte do solo, pois o tamanho dos lotes, aliado às técnicas adotadas, é fator de esgotamento, empobrecimento e conseqüente êxodo.

Para se evitar o êxodo desta parcela da população, uma saída seria promover o descanso temporário da terra, mas o tamanho do lote não o permite. Outras alternativas seriam: intensificar a produção, com o uso de novas técnicas e insumos; continuar com a lavoura, com



menor reprodutividade, o que o empobreceria; passar para a pecuária, caso o tamanho da propriedade o permitisse.

**Tabela 2.2: Distribuição das terras segundo o tamanho dos estabelecimentos agropecuários em Formosa, GO (Censo IBGE- 1970/1980)**

CLASSES (em ha)	Nº DE ESTABELECIMENTOS		PERCENTAGEM DA ÁREA (%)	
	1970	1980	1970	1980
10	53	43	0.09	0.06
10 a < 50	310	242	2.64	1.42
50 a < 100	167	136	3.37	2.07
100 a < 500	342	314	21.55	15.73
500 a < 1000	96	76	18.70	11.24
1000 a < 5000	87	110	43.59	46.07
5000 a < 10.000	05	06	9.82	12.26
10.000 a < 100.000	0	03	0.00	10.70
S/ declarar	0	17	-	-
<b>Total</b>	1.060	950		

Se adotada a primeira possibilidade, com o investimento em tecnologia e insumos, tal produtor se tornaria capitalista, o que não se evidencia no município de Formosa. Isto se justifica, pelo fato deste proprietário não ter acesso ao crédito ou à assistência técnica, pois os créditos concedidos se destinam ao custeio, e a assistência técnica é vinculada aos projetos de financiamento, com a pesquisa e a tecnologia voltadas para os grandes projetos, o que penalizou duplamente o pequeno produtor.

Sendo assim, para continuar no campo, ele é obrigado a se tornar assalariado externo de indústrias que utilizam a sua produção como matéria prima (laticínios, abate de pequenos animais, bicho-da-seda, etc.). Então, é obrigado a se submeter ao que a indústria lhe impõe: o produto, o tipo e a quantidade a produzir, o preço e, por vezes, o que agrava sua situação de dependência, o financiamento da produção. Esta é uma proletarização disfarçada do campo. Porém, o número de indústrias desse tipo no município é insuficiente.

Uma outra opção seria o pequeno proprietário trabalhar como assalariado nas grandes propriedades, o que tem acontecido de forma incipiente. Porém, ao fazer isso, ele deixa de empregar outros, o que só vem a contribuir com a possibilidade de deixar o campo.

O abastecimento das cidades com o seu excedente é, praticamente, inviável, já que a estrutura de funcionamento do setor comercial é voltada para a produção especializada, ou em escala industrial. Resta-lhe a ligação com o círculo inferior da economia urbana, o pequeno comércio autônomo, ou de ambulantes, sendo que na periferia da grande cidade, isto quase não ocorre.

Desta forma, com o enfraquecimento da economia de subsistência e da pequena produção de excedentes, é formada a oferta do emprego assalariado. O salto para o sistema capitalista se dá aqui, quando o antigo arrendatário, posseiro, ocupante ou proprietário se torna um empregado rural.

Como a demanda de mão-de-obra é pequena na região, ocorre uma ocupação sazonal dentro da modernização conservadora, que mantém o uso de mão-de-obra na época em que lhe convém: na colheita, ou preparo da terra. Na realidade, isto representa apenas alguns meses por ano. Como o campo não absorve os excedentes formados, ocorre deslocamento espacial, havendo um agravamento da situação no município, pois a grande lavoura ainda está tomando vulto, assim mesmo tecnificada e de ocupação sazonal. O crescimento, no período em questão, foi da pecuária que, tradicionalmente ocupa pouca mão-de-obra.

Posteriormente, com o desenvolvimento e aplicação de tecnologia própria para o cultivo da soja no cerrado, fruto das pesquisas da EMBRAPA-Cerrados, houve sensível aumento da produção por área cultivada. O gráfico da Figura 4.1 demonstra que, a partir da década de 1980 e início da década de 1990, houve uma acentuada diminuição da necessidade de expansão da área cultivada, em função da produção, o que significa menos empregos. A partir de 1992, tempo em que, provavelmente, tal revolução tecnológica alcançou todos os produtores do município, ocorreu um reequilíbrio entre o crescimento da produção e expansão da área produtiva. Começou, então, um período menos difícil para a reserva de mão-de-obra, pois aqueles que ficaram ociosos por falta de contratação para o preparo da terra, agora voltam a contar com essa possibilidade de trabalho, mesmo sendo sazonal, e ainda com uma desproporção entre o crescimento da área cultivada e a produtividade.

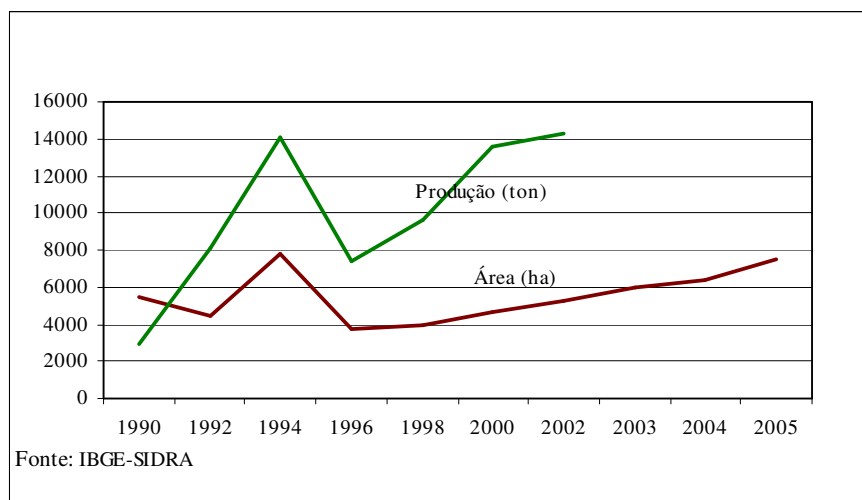
### **O êxodo rumo à Nova Capital**

Então, o trabalhador rural, assumindo o papel de diarista, empreiteiro ou volante, tem que se deslocar para outras áreas, onde a fronteira aberta pela grande lavoura comercial o absorve sazonalmente. Desta forma, o assalariamento passa a significar a separação entre o trabalhador rural e os meios de produção: a terra. Tal fenômeno foi constatado por Ferreira (1987), que conclui: “Residir no campo não é mais a questão, e o trabalhador, um assalariado,

se desloca para as cidades. Nos municípios vizinhos ao DF, observou-se um intenso esvaziamento do campo, entre 1970 e 1980. A imigração líquida rural é negativa, e as cidades crescem exponencialmente” (FERREIRA, 1987: 161).

Acontece que, além de pequenas, as cidades sertanejas não se equiparam para receberem tal êxodo. Então, mesmo na condição terciária de biscateiros, autônomos, ambulantes ou prestadores de serviços, as possibilidades são reduzidas, deixando o trabalhador à espera do trabalho ocasional, ou do subemprego em Brasília, na construção civil, ou prestação de serviços. Muitos deles migram para as favelas do Distrito Federal, na esperança de conquista de uma morada definitiva na cidade grande.

Formosa se suburbanizou, crescendo a população, mas muito pouco as atividades produtivas. A nova classe média de produtores de soja, representada pelos fazendeiros/empresários vindos do Sul do país e que têm residência urbana próxima às suas propriedades, trouxeram ânimo novo para a construção civil e outros serviços, fato semelhante ao ocorrido em Arinos, MG, e descrito pela Dona Walquíria Valadares, no Capítulo 1 desta tese. Somado a isso, devido à alta dos preços dos aluguéis no Distrito Federal, Formosa tem crescido como cidade dormitório.



**Figura 2.1: Relação área de cultivo e produção anual de soja no Município de Formosa**

Devido a esta nova função das cidades sertanejas circunvizinhas ao Distrito Federal, as classes dominantes e latifundiárias têm experimentado momentos de euforia com a acelerada transformação de terras rurais em terras urbanas. A resposta do comércio imobiliário tem sido rápida, na forma de loteamento das fazendas, e o preço barato da terra tem contribuído para as

proporções desmesuradas alcançadas pelo fenômeno. Oliveira (1987), chama a atenção para o fato de que “Se em toda a área que circunda o Distrito Federal o processo de loteamento foi comum, no município de Luziânia, em Goiás, atingiu maior intensidade e alcançou o estágio dos conjuntos habitacionais” (OLIVEIRA, 1987: 135). A demanda por estes empreendimentos imobiliários veio do setor de serviços, com baixo nível de remuneração, processo que, segundo os depoimentos do Seu Antonio João Reis, transcritos no Capítulo 1, vem desde o início da construção de Brasília, tempo em que os impactos deste processo chegaram à Luziânia, GO.

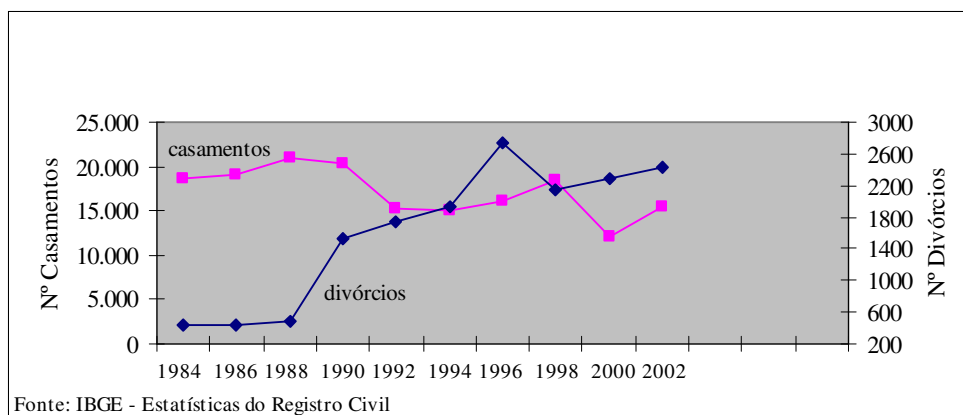
Milaré (1999), fala de uma tendência predominante em que, mesmo as áreas rurais dos municípios passam a adquirir características urbanas, “compelidas pela cultura gerada e vivida nas cidades que, num processo complexo, se estende aos cidadãos do campo” (MILARÉ, 1999: 33). Formosa não ficou de fora, pois as pressões advindas de tal processo alcançam os modos de vida do sertanejo, podendo explicar alterações significativas, por exemplo, na estrutura familiar. O gráfico da Figura 4.2 não deixa dúvidas de que, em Goiás, um estado de tradições fortes, proporcionalmente, o número de divórcios cresceu muito, em comparação ao de casamentos, a partir do final da década de 1980. Antonio Cândido constatou que “Modernamente, o êxodo rural separa com mais frequência o indivíduo da família, criando novo fator de instabilidade e ameaçando sua estrutura. [...] É uma nova forma de instabilidade que obriga a família a concentrar-se como unidade social. Agora, todavia, não se concentra mais em face do isolamento geográfico e cultural, mas em contato com as forças atuantes da urbanização” (CANDIDO, 2001: 319). O que muitas vezes acontecia, por causa da agricultura itinerante, agora é reforçado, por conta da corrida para os grandes centros urbanos.

Como os casos de divórcio apresentados aconteceram entre casais com filhos menores de idade, a conjugação da crise emocional, com as causas do êxodo, trazem conseqüências bem conhecidas: queda no índice de escolaridade, aumento do número de crianças e adolescentes nas ruas, prostituição infanto-juvenil, vícios, doenças sexualmente transmitidas e outras mazelas.

Segundo Zygmunt Bauman (2003), embarcar no casamento, no século XXI, é uma decisão difícil, pois o grande atrativo do exílio voluntário trazido pela modernidade é a ausência de compromissos, especialmente de compromissos de longo prazo, como os que impedem a liberdade de movimento na intimidade de uma comunidade, como, por exemplo, a sertaneja. Ele denuncia o modo “*cool*”, ou distanciado, como sintoma da mente e do caráter daquilo que chama de “secessão dos bem-sucedidos”. Abordagens que reforçam esta forma de vida são

sutilmente difundidas pelas propagandas, filmes ou novelas e denunciadas pelos nossos narradores

Quando o “cool” ganhou popularidade repentina e se espalhou como fogo na floresta entre os filhos dos prósperos pós-Depressão, envergava a máscara de uma rebelião e da renovação moral: era o símbolo de um distanciamento militante de uma ordem envelhecida satisfeita com a situação a que o passado a tinha conduzido e à míngua de idéias novas. Hoje, porém, o “cool” se transformou na visão do mundo dos importantes, inteiramente conservadores em suas ações e nas preferências que essas ações exemplificam, quando não em seu auto-elogio explícito (e enganador). Essa ordem cada vez mais conservadora se funda nos impressionantes poderes do mercado de consumo e do que resta das instituições políticas outrora autônomas. [...] “Cool” significa fuga ao sentimento, fuga da confusão da verdadeira intimidade, para o mundo do sexo fácil, do divórcio casual, de relações possessivas. (BAUMAN, 2003: 50)



**Figura 2.2: Casamentos e divórcios no Município de Formosa, GO.**

Diante da completa falta de alternativas políticas radicais provocada pela modernização, o “cool” hoje se vincula, principalmente, ao consumo. É a maneira de viver com as expectativas em baixa, indo às compras. O *ethos* definidor é o gosto pessoal; somos o que gostamos e compramos. Neste *ethos* não há espaço para a palavra fundante *Eu-Tu* sugerida por Buber (1977), e a vida se reduz a um árido *Eu-Iso*. Em conseqüência, os compromissos são substituídos por encontros passageiros, ou relações por uma noite. Os efeitos que nossas ações exercem sobre as pessoas são excluídos.

As chances de que a família sobreviva a qualquer de seus membros diminui a cada ano que passa: a expectativa de vida do corpo mortal individual parece uma eternidade por comparação. Uma criança média tem diversos pares de avós e diversos lares entre os quais escolher – por temporada, como as casas de praia. Nenhum deles se parece com o verdadeiro e único lar. (*Ibid.*: 47)

Todavia, a desagregação não se dá apenas pelo divórcio. Muitas vezes ela acontece quando, em busca de trabalho, ou de escolas de nível secundário ou superior, adolescentes e jovens deixam suas famílias e vêm para Brasília.

### CAPÍTULO 3

## O SERTANEJAMENTO DE BRASÍLIA: SONHO E REALIDADE NA CONSTRUÇÃO DA CIDADE

### Segregação, favelização e luta pelo direito à moradia

O modelo moderno de sociedade não busca atender às necessidades reais das pessoas, mas se norteia pela acumulação, por meio da criação de novos produtos, bem como de novas necessidades e incorpora a agricultura, redistribuindo-a no mundo, de acordo com as demandas urbanas das regiões. Estabelece, também, que os países menos desenvolvidos devem produzir aquilo que deixou de ser rentável para as regiões mais ricas, além de comprar delas a tecnologia, que, nesse caso, sempre é obsoleta, além de inadequada à nossa diversidade de ecossistemas.

É um sistema predatório, que irradia a insustentabilidade pelo Sertão e, cujas conseqüências, não foram previstas no plano piloto de Lúcio Costa, mas que chegaram a cidades como Formosa, GO.

Brasília trouxe, na sua concepção, a utopia de um novo país. A premissa fundamental da sua fundação é a de que ela deveria marcar a alvorada de um novo Brasil. Isto significava que os gestores do seu projeto tinham de negar o Brasil existente, ou seja, teriam de negar o isolamento, o analfabetismo, o artesanato, a dependência da natureza, a lentidão do meio rural, a antiga ordenação social. Como a afirmação do novo modelo se fazia em contraposição ao passado, privilegiaram-se os técnicos, em detrimento, por exemplo, do sertanejo e sua cultura.

Acontece que, na sua gênese, a cidade já havia incorporado o que a sua idéia negava: a população daqueles que a construíram. Isto aconteceu, pois como explica Luiz Alberto Golvêa, as pessoas vinham para o Planalto Central, não somente para construir uma cidade,

mas para construir a ‘capital da esperança’, pois tinham a esperança de melhores dias para trazer suas famílias e viver com dignidade. Sonho realimentado pela atuação dos políticos da época, incluindo-se o próprio presidente da República, Juscelino Kubitschek, dando a ilusão de que as coisas iriam mudar realmente com a construção de Brasília. (GOLVÊA, 1988: 81)

Sendo assim, ao se combinar as contradições básicas das premissas de Brasília, os seus idealizadores

criaram uma versão exagerada – quase uma caricatura – daquilo de que procuravam escapar. [...] Na verdade, fizeram de Brasília um exemplo de estratificação social e

espacial – que demonstra claramente, ademais, o papel do governo na promoção da desigualdade. (HOLSTON, 1993: 199-200)

Para construir sua cidade e povoá-la, Juscelino Kubitschek criou empresas, grupos de trabalho e órgãos de governo. A primeira integrante da chamada “administração paralela” do seu governo foi uma estatal, criada em 1956, por ato legislativo, a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, Novacap. Sob o comando de Israel Pinheiro, ela promoveu o concurso, do qual Lúcio Costa saiu vitorioso, que organizou equipes técnicas para desenvolver e coordenar a realização do Plano Piloto de Brasília proposto por esse urbanista, recrutou a mão-de-obra para a construção, forneceu material, cuidou dos contratos, supervisionou as obras e se encarregou da manutenção da lei e da ordem.

O Grupo de Trabalho de Brasília (GTB) foi a segunda organização criada por Kubitschek e, tinha como missão, recrutar a população para a qual a cidade havia sido construída: os funcionários da burocracia federal. O GTB foi criado em 1958, como uma administração direta do Governo e sob a presidência de João Guilherme de Aragão, o então diretor-geral do DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público). A tarefa do GTB era a de preparar sugestões, na forma de planos e cronogramas, para todas as questões relativas à transferência dos órgãos governamentais e de seus funcionários. Além do recrutamento, seus vários subgrupos propuseram uma reforma constitucional, abrangendo todos os aspectos legais relativos à mudança da capital, a Lei Orgânica da organização política, a Lei de Organização Jurídica, um orçamento e inúmeros outros projetos que, no seu conjunto, davam um status legal ao Distrito Federal, suas estruturas política e administrativa, bem como sua organização residencial.

O projeto do governo era organizar seu próprio corpo de empregados numa unidade corporativa localizada, um Distrito Federal, com identidade própria, limites e membros definidos, autonomia diante dos outros municípios, perpetuidade, organização e procedimentos necessários para regular suas questões coletivas. Sem dúvida, estas seriam questões pertinentes, não tivessem aberto brechas para a exclusão, pois o governo passou a considerar dois grupos de pessoas: aquelas, tidas como membros integrais da comunidade burocrática e, aqueles que, dela, foram excluídos. Sendo assim, o sociólogo James Holston (1993), alega que “se quisermos entender as intenções governamentais durante a ocupação de Brasília, devemos analisar as bases segundo as quais incorporou a população de funcionários

públicos na condição de cidadãos plenos da cidade, em contraste com aqueles que procurou excluir, aqueles despossuídos de tais direitos” (*Ibid.*: 203).

Os principais critérios para a incorporação foram os que regulamentavam o acesso aos apartamentos das superquadras e casas construídas pelo governo e de sua propriedade, as únicas residências autorizadas à disposição no Plano Piloto, que por sua vez, eram o único assentamento novo planejado, permanente e legal no Distrito Federal.

Desta forma, a população foi segmentada em duas unidades de recrutamento, com acesso diferenciado no âmbito público: a primeira, recrutada pela Novacap, para a construção da capital, que o governo destituiu dos direitos de morar na nova cidade; a outra, recrutada pelo GTB, para a burocracia da capital, que o governo contemplou com uma variedade de direitos de assentamento, dos quais o mais importante era o de morar nos apartamentos e casas construídas pelos trabalhadores.

Por mais ingênuo que possa parecer, o plano do governo supunha que, concluída a construção, os operários iriam voltar para casa, o que aconteceria após a inauguração da nova capital. Pelo que constava nos planos da Novacap, um terço dos trabalhadores na construção da cidade permaneceriam nela após a sua inauguração, sendo incorporados no setor de serviços. Outro terço trabalharia em colônias agrícolas para o abastecimento da capital e, ao terço final, estava prevista a volta para as suas regiões de origem. No entanto, praticamente, nenhum operário quis voltar para casa, pelo contrário, em muitos casos, trouxeram suas famílias. Inclusive, esta era uma presunção, contraditada pela necessidade de um número enorme de trabalhadores para atender às demandas da construção civil, que continuaria construindo a escassamente habitável Brasília, bem como pela própria decisão dos trabalhadores de continuarem vivendo nela.

Sendo assim, a organização da sociedade brasiliense baseou-se no emprego, fato novo para o sertanejo, que sempre contou com a solidariedade vicinal. A Novacap recrutou engenheiros, arquitetos, trabalhadores especializados ou não, comerciantes, agricultores e funcionários administrativos da própria empresa. Da sua parte, o GTB recrutou ministros de Estado, chefes de departamento, assessores técnicos, funcionários, taquígrafos, motoristas, porteiros e contínuos. Fica claro que cada grupo era composto por pessoas pertencentes a classes e posições de status imensamente diversas, porém sendo unidas com relação a outro status: o definido pelo direito à cidade. A incorporação de tais diferenças, num mesmo grupo de recrutamento, definiu, tanto a radicalidade na constituição do âmbito coletivo de Brasília, quanto os conflitos sociais que o destruíram.



Na tentativa de amenizar as tensões, os planejadores do GTB adotaram o que definiram de “princípio de igualdade”, segundo o qual, era estabelecida uma mistura igualitária de diferentes classes na mesma unidade residencial, uma mistura explosiva. Os conflitos decorrentes levaram à marginalização da classe mais baixa dos funcionários da cidade.

O que acontecia era que “Os construtores de Brasília e seus adeptos pensaram que, ao planejar uma cidade, estariam eliminando os conflitos tradicionais de nossas cidades. A lógica do capital imobiliário e a segregação sócio-espacial são elementos estruturadores deste conflito, seja na cidade planejada, ou não; devido a isto, as técnicas do planejamento devem partir do conflito e não da sua negação” (QUINTO; IWAKAMI, 1998: 73), o que evidencia o erro dos planejadores de Brasília. .

Na realidade, e Campos (1998), confirma isso, ao contrário do que as autoridades pregavam, com o seu discurso marcado pela promessa de equidade social, o que é próprio do populismo desenvolvimentista, o que acontecia era a imposição da vontade de um Estado autoritário. Tanto é verdade que, no momento da construção da cidade, já se pode perceber uma seletivização espacial. Desde o seu início, o Plano-Piloto, como espaço urbano, foi destinado ao funcionalismo público federal e à pequena burguesia. Por outro lado, “as cidades-satélites eram formadas a partir da pressão exercida pela população migrante dos trabalhadores menos qualificados (ligados, sobretudo, à construção civil), que possuíam como perspectiva de moradia apenas as proximidades dos canteiros das obras, seja nos seus alojamentos ou nas denominadas ‘invasões’ (CAMPOS, 1998: 100).

### **Bandeirantes do século XX**

Se voltarmos um pouco na história, no momento do recrutamento das pessoas para a construção da cidade, ali poderemos identificar a segregação. Centrada na popularização de Brasília, símbolo maior do desenvolvimentismo e meio de conquista de uma nova identidade nacional e do futuro, em 1957, o governo de Juscelino Kubtscheck lançou uma campanha nos meios de comunicação, destinada a recrutar pessoas para a construção da Nova Capital. Eram três as frentes de trabalho: a construção da capital, o suprimento para as atividades de construção e o planejamento e administração do projeto. Pelos planos oficiais, estava sendo recrutado um grande número de pioneiros que, quando o projeto fosse levado a cabo, seriam excluídos da cidade que construíram. Por isso, o discurso da solidariedade e da democracia da frente pioneira que reinventava a nação, se contradizia nas péssimas condições de trabalho e

nos processos de recrutamento que estratificavam os pioneiros em várias classes, com interesses, privilégios e poderes diversos.

No entanto, foi um discurso eficiente, pois houve um processo de intensa migração, com uma taxa média de 103,88% ao ano, passando a população de 12.700 habitantes, em 1957, para 127 mil em 1960 (PAVIANI, 1985: 60).

Na campanha de recrutamento e de convencimento da mudança da capital para o Planalto Central, merece atenção a analogia que definia os pioneiros como “bandeirantes do século XX”, e remetia à marcha para o Oeste, à expansão da fronteira e à idéia de domar a terra. “O governo lançou uma campanha associando a ida para o Centro-oeste à epopéia do *far-west* norte-americano do século anterior. A nova capital era associada a uma oportunidade para os mais pobres e a um marco do futuro brasileiro mais rico e mais justo” (CAVALCANTI, 2006: 217).

Acontece que havia duas categorias de “bandeirantes”: a dos pioneiros e a dos candangos. No início do processo, em 1956, o termo “pioneiro” se referia, especificamente, aos “primeiros” funcionários, profissionais, comerciantes, agricultores (especialistas nisseis vindos de São Paulo) e assim por diante. Para os operários de construção do interior, qualificados ou não, usava-se o termo “candango”. Enquanto “pioneiro” era usado como um termo honorífico, “candango” depreciava e insultava. Era sinônimo de alguém sem qualidades, sem cultura, um ignorante sem eira nem beira, pertencente à classe baixa, categoria em que poderiam ser enquadrados muitos dos sertanejos que deixaram, por exemplo, Formosa e vieram ajudar a construir a cidade.

Candango era o termo pelo qual os africanos se referiam, pejorativamente, aos colonizadores portugueses e que, chegou ao Novo Mundo, com os escravos angolanos. No Brasil, aparece nas plantações de cana-de-açúcar do Nordeste, quando os escravos o usam para referirem-se aos senhores portugueses. Porém, em determinado momento, os brasileiros invertem o seu significado e a palavra candango passa a significar cafuzo, o mestiço do índio e do negro; ou mais precisamente, na mescla de tipos raciais brasileiros, o mestiço de um mameluco (filho de índio com branco) e do negro.

Com este sentido, não seria exagero vincularmos o termo “candango” aos sertanejos que, como o Seu Viriato de Castro, o Seu Miguel José Marques e os exemplos citados pelo Seu Abel e pelo Seu Rosa, deixaram sua terra, família e amigos e vieram “arriscar a sorte” em Brasília, atendendo o chamado de Juscelino Kubtschek. Segundo James Holston (1993), como

as misturas raciais, citadas anteriormente, compõem uma grande parte da população sertaneja brasileira, “a palavra ‘candango’ tornou-se um termo geral para as pessoas do interior, em oposição às do litoral, e, especialmente, para os trabalhadores itinerantes pobres, que o interior produziu em grande quantidade” (HOLSTON, 1993: 210), pelos mesmos processos discutidos acerca de Formosa, Go.

Porém, mais uma vez, a palavra “candango” passa por uma transformação semântica, desta vez do pejorativo para o honorífico, quando em entrevista ao *Diário Carioca*, de 05/01/1961, Juscelino Kubtschek afirmou:

“Os futuros intérpretes da civilização brasileira, quando analisarem este período de nossa história, haverão de deparar-se com espanto diante da figura bronzeada deste titã anônimo, que é o candango, o obscuro e formidável herói da construção de Brasília. [...] A triste aparência de um inválido abatido, com que Euclides da Cunha retratou o sertanejo, está-se apagando do panorama brasileiro. Vocês não o encontrarão no companheiro candango, a quem devemos esta cidade”.

De mão-de-obra bruta, o “candango” passa a ser o “titã anônimo” e “construtor de uma nação”, um tratamento ideologicamente mais próximo do preconizado por Euclides da Cunha, ao afirmar que “O sertanejo é antes de tudo, um forte” (CUNHA, 1995: 179). A partir daí, os pioneiros declararam-se candangos, e os candangos são declarados pioneiros e bandeirantes. Tal processo adquiriu tanta força, que “candango” tornou-se o epíteto preferido de todos os que nasceram ou passaram a viver em Brasília. Para os sertanejos, tal processo significava a solidariedade e a democracia, personificadas em Juscelino Kubtschek. Talvez, aqui, seja explicado o fato de todo candango ter uma história compartilhada com Juscelino Kubtschek. O Seu Viriato lembra que “O Juscelino era uma pessoa como a gente. Comia no bandeirão que nem nós mesmo”.

Mais adiante, com a inauguração da cidade, a elite passou a referir-se ao candango como alguém que não era oficialmente aceitável, enquanto quem o era, recebia o nome de brasiliense. Para os candangos também, o termo começou a mudar o seu significado. Referia-se a pessoas que perderam seus empregos na indústria da construção, após a inauguração da cidade, os desempregados e excluídos. Hoje, “candango”, dentre outros sentidos, refere-se àqueles que moram nas cidades-satélites de Brasília.

Processo parecido, porém menos intenso, aconteceu com o termo “pioneiro”. Hoje é comum aqueles que participaram da construção de Brasília se definirem como “piotários”. É a forma de manifestarem sua indignação, diante do descaso com que têm sido tratados, a partir do cumprimento da sua missão e da falta de garantia do seu status.

Ao contrário de tantas cidades do Leste Europeu, que ergueram monumentos em homenagem àqueles que as reconstruíram, após a Segunda Guerra Mundial, Brasília não apresenta nenhum memorial desse tipo no seu eixo monumental. “Os pioneiros nunca tiveram um lugar que lhes fosse reservado na cidade do futuro e assim não poderiam ser glorificados lá. Enquanto na retórica populista do recrutamento foram incluídos na construção desse futuro, no plano, na política, na administração e na prática foram excluídos” (HOLSTON, 1993: 216).

Quando ainda coordenador da Oficina do Cerrado do Museu Vivo da Memória Candanga, participei da construção de um painel que apresentava depoimentos, fotos e objetos referentes a história de vida dos candangos que ali viveram e lutaram por seu espaço na Nova Capital. Este trabalho, que foi coordenado pelos pesquisadores do Núcleo de Estudos do Centro-Oeste-UnB e pelo Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, não conseguiu permanecer mais que um ano na exposição de longa duração daquele museu, tendo sido substituído por fotos oficiais da construção e inauguração de Brasília.

Em decorrência do tratamento recebido pelos que participaram da construção de Brasília, ficaram estabelecidos os termos das transformações sociais e políticas. Temporariamente, os burocratas recrutados pelo GTB perderam sua organização política urbana, com a dissolução de seus conselhos representativos, devido à mudança para Brasília, o que os tornou sujeitos a toda sorte de manipulação, por parte do Estado. Quanto aos recrutados pela Novacap, dentre os quais estava a maioria dos sertanejos que vieram para Brasília, a discriminação coletiva a que estavam sujeitos estabeleceu as bases para alianças interclasses, em torno de reivindicações quanto ao direito de morar no Distrito Federal. Isto levou à mobilização política, confronto violento com o Estado e à criação das cidades-satélites, que acabaram por acolher, tanto os marginalizados, quanto os excluídos.

Em meio a tudo isso, a construção da nova capital se tornava a esperança de milhares de brasileiros, que não paravam de chegar ao grande centro de triagem, em que a Cidade Livre se tornara. Naqueles dias, só os que possuíam Carteira de Trabalho assinada eram autorizados a entrar no canteiro de obras do Plano Piloto. Na realidade, no meio do turbilhão provocado pela empreitada, Brasília começava a revelar grandes contradições. Ela

Era palco de péssimas condições de trabalho, precária e excludente estrutura urbana e do descaso governamental para com as condições básicas de vida da população operária. Por outro lado, ao menos quanto às classes médias e ao funcionalismo público, a pressuposição de que a cidade podia oferecer novas relações sociais e boa qualidade de vida teve de conviver com sérias tensões políticas e contradições sociais já amadurecidas no seio dessas categorias e no próprio sistema político. (JACCOUD, 1998: 146)

### **Cidades de rebelião**

Desde o início das obras de sua construção, a questão da moradia era um dos principais problemas da cidade. Já no final de 1958, com a proibição de novas construções na Cidade Livre, começa a proliferação das invasões e construções irregulares que, ao lado dos acampamentos de obras, se apresentavam como uma alternativa de moradia para os trabalhadores que chegavam vindos de cidades sertanejas, tais como Formosa, GO. “Surgem, então, as primeiras cidades-satélites. Jogando para a periferia o candango e isolando Brasília para a burocracia estatal que começava a chegar, o governo apenas afastava o problema habitacional, recriando-o na medida em que definia, junto à segregação espacial, a desigualdade de acesso aos recursos públicos e aos equipamentos urbanos” (*Ibid.*: 147).

Este fato representa, não só a negação do sertanejo e da sua cultura, mas também do seu direito a uma vida digna. Por outro lado, representa a resistência frente à exclusão, um jogo em que na arena estão forças desiguais na luta por referências utópicas. Para Certeau (1994), “Aí se manifesta a opacidade da cultura ‘popular’ – a pedra negra que se opõe à assimilação” (CERTEAU, 1994: 79).

Isto se dá por verdadeiras acrobacias, como trapaçaria, astúcia e esperteza no modo de utilizar ou de driblar os termos dos contratos sociais. “Mil maneiras de jogar/desfazer o jogo do outro, ou seja, o espaço instituído por outros caracteriza a atividade sutil, tenaz, resistente de grupos que, por não ter um próprio, devem desembaraçar-se em uma rede de forças e de representações estabelecidas” (*Ibid.*: 79). No jogo, os estratégias de combate exibem uma arte de golpes, um prazer em alterar as regras do espaço opressor. Trata-se de uma mestria que tem seus *experts* e estética própria exercida no labirinto dos poderes, recriando, sem cessar, opacidade e ambigüidade, no campo da transparência tecnocrática.

A criação das cidades-satélites foi resultado desse tipo de luta. A rebelião dos excluídos forçou o Estado a reconhecer os direitos que tinham à cidade. Assim, os planejadores de Brasília decretaram, desde o início, uma das intenções radicais da nova cidade: não deveria deixar que se desenvolvesse a periferia de miséria operária que, de forma legal ou não, tipicamente vinha sendo produzida à volta das metrópoles brasileiras.

Um exemplo típico desse fenômeno foi o surgimento de Taguatinga, a primeira das satélites, definidas por James Holston como “cidades de rebelião” (HOLSTON, 1993: 257). Um caso interessante de associação, que nunca desenvolveu traços formais de organização ou de administração, uma associação de favelados vagamente definida, sob a liderança de um “grupo de comando”.

Nas primeiras semanas de junho de 1958, em poucos dias, chegaram entre quatro e cinco mil flagelados da seca no Nordeste. Vieram em busca de trabalho, mas tendo sido barrados pela GEB (Guarda Especial de Brasília, a força de segurança da Novacap), logo na entrada da Cidade Livre e, por não terem para onde ir, iniciaram uma ocupação de terra. Montaram um acampamento improvisado do outro lado da barreira e nas margens do que era o embrião da atual Estrada Parque do Núcleo Bandeirante.

Como a pressão pela GEB aumentava, em poucos dias, à frente da favela podiam ser vistos cartazes anunciando “Salve a Vila Sara Kubitschek”, “Os moradores da Vila Sara agradecem”, “Viva dona Sara” e outras mensagens com a mesma natureza. Conforme a interpretação de James Holston (1993), tal estratégia tinha dois elementos:

Primeiro, os favelados escolheram o nome da mulher do presidente Kubtscheck, esperando que a Novacap hesitasse em atacar uma vila dedicada à primeira-dama. Em segundo lugar, propagaram o rumor de que, “por ordem de dona Sara”, quem quer que cercasse um terreno na vila ganharia direitos legais a ocupá-lo; daí as palavras “os moradores agradecem, dona Sara”, por supostamente ter autorizado a favela e a distribuição dos terrenos. (*Ibid.*: 261-262)

Tal estratégia foi um xeque-mate na Novacap, pois o lugar foi invadido por grande quantidade de candangos da Cidade Livre, dos acampamentos de construção e de outras favelas. Como a GEB recuou, pois o caso ganhou espaço na mídia nacional, a ausência de uma ação policial deu à favela um ar de ocupação legal daquele terreno. Com poucos recursos, a associação manipulou os símbolos do governo, supondo que as autoridades teriam mais dificuldades em lutar contra seus próprios emblemas.

Quando descobriram que Juscelino Kubtschek iria jantar na Cidade Livre, na Churrascaria JK, a liderança do movimento planejou uma manifestação maciça para a ocasião, exibindo mensagens como: “Fundamos a Vila Sara Kubtschek”, “Viva o presidente Juscelino”, “Queremos ficar onde estamos”, e assim por diante.

Percebendo a força do movimento, o presidente mandou a resposta do governo por intermédio de um dos diretores da Novacap: a administração tinha decidido criar uma cidade-satélite, a 25 quilômetros do Plano Piloto, onde migrantes de recursos muito modestos teriam direito de adquirir um terreno, e para o qual, a Novacap iria remover todos os favelados que estavam residindo no território da construção.

O loteamento iria ocupar a antiga fazenda Taguatinga, que ocupava uma área de quase três mil alqueires. Eram três os proprietários principais: Joventino Rodrigues, pai da Dona Lourdes de Jesus Rodrigues Reis, esposa do Seu Antônio João Reis, narradores que trouxeram grande contribuição para este trabalho; Otaviano Meireles; e Maria da Conceição Roriz. Estes sertanejos cederam suas terras para servir à futura capital, num processo de

desapropriação amigável, conduzido pelo presidente da Comissão Goiana de Cooperação para a Mudança da Capital do Brasil, Altamiro Moura Pacheco (VASCONCELOS, 1978).

O argumento usado pela Novacap contra a recusa dos invasores, era a vantagem da aquisição de um terreno regularizado. Além disso, ofereceu-se para transferir qualquer pessoa sem nenhum custo, reconstruir lá seus barracos, iniciar obras de serviços urbanos básicos e providenciar assistência médica e transporte para o serviço. Depois de muitos confrontos violentos, pois os favelados não queriam ir para tão longe, foi feita a transferência. Em dez dias, a Novacap transferiu quatro mil barracos e, em 5 de julho de 1958, Taguatinga foi inaugurada. Na ocasião, foi nomeada uma administração local para supervisionar a distribuição de lotes e cuidar dos serviços urbanos. Seu primeiro Subprefeito foi o Engenheiro José Maciel de Paiva, o mesmo que conduziu a sua implantação (*Ibid.*: 22).

Cada um com suas peculiaridades, os movimentos em torno do direito à moradia, continuaram. A Vila Amaury deu origem a Sobradinho (1959); o movimento pró-fixação da Cidade Livre driblou a fúria de Jânio Quadros contra essa natureza de movimento e originou o Núcleo Bandeirante (1961), a única das satélites fixada por meio do Congresso Nacional, e assim por diante.

Este foi o destino da maioria dos sertanejos que atendeu ao chamado de Juscelino Kubtschek, que participou da construção da cidade e decidiu se fixar nela. O trabalho afora era dobrado. Concluir a construção da nova capital e da cidade onde passaram a viver. Os horários de maior movimento na Estrada Parque Taguatinga, que liga a Satélite ao Plano Piloto, eram marcados pela presença dos caminhões das firmas de construção civil, adaptados para o transporte dos operários, na época conhecidos como “Caminhões de Peões”.

Dr. Amílcar Quadrado, o primeiro médico; Virgem da Vitória, a primeira farmácia, localizada na Avenida Comercial Norte; Terezinha Alves Nogueira e Juraci Martins, as primeiras professoras de Taguatinga. O Bar Estrela, o primeiro bar do centro da cidade é parte da história daqueles que foram morar em bairros como a Vila Matias, por exemplo, que herdou o nome do Seu Raimundo Matias, o primeiro jornalista de Taguatinga.

A Escola Classe 01 de Taguatinga, que havia sido inaugurada em 1959, sob a supervisão da Novacap e o CEMAB (Centro de Ensino Médio Ave Branca), dentre outras, são escolas taguatinguenses que formaram pessoas que nunca abandonaram a luta pelo desenvolvimento do Distrito Federal.

### **Êxodo rural e ocupação desordenada de território**

Todavia, as políticas públicas adotadas após a inauguração de Brasília, têm repercutido ainda hoje, como se fossem os ecos do chamado de Juscelino Kubtschek para a sua construção, pois para muitos, como os sertanejos que saíram do Município de Formosa e vieram construí-la, continua sendo a capital da esperança. Pela dimensão do processo, conforme salienta Ferreira (1985), “Brasília hoje não pode ser considerada apenas o Plano Piloto de Lúcio Costa, como era nos anos cinqüenta. Tampouco pode ser apenas a cidade com seus núcleos periféricos dispersos, dos anos setenta. Ela é agora a metrópole que envolve além desses espaços os municípios vizinhos do Entorno do DF” (Ferreira, 1985:56).

Ainda hoje, continuam chegando famílias inteiras, em busca de melhoria de vida e passam a sofrer a segregação e exclusão social, que fazem parte da história da cidade. Segundo o censo de 2000, realizado pelo IBGE, 4% dos 2.096.534 de habitantes do Distrito Federal vive nele há menos de 2 anos e 1,1% chegou aqui há menos de um ano, o que significa que 23.954 pessoas chegaram à metrópole, entre 1999 e 2000.

Taguatinga, por exemplo, inaugurada em 05 de junho de 1958, longe de ser o assentamento criado a 25 quilômetros do Plano Piloto, com o objetivo de levar as invasões para longe, é hoje, com seus 223.452 habitantes, a segunda cidade mais populosa do Distrito Federal – a primeira é Ceilândia, inaugurada em 27.03.1971 e, atualmente, com 332.455 habitantes. Tendo sua história ligada ao Sertão, ainda hoje 45% dos taguatinguenses são originários das regiões Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste, lugares de origem de muitos sertanejos. Em Ceilândia, eles representam 46% da população.

O comércio de Taguatinga absorve 23,51% de sua população economicamente ativa, enquanto a administração do GDF, 21,78% e a Federal, 11,56%. Em Ceilândia, o comércio absorve 20,25% e a administração do GDF, 16,39% dos seus habitantes. Uma diferença marcante entre as duas cidades está na renda das famílias. Ainda, conforme dados fornecidos pela Codeplan, em 1997, na cidade de Taguatinga, 35,03% das famílias recebia de 10 a 25 salários mínimos (SMs), 13,32% recebia entre 25 e 40 SMs e 5,93% acima de 40 SMs. Em Ceilândia, 20,22% das famílias pertenciam a primeira classe de renda; 2,10% a segunda; 0,89% a terceira ; 60,89% desta cidade recebe entre 2 e 10 SMs. Comparando as duas cidades com Samambaia, cuja inauguração é a mais recente dentre as três (25.10.1989), fica claro que a população desta se enquadra numa faixa de renda mais baixa. Nela, 9,59% das famílias recebem de 10 a 25 SMs; 1,14% recebe de 25 a 40 SM e 0,28% acima de 40 SMs. A grande fatia das famílias de Samambaia (62,02%) recebe entre 2 e 10 SMs.



Estes dados se explicam, auxiliados por um fenômeno recorrente no Distrito Federal e semelhante às frentes de expansão da fronteira agrícola. Os assentamentos ainda representam a solução para o problema do favelamento no Distrito Federal. Ao ser inaugurado, um assentamento não apresenta infra-estrutura de saneamento ou urbanização, bem como lhe faltam escolas, postos de saúde e delegacias. Quando recebe estes equipamentos, automaticamente vem a especulação imobiliária que provoca a venda dos mesmos. Com a chegada das novas famílias com maior poder aquisitivo e capacidade de mobilização, cresce o nível das reivindicações, melhoram as condições de vida, os imóveis são ainda mais valorizados e novas vendas acontecem. Com isso, mais famílias engrossam as favelas, as novas frentes de expansão da fronteira urbana de Brasília.

Isto aconteceu e continua acontecendo em Taguatinga, Ceilândia, Samambaia e em outras regiões administrativas do Distrito Federal, de tal forma que os menos favorecidos vão sendo empurrados cada vez mais para longe e muitos já vivem nas periferias de Formosa, Luziânia e outras cidades no Entorno do Distrito Federal. Vale ressaltar que os “assentamentos semi-urbanizados” atendem, e de forma precária, apenas a função de moradia, pois não geram novos postos de trabalho. Aldo Paviani (2003) entende que “a ‘política de terra arrasada’, com ‘assentamentos semi-urbanizados’ no DF, pode ser considerada uma forma de violência, sobretudo porque a ‘doação’ de lotes, sem infra-estrutura, humilha o cidadão e não oferece oportunidades de trabalho no local, configurando apenas oportunismo e política paternalista” (PAVIANI, 2003: 33). Golvêa (1998), concorda com Paviani, pois segundo ele, isto ocorreu em vários momentos, “em particular nos governos que antecederam eleições, como no caso do governo Roriz (1988-1989) que, visando criar bases eleitorais para sua candidatura, atendeu a reivindicações, com o assentamento de favelas no Plano-Piloto, ações até aquele momento colocadas como impossíveis pelo próprio governo” (GOLVÊA, 1998: 79). Este fato abriu brecha para a entrada do coronelismo na cena política do Distrito Federal, uma das marcas perversas da cultura sertaneja, discutida na primeira parte da tese.

### **Populações dentro do ônibus**

Desta forma, com a expulsão das populações menos favorecidas para cada vez mais longe, as novas cidades assumem a vocação de subúrbios, ou cidades-dormitório de mão-de-obra que trabalha no Plano Piloto. Isto, como foi explicado nos parágrafos anteriores, se deve à ausência de atividades que retenham a população economicamente ativa (PEA) dentro do perímetro urbano de residência, principalmente, durante o período diurno, sendo escasso as interações entre as cidades. Segundo Wright (1987), tais populações têm sido examinadas, do

ponto de vista demográfico, como “populações dentro do ônibus” e, sob o prisma econômico, como populações carentes de infra-estrutura de saneamento básico, serviços, equipamento de saúde e educação, etc.

Como “populações dentro do ônibus”, tornam-se presa fácil dos equívocos do sistema de transporte brasileiro, pois “O simples ato de ir e vir é um dos mais difíceis e complexos problemas do Distrito Federal” (Wright, 1987: 189), o que é agravado pelo fato dos sertanejos terem sua história marcada por grandes viagens, através da amplidão sertaneja. Este autor afirma que, em 1985, os usuários do sistema de transporte coletivo gastavam, em torno de 30% do salário-mínimo, com passagens.

De acordo com o Decreto nº 20.496, de 13 de agosto de 1999, as tarifas do Serviço Convencional passaram, por exemplo, a vigorar com os seguintes valores: “Metropolitana 2 longa” = R\$ 2,50 e “Urbana 2 longa” = R\$ 1,60, sendo que a primeira equivale à ligação entre uma cidade-satélite e o Plano Piloto, enquanto a segunda é o circular do Plano Piloto. Pagando R\$ 2,50 por viagem, um trabalhador que usa apenas um ônibus para chegar ao seu trabalho, de segunda a sexta-feira, são necessários 38,4% do salário mínimo (R\$ 260,00). Se for necessário um outro circular para completar a viagem, a despesa sobe para 44,5% do salário mínimo.

A realidade continua a mesma. Segundo o Correio Brasiliense, de 05/01/2006, o aumento de 21,5% das passagens de transporte público, aprovado pelo Governo do Distrito Federal, elevou os preços, por exemplo, de R\$1,60 para R\$ 2,00, de R\$ 2,50 para R\$ 3,00. A passagem do metrô, que custava R\$ 1,50, passou para R\$ 2,00. Isto pode ter colocado em risco cerca de mil empregos na capital do país, pois o aumento em vigor, desde 1º de janeiro, onera, principalmente, as empresas, cujos funcionários gastam quatro vales transporte por dia.

As famílias de classe média também têm seus embaraços e inconvenientes de morar no Distrito Federal e terem que se adequar a um padrão tipicamente americano. Wright apresenta dados referentes a 1985, mas que merecem atenção, principalmente, porque continuamos dentro do mesmo modelo. Segundo ele, uma família da classe média brasileira “Consagra mais de 1500 horas por ano ao seu automóvel: sentado dentro dele, em marcha ou parado, trabalhando para pagá-lo, para pagar a gasolina, os pneus, o seguro, as multas e os impostos [...] aquelas horas servem-lhe para fazer uns 10.000 quilômetros de percurso, ou seja, 6 km por hora. É exatamente o mesmo que conseguem os homens nos países que não dispõem de indústria de transporte” (WRIGHT, 1987: 190).

Porém, na Nova Capital, a dependência com relação ao automóvel, ou ao ônibus, é agravada pela insegurança do trânsito, que não incentiva os deslocamentos a pé, ou de

bicicleta. O Relatório do Plano Piloto de Brasília prevê, por exemplo, a criação de perigos e barreiras à circulação de pedestres e ciclistas, entre os setores. Para Lúcio Costa, o automóvel “só se desumaniza, readquirindo, *vis-à-vis* o pedestre, feição ameaçadora e hostil quando incorporado à massa anônima do tráfego. Há que separá-los...” (Costa, 1991). Por isso, o trânsito, além de violento, tornou-se mais um fator de exclusão para quem vive no Distrito Federal.

A esta situação Wright (1987), acrescenta a ausência dos pontos de confluência, que poderiam viabilizar o transporte sobre trilhos, pois os transportes ferroviários só são justificados em áreas de elevada densidade de viagens. Sem ganho quanto aos benefícios ambientais, as cidades localizaram-se muito distantes do Plano Piloto e sem a preocupação de obedecer a critérios lógicos na disposição das satélites, em relação ao Plano, ou mesmo entre elas. “Essa dispersão geográfica da população torna proibitivos os custos de implantar um sistema abrangente de transportes sobre trilhos e, em alguns casos, dificulta até mesmo manter boas frequências de ônibus” (*Ibid.*: 199).

### **Frutos amargos do “pacto de modernidade”**

Vale ressaltar que as técnicas de manejo ambiental adotadas na construção de Brasília e repetidas na criação dos assentamentos, causaram e continuam causando enorme impacto. Segundo Golvêa, a “política de terra arrasada”, anteriormente denunciada por Aldo Paviani, constituía-se no processo “em que toda a vegetação e cobertura natural do terreno eram removidas, a topografia mudada, criando-se, como é o caso da Estação Rodoviária, verdadeiros vales artificiais, como se os criadores da cidade se revoltassem contra a natureza” (GOLVÊA, 1998: 81). Esta é uma prática que, ainda pode ser observada na implantação de assentamentos, construção de viadutos e, em menor escala, na criação dos condomínios.

Porém, a ocupação humana é o fator principal de intensificação das transformações do meio ambiente natural no Distrito Federal. Os impactos são caracterizados pela alteração dos solos, com resíduos e contaminações; redução da cobertura vegetal e aumento das áreas impermeabilizadas, bem como das erosões nas encostas das chapadas e; poluição e assoreamento dos cursos de água e do lago.

Sendo assim, na região mais urbanizada do DF, a Chapada do Rodeador, hora ocupada por Ceilândia, Taguatinga, Samambaia e Recanto das Emas I e II, a ocupação das encostas é responsável pela intensificação da erosão, desmatamento e inevitável comprometimento de nascentes e matas de galeria. Na Depressão do Paranoá, as cidades Candangolândia, Núcleo Bandeirante, Riacho Fundo I e II e Telebrasília são rodeadas por erosões, cascalheiras, cursos

de água poluídos e assoreados e o ar poluído por partículas em suspensão. A cumeieira, que contorna a depressão do Lago Paranoá, é ocupada por condomínios que invadem as nascentes e sobem as encostas. Neste caso, o abastecimento de água se faz por poços artesianos e os esgotos são lançados em fossas sépticas, ou em cursos de água. No geral, as Unidades de Conservação e as áreas de preservação permanente estão sendo consumidas pelas bordas, com significativa perda de biodiversidade.

Do lado de fora do Distrito Federal, entre 1992 e 1999, no Estado de Goiás, Águas Lindas surgiu da “noite para o dia”. Ela, e os condomínios que a acompanharam, localizam-se na Bacia do Rio Descoberto. Seguindo a Br-040, Alexânia sofreu forte adensamento, tendo acontecido o mesmo ao norte, com Planaltina de Goiás.

No meio do turbilhão formado, há aqueles que persistem em continuar vivendo em condições subumanas, como é o caso dos moradores da Vila Estrutural, uma invasão que não possui Licença Ambiental para se tornar cidade, e que tem sua origem ligada ao Lixão da Estrutural. Por isso, não possui o mínimo de equipamentos necessários a uma vida digna para os seus 25.000 habitantes que, mesmo assim, lutam contra as legiões de invasores. Estas são pessoas sem teto, sem emprego, sem nada e, que, ao menor sinal de regulamentação e de urbanização da vila, ocupam novas áreas de preservação ambiental, ameaçando ainda mais o equilíbrio ecológico do Parque Nacional de Brasília, o seu vizinho mais próximo.

Na discussão da realidade ambiental do DF, a também geógrafa Ignez Costa B. Ferreira toca em outro problema, o desemprego. Para ela, “O grande desafio das políticas urbanas e do planejamento urbano é a questão do desemprego e subemprego” (FERREIRA, 1987: 148). Esta é também uma preocupação do professor Aldo Paviani, para quem “o processo de urbanização nos países subdesenvolvidos sofre com políticas governamentais neoliberais, atreladas à ânsia de modernidade, seguindo padrões impostos externamente” (PAVIANI, 2003: 37).

Com o “pacto de modernidade”, Brasília trouxe a rigidez de um projeto que desconsiderou a realidade local com a sua cultura, impondo normas injustas e fundamentadas no uso extremado de tecnologia, priorizando o pensamento técnico e político. Ela pousou no Planalto Central, desconsiderando os ciclos e os calendários, impondo os “seus cinquenta anos em cinco”, pressa típica das leis de mercado. Junto com a pressa, veio a tirania do dinheiro e da informação que, somadas à falta de equidade social, culminou na realidade a que estamos expostos.

Embora Brasília não tenha, ainda, meio século de existência, na questão do desemprego, ela está à frente das principais metrópoles brasileiras, podendo ainda ter um aumento

significativo do número de desempregados, no início do novo século e milênio. Segundo Pesquisa GDF/SEADE, a taxa de desemprego total do Distrito Federal, em outubro de 1999, alcançou os 23%, para uma população economicamente ativa de, aproximadamente, 883.900 pessoas. Um índice muito alto, perdendo apenas para Salvador, que chegou a 29,3%, no mesmo período. Este é um problema de difícil solução para um governo cada vez mais imobilizado pelos arcos impostos pelos organismos financeiros internacionais e seus juros extorsivos.

O desemprego e as legiões de sem-teto, sem acesso à educação, saúde, segurança e aos meios modernos de produção, fazem surgir duas Brasília: uma de Primeiro Mundo, no Plano Piloto, e a outra, de Terceiro Mundo, nos assentamentos desequipados e segregados, sob o ponto de vista da qualidade de vida. Nestes assentamentos, acontece uma dilapidação do quadro natural, uma violência contra a fauna e a flora. Por outro lado, a falta de trabalho, segundo Paviani, “agrave a cidadania, ampliando a chamada violência urbana, com corrupção, roubos, furtos, homicídios, seqüestros e crimes de toda ordem. Mas há também a violência da não geração de postos novos de trabalho e/ou a eliminação de postos ocupados. Essa violência emerge de continuadas políticas econômicas submissas ao comando externo” (*Ibid.*: 32). Estes são mais alguns exemplos dos frutos amargos do “pacto de modernidade”, parte indissociável da organização do sistema Sertão-Brasília.

## **CAPÍTULO 4**

### **GLOBALIZAÇÃO: PERDAS E GANHOS NUM SISTEMA DE SISTEMAS**

A expansão capitalista, associada ao processo da globalização, tal como apresentado anteriormente, trouxe a divisão do mundo em dois grandes blocos: o do Norte e o do Sul. O primeiro é composto por países ricos e industrializados, tais como a Inglaterra e os Estados Unidos. O segundo, por países pobres encontrados nos continentes africano, latino americano e asiático.

O “pacto de modernidade”, metáfora que conduz esta discussão, traz em suas origens e perspectivas, as pressões e influências impostas durante a conquista do globo pelos capitalistas, o que desembocou na hegemonia neoliberal. No processo histórico, desenvolvimento significa, tanto o fim das dificuldades próprias do atraso, o que fica claro nas histórias de vida dos sertanejos que contribuiram com esta pesquisa, quanto a ascensão do bloco dos países pobres para o grupo dos ricos. O vale tudo do capitalismo primitivo e do credo liberal estão aí presentes, sustentando o pacto e fortalecendo o “moinho satânico”

proposto por Polanyi (2000). A diferença está no destino dos impactos resultantes das conquistas. Naqueles, recaíam sobre pessoas e, neste, são absorvidos por nações, que podem ou não, ser incluídas nos clubes das mais ricas.

A partir de então, o planeta começou a ser dividido em sistemas agrícolas diferentes e separados. Com o encontro colombiano, acontece a unificação agrícola do mundo. A cultura europeia sofreu rápidas transformações com a introdução de espécies exóticas no seu território, tais como o milho, a batata, o feijão, o tomate, a abóbora e o pimentão. A mandioca brasileira se espalhou por uma vastíssima faixa tropical da mãe África, passando a ser encontrada do Congo até Sumatra. Enquanto isso, no Novo Mundo, nas primeiras décadas do século XVI, foram iniciados cultivos de grande impacto econômico, como o café, originário da Etiópia, e a cana-de-açúcar, com a banana da Nova Guiné.

O fluxo de animais entre os dois mundos foi menos paritário, quase que unidirecional da Europa para as Américas, porém transformou ecossistemas e culturas. O cavalo, por exemplo, tomou conta das pradarias norte-americanas.

A proliferação das doenças, da qual nossas populações indígenas não foram as únicas vítimas, constituiu-se num processo doloroso e destrutivo. “Grande parte dos habitantes dos continentes americanos na data do ‘encontro colombiano’ foi exterminada não pela cobiça e pela violência dos conquistadores, mas pelo simples contato com vírus e germes contra os quais não possuíam qualquer imunidade” (Polanyi, 2000: 145).

Com a globalização instalada, o panorama lingüístico do mundo também mudou. De modo específico, quatro línguas que se confinavam às fronteiras ocidentais do continente europeu – o inglês, o francês, o espanhol e o português – passaram a dominar a América do Norte, América do Sul e Oceania, o que provocou a extinção de várias outras. “De um ponto de vista global, observamos que a variedade lingüística do mundo vem minguando cada vez mais nos últimos séculos” (*Ibid.*: 145).

Esta perda de diversidade lingüística se deve ao fato de que, ao longo dos séculos, homens da raça branca vêm destruindo o passado, em toda a parte, em sua terra, ou fora dela. Aonde chegam, têm a sua verdade como única, e a sede de dominação manifesta na raiva consumidora de culturas milenares. Desde sua gênese, a globalização traz esta marca negra, que mancha a história, pois “O passado destruído jamais retorna. A destruição do passado é talvez o maior crime” (WEIL, 2001: 51).

Para Unger (2001),

Desde os primórdios do pensamento filosófico grego, o Ocidente buscou pensar a relação entre o Um e o múltiplo, entre unidade e diferença, tanto no plano do Cosmo, como no plano da convivência humana. Um dos traços do momento

histórico atual é a contrafação destes dois pólos, seja do Um, seja do múltiplo. A dinâmica distorcida do Um se expressa como uma “globalização” que se dá com o esmagamento das singularidades de cada povo: suas raízes, sua cultura, sua identidade étnica, em nome de um projeto que pretende nivelar e homogeneizar as diferenças, tendo como critério a toda-poderosa funcionalidade das coisas dentro da economia de mercado. Quando o discurso da diferença não leva em conta seu aspecto de diálogo e troca, dilui-se em atomização e isolamento. (UNGER, 2001: 54)

O poder de fogo da globalização moderna e hegemônica se concentra sobre comunidades locais. Em conseqüência, elas se deterioram e dão lugar a variantes, que são verdadeiras deformações sociais. Segundo Bauman (2003), estas configurações são formadas por multidões de pessoas isoladas e solitárias em ilhas de segurança, ou ainda em guetos.

São pessoas mergulhadas na modernidade global e obstinadas pelo prazer, cuja fonte não é a posse, mas o processo de sedução. Seres cujo prazer termina no momento do triunfo da conquista, não importa se de uma pessoa, ou coisa qualquer. Épicos, que, constantemente acabam e recomeçam. Vidas fragmentadas, que não passam do somatório dos momentos. Vivem sós, e a presença de outros, como eles, não fariam diferença nenhuma. Segundo Bauman (2003), são pessoas que só conseguem viver em “comunidades cercadas”, pesadamente guardadas e eletronicamente controladas. São compradas, no momento em que têm dinheiro, ou crédito suficiente para manter distância da “confusa intimidade” da vida comum da cidade, sendo “comunidades” só no nome.

O que seus moradores estão dispostos a comprar ao preço de um braço ou uma perna é o direito de manter-se à distância e viver livres dos intrusos. “Intrusos” são todas as outras pessoas, culpadas de ter suas próprias agendas e viver suas vidas do modo como querem. A proximidade de outras agendas e de modos de vida alternativos solapa o conforto de acabar rapidamente e começar do começo, e por isso os intrusos são objetos de ressentimento porque visíveis e embaraçosos. (BAUMAN, 2003: 52).

A elite de tais cidadãos modernos não tem endereço permanente, no sentido físico e topográfico. Seus únicos endereços permanentes são o e-mail e o número do telefone celular. Esta nova elite não é definida por qualquer localidade, é extraterritorial. É a nova elite global, habituada aos hotéis, que repetem seu ambiente, em qualquer lugar do mundo. Além destes, em qualquer lugar que vão: os restaurantes, academias de ginástica, escritórios e aeroportos, são virtualmente idênticos. Vivem numa bolha sociocultural, isolada das diferenças mais ásperas e desconfortáveis da cultura local. Uma secessão bem própria do “Grande Paradigma Ocidental” proposto por Morin (1998), que norteia a modernidade global e suas vidas:

As viagens dos novos cosmopolitas não são viagens de descoberta. Embora sejam com freqüência descritas como tais pelos viajantes globais e seus biógrafos; seu estilo de vida não é “híbrido” nem particularmente notável por seu gosto pela variedade. A mesmice é a característica mais notável, e a identidade cosmopolita é feita precisamente da uniformidade mundial dos passatempos e da semelhança global dos alojamentos cosmopolitas, e isso constrói e sustenta sua secessão coletiva

em relação à diversidade dos nativos. Dentro das muitas ilhas do arquipélago cosmopolita, o público é homogêneo, as regras de admissão são estrita e meticulosamente (ainda que de modo informal) impostas, os padrões de conduta precisos e exigentes, demandando conformidade incondicional. (*Ibid.*: 55)

### **Sertanejos: prisioneiros de imigrações e de guetos**

No outro extremo, os despossuídos armam uma rebelião, não tanto contra a falta de dignidade das suas vidas, mas pela sobrecarga de demandas que têm recebido e pelas menores recompensas que lhes sobrevinham antes. São também parte da sociedade moderna, onde o prazer e a felicidade são tidos como o propósito supremo da vida, vivendo embriagados pela promessa de que no futuro elas, e, cada vez mais pessoas, irão alcançá-los. Como o futuro nunca chega, hoje os tempos são de grande e crescente migração global. Muitos têm sido os casos de sertanejos que vendem tudo o que possuem, entregando nas mãos dos contrabandistas de seres humanos. Isto, com uma conivência discreta de autoridades e instituições nos dois lados das fronteiras, pois uns querem se ver livres de infortúnios e, outros, carecem de mão-de-obra desqualificada:

Independente do que digam seus porta-vozes, as ações das agências extraterritoriais e dos governos locais estimulam a migração cada vez mais intensa. As pessoas sem rendimentos e com poucas esperanças depois da devastação das economias locais tradicionais são presa fácil para organizações semi-oficiais e semi-criminosas especializadas no tráfico de seres humanos. (Estima-se que na década de 1990, organizações criminosas lucraram 3,5 bilhões de dólares ao ano com a migração ilegal – mas não o fizeram sem o apoio tácito dos governos, ou pelo menos sem que estes fizessem vista grossa). (*Ibid.*: 93)

Muitos dos sertanejos vendem o que possuem e arriscam a sorte, principalmente, nos Estados Unidos da América. Não são poucos os que caem na malha do Departamento de Imigração e aguardam o momento da extradição, em prisões naquele país. Os que conseguem entrar ilegalmente no país, não têm escolha, a não ser tornar-se minoria étnica. Começa então a procura por um abrigo nuclear pessoal, um ambiente seguro, sem ladrões e à prova de intrusos. O máximo que conseguem encontrar é o gueto, que combina confinamento espacial com fechamento social.

As cidades da América, continuando o exemplo, durante os últimos vinte anos, cresceram tanto, que as chamadas áreas étnicas se tornaram relativamente homogêneas. Nelas, como em outras regiões do mundo, a guetificação tornou-se

parte orgânica do mecanismo de disposição do lixo ativado à medida que os pobres não são mais úteis como “exército de reserva de produção” e se tornam consumidores incapazes, e portanto inúteis. [...] A guetificação é paralela e complementar à criminalização da pobreza; há uma troca constante de população entre os guetos e as penitenciárias, um servindo como grande e crescente fonte para a outra. Guetos e prisões são dois tipos de estratégia de “prender os indesejáveis ao chão”, de confinamento e imobilização. (*Ibid.*: 108)



Para Bauman, 2003, a vida do gueto não resgata a comunidade, pois compartilhar o estigma e a humilhação pública não faz irmãos, os sofredores. Só alimenta o escárnio, o desprezo e o ódio. Por isso, o gueto torna-se sinônimo de impossibilidade de organização comunitária.

### **Os sertanejos e os mitos da modernidade**

Somado a tudo isso, a difusão de uma grande variedade de tecnologias propagou a ilusão de que os humanos libertaram-se, definitivamente, da natureza. Com a globalização, e, principalmente no último século, os progressos econômicos, tecnológicos e sociais da espécie humana impactaram, não só o que resta dos ecossistemas locais, mas também o ecossistema global. Sendo assim, o “Diabo no meio do redemunho” se fortalece, aumentando a perda de diversidade racial e cultural e da variedade da vida, como um todo.

Tal processo ganhou força, a partir do século XVII, com a adoção da ciência moderna, como forma social e, epistemologicamente, aceita e creditada como conhecimento. Na realidade, os fatos relatados se devem à autodenominação desta ciência como um novo começo, uma ruptura em relação ao passado ou uma revolução científica, propondo-se, não apenas a compreender o mundo ou explicá-lo, mas também a transformá-lo.

Desta forma, a ciência moderna passou a operar autonomamente, norteando-se pelas suas próprias regras e lógicas, com vistas à produção de um conhecimento verdadeiro, ou tão próximo da verdade quanto possível. Nas suas bases profundas, se encontra o paradigma cartesiano, positivista, ou seja, determinista, reducionista e dualista.

Por conta disso, o saber científico produzido se tornou hegemônico, emergindo o desafio de luta contra uma monocultura do saber, não apenas teórica, mas na prática constante de estudo e valorização de outras formas de saber, por meio da pesquisa-ação. Com o processo de globalização, houve a distribuição de um peso do modo de ver e estar com a natureza e com os outros. Em consequência, não há como voltar a velhas tradições. “O futuro encontra-se, assim, na encruzilhada dos saberes e das tecnologias” (SANTOS, 2006: 154).

Por aqui, com a globalização e modernização acentuadas com Brasília, o “pacto de modernidade” e com tudo o que trouxeram de bom e de ruim, o Sertão se tornou vítima dos mitos propostos pela modernidade e que alavancaram o capitalismo, dando sustentabilidade ao pacto. Laura Duarte (2002), lista alguns destes mitos: de que os recursos naturais são infinitos e de que não há limite para o crescimento; da possibilidade de igualdade

socioeconômica e de sucesso garantido nos grandes centros urbanos considerados como desenvolvidos; de que a ciência é superior em conhecimento e neutra.

Segundo a autora, com eles a modernidade

edificou suas práticas sociais e cultivou o terreno para suas próprias crises e contradições – a crise societal e ecológica, a perda da identidade cultural, o desenraizamento progressivo dos modos de vida e das representações sociais locais e, principalmente, o estranhamento do homem com a natureza. (DUARTE, 2002: 11)

Sendo estes mitos partes intrínsecas da dinâmica e da lógica do mundo moderno globalizado, o modelo de desenvolvimento brasileiro não pode ser desvinculado da lógica do modelo de mundo ocidental moderno. Para Laura Duarte (2002), a nossa consciência foi marcada pela face negativa do sentido mitológico, que cria uma auto-estima atrofiada e maquiada pelo moderno. Não conseguimos nos libertar da nossa condição de colonizados, o que tem sido acirrado pela moderna globalização.

Neste contexto, dentre as formas manifestas da evolução almejada, a autora salienta as principais condições para o desenvolvimento dos cerrados, que representam o principal e mais agredido Bioma do Sertão-Brasília e do Centro-Oeste brasileiro, enquanto fronteira agrícola, isso a partir da década de 1970:

0. *Condições histórico-estruturais*: estrutura agrária nacional extremamente concentrada, desigualdades regionais marcantes; existência de grandes “espaços vazios” e grande densidade populacional em algumas regiões, especialmente Sul e Sudeste; acirramento dos conflitos fundiários no sul do Brasil; posição do Brasil na divisão internacional do trabalho, como produtor e exportador de matérias primas.
0. *Condições socioeconômicas*: crescimento do desemprego urbano e rural; forte pressão populacional nos centros urbanos pelo êxodo rural e pelo crescimento da população; aumento da demanda por alimento e matérias-primas; esgotamento das áreas tradicionais de agricultura no Sul e Sudeste; desigualdade de renda e de acesso a infra-estruturas econômico-sociais; necessidade de expansão dos pólos “a jusante” e “a montante” da cadeia agroalimentar internacional.
0. *Condições político-ideológicas*: esgotamento do modelo de substituição de importações e consolidação do modelo de desenvolvimento baseado na internacionalização da economia; criação e implantação da nova capital do Brasil na Região Centro-Oeste; políticas de implantação de redes de transporte rodoviário e aéreo na região central e de linhas de crédito rural subsidiado a taxas de juros muito abaixo do mercado; injeção de recursos federais e formulação de políticas de integração e desenvolvimento regional, como filosofia política, a partir dos anos 60, especialmente durante o regime militar, com a noção da doutrina geopolítica desenvolvida pela Escola Superior de Guerra; forte planejamento estatal, criação dos Planos Nacionais de Desenvolvimento e de programas de desenvolvimento para a região Centro-oeste (Prodoeste; Polecentro, Prodecer); criação das superintendências regionais, com vistas ao desenvolvimento por meio da instalação de pólos de crescimento em cada região.
0. *Condições científico-tecnológicas*: existência de modelos de desenvolvimento agropecuários importados e aprovados nos países desenvolvidos e em outras regiões do Brasil – os pacotes tecnológicos; criação do Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados – CPAC, da EMBRAPA; desenvolvimento de pesquisas e tecnologias voltadas à correção dos solos e utilização de insumos modernos para a agropecuária; convênios governamentais com instituições nacionais e internacionais de pesquisa e desenvolvimento (Fundação João Pinheiro, Jica, etc.). (*Ibid.*:15-16)

Chama a atenção como várias destas condições levam ao desenraizamento. São exemplos: a expulsão do homem do campo, devido à concentração das terras nas mãos de poucos; introdução da agricultura comercial para exportação, reduzindo a área disponível para a agricultura de subsistência; êxodo rural; o crescimento do desemprego urbano e rural, para Weil (2001), um desenraizamento na segunda potência; internacionalização da economia; e a adoção de modelos de desenvolvimento agropecuários importados, um agravante, pois “é contra a natureza que a terra seja cultivada por seres desenraizados” (Weil, 2001: 74).

## **PARTE 4**

# **CULTURA, MODERNIZAÇÃO E GLOBALIZAÇÃO NO GRANDE SERTÃO-BRASÍLIA**

## **CAPÍTULO 1**

### **O SERTANEJO, SUA CULTURA, A MODERNIDADE E O MUNDO**

Cultura, natureza e meio ambiente são indissociáveis. Um dos significados originais da palavra cultura é lavoura, cultivo agrícola, o ato de cultivar o que cresce, naturalmente. Para o sertanejo, por exemplo, “terra de cultura” é aquela escolhida para plantar as roças de subsistência.

Sendo cultural, a natureza significa o que está a nossa volta, como, também, o que está dentro de nós. Isto torna a cultura, tanto auto-superação, quanto auto-realização. Na sua evolução etimológica, no trabalho rural, significou civilidade, tornando-se civilização, progresso intelectual, espiritual e material, no século XVIII. Denota, então, um duplo sentido entre ser polido e assumir um comportamento ético.

Na virada do século XIX, configura-se uma tensão entre civilização e cultura, entre tradição e modernidade. Cultura não adquire caráter universal, “mas uma diversidade de formas de vida específicas, cada uma com suas leis evolutivas próprias e peculiares” (*Ibid.*: 24). Nesse sentido, ela pode ser entendida como um complexo de valores, costumes, crenças e práticas de um grupo específico.

Evidencia-se outra tensão: o conflito entre a Europa, com sua cultura, adquirindo caráter de civilização universal, e suas colônias. Diversidade cultural passa a ser vinculada a um pendor romântico anticolonialista, por parte de sociedades exóticas subjugadas. Tal romantismo traz um novo quadro, pois cultura passa a significar a descrição de formas de vida primitivas, em substituição às civilizadas. Neste clima, os selvagens passam a ser considerados cultos e os civilizados, não.

Eagleton (2005), aponta uma falha dos românticos, ao criarem esta dicotomia entre culturas tidas como primitivas e, as ditas civilizadas. Segundo ele, os modos de vida mais distintos podem coexistir, lado a lado.

Contradições estão presentes em todas as culturas. Sempre características benignas convivem com outras não tanto assim. A evidência da distinção dos gêneros, a cultura do

crime organizado, o coronelismo e seu clientelismo não são formas culturais a serem aprovadas, simplesmente por serem culturais.

Isto se deve ao fato de que, nenhuma cultura pode ser, inteiramente, negativa ou positiva, pois mesmo para atingir fins perversos, como os praticados pelos jagunços e descritos no romance *Grande Sertão: Veredas*, há que se promover capacidades que implicam usos virtuosos. O contrário também é verdadeiro, como, por exemplo, as guerras e revoluções para libertação de povos oprimidos.

A partir de suas contradições, a cultura torna-se uma forma normativa, que designa um tipo de sociedade. Desta forma, a cultura permite a produção e a reprodução da complexidade organizacional e da individualidade própria da sociedade, definindo sua identidade. Edgar Morin (1999), considera que “a sociedade não é unicamente comunitária em relação ao mundo exterior. Torna-se uma comunidade para si mesma, unida na e pela cultura e língua” (MORIN, 1999: 228).

Contudo, vindo de encontro a ela, a cultura moderna dominante, disseminada pela globalização hegemônica, sitia a família, a comunidade, o código moral, a tradição religiosa, o grupo étnico, o Estado-nação ou ambiente natural.

Com isso,

O eu moderno e protestante-individualista torna-se, assim, uma espécie de deidade substituta, imbuindo de significado arbitrário um mundo desprovido de significados “densos” e propriedades sensíveis. O racionalismo encontra no mundo apenas uma espécie tênue, conceitual e matemática de determinação, a qual o despoja de sua abundância material, mas deixa-o também como matéria-prima para a produtividade incessante do sujeito. Esse sujeito é agora a única fonte de significado e valor e, em sua liberdade absoluta e semelhante à de Deus, não tolera nenhuma restrição. (EAGLETON, 2005: 122)

Dentre os seus sentidos, aqui não tomaremos a cultura como crítica utópica, ou como criação artística, mas como modo de vida, forma normativa que molda uma sociedade, que é aprendida e reaprendida, retransmitida, reproduzida de geração em geração e enraizadora.

Edgar Morin (1999), a define como

um patrimônio informacional constituído por saberes, perícias, regras e normas próprias duma sociedade. Compreende os conhecimentos acumulados pelas gerações sobre o ambiente, o clima, as plantas, os animais, os outros grupos humanos; as técnicas do corpo e as técnicas de fabricação e de manejo dos artefatos, utensílios, armas, abrigos, tendas, casas; as regras de repartição do alimento e das mulheres, as normas e proibições da organização social; as crenças e a “visão de mundo”, os ritos fúnebres e cerimoniais onde se retempera e regenera a comunidade, etc. (MORIN, 1999: 228)

Para Darcy Ribeiro (1995), a cultura sertaneja é “marcada por sua especialização ao pastoreio, por sua dispersão espacial e por traços característicos identificáveis no modo de vida, na organização da família, na estruturação do poder, na vestimenta típica, nos folguedos

estacionais, na dieta, na culinária, na visão de mundo e numa religiosidade propensa ao messianismo” (RIBEIRO, 1995: 340).

Entre 1948 e 1954, Antônio Candido desenvolveu um estudo em Bofete, Estado de São Paulo, cujos resultados são apresentados em “*Os Parceiros do Rio Bonito*”. O objetivo da pesquisa foi “conhecer os meios de vida num agrupamento de caipiras: quais são estes meios, como são obtidos, de que maneira se ligam à vida social, como refletem as formas de organização e as de ajuste ao meio” (CANDIDO, 2001: 21).

No seu trabalho, Candido vincula a **cultura rústica** à *civilisation traditionnelle*, de Varagnac e, ao conceito de cultura camponesa empregado na antropologia e sociologia, bem como à cultura cabocla, no caso dos estudiosos brasileiros. Todavia, no seu estudo, o termo caboclo é utilizado apenas no sentido de designar o mestiço próximo ou remoto de branco e índio. Para designar os aspectos culturais, Cândido optou pelo termo caipira, **cultura caipira**, “que tem a vantagem de não ser ambíguo (exprimindo desde sempre um modo-de-ser, um tipo de vida, nunca um tipo racial), e a desvantagem de restringir-se quase apenas, pelo uso inveterado, à área de influência histórica paulista” (*Ibid.*: 28).

Darcy Ribeiro chama a atenção para o fato de que, nas zonas de mineração, como o foram, por exemplo, Minas Gerais e Goiás, a sociedade brasileira se definiu como um desdobramento do tronco paulista. Isto se deu com a influência de brasileiros vindos de outras áreas, de novos contingentes europeus nele incorporados, e da presença marcante de escravos, sejam africanos, ou nativos. Essa variante cultural local foi definida, principalmente, pela riqueza local trazida pela atividade da mineração. Tal movimentação “Estimulou a expansão do pastoreio nordestino pelos campos são-franciscanos e do Centro-Oeste, assegurando-lhe um novo mercado consumidor, no momento em que decaía o nordeste” (RIBEIRO, 1995: 376).

Ao relacionar cultura e equilíbrio social, Antônio Candido defende que “Há para cada cultura, em cada momento, certos mínimos abaixo dos quais não se pode falar em equilíbrio. Mínimos vitais de alimentação e abrigo, mínimos sociais de organização para obtê-los e garantir a regularidade das relações humanas. Formulados nestes termos, o equilíbrio social depende duma equação entre o mínimo social e o mínimo vital” (CANDIDO, 2001: 32).

Quanto à modernização ou influência da economia capitalista, o autor verificou que o aumento de dependência econômica condiciona um novo ritmo de trabalho; ambos condicionam uma reorganização ecológica, que transforma as relações com o meio, abrindo caminho para novos ajustes; este fato provoca alteração no equipamento material e no sistema

de crenças e valores, antes condicionados pela manipulação do meio físico imediato e pelo apego às normas tradicionais.

Luiz Tarley de Aragão apropria-se do conceito de **cultura rústica** ou **cultura caipira**, proposto por Antonio Candido, ao referir-se à modalidade específica de processo produtivo, ao sistema de festas, à linguagem e costumes que existiram durante, exatamente, dois séculos e meio, no sertão que recebeu Brasília e, que, aqui é definido como **cultura sertaneja**. “Na verdade, um complexo cultural caracterizado por pequeno excedente de produção, ênfase no lazer e um sistema de festas particularmente performante. Festas, aliás, como em toda civilização rural, que dão sustentação ao fundo religioso, imprimindo coloração e ritmo próprios às atividades econômicas e de reprodução social” (ARAGÃO, 1993: 171).

### **O Diabo no meio do redemunho e o fim do pacto**

Daí, emerge a questão central, norteando este trabalho, que deriva da seguinte dúvida afirmativa, levantada por Riobaldo: “Ah, tempo de jagunço tinha mesmo de acabar, cidade acaba com sertão. Acaba? (ROSA, 1994, v. 2: 110). Neste trabalho ela se traduz na questão de tese: a cultura sertaneja resistiu a desconstrução e o desenraizamento intensificados com Brasília?

Respondê-la pode se tornar oportunidade simultânea de exercitar a identificação de possibilidades para libertação das amarras do “pacto de modernidade” e suas artimanhas, bem como da força trituradora do redemoinho diabólico, fortalecido pelo aperfeiçoamento das leis de mercado.

*A Divina Comédia*, de Dante Alighieri (1998), apresenta o autor diante do inusitado, quando no inferno, e diante de Lúcifer, que emergira do gelo no centro da Terra, Virgílio, o poeta que o conduz na travessia, toma-o às costas e, se agarrando aos pêlos e escamas do Demônio, transpõe o centro da Terra. Encontram a passagem formada por ele mesmo, o Diabo, durante a sua queda. Dali, os dois empreendem o caminho de subida e alcançam a superfície, revendo, finalmente, as estrelas. Eis o trecho do canto XXXIV do poema dantesco, que traduz tal façanha:

[...]  
Tomei-lhe o colo, como me pediu,  
e, de tempo e lugar, quando bem postas  
as condições, e altas as asas, vii,

de Dite se agarrou às hirsutas costas;  
de tufo em tufo foi descendo então  
entre o seu pêlo e as congeladas crostas.

Ao chegarmos à altura da junção

*da coxa ao tronco do gigante averno,  
meu guia, dando sinais já de exaustão,*

*reverteu o corpo, sem perder governo  
do pelame, e seguiu, ora subindo,  
dando-me o senso de voltar pro inferno.*

*“Firma-te bem, que escada tal curtindo”,  
disse o Mestre, ofegando de cansaço,  
“é que estamos de tanto mal partindo”.*

*E saiu pela brecha de um molasso,  
e me depôs em sua beira a sentar,  
achegando-se após com certo passo.*

[...]

(ALIGUIERI, 1998, v. 1: 227-228)

Da mesma forma, em *O Senhor dos Anéis*, de J. R. R. Tolkien (1966), Gandalf, o Cinzento, sai das profundezas da Terra, ajudado pelo monstro demoníaco, que buscara destruí-lo:

- Então conte-nos o que quiser e o tempo permitir! – pediu Gimli. [...]  
- Caí durante muito tempo e ele caiu comigo. O seu fogo envolvia-me e queimava-me. Depois mergulhamos na água profunda e ficou tudo negro. A água estava fria como a maré da morte: quase me gelou o coração.  
- Profundo é o abismo atravessado pela Ponte de Durin e ninguém ainda o mediu - disse Gimli.  
- No entanto, tem fundo, para além da luz e do conhecimento – declarou Gandalf. - Lá cheguei, por fim, aos mais profundos alicerces de pedra. Ele continuava comigo. O seu fogo apagara-se, mas ficara transformado numa coisa viscosa, mais forte do que uma serpente estranguladora.  
[...] Ele agarrava-me incessantemente e eu incessantemente o derrubava, até que, por fim, fugiu para negros túneis. Túneis que não foram feitos pela gente de Durin, Gimli, filho de Glóin. [...] Naquele desespero, o meu inimigo era a minha única esperança, e eu persegui-o, agarrado ao seu calcanhar. Foi assim que, finalmente, me trouxe de volta aos caminhos secretos de Khazad-dûm, que demasiado bem conhecia. Começamos a subir sempre, até chegarmos à Escada sem Fim. (TOLKIEN, 1986: v. II: 110)

Numa das mais difíceis batalhas descritas no romance *Grande Sertão: Veredas*, quando guerreava com os bebelos, jagunços liderados por Zé Bebelo, Riobaldo, perdido no labirinto de árvores e arbustos do cerrado, que se tornara campo de batalha, só encontra salvamento no Hermógenes, que, segundo citação na primeira parte desta tese, é a personificação do mal, o próprio Demo:

Como era o Hermógenes? Como vou dizer ao senhor...? Bem, em bró de fantasia: ele grosso misturado – dum cavalo e duma jibóia... Ou um cachorro grande. [...] A lanço a lanço, fui, pulei, nos abertos entre árvores, acompanhei o Hermógenes. Aí eu já estava para lá dele; mas virei e esperei. Porque, na desordem de mente do alvoroço, àquela hora era só no Hermógenes que eu via salvamento, para meu cão de corpo. Quem diz que na vida tudo se escolhe? O que castiga, cumpre também. (ROSA, 1994, v. 2: 136; 141)



Teríamos nós condições de nos valermos das escamas, pêlos engrossados, cavalos, jibóias e cachorros grandes, criados pela modernidade e da afinação de suas artimanhas, que reduzem culturas e pessoas a menos que nada?

Hassan Zaoual (2003), pensa que sim. Para ele,

globalização cria um “impulso planetário” empurrando as populações, excluídas ou não, a buscar demarcações cognitivas, encontrando suas fontes indiferentemente nas religiões, nas identidades locais, ou simplesmente em uma proximidade de pertença, para melhor gerir a incerteza decorrente do reino, que se quer sem partilha, da técnica e da mercantilização do mundo (ZAOUAL, 2003: 27-28)

Sendo o homem um animal territorial, e que necessita, vitalmente, de crer e se inserir em lugares de pertencimento, reage ao referido “impulso planetário”, construindo “sítios simbólicos de pertencimento”. É quando se sente parte de um sítio, que o homem experimenta o “enraizamento”, definido pela filósofa francesa, Simone Weil (2001), pois encontra o sentido, o porto seguro e os vínculos sociais necessários para “se sentir em casa”. Estes são aspectos vitais, que nem o capitalismo e, muito menos os pactos dele decorrentes, são capazes de lhe fornecer. Este homem situado, ou *homo situs*, adquire a clareza e os esquemas necessários para definir os problemas que lhe são pertinentes. Sendo “rei em seu território”, deve ser também o especialista de seus próprios problemas.

Láís Mourão (2005), estabelece dois níveis, pelos quais o homem constrói a noção de pertencimento. O primeiro se refere ao enraizamento físico e biológico do sujeito humano, “às pré-condições de vida, à auto-compreensão humana como co-existentes em um *cosmos* e em um *oikos*” (Mourão, 2005: 3). Pertencemos ao universo, como, também, ao mundo vivo e dependemos, pois, do código genético da espécie a que pertencemos e do sustento que muitas outras nos propiciam. Nisto, nos igualamos ao demais seres vivos:

Solidários e competidores, na diversidade reprodutiva das espécies e na solidariedade competitiva das cadeias alimentares, os seres interdependentes sustentam os pequenos e médios ciclos de vida do planeta. Trabalhando nas associações e nos antagonismos para si e para os seus, sustentam a estabilidade dinâmica do todo. (*Ibid.*: 3)

Todavia, a construção da noção de pertencimento humano vai além, torna-se mais complexa, ao inscrever a lógica da vida nas condições próprias do modo de construção da sociedade humana. Então, a autora define o segundo nível de construção do sentimento de pertença humano, valendo-se da contribuição de Morin (1999), para o avanço na compreensão da cultura, conforme apresentado em seção anterior.

Os sítios de “pertencimento ou de pertença” definidos por Zaoual (2003), abraçam todos estes aspectos que se relacionam à vida dos homens e estão contidos na sua cultura, a saber: mitos, crenças, experiências, memórias, saberes sociais, teorias, modelos, ofícios, ações,

história, dentre outros, que fogem à possibilidade de racionalização, já que o homem é “representante do indefinível” (ZAOUAL, 2003: 93). Este é um dos focos da crise paradigmática em que a ciência moderna mergulhou, pois quanto mais ela mergulha no esforço de formalização e explicação, mais o homem escapole do seu domínio. A atual crise da economia e das Ciências Humanas, em geral, expressa esse enigma.

Boaventura de Sousa Santos (2006), defende que estamos em meio a uma transição paradigmática entre esta ciência moderna, identificada com a mecânica clássica, cartesiana, newtoniana, positivista, determinista, reducionista e dualista, e uma ciência emergente, que ele define como pós-moderna, o que para o Padre Henrique Vaz (1991), seria a “modernidade pós-moderna”. Ela possuiria características anti-reducionistas:

Em vez do simples, o complexo; em vez da reversibilidade, a irreversibilidade; em vez do tempo linear, os tempos não-lineares; em vez da continuidade, a descontinuidade; em vez da realidade construída ou criada, os processos de criação e as qualidades emergentes; em vez da ordem, a desordem; em vez da certeza, a incerteza; em vez do equilíbrio, a instabilidade e as ramificações (“*branching*”); em vez do determinismo e dos sistemas lineares, o caos e o caos determinista e a teoria das catástrofes; em vez da prioridade da investigação da relação causa-efeito, a prioridade da investigação dos meios para atingir objetivos; em vez da separação entre sujeito e objeto, o objeto que é sujeito; em vez da separação entre observador e observado, o observador na observação; em vez da separação entre o pensar e o agir, a interatividade entre ambos no processo de investigação. (SANTOS, 2006: 14)

O paradigma de dominação, próprio da ciência moderna, é manifesto na imposição do seu conhecimento sobre os demais, e que por ela são tidos como irracionalismo. No entanto, o que é considerado como irracionalismo é, na realidade, uma racionalidade mais ampla, um complexo de racionalidades. Para Santos (2006), a diversidade epistêmica do mundo é potencialmente infinita, não havendo conhecimentos puros, nem conhecimentos completos e sim, constelações de conhecimentos. Consequentemente,

É cada vez mais evidente que a reivindicação do caráter universal da ciência moderna é apenas uma forma de particularismo, cuja particularidade consiste em ter poder para definir como particulares, locais, contextuais e situacionais todos os conhecimentos que com ela rivalizam. (*Ibid.*: 150)

À medida que a modernidade reduziu as possibilidades de emancipação às compatíveis com o capitalismo, houve uma suplantação e neutralização do conhecimento-emancipação pelo conhecimento-regulação. Então, solidariedade foi transformada em caos, ou ignorância e colonialismo, numa forma de saber ou de ordem. Desta forma, a ecologia de prática de saberes, proposta por Santos (2006), estando em consonância com o novo paradigma, opta

pelo caos, trocando a certeza pela incerteza contida no conhecimento-emancipação, que é definido como irracionalismo pela ciência dominante.

Sendo assim, com o fim das certezas, “a física já fez sua revolução científica em direção aos modelos não-lineares. As ciências do homem estão apenas se iniciando, com atraso” (ZAOUAL, 2003: 65). Para este autor, a proliferação dos riscos e das incertezas indica a existência da crise da civilização do capitalismo, justo no momento em que aparenta estar dominando o mundo. A resposta ao crescimento dessa desordem é a formulação de um paradigma pluralista visando recompor o “homem em migalhas” que foi triturado no “moinho satânico”.

O paradigma cartesiano já não responde mais, pois reduz e fragmenta a diversidade própria da biosfera, visando a dominação, fundamentando a “modernidade moderna”, defendida pelo Padre Henrique Vaz (1991). Então, Morin propõe um paradigma de complexidade que abraça a espiral da vida e se opera

no meio de decadências, degradações, desaparecimentos, mortes de indivíduos, de populações, de espécies, as evoluções, as mudanças, os desenvolvimentos inauditos do reino vegetal e do reino animal, entre os quais os que conduziram ao *homo*, os quais se prosseguem na esfera antropossocial, onde um poder quase indestrutível de recomeço e regeneração mantém e conserva as sociedades humanas, as quais ao mesmo tempo são arrastadas nas espirais quebradas e recomeçadas da evolução e do tempo irreversível da história... (MORIN, 1999: 321)

Considerando tal complexidade da vida, o paradigma pluralista de Hassan Zaoual (2003), tem por base os “sítios de pertencimento”, que podem ser tidos como a fonte do “poder quase indestrutível de recomeço e regeneração” que mantém as sociedades humanas e que, foi definido no parágrafo anterior.

O sítio é uma entidade imaterial, um espaço cognitivo, que estabiliza o caos do social. É um conceito flexível, que pode ser aplicado em várias escalas e organizações:

bairro, cidade, região, localidade qualquer, tribo, etnia, comunidade de origem diversa, país, cultura, civilização, profissão, oficina, empresa ou organização, etc. Tais entidades podem se combinar de várias maneiras e formar um macrossítio, contendo uma pluralidade de sítios, e assim por diante. (ZAOUAL, 2003: 54-55)

De modo esquemático, Hassan Zaoual (2003), o define como sendo constituído por três caixas intimamente vinculadas:

Sua “caixa preta” contém os mitos fundadores, suas crenças, sua experiência, sua memória e trajetória. Sua “caixa conceitual” contém o seu saber social, suas teorias e seus modelos. Por fim, sua “caixa de ferramentas” restitui, de modo imediato, seus ofícios, seus modelos de ação etc. O todo está estruturado ao redor do senso comum que seus aderentes produzem em suas interações. O senso comum partilhado percorre o conjunto dos diferentes níveis de realidade do sítio. Mitos, ritos, sítios estão interligados. Assim sendo, qualquer intenção não situada está levada a programar ações que fracassarão. (*Ibid.*: 55)

Com esta conceituação, e as histórias de vida dos nossos narradores, organizaremos o “Sítio Simbólico de Pertença Sertanejo”. Para tanto, usaremos a metáfora das canastras, “caixas revestidas de couro, nas quais se guardam roupas brancas e outros objetos” (FERREIRA, 1986: 332) e que, podem ser encontradas nas casas sertanejas. O Seu Onofre Ferreira do Prado, Buritis, MG, se lembra que nos quartos não havia guarda-roupa. “Nós tínhamos umas caixas de madeira ou de couro, muito antigas, para guardar a roupa”.

## **CAPÍTULO 2**

### **CANASTRA DOS MITOS, CRENÇAS, MEMÓRIAS, EXPERIÊNCIAS E TRAJETÓRIAS DE VIDA**

#### **Sertanejo com muito orgulho**

Refletindo sobre o futuro do Sertão, Riobaldo denuncia, perplexo com as transformações do final do século XIX e início do século XX, que colocavam o Brasil na travessia do rural para o capitalista urbano, fase embrionária do “pacto de modernidade” e preparatória para a mudança da capital para perto de si:

Mas o senhor sério tenciona devassar a raso este mar de territórios, para sortimento de conferir o que existe? Tem seus motivos. Agora – digo por mim – o senhor vem, veio tarde. Tempos foram, os costumes demudaram. Quase que, de legítimo leal, pouco sobra, nem não sobra mais nada. Os bandos bons de valentões repartiram seu fim; muito que foi jagunço, por aí pena, pede esmola. Mesmo que os vaqueiros duvidam de vir no comércio vestidos de roupa inteira de couro, acham que traje de gibão é feio e capiau. E até o gado no grameal vai mingando menos bravo, mais educado: casteado de zebu, desvém com o resto de curraleiro e de crioulo. Sempre, no gerais, é à pobreza, à tristeza. Uma tristeza que até alegre. Mas, então, para uma safra razoável de bizarrices, reconselho de o senhor entestar viagem mais dilatada. Não fosse meu despoder, por azias e reumatismos aí eu ia. Eu guiava o senhor até tudo. (ROSA, 1994, v. 2: 22)

Riobaldo tinha razão. O seu tempo havia passado e não podia mais voltar. A modernização do Sertão já começara, e o tempo de jagunço caçando gado selvagem nos gerais, jamais voltaria. Ele considera: “quase que, de legítimo leal, pouco sobra”. Todavia, é com o “pouco-muito” que sobrou e, que pode ser identificado nas diferentes regiões administrativas do Distrito Federal, que nos propusemos trabalhar.

Apesar dos anos de residência no Distrito Federal, sede do “pacto de modernidade”, os nossos narradores, além de se considerarem sertanejos, sentem-se orgulhosos por sê-lo. E as justificativas para este fato, eles encontram num modo de vida espelhado em seus ancestrais, autoridades eclesiásticas, ou naqueles que se destacaram como líderes das suas comunidades.

São heróis, em sua maioria anônimos, que, com determinação, construíram os mitos fundadores, crenças e trajetórias, a serem depositadas na nossa primeira canastra.

Zaoual (2003), defende que, sendo um animal territorial, o homem precisa de sentido, de direção, necessidade fundamental do indivíduo situado no tempo, no espaço e no imaginário. Para ele, “o homem sem mito é um mito” (ZAOUAL, 2003: 100), pois ele necessita de dar uma alma ao que acredita, pensa e faz.

Como Riobaldo, o Doutor Murat Valadares se recente pelo fato dos seus conterrâneos sertanejos de Arinos, MG, com a baixa auto-estima que possuem, estarem abrindo mão de aspectos importantes da sua identidade. Segundo ele, o mesmo que aconteceu com os indígenas está acontecendo com os sertanejos: “o choque de culturas. E como eles [os meus conterrâneos sertanejos] acham que eles é que eram os atrasados, não tem orgulho, o orgulho que tem a maioria de ser sertanejo, de pertencer ao Sertão. Para mim ter orgulho, eu rodei o Brasil inteiro para chegar a conclusão de que a minha terra é a melhor terra do mundo, não é isso? E me orgulhar de ter nascido lá. Então tem isso, porque eles estão localizados lá, não saíram e quando saíram foi aqui no arrabalde de Brasília, não é? Então eles têm esse complexo de inferioridade de achar que é vergonha ser sertanejo”.

A história de vida dos nossos narradores configura mitos fundadores, mitos de origem, ou ainda, discursos fundadores, pois se constituem da narrativa simbólica de fatos que, efetivamente, sucederam. Fatos tão essenciais e significativos, por serem concretos, que acabaram por transferir parte do seu padrão de significado para tudo o que veio a acontecer, em seguida, naquelas regiões. Estes mitos e narrativas funcionam como explicações à organização de sua cultura (SOUZA, 2004).

Mito, no sentido adotado por Carlos Rodrigues Brandão: “Em seu sentido primitivo [em que] dizer o mito era narrar o que se sabe: dizer a lembrança” (BRANDÃO, 1998: 36), o que foi sendo gradativamente expulso pelo *logos*.

Quando um fato é escrito, se fixa, como se a escrita vencesse a memória. No entanto, “o *logos* que se reproduz torna-se único, enquanto o *mythos* que se preserva sem se reproduzir tecnicamente como o *logos*, multiplica a sua própria forma matriz, sem o mesmo grau de pecado e descoberta do crime. Em um, o múltiplo é fiel ao uno. No outro, o uno se multiplica, diversificando-se” (*Ibid.*: 38).

A fonte inspiradora dos lembradores – narradores dos *mytoi*, é a experiência vivida e passada de uma pessoa para outras. Por isso, os heróis podem ser marcantes, por serem muito corriqueiros e, em decorrência, as narrativas serem inesquecíveis, por serem comuns.

A narrativa sugere de forma ingênua uma “moral da história”. Uma “moral” tão simples e tão absoluta, que, por isso, pode ser, individualmente, pessoal, pois acaba de acontecer com este herói anônimo, e, simultaneamente, universal, pois o acontecido é o paradigma perfeito, que poderá ser reproduzido por qualquer outro que ocupe a mesma posição e medida.

E a narrativa submete a “moral da história” a uma direta “lição de vida”, já que é parte da vida concreta. “Ao contrário, a ética que aponta a narrativa quase se aproxima de uma moral primitiva. Ela é direta, colocada ao jogo do cotidiano dos relacionamentos entre pessoas, entre as pessoas e as coisas, entre os vivos e os mortos” (BRANDÃO, 1998: 42).

Desta forma, recupera-se o lugar do mito e constrói-se o “mito fundador”, se e somente se a matéria prima for a memória do acontecido no corriqueiro, fatos muito comuns, experiências dos referidos heróis anônimos. Tal mito precisa ser resgatado, pois é dele que o homem moderno e globalizado tem sede e fome, já que os mitos construídos pelos vencedores e impostos pela modernidade, como aqueles citados pela professora Laura Duarte (2002), são alienantes e destituídos de sentido.

As narrativas apresentadas neste trabalho evidenciam que os sertanejos entrevistados, se orgulham do seu modo de vida simples, responsável, digno, honesto, solidário, fundado no trabalho, na honra da palavra dada, na fé e no temor de Deus, na coragem, nas boas lembranças e no anseio de voltar às suas raízes. Estas são características indissociáveis da identidade e subjetividade destes heróis anônimos, que, constantemente, são confirmadas nas suas histórias e falas.

Quando indagado sobre a sua condição de sertanejo nascido e criado em Arinos, no vale do rio Urucuia e hoje morador da Asa Sul de Brasília, o Doutor Murat Valadares responde: “[Sou sertanejo] Com orgulho, não é? Tenho orgulho de meus pais, tenho orgulho de meus avós, meus antepassados. Por exemplo, o meu avô é que colonizou essa região [urucuiana]. Para se ter uma idéia, o apelido que ele pegou na época foi Chico Remendo. Ele era coronel da guarda imperial, Francisco Fernando Pitangui, mas todo mundo o conhecia como Coronel Chico. Quando eles vieram de cavalo, os cavalos foram adoecendo e chegaram a pé. As roupas foram acabando e foram aproveitando o pedaço de uma roupa para remendar outra, chegou era só remendo. Chico Remendo”!

Outros exemplos, são as histórias sobre o Seu José Francisco Ferreira, o José Rita do caminhão GM amarelo. Como relatado na primeira parte, muitos o consideram herói, pois em mutirão com fazendeiros, amigos e agregados, abriu a estrada que liga a chapada ao vale do Rio Urucuia, em Buritis, Com isso, salvou vidas, contribuiu para o desenvolvimento do Município, fez mais amigos. Todos os que se lembram dele concordam com o fato de que,

além da coragem, era um homem visionário. Segundo o Doutor Lourenço do Prado, ele foi um dos que ajudaram a preparar o Sertão para receber Brasília: “Se o Zé Rita foi importante para Formosa, foi importante para Brasília também, pois esta era a base assentada que existia para apoiar logística e culturalmente a construção que estava começando, porque não existia nada em Brasília. Por isso, se o Zé Rita foi uma pessoa importante para essa região que engloba Unaí, Buritis e Formosa, então, ele foi muito importante para Brasília também”.

Em Montes Claros, Norte de Minas, outro desbravador, Hidelbrando Mendes, pai de Ângela Mendes e de Thereza Demaria Mendes, narradoras que, hoje, vivem no Distrito Federal, no Condomínio Grande Colorado, na Região Administrativa de Sobradinho e na Asa Norte de Brasília, respectivamente. Com muito esforço ele trouxe a telefonia para a região e, em 15 de fevereiro de 1938, graças ao seu trabalho, Montes Claros ganhou o seu primeiro serviço telefônico automático.

Em 1956, foram inauguradas as ligações interurbanas, que, segundo relato de sua filha Ângela Mendes, aconteciam a partir da central telefônica que seu pai montara no térreo do casarão em que moravam. Ela se recorda de uma das etapas do processo: “O equipamento era da Siemens e veio um alemão para montá-lo. Só que como era a guerra, final da guerra, eu acho, em 1945, esse alemão teve que ficar escondido. Montar todo o equipamento escondido. [...] Ele não saía do local, era dia e noite ali trabalhando. [...] Só para você ter uma idéia, algumas capitais do Norte e Nordeste não tinham telefone. Natal e Fortaleza não tinham telefone. Eu lembro que era na manivela, a gente manivelava e conseguia falar. [A central telefônica] era mais ou menos do tamanho desse apartamento, uns oitenta metros quadrados e era gigantesco. Eu sei que um equipamento deveria ter dois por três metros que é onde foi tirada a foto. Eram várias centrais daquelas”.

A Dona Therezinha Demaria Mendes, irmã da Ângela Mendes, explica que o seu pai não gostava de trabalhar com fazendas. Então, como dote de casamento, preferiu o dinheiro para comprar os equipamentos da telefônica, de onde tirava o sustento para a família. Em muitos casos, os negócios eram fechados com base no escambo: “Tinha uma sapataria, uma loja ou papelaria com telefone, a gente pegava as mercadorias e depois descontava na conta do telefone. Então, o meu pai viveu muitos anos assim: trocando o serviço telefônico pelo que a gente precisava”.

### **Desobrigas e viagens missionárias: a visita do sagrado**

Existem alguns líderes religiosos, cujas histórias de vida tornaram-se mitos, importantes personalidades participantes da estruturação do “Sítio Simbólico de Pertença Sertanejo”. Padres, pastores e missionários estão sempre presentes nas narrativas sertanejas.

Conforme indicado pelo Seu Irineu Prado, a igreja se fazia presente, quando padres visitavam as freguesias pertencentes às paróquias, cujas sedes se localizavam nas cidades mais importantes. Eles viajavam em “desobriga”, oportunidade para os noivos se casarem e as crianças serem batizadas. Ao que parece, Juscelino Kubtschek sempre participava destas ocasiões, pois no Sertão-Brasília não é difícil encontrar pessoas que o receberam como padrinho de casamento, ou batizado e que, hoje, exibem pulseiras e outros objetos por ele presenteados.

Quando ainda criança, o Seu Otoniel Rodrigues de Amorim já acompanhava o movimento da chegada do padre, que ia de Formosa, ou de Paracatu para o Sertão de Buritis, no Norte de Minas. Eram ocasiões muito especiais: “De ano em ano que o padre ia para lá. Ele escrevia já marcando o pouso na casa daquelas pessoas que conhecia, não é? E o dono da fazenda fazia o convite para todo mundo e já marcava o dia em que o padre rezaria a missa. Minha mãe ia mais nós e era uma festa na noite. Debaixo daqueles paus tudo, das goiabeiras, tinha gente pousada. Um ia casar, o outro batizar”.

Todavia, o Seu Otoniel Rodrigues nunca recebeu os serviços do padre em desobriga, pois já havia se batizado, no município de São Francisco. “O meu pai ainda era vivo, mas lá mesmo ele morreu, mas eu já tinha sido batizado. Meu avô mudou para cá [Buritis] e minha mãe acompanhou porque era o pai dela. Veio entrando para o interior de Minas aí”.

O Seu Antônio João Reis é um exemplo de católico que, desde muito cedo, é fiel seguidor dos preceitos da sua igreja. Ele foi coroinha do Padre Bernardo, conhecido líder religioso da paróquia de Luziânia e que fazia a desobriga, o cumprimento das obrigações da igreja católica, percorrendo toda a região conhecida como Vão dos Angicos. Sobre esta o pai do Seu Antônio João escreveu: “O Vão dos Angicos, Norte do município [de Santa Luzia ou Luziânia] foi descoberto em 1749, por Veríssimo Martins Nogueira, que ali fundou uma fazenda de plantar e criar, e nella introduziu 18 éguas, 2 cavalos e 1 casal de jumentos” (MEIRELLES & REIS, 1920: 167).

O Seu Antônio explica que, por não ter maior idade, na época acompanhava o padre, somente até Santo Antônio do Descoberto. Mas, o Padre Bernardo saía a cavalo de Luziânia e, pela estrada do ribeirão do Muquém, chegava às fazendas que, hoje, constituem o



Município de Padre Bernardo, cidade que adotou o seu nome, em reconhecimento ao quanto dedicou sua vida àquela comunidade.

A Dona Leonora Oliveira, irmã do Seu Leonardo Carlos Oliveira, sertanejos nascidos no Curralinho, Sertão de Brazlândia, hoje Distrito Federal, se lembra do Padre Bernardo, suíço de nascimento. Ele fazia a desobriga na região e se hospedava em sua casa. Naquela época, década de 1940, já estava bem velhinho.

O Seu Leonardo se diverte, contando que o Padre Bernardo não gostava de beber água, só cerveja: “Ele devia achar isso muito bom, porque quando ele saía nessa desobriga o povo trazia cerveja de longe para ele [risos]. Não bebia água não, era só cerveja”.

A Dona Lenora explica como se gelava a cerveja, que era comprada em Planaltina, hoje Distrito Federal, ou em Luziânia: [Para o irmão, Leonardo] “Você lembra que aqui em casa não tinha geladeira, mas tinha o monjolo. Tinha o poço onde caía a água. O papai mandava trazer a cerveja e punha tudo em volta do poço para ficar friinha”. Eu só sei que ele saía de Luziânia e ia para Santo Antônio e começava nas fazendas. Ia até Padre Bernardo e de lá ele voltava e o último pouso dele era aqui [em Brazlândia] na casa da mamãe”.

Durante a hospedagem, o clima era de festa, apesar de que não se podia conversar muito à noite, pois a ordem era para se fazer silêncio absoluto. Depois da missa, o povo fazia festa, mas era em outro lugar, pois o padre precisava descansar.

A mãe da Dona Leonora, A Dona Judite Oliveira, matriarca forte e trabalhadora, que faleceu em 2004, aos cento e dois anos de idade, cozinhava muito bem e fazia todo tipo de comida, tendo um cuidado todo especial, quando ia hospedar o Padre Bernardo. Segundo a Dona Lenora Oliveira: “Em cada fazenda reunia o pessoal daquela região. E aqui vinha demais, não é Neném [Seu Leonardo]? Era gente que casava. O papai os deixava fazerem as barracas, porque na casa não cabia tanta gente. Aí eles faziam as barraquinhas de palha de Buriti. Aí a mamãe fazia muitos tipos de carnes. Ele gostava da comida. Era muito doce e biscoito no café da manhã. Ele chegava hoje, jantava, celebrava a missa dentro de casa. Aí, quando celebrava a missa e se alguém quisesse confessar, confessava. Se não, ele ia dormir. No outro dia ele levantava e celebrava a outra missa, tomava café e ia fazer os casamentos. Fazia os casamentos e era muita gente. Batizado, aqui eram dois dias, não? Tinha lugar que era de um dia para o outro. Aqui eram dois dias. Era muita gente”.

No último dia da desobriga, missão cumprida, o padre almoçava e ia embora. Quando chegava a outro pouso, começava tudo de novo. O quarto dele já estava preparado pela família que o hospedaria, as quitandas já estavam prontas e os fiéis acampados no quintal. O Padre Bernardo dedicou muitos anos da sua vida a essa rotina, e veio a falecer, no início da

década de cinquenta, tempo em que a Dona Leonora de Oliveira estava entrando na adolescência, e se preparava para ir estudar em um internato, em Anápolis.

Ele foi um personagem importante, não somente para a família do Seu Leonardo e da Dona Leonora. Por ter sido seu coroinha, o Seu Antônio João Reis também se lembra dele, com muito carinho: “O padre Bernardo era suíço e ele contava muita história sobre a vida na Suíça, na Europa e aquele caso todo. Eu era um secretário dele. Preparava o altar, tinha o sino para chamar o batismo, ajudava na missa”.

Sobre a convivência entre católicos e evangélicos, esta sempre tendeu à tolerância. Segundo o Seu Antônio João Reis, havia respeito mútuo, inclusive muitos evangélicos eram fregueses da sua mercearia. “A gente pode até dizer que era harmonia total”.

A experiência do Seu Onofre Ferreira do Prado foge um pouco dessa hipótese. De família católica, era admirador de um dos pastores evangélicos mais conhecidos no Sertão, o Reverendo Estevão. De origem norte-americana, este missionário viajava com seu avião monomotor por toda a região. Inclusive, numa de suas passagens por Paracatu, MG, encontrou o Seu Miguel Marques, que ainda era católico, na enfermaria da Santa Casa. Ele estava se recuperando da cirurgia que lhe amputara a perna. Foi nos dias em que o mau cheiro forte denunciava o risco de uma nova gangrena. Então, o Reverendo Estevão se ajoelhou na beira da cama e orou, impondo as mãos sobre a perna doente. O Seu Miguel nem agradeceu, pois dormiu antes do fim da oração, tamanho foi o alívio da dor que o mantivera acordado, por semanas.

Mas, sempre que o Reverendo Estevão pousava em Buritis de Minas, contava com a ajuda do Seu Onofre Ferreira do Prado, que ficava vigiando a aeronave, enquanto cumpria com suas obrigações na cidade. Era uma amizade bonita: “O Reverendo Estevão era da igreja Presbiteriana e queria me levar para os Estados Unidos para estudar. A minha avó me aconselhou a não ir, pois só tinha eu de homem. Eu tinha uns treze ou quatorze anos e senti vontade de ir, mas de cinco irmãos, só eu que sou homem. Ele falou que eu iria estudar junto com os filhos dele, viver na mesma casa. Eu já era órfão de mãe e de pai e ele gostou muito de mim. [...] Eu assisti muitas vezes o culto dele. Ele tocava acordeão e eu achava lindo. Ele mudava a voz. Quando ele ia cantar ele mudava a voz. Para mim era outra pessoa, parece que era uma reencarnação. Era a coisa mais linda. [...] Eu nunca viajei com ele, mas fiquei muitas vezes olhando o avião para ele. Quando ele vinha para voltar rapidinho eu ficava lá para olhar para ele”.

A admiração pelo Reverendo Estevão era tão grande, que depois de tantas perdas, o Seu Onofre sentia maior segurança, quando estava perto dele. Passados alguns anos, enquanto

fazia o curso ginásial, em Januária, MG, os dois se encontraram na porta de um hotel e combinaram uma conversa, no colégio em que estava matriculado. Como se tratava de uma escola católica, o encontro não foi possível, por um sintoma da rivalidade que existia entre católicos e protestantes: “Aí no outro dia ele foi ao meu colégio para me encontrar e o diretor correu com ele. O diretor era católico, um colégio dirigido por padre e correu com ele. Foi a última vez que eu o vi. O Diretor quis me dar um castigo ainda, porque eu levei o reverendo lá. Um senhor que eu penso que ele já tinha uns setenta anos. Muito educado, um homem de uma formação teológica, inteligentíssimo”.

À lista dos mitos estruturadores do Sítio Simbólico de pertença Sertanejo, podem ser acrescentados todos os sertanejos colaboradores com esta pesquisa. Heróis anônimos que, com suas histórias de vida, dão sustentabilidade à comunidade sertaneja. Alguns já se foram, tal como o Seu Roselverte, o Seu Rosa, como era conhecido, o casal formado pelo Seu Biá e pela Dona Duchinha, urucuianos que nos acolheram com afeto e dignidade. Ambos viveram quase um século de vida no trabalho, solidariedade e organização da Folia dos Santos Reis, no vale do rio Pernambuco, afluente do Urucuia, em Buritis, MG. A Dona Duchinha acompanhou a chegada da primeira bicicleta, em Buritis. Segundo ela, o povo pensava que era o Diabo, andando equilibrado sobre duas peneiras. “O diabo na rua, no meio do redemunho” (ROSA, 1994, v. 2: 377). E, no final de 2006, perdemos o Seu Erasmo de Castro, professor, violeiro, líder comunitário e um amigo que deixou saudades. Planaltinense, que dedicou sua vida ao ensino dos princípios, valores e da música sertaneja.

### **Rasteiras na vida**

O Seu Irineu da Silva Prado, urucuiano do Município de Buritis, MG, e, hoje, residente na Asa Norte de Brasília, evidencia a sinceridade, a honestidade, um orçamento modesto e uma vida simples, como princípios herdados e, hoje, importantes defesas numa sociedade marcada pela corrupção e pelo consumo compulsivo. Ele fala sobre suas heranças sertanejas: “Eu acho que é a sinceridade, o espírito de amizade e de simplicidade, isso aí a gente faz o possível para preservar na cidade. Eu sou uma pessoa que tenho de cinquenta e oito para cinquenta e nove anos de idade e tive muita conta em banco e até hoje eu nunca dei um cheque sem fundo. Eu não gosto de fazer dívida e a minha mulher também não. Tudo o que a gente comprou até hoje foi mais ou menos à vista. Eu acho que eu trouxe isso lá do Sertão mesmo. Fazer o possível para guardar um pouquinho do que a gente ganha. A gente não sabe o dia de amanhã, não é? O povo fala que é de mineiro, mas é de sertanejo fazer o possível para guardar, não é?”

Sobre a honestidade, sinceridade e simplicidade, o Seu Irineu defende que se deve “falar o que é verdadeiro, não ofendendo, mas falar a verdade. Você pode muito bem falar a verdade para uma pessoa sem ofender ninguém. Esse princípio aí é basicamente isso. É a simplicidade. A base de tudo está na simplicidade. Para mim o resto é acessório. É bom, mas não é o essencial. Tudo na vida é bom, mas não é essencial assim”.

Durante a entrevista na chácara do Seu João Dobrinha, sertanejo de Planaltina, hoje DF, morador de Brazlândia, DF, o Seu João Pereira dos Santos e o Seu Osmar Feliciano da Silva, irmão do Seu João Dobrinha, confirmaram estes princípios. “Eis os valores trazidos da vida no Sertão: A honestidade, o caráter, isso aí eu não abri mão. Nem das boas lembranças do Sertão. Isso aí eu não abro mão e vou levar comigo quando eu partir dessa vida”, afirma o Seu Osmar.

O seu João Pereira, sertanejo que também reside naquela cidade, confirma: “Me considero um sertanejo com muita honra, com muito amor, com muita fé. Eu não abro mão da mesma palavra do Osmar: prosperidade e honestidade. Criei os meus filhos todos graças ao meu bom Deus do Céu, nunca comprei nada para não pagar, tenho o meu nome limpo em qualquer lugar que eu chegar. Faço a minha ficha em qualquer casa de comércio e em dez ou quinze minutos está tudo aprovado. Trabalhei muito e faço voto de que minha família siga o mesmo procedimento meu de honestidade, amor e responsabilidade pela vida”.

A palavra dada, “o fio de barba”, herança trazida pela Ângela Mendes, lá do Sertão montesclarence, já não vale tanto. O Doutor Lourenço Ferreira do Prado se recente da perda do valor da palavra nas diferentes relações: “Eu na verdade me considero um sertanejo, porque eu saí do mato, do Sertão, mas o Sertão não saiu de mim. Sinto-me feliz desta forma, porque não sinto a necessidade de dedicar mesuras nem homenagens a quem quer que seja. Mas na vida eu levei muita desvantagem, muita rasteira por manter a palavra empenhada. Enquanto muitas vezes o pessoal nos grandes centros acha que não há necessidade de cumprir o que foi combinado, eu trouxe isso do interior de uma forma herdada. O interior entrou em mim e eu gosto desse tipo de postura”.

Sobre o valor da palavra dada, Ângela Mendes exemplifica: “Se você falou que vai fazer uma coisa, você faz. Não precisa assinar nada, testemunha, juiz, cheque nem nada. É aquilo que deve ser feito, cumprir com a palavra dada. O valor da palavra dada. Isso é o que eu acho mais importante na vida”.

No *Grande Sertão: Veredas*, durante o julgamento de Zé Bebelo, que naquele momento lutava contra o jaguncismo, Sô Candelário, um dos braços fortes de Joca Ramiro, o pai de Diadorim, ao ser inquirido pelo seu chefe livra o réu da acusação de culpas graves: “Crime

que sei, é fazer traição, ser ladrão de cavalos ou de gado... não cumprir a palavra...” (ROSA, 1994, v. 2: 172). Riobaldo completa a defesa: “Mas agora eu afirmo: Zé Bebelo é homem valente de bem, e inteiro, que honra o raio da palavra que dá” (*Ibidem*, 177).

### **Recordar é viver, não é?**

A Dona Maria Violeta Valadares não se esquece da vida boa que levava no Sertão de Arinos, MG: “[Trago] só a lembrança de tudo. É uma lembrança boa, eu e a Naná ainda somos muito unidas. [...] Me considero ainda sertaneja do pé rachado<sup>19</sup>. O sertanejo é gente boa, não é? Eu adoro o Sertão, adoro viver nos matos. Eu voltaria para o mesmo lugar. Voltaria para o Cafundó, que era do meu pai, ou para o Tamboril, que era do meu avô. Eu queria fazer tudo o que eu tivesse o direito: lavar roupa, plantar, fazer tudo. Ali era muito bom”.

A Dona Alina de Oliveira Carvalho é sertaneja nas lembranças que guarda do seu tempo de menina, no Sertão de Arinos, MG. Moradora no Distrito Federal, desde 1960, primeiro em Taguatinga, depois no Lago Sul de Brasília, ela não se esquece das paisagens e das belezas que já não existem mais: “Eu me considero aquela sertaneja. Aqui na minha cabeça eu vivo com muita felicidade lembrando aquilo lá. Recordar é viver não é? Pois às vezes eu fico recordando aquela época de lá e vivo muito bem. Eu me lembro é daquela época. Da de hoje, não. Lá hoje está tudo diferente e modernizado, estilizado, mas muito diferente do que eu gostava. Deve ser porque eu já estou velha, não devo gostar de modernidades”.

Inspirado em pessoas, como a Dona Alina de Oliveira Carvalho, Brandão (1998), sugere que, por trás de cada ser humano, de cada narrador, existe uma Sherazade, a personagem central e universal de *As Mil e Uma Noites*. Para a proposição, considera a prodigiosa memória da narradora, além das artimanhas de uma “inesgotável capacidade de criar e recriar a partir do que lembra e sabe, ela ofereceu ao sultão um corpo sem o envelhecer e um espírito sem o esquecer” (BRANDÃO, 1998: 48).

*Mnemosyne*, musa que preside a função da poesia, auxiliada pelas musas, suas filhas, e que se divinisa como a “memória” que os gregos sacralizaram se une a Sherazade para salvar a vida, pois conforme a Dona Lina, “recordar é viver”. Uma nos inspira a nos salvarmos do esquecimento e, a outra, da morte. E “ambas submetem à rememoração, à lembrança, à recordação, à memória, enfim, à invenção, à criação, sugerindo que nada sai do nada, mas o que se cria mescla e transforma o que se lembra” (BRANDÃO, 1998: 48).

---

<sup>19</sup> Expressão comum no Sertão, referindo-se às rachaduras nos pés por conta da acidez do solo do Cerrado que castiga principalmente no período seco.

### **Eu sou quase um padre pra rezar**

Quanto às suas crenças, os nossos 24 narradores podem ser agrupados em três categorias: 16 são católicos praticantes, 03 são católicos não-praticantes, 02 são evangélicos e 03 experimentam um sincretismo religioso, com fortes influências orientais.

O Seu Otoniel Rodrigues de Amorim e a Dona Francisca Correia Amorim formam típico casal de católicos praticantes, cuja vida referencia-se na sua prática religiosa. Casados há 64 anos, durante todo esse tempo, freqüentaram as missas dominicais e, anualmente, durante o mês de dezembro, realizaram a Reza da Nossa Senhora da Conceição, uma cerimônia que reúne familiares e amigos para cantar e rezar. A movimentação é grande. Como a reza é no segundo domingo de dezembro, quando a Dona Francisca Amorim está disposta, trabalha no sábado anterior o dia todo, fazendo as quitandas que serão servidas aos participantes. Em 2005, ela fez questão de, junto com a filha, que vem lá do Sertão do Pernambuco, no vale do Urucuia, no Município de Buritis, MG, assar tudo no seu típico forno sertanejo.

Com uma trajetória de vida marcada por dificuldades, vieram para Brasília, em 1964, fugindo da pobreza causada pela seca daquele ano e, com o objetivo de educar os filhos. Hoje, a Reza da Nossa Senhora da Conceição é um momento de reencontro dos familiares e dos amigos conquistados durante estes anos: “Reza todo ano. Aqui nós junta bastante gente, não é? Reza um terço, reza o ofício, reza a ladainha, reza os cantos. Temos sete filhos. Vem a filha que mora em Minas, lá no Buritis, ela vem e junta tudo aqui. Vem também gente do Guará que é conhecido da gente. Reza todo ano”.

O Seu Otoniel Rodrigues completa: “Eu sou quase um padre pra rezar”. E, até hoje, a Dona Francisca continua fazendo as quitandas, que são servidas depois da reza. Para tanto, ela usa um típico forno sertanejo, que os filhos mandaram construir no seu quintal: “Faz aqui no forno. A menina [a filha que mora em Buritis] vem de lá porque agora eu não consigo mais fazer porque eu estou muito fraca, mas ela me ajuda a fazer, nós faz aqui. A turma daqui gosta mais do fogão de gás. Faz na casa delas e traz”.

Outro casal de católicos, é o Seu Antonio João dos Reis e a Dona Lourdes de Jesus Rodrigues Reis. Como relatado em seção anterior, o Seu Antonio João Reis chegou a ser coroinha do Padre Bernardo. A Dona Lourdes freqüenta as missas, diariamente. Moradores da Asa Sul de Brasília, todos os dias ela vai à igreja próxima à sua casa: “A minha esposa vai todo dia à igreja do Carmo, aqui perto do [Colégio] Objetivo. Tem um santuário aqui. Continuamos participando das festas religiosas. Aqui é Nossa Senhora do Carmo, Santo Antônio. Lá, em Luziânia, são as mesmas que eu já te falei. Tendo festa, nós vamos para lá. A

festa da Nossa Senhora da Badia tem uma história muito interessante, pois ela vem desde 1887. Todo 15 de agosto tem essa festa religiosa lá”.

São muitas as histórias e causos contados, mas a Dona Lourdes de Jesus fez questão de deixar documentado um milagre que experimentou, quando ainda era criança. Ela explica: “No terço das casas e na novena da Nossa Senhora, cantava o ofício de Nossa Senhora e ela ficava nove dias. E eu estava com febre tifo e estava desenganada. Aí quando ela chegou para buscar a santa, estava cantando o ofício [cantando]:

*Agora lábios meus  
Dizei e anunciai  
Os hinos de louvor  
Da Virgem mãe de Deus.  
Agora e sempre  
E sem fim, amém  
Desce Deus do Céu  
Para o nosso bem.*

[Ela continua sua fala] Então cantava o ofício todo sábado. Cantando e eu gritava de lá, mas eu estava variada sabe? - ‘Não leva Nossa Senhora não, ela vai me curar, deixa ela aqui’. A dona ficou com dó e me deixou a Santa, não é? Eu gritava e falava no sábado. Quando foi na quarta-feira, era o meu aniversário, mãe fez uma bençada lá e eu já estava curada. E eu já estava desenganada. Febre tifo naquele tempo não tinha cura”.

O Seu Miguel José Marques, sertanejo do Sertão do Boqueirão, no Município de Unaí, é um evangélico convicto e Pastor nas Assembléias de Deus. Católico não-praticante, enquanto vivia no Boqueirão, só gostava de religião, por causa da farra que fazia durante os folgedos: “Lá era o Boqueirão e o dono do patrimônio lá chamava Santo Antônio. Tem lá a romaria até hoje, a festa começa 13, 14 e 15 de junho de cada ano. Mas eu ia só para farrear. Beber cachaça. Ia à igreja só por ir, aquilo não tinha valor de nada pra mim”.

Já morando em Brasília, um dia o Seu Miguel Marques foi convidado por um amigo a participar de um culto doméstico, no Núcleo Bandeirante: “Eu nunca tinha ouvido falar da palavra de Deus. Falar em Deus e em Jesus Cristo ninguém sabia que existia. Eu era dessa qualidade. O primeiro culto que eu assisti foi a convite do irmão Umberto Francisco Parreira. Ele me levou na residência de um irmão Miguel. Quem pregou foi o evangelista Joaquim Lisboa e quem fez o apelo foi um senhor de nome Damião Goulart. Pregou e quando foi fazer

o apelo, de pessoa não crente era só eu. E ele grilou o olho em mim. ‘Entrega, entrega’. Entregar o que? Como? ‘Suspende a mão e entrega’. E ficou aquela coisa. E aí, então, eu falei: ‘Eu não sei o que é isso’. Aí eu levantei as mãos e Jesus segurou elas. Até hoje estão seguras. Nunca voltei atrás nem um milímetro”.

Em todos os seus depoimentos, o Seu Miguel Marques mantém a mesma convicção e referência em Jesus Cristo. Ao colocar em prática os princípios decorrentes, ele retoma os do Boqueirão. A solidariedade vicinal, por exemplo, é manifesta na preocupação que tem para com os necessitados: “É difícil passar um mês em que não dou uma ou duas cestas básicas para quem precisa. Na igreja tem uma campanha de levar cesta básica, mas eu não levo. Porque às vezes eles dão a um chegadinho, a uma pessoa que não precisa. Eu sei quem precisa, eu levo e dou àquela pessoa. É difícil passar um mês. Eu ajudo a assistência social, eu ajudo com cinco reais por mês. Aquele lar dos velhinhos lá em Ceilândia Sul, quase todo mês eu ajudo com cinco ou dez reais. Na Igreja, a Secretaria de Missão, eu ajudei vários anos com vinte e cinco reais e depois eu passei para dez. E aqui é difícil passar um dia sem uma pessoa pedindo um real, um prato de comida, um quilo de feijão. Difícilmente passa um dia e nunca me fez falta. Deus me dá e eu dou para os outros. Graças a Deus me sinto alegre”.

Valores que a modernidade não conseguiu destruir, comprovação da afirmação do Padre Henrique Vaz de que, a experiência cristã de santidade parece abrir na vida humana uma dimensão de insondável profundidade, uma crença tal que a vida perde todo o seu significado sem Deus. Para pessoas assim, viver sem Ele, torna-se impossível.

Tanta determinação e convicção trazem algumas conseqüências práticas. Na casa do Seu Miguel Marques nunca entrou televisão e, se entrar, ele quebra no machado. Não permite que o “mundo” volte para a sua vida. Tendo enviuvado, casou-se novamente, mas com a condição da atual esposa esquecer as novelas preferidas.

Talvez, por temer o retorno à vida desregrada que levava antes da conversão, e pelo sofrimento provocado pelo acidente, no qual perdeu o pé direito, o Seu Miguel não sente saudades do Sertão. Quando indagado se sentia saudade, ou vontade de voltar para o Sertão, respondeu: “Não! Nem um pingo. Daqui eu quero sair para o Céu. Passei não sei quantos anos e quando eu fui lá não conheci o lugar. Para mim era tudo estranho. Que dificuldade para mim recordar dos lugares onde eu vivi lá. Uma dificuldade”.

Contraditoriamente, tanto zelo não impede o Seu Miguel de crer na possibilidade de cura por um benzedor.

O Seu Antônio João Reis, por exemplo, pensa que se trata de um fenômeno mais psicológico, do que sobrenatural: “O caso, eu resumo como psicológico. Problemas de



crianças que têm falta de ar, erupção e aquele negócio respiratório leva para benzer. Tem problema de espinhela caída, pessoa endurece a coluna e vai lá. Em frente à minha casa até hoje tem uma benzedeira. Quase cotidianamente o pessoal desce lá”.

A Dona Maria Violeta Valadares, sertaneja natural de Arinos, MG, irmã da Dona Vani e da Dona Walquíria e, que hoje, reside no Núcleo Bandeirante, DF, compartilha da mesma opinião. Para ela, esta estória de benzedor é pura ilusão. Ela nunca acreditou nisso. Na fazenda dela, tinha uma benzedora de quebrante, uma complicação com recém-nascidos. A criança adoce, fica mole e chega a ter febre, “aí chama a ‘benzedeira’ e ela benze com folha, pura ilusão”. Pela sua firmeza dá para perceber que até hoje ela continua descrente “com esse negócio”. Há pouco ela se envolveu com o assunto, pois na rua vizinha à sua no Núcleo Bandeirante mora uma benzedora: “Ela benze menino, mulher e todo o mundo. Essa menina [a nora] já levou o Gabriel [o neto] para benzer. Ela perguntou se podia levar e eu disse que sim. [risos]. Benzeu o Gabriel”.

Contraditoriamente, apesar de evangélico, o Seu Miguel José Marques tem uma opinião diferente do Seu Antônio João Reis e da Dona Maria Violeta Valadares. Isso, porque um benzedor o livrou do tormento trazido pelas varejeiras, cujas larvas invadiram a sua perna, quando se recuperava do acidente sofrido no Sertão de Unaí, e relatado na Parte 1 desta tese.

Na viagem que o Seu Miguel José Marques fez de volta para casa, as moscas conseguiram brechas no curativo, e logo seus ovos começaram a eclodir no ferimento. O primeiro indício das varejeiras foi uma coceira no local, o que lhe deu a sensação de que a perna estava sarando. O pior veio, quando o dia amanheceu, pois começou uma dor insuportável: “Dor de hora em hora. E a coisa começou a doer e eu disse: - Sebastiana [a esposa], a coisa mudou de rumo, pois está uma dor terrível e de hora em hora. Bichinho miudinho que aparecia, mas de repente sumia. Mordia lá e doía o coração. Quando ela tirou aquele embrulho que olhou, não tinha onde por o bico de uma agulha, pois era bicho que chegava a ferver. Com a carne podre, quando punha remédio eles sumiam na carne e soltava uma aguinha e o remédio saía tudo”.

O quadro começou a complicar, e o Seu Miguel pensou até que ia morrer naquela situação. Aí, foi quando se lembrou de um benzedor de bicheira, que nunca havia falhado: “podia estar do jeito que fosse, era uma benzida só e a bicheira sumia”. Era analfabeto de pai e mãe, não era macumbeiro, porém sabia acabar com bicheira. “A pior coisa que tem é bicho na cabeça de gado, em chifre. E ele benzia e sarava completamente. Ele pegava aqueles ramos, subia encima do cupim e marcava no rumo do logradouro das criações e benzia com três galhinhos de ramos. Ia benzendo e jogando fora”.

O mais impressionante é que não foi necessária a ida do Seu Miguel até à casa do benzedor, isto a mais de uma légua [seis quilômetros] de distância: “Na hora que os bichos estavam morrendo, que dor infeliz. Aí eu deitei e fiquei rolando e chorando de dor. Alguns minutos depois acabou e não doeu mais. Aí ficou e depois de uns dois dias começou a sair casca de bicho. Tirava quatro ou cinco cascas todo santo dia. Grande, preta e cabeluda. Os bichos já estavam cabeludos. Até sair o derradeiro. Aí deu de sarar um pouco”.

Nessa época, o Seu Miguel ainda era católico não praticante. Mas hoje, evangélico, ele defende que o benzedor possui o dom da cura que, segundo ele, é dado por Deus.

### **Católicos não praticantes**

O católico não-praticante não frequenta as missas, nem as festas religiosas com assiduidade, mas ao mesmo tempo não abre mão de sua profissão de fé. São alianças profundas e muito difíceis de serem quebradas. A Dona Walquíria Valadares, sertaneja conhecida na cidade urucuiana de Arinos pelo tanto que trabalhou, e pelo quanto era destemida, é um caso típico: “Eu sou católica. Eu batizei, casei e batizei os meus filhos tudo na igreja católica. Eu vou às outras igrejas, mas o meu coração não pede para entrar, batizar em outra igreja. O meu coração não quer. Pode-se dizer que quem construiu a igreja de Arinos fui eu”.

Outra pessoa que, apesar de ter sido congregado mariano, se considera católico não-praticante é o Doutor Murat Valadares: “Como dizem no Sertão: católico não-praticante [rindo]. Que eles gostam de definir bem a situação, não é? Católico relaxado, não é [rindo]? Mas eu acredito em Deus, que é o fundamental, né? Meu pai não tinha religião e acreditava em Deus com muito mais força do que quem vivia na Igreja, não é? Eu fui até congregado mariano, essa coisa toda, mas depois houve uns problemas lá com o Bispo, eu comecei a ficar meio céptico em relação à Igreja como organização. [...] Os fundamentos não, esses são válidos, mas nem sempre os representantes correspondem, não é”?

Dos nossos narradores, nenhum é, confessadamente, ateu. Todos, cada um a sua maneira, crêem em Deus e não negam a importância da fé na construção de sua identidade e subjetividade.

Neste trabalho, os sincréticos representam uma categoria religiosa, às vezes ligada à contestação e ao questionamento do modelo de vida sertanejo. É o caso da sertaneja montesclarence, professora da Universidade de Brasília e residente na Ana Norte de Brasília, Hélvia Maria Teixeira. Como a também montesclarence, Ângela Mendes, confessa uma fé, fruto de várias experiências religiosas. A Professora Hélvia declara: “Eu diria que sou

espiritualista, não sou católica nem evangélica, mas acredito na espiritualidade. Eu faço as minhas orações. Eu fui criada dentro da Igreja Católica, mas hoje eu não professo a religião católica. Dizer que eu participo, isso não”.

Gilberto Freyre (2005), aponta algumas das brechas, historicamente abertas pelo catolicismo, e que possibilitam novas opções, como a feita por esta sertaneja. O autor começa por denunciar que os jesuítas e franciscanos “teriam se deixado escorregar para as delícias do escravagismo, ao mesmo tempo que para os prazeres do comércio” (FREYRE, 2005: 225), uma tendência ao diálogo com outras práticas, que fogem aos seus preceitos.

Além disso, a religião tornou-se o ponto de encontro entre culturas e raças, bem como entre o senhor o escravo. Nunca, como uma barreira dura e intransponível. Ora, “os próprios padres proclamavam a vantagem de concederem-se aos negros seus folguedos africanos. Um deles, jesuíta, escrevendo no século XVIII, aconselha os senhores não só a perguntarem, como ‘acodirem com sua liberalidade’ às festas dos pretos. ‘Portanto não lhe estranharem o criarem seus reis, cantar e bailar por algumas horas honestamente à tarde depois de terem feito pela manhã suas festas de Nossa Senhora do Rosário, de São Benedito e do orago da capela do engenho” (*Ibid.*: 439).

O autor deixa claro que a liberdade do escravo de conservar e até ostentar em festas públicas “a princípio na de Reis, depois da festa de véspera de Natal, na de Ano-Bom, nos três dias de carnaval – formas e acessórios de sua mítica, de sua cultura fetichista e totêmica, dá bem a idéia do processo de aproximação das culturas no Brasil” (*Ibid.*: 439).

O catolicismo se maculara ao calor de uma catequese maquiada com as novas cores das gatimohnas dos pajés, então imitadas pelos padres, a fim de atrair os índios. Com tal catequese

se amoleceram nos africanos, vindos de áreas de fetichistas, os traços mais duros e grossos da cultura nativa. A catequese era a primeira fervura que sofria a massa de negros, antes de integrar-se na civilização oficialmente cristã aqui formada com elementos tão diversos. Esses elementos, a igreja quebrou-lhes a força ou a dureza, sem destruir-lhes toda a potencialidade. (*Ibid.*: 440).

Como num movimento circular, a professora Hélvia se distanciou da família e do modo de vida sertanejo, tendo vivido, inclusive, junto aos índios Macuxi em Roraima, na Amazônia Legal.

Com as demandas apresentadas pelo filho que crescia, retoma antigos valores construídos no seio da família. Primeiro, ela tomou posse das habilidades ensinadas pela mãe e começou a costurar para fora. Manteve-se em Belo Horizonte, enquanto cursava Psicologia, na Universidade Federal de Minas Gerais. Depois, já na Amazônia, quando foi trabalhar como

professora junto aos Macuxi, resgatou o diploma do Curso Normal, que fizera, praticamente, forçada.

Hoje, a Professora Hélivia Maria se considera uma sertaneja e, quando indagada sobre o assunto, respondeu: “Eu nunca pensei sobre isso, sabia? Mas eu acho que sim porque tudo o que me lembra o que é ser sertanejo me dá prazer. Quando eu tenho oportunidade de participar, eu gosto daquele estilo de vida”.

Os folguedos, que segundo Freyre (2005), apresentam características sincréticas, foram importantes no processo de retorno às raízes, experimentado pela Professora Hélivia Maria: “Outra festa que tem lá que é interessante é a festa de agosto que é a dos Catopês, dos Marujos e dos Caboquinhos. É uma festa misturada com festa religiosa. Então é Nossa Senhora, São Benedito e Divino Espírito Santo. É uma festa muito bonita que eles fazem lá. Anteriormente eram as crianças. Os caboquinhos eram os índios mesmo. Tinha o pagé, os velhos e jovens e eram os caboclos mesmo. Eu inclusive fiquei muito emocionada uma vez que eu fui lá porque eu estava morando com os índios na Amazônia e na hora em que eles foram levantar o mastro na porta da igreja lá em Minas, no que eles estavam fazendo as cantorias e danças dos caboquinhos eu vi que não era diferente nem o som e nem a dança. A batida era a mesma”!

### **Vou morrer na minha terra, o povo lá é meu amigo**

De maneira geral, como na história da Professora Hélivia, a trajetória de vida do sertanejo é circular. Quando sai de casa, um dia volta. É marcada pelo apego ao seu local de origem e ao seu modo de vida, o que não o impede de ir onde for preciso, porém sem perder nunca suas raízes. O fato do Seu Miguel José Marques não pretender voltar para o Sertão, chega a ser uma exceção.

O Seu Onofre Ferreira do Prado, sertanejo de Buritis, MG, não volta para o Sertão, pelas circunstâncias geradas pela família, caso contrário, era lá que estaria vivendo: “Eu acho meio difícil, porque eu estou estabilizado com a minha família aqui. Para morar mesmo eu acho muito difícil. Apesar de que eu gosto demais do Sertão. Eu me considero um sertanejo. O Sertão está no meu sangue. Eu nasci e cresci na roça e sempre voltei lá com muita frequência. O Sertão para mim é o berço de todo o meu começo de vida. Recordações da minha infância e juventude. É lá que estão a minha raiz cultural, meus costumes e anseios para novas descobertas e para o mundo. O Sertão está dentro de mim. Eu tenho orgulho disso. [Busco preservar] a simplicidade, os costumes do homem simples do campo que eu adoro e

gosto demais. Nunca vou esquecer. A maneira de tratar as pessoas. A honestidade e a sinceridade que estão acabando hoje com a modernidade e o progresso].”

Como relatado anteriormente, a Dona Maria Vani Valadares, sertaneja de Arinos, MG, veio para Brasília e trabalhou muito, ajudou a construir a Nova Capital, cozinhando para os trabalhadores da fábrica de cimento da Fercal, em Sobradinho, DF. Apesar de suas idas e vindas, até hoje não abandonou a idéia de voltar para a sua terra natal. Quando indagada sobre sua identidade sertaneja, respondeu: “Totalmente, não mudei nada. Eu tenho loucura para ir embora. Fazer igual o velho [o falecido marido], não quero morrer e nem ser enterrada aqui. Eu já tenho essa filha enterrada lá em Arinos que eu não trouxe para cá. Ela está lá enterrada com o velho e a minha mãe. A hora que ver que o trem está balançando pode me levar. Vou morrer na minha terra, o povo lá é meu amigo. Deus não vai me deixar morrer aqui”.

Se dependesse dele, o Seu Irineu da Silva Prado passaria os anos que lhe faltam no Sertão de Buritis, MG, em paz e cuidando do Cerrado, que na região tem sido quase que extinto, por conta do carvoamento e do plantio intensivo da soja: “Eu me considero, pois não tenho vontade de morrer na cidade não. A vida prega umas peças na gente e às vezes temos que ficar, não é? Eu já estou até desistindo dessa idéia, mas eu não tenho vontade de morrer na cidade não. Eu tenho vontade de morar na roça ainda. Ter uma fazendinha pelo menos”.

Outros que conseguiram comprar um pedaço de terra, ficam com um pé na cidade grande e outro no Sertão, o que fica evidente nas falas do Seu Osmar Feliciano da Silva e do Seu João Pereira dos Santos. É uma volta, sem deixar o conforto conquistado: “Eu me considero sertanejo e até hoje tenho um sitiozinho aqui no Município de Padre Bernardo, que é onde eu me sinto bem e realizado. Apesar de viver aqui em Brasília esse tempo todinho, eu vim [de Corumbá, GO] para Brasília com dezesseis anos e hoje estou com sessenta anos, mas onde eu me realizo é no Sertão”.

O Doutor Murat Valadares não esquece Arinos, MG, a sua terra natal. Hoje, aposentado, apesar dos cargos que ocupou e as oportunidades que teve de andar pelo mundo, é lá que ele cultiva suas raízes. Ele propõe: “Eu brinco muito que o sertanejo é como o chinês: ele sai, corre o mundo, mas na hora de morrer ele quer voltar para a terra dele. Eu gosto disso. Eu nasci fazendeiro, filho de fazendeiro, família toda ruralista. Desde os meus antepassados que vieram de Portugal, ganharam sesmarias, essa coisa toda, então, é uma tradição na família. Minha formação toda foi nesse sentido”.

É mais forte do que o próprio sertanejo, podendo comparecer, inclusive, nos testes psicológicos: “Quando eu fui fazer o concurso de Juiz Estadual em Minas, me aconselharam e eu fiz um teste psicotécnico lá no SOSF, um órgão de psicologia do Estado de Minas. Quando

terminou, foi uma bateria de cinco dias, o negócio lá era muito sério, cinco dias de testes pela manhã e pela tarde, testes muito bem feitos, pesados mesmo. Quando terminou essa bateria e fizeram a avaliação, eu fui lá para saber o resultado, aí falaram: - ‘O Diretor quer falar com você’. Aí eu fiquei preocupado: devo ter um desvio muito grave para o Diretor se ocupar comigo. Ele notou a contração no meu rosto e falou: - ‘Não, relaxa. Não é nada do que você está pensando não. Eu queria saber o seguinte: como é que você consegue viver na cidade? Toda a sua formação é bucólica. Você só vê o mato, o Sertão, só vê o interior’. Ele era um homem de cidade. Cientificamente ele conseguiu aferir isso.”

Com base nestes depoimentos, a Canastra dos mitos, crenças, memórias, experiências e trajetórias de vida do “Sítio de Pertença Sertanejo” revela que os sertanejos e sertanejas são trabalhadores; não hedônicos que levam uma vida simples com origem marcada, por exemplo, pelas roupas esfarrapadas do Seu Chico Remendo; honrados, corajosos, cristãos e abertos ao sincretismo; com trajetória de vida circular que, simultaneamente, se lança para o mundo, porém, mantendo raízes profundas em sua terra natal.

Desta canastra, João Guimarães Rosa evidencia o trabalho, ao construir o personagem Jõe Bixiguento, o Alpercatas, jagunço do vale jequitinhão, que conta o caso de Maria Mutema, no romance *Grande Sertão: Veredas*. Como os narradores que participam deste trabalho, “mesmo na barra da velhice”, o Alpercatas tinha como projeto de vida “trabalhar de amassar as mãos”:

Pela causa, me disse, era que ele não vencia dormir nem um pisco, naquela comprida noite, e nem experimentava. Jõe Bixiguento achava que não tinha mais sustância para ser jagunço; duns meses, disse, andava padecendo da saúde, erisipelava e asmava. – “Cedo aprendi a viver sozinho. P’ra o Riachão vou, derrubo lá um bom mato...” Era o projeto em tal, que ele formava vem em quando. – “Trabalhar de amassar as mãos... Que isso é que sertanejo pode, mesmo na barra da velhice...” (ROSA, 1994, v. 2: 143)

### **CAPÍTULO 3**

#### **CANASTRA CONCEITUAL OU DO SABER SOCIAL, TEORIAS E MODELOS**

##### **Eu lutei muito, criei muitos filhos**

O núcleo da sociedade sertaneja, a sua *célula matter* é a família com todas as suas contradições. Mantida pelo compromisso entre os pares, mesmo quando unilateral, é a grande referência para todos os nossos narradores. Nela, a mulher ocupa um papel central, embora muitas vezes discreto, principalmente, longe da cidade grande, quando fica a maior parte do tempo na cozinha que, normalmente, é construída num nível abaixo dos demais cômodos da

casa. Dali, ela se manifesta discretamente e, quando solicitada pelo marido. Assim mesmo, em curtas participações. A indiscutível importância de sua participação na definição dos destinos da casa, foi percebida na pesquisa de mestrado deste autor, durante entrevistas com sertanejos no Norte de Minas Gerais, Sudoeste da Bahia e no Distrito Federal. Por exemplo, as famílias do Seu Erasmo de Castro e do Seu Viriato de Castro, residentes, respectivamente, na cidade de Planaltina, DF e no Núcleo Rural do Monjolo, nesta Região Administrativa, são assim.

Os namoros eram bastante discretos e os casamentos, na maioria das vezes, eram combinados. Foi assim, na vida da Dona Francisca e do Seu Otoniel. Mesmo não tendo sido o caso deles, na maioria das vezes, o matrimônio significa ampliação, ou redução das posses das famílias.

O Doutor Murat Valadares chegou a comentar o fato de que, as terras que o pai trabalhou, a partir do casamento, haviam sido recebidas por herança, deixada pela sogra: “A casa era humilde mesmo, de roceiro mesmo. Inclusive, tirando a sala, a salinha, era tudo pequeno. Porque o meu pai começou quase do zero, apesar da minha avó ter sido uma das maiores latifundiárias da região. Ele era muito orgulhoso. Essa propriedade de lá era herança da minha mãe. Então ele não quis nada da minha avó, não pediu nada a ela. Foi e começou lá fazendo um rancho de palha”.

A hierarquia familiar, bem definida pelos pais, era seguida à risca pelos filhos. A Dona Francisca, apesar da contrariedade de ter que se casar com o Seu Otoniel, obedeceu. A explicação dada por ela era que “naquele tempo quando os mais velhos falavam que tinha que fazer, fazia, não é? A gente não dizia que não”. Esta hierarquia se manifestava até nos pratos e no café servido. O Seu Irineu da Silva Prado nos contou que na sua casa o café das crianças era mais fraco: “O [café] mais forte era dos adultos e aí colocava mais água com doce e coava de novo para os meninos”.

Havia uma reverência, perante os mais velhos e autoridades. O Seu Otoniel Rodrigues de Amorim e seus irmãos, levados à cidade pela mãe, assistiam à missa e aprendiam ofícios religiosos. “Aí é que eu digo: a minha mãe levava nós e dizia: - ‘Para vocês compreenderem o que é padre, assiste a missa direitinho’ [...] A gente ficava calado, assistia tudo direitinho. Quando a gente ouvia falar de padre tinha até medo, achava que era uma onça.”

Ainda hoje, o Seu João Feliciano da Silva [João Dobrinha] faz questão de educar o seu filho, Mozart, dessa maneira: “Eu crio o Mozart que tem onze anos de idade da mesma maneira que eu fui criado. Às vezes eu sou até criticado por isso, mas eu gosto é dessa vida. É o filho tomar a benção dos mais velhos pegado na mão. Não aceito um filho meu chegar aqui

e falar oi sem pegar na mão. Meus filhos todos têm que me dar benção. Isso eu trouxe do interior, estou continuando assim e vou continuar até morrer. Gostando das coisas puras do Sertão. Esse é o meu desejo.”

Segundo o Seu Osmar Feliciano da Silva, irmão do Seu João Dobrinha, estes bons costumes fazem a diferença: “Você pega um rapazinho de quinze, dezesseis, vinte anos aqui da cidade, e põe ele para trabalhar. Ele não trabalha porque tem vergonha de trabalhar. Ele é desobediente ao pai, mau aluno, porque criou sem trabalhar, sem fazer nada. Ele criou em frente à televisão aprendendo coisas que só trazem vaidade na mente. Dificilmente esse tipo de homem prospera.”

Mas, nem todos tiveram a felicidade de uma família estruturada e que oferecesse aos filhos um ambiente de amor, acolhimento e segurança. É o caso da Dona Walquíria Valadares. Ela e o irmão, Vavá, explicam o significado dessa marca na vida: O nosso pai não criou a gente, ele tinha outra família para lá. Abandonou a mamãe, quando eu tinha a idade de seis anos. Na fazenda, a situação era difícil demais, naquela época.

Segundo nossos narradores, a desestruturação da família foi acentuada com a modernização do Sertão. A causa principal apontada por eles é a entrada da televisão nos lares. Como relatado na primeira parte da tese, para a Dona Violeta Valadares Corrêa, sertaneja de Arinos, MG, a vinda para Brasília e o vício do marido foram as causas do desmoronamento da sua vida. Ela conta: “A luta foi muito grande. Eu lutei muito, criei muitos filhos, marido bebia demais e sumia no mundo. [...] Para mim Brasília trouxe tudo de ruim, porque eu não queria mudar para cá e o meu marido vendeu tudo o que tinha e mudou, tirou os meus filhos do colégio, da vida que tinha, a gente tinha tudo e ficou pobre”.

Além de violenta, a derrocada da economia de subsistência da comunidade sertaneja foi rápida. As mudanças aconteceram, da noite para o dia. Foram os “cinquenta anos em cinco” do *slogam* da campanha de Juscelino Kubstchek à Presidência da República. Da noite para o dia, o sertanejo se viu obrigado a deixar relações marcadas pela solidariedade vicinal e construir outras definidas pelo “pacto de modernidade” e leis de mercado.

O cenário moderno torna-se, então, desestruturador, estando por detrás da perda de *status*, experimentada pela Dona Maria Violeta Valadares. De um lado, imagina-se o deslumbramento do seu marido pelos prédios e movimento que, da noite para o dia, chegaram ao Sertão. Do outro, as novas relações de troca, com um dinheiro que, até então, era raro e que passava a intermediar as relações. Num piscar de olhos, patrimônios como os construídos pelo casal, foram engolidos, levando pessoas como a Dona Violeta a exclamarem: “a gente tinha tudo e ficou pobre”. “O Diabo na rua, no meio do redemunho” (ROSA, 1994, v. 2: 13).



A Dona Violeta vai além e defende que a modernidade mexeu com a estrutura hierárquica da comunidade sertaneja. Segundo ela, quem deve “cantar de galo” em casa ainda é o marido, pois a mulher deve ser preservada: “o homem ainda é o galo que canta primeiro do que a galinha. Na minha cabeça é. Agora, na cabeça de muitos do povo quem canta é a galinha, o homem não. Se a galinha cantar primeiro o homem fica sem moral. O homem é o dono de tudo, da mulher e da família. Ele é dono de gritar, de falar alto, exigir, mas hoje você não vê mais isso, não estou falando de você não”. [risos] Os homens tudo aí de cabeça baixa, mulher é que está mandando. O homem tem um carro a mulher mete o pé e deixa ele esperando dentro de casa. É assim a vida”.

Se por outro lado olharmos para a família sertaneja como um sistema complexo, uma unidade global constituída por partes diversas inter-relacionadas, a questão levantada pela Dona Maria Violeta Valadares assume nova dimensão. O “cantar de galo”, que segundo a narradora é questão chave para a manutenção do equilíbrio do sistema e harmonia nas relações intrafamiliares, passa, então, a representar uma emergência no sentido de produto do sistema, uma novidade, “uma qualidade nova em relação às qualidades anteriores dos elementos” (MORIN, 1997: 105).

Talvez a fala da Dona Leonora de Oliveira, irmã do Seu Leonardo Carlos de Oliveira, ambos nascidos e criados no Sertão dos Braz, hoje Brazlândia, DF, possa nos ajudar a esclarecer este ponto de vista: “Lá em casa a gente tem muita unidade. A minha mãe ensinou que quando o marido chegasse nervoso enchesse a boca com água para não brigar. Depois que ele acalmasse podia jogar a água fora e dar a sua opinião. A mamãe era de muita paciência, mas era brava. Eu me lembro muito o tanto que ela sofria quando o Neném [Seu Leonardo] bebia e o outro irmão também, mas ela nunca desrespeitou as noras e nem ninguém. Ela ficava neutra e sofrendo demais. A gente via que ela sofria, mas amava sempre as noras e acabou vivendo cento e dois anos. Tendo essa amizade total pelas noras e pelos genros também. Se a gente fazia alguma coisa errada ela falava: ‘Olha o seu marido’. Por exemplo, a herança do meu pai. A minha mãe não ficou falando você faz isso ou aquilo. Ela falava: ‘Você falou com o seu marido’? Então isso é uma coisa que eu não abro mão. Outra coisa que ela falava também: ‘Quando o seu marido chegar você nunca fala o que aconteceu de uma vez. Você não fala para o seu marido, não conta coisa para ele na hora que ele chega, porque o homem tem o sangue muito quente e ele fica nervoso e pode fazer uma arte. Não conta que filho desobedeceu nem nada. Então, quando ele chegar você fica quieta até passar um pouco. Depois você vai contando pra ele’. Hoje é tanta evolução”.

Quando indagada acerca de quem “canta de galo” na sua casa, ela afirma que lá “existe muita unidade”. Isto não significa ausência de diferenças, conflitos, encontros, desencontros e interações e, fruto destas emergências, novidades e novos “cantos de galos”, quando não for necessário manter a boca cheia de água. Estas novidades no sistema familiar têm a virtude do acontecimento, surgindo de modo descontínuo e permitindo que a vontade de seus integrantes, inclusive da mulher, seja respeitada, sem que o marido deixe de “cantar de galo”, como deseja a Dona Violeta.

Num sistema assim, acontecem perdas e ganhos, sendo ele superior, inferior e diferente da soma dos seus integrantes Tanto a mulher, quanto o homem e seus filhos, são inferiores, eventualmente superiores, e de qualquer modo, diferentes daquilo que eram, ou seriam, fora da sua família. Ela é um sistema, um todo, que toma forma, enquanto os seus elementos se transformam.

Enfim, na comunidade sertaneja não há como se desconsiderar a força, determinação, submissão, mansidão e sabedoria de mulheres, como a Dona Judith Oliveira, mãe de Dona Leonora Oliveira, cidadã que marcou a história do Sertão dos Braz, e faleceu, no ano de 2004, aos cento e dois anos de idade. Além de dona de casa, durante muitos anos, ela hospedou viajantes na pensão de sua propriedade, na cidade de Brazlândia, DF.

Os homens não deixavam de reconhecer a importância da contribuição do trabalho feminino, bem como outras atribuições de suas musas, o que também pode ser tomado como idealização das sertanejas, em relação aos seus escolhidos:

Quatro coisas tornam a mulher um ente quasi divino: 1ª, que a virtude habite em seu coração; 2ª, que a modéstia brilhe em sua frente; 3ª, que a doçura distille dos seus lábios; e 4ª, que o trabalho ocupe suas mãos. (MEIRELLES; REIS, 1920: 15)

Nas relações extrafamiliares, o marido, o chefe da casa, assume o papel de guardião da família e dos bons costumes, como bem ensinava o Seu Rosa, sertanejo urucuiano da comunidade rural de Pernambuco, no Município de Buritis, MG. Para ele, a casa do sertanejo apresenta duas portas: a principal e a da ciência. Pela principal, qualquer um pode entrar e, na sala, irá encontrar o marido, o guardião. Pela porta da ciência, que vai dar na cozinha e demais cômodos íntimos da casa, “só entra quem for convidado” (MONTI, 2002: 160).

Mesmo com todos os cuidados, contraditoriamente, a família sertaneja, como todas as demais, é uma estrutura, ao mesmo tempo, forte e de extrema fragilidade. Nas histórias de vida documentadas por este trabalho, encontramos exemplos, em que pais de família não assumiram o seu papel com o zelo devido.

Situação desta natureza, foi incluída por João Guimarães Rosa, no romance *Grande Sertão: Veredas*. No Sertão, é comum pais se esconderem, por detrás do papel de padrinhos. Depois da morte de sua mãe, Riobaldo, o narrador e personagem principal da trama, vem a descobrir que Selorico Mendes, na realidade, não é seu padrinho, mas seu pai:

Meu padrinho Selorico Mendes me deixava viver na lordeza. No São Gregório, do razoável de tudo eu dispunha, querer querendo. E, de trabalhar seguido, eu nem carecia. [...]

Mas, um dia – de tanto querer não pensar no princípio disso, acabei me esquecendo quem – me disseram que não era à-toa que minhas feições copiavam retrato de Selorico Mendes. Que ele tinha sido meu pai! Afianço que, no escutar, em roda de mim o tonto houve – o mundo todo me desproduzia, numa grande desonra. Parece até que, de algum encoberto jeito, eu daquilo já sabia. Assim já tinha ouvido de outros, aos pedacinhos, ditos e indiretas, que eu desouvava. Perguntar a ele, fosse? Ah, eu não podia, não. Perguntar a mais pessoa nenhuma; chegava. Não desesquentei a cabeça. Ajuntei meus trens, minhas armas, selei um cavalo, fugi de lá. (ROSA, 1994, v. 2: 82-83)

### **A fazenda tinha de produzir de tudo**

Por se tratar de uma cultura de subsistência, no dizer do Seu Randolfo Valadares, pai do Doutor Murat Valadares, “a fazenda tinha de produzir de tudo. Só comprar aquilo que a fazenda não puder dar”. Era um desperdício gastar dinheiro fora, se ele podia produzir. Então, para alimentar a família, os trabalhadores e os fregueses de sua farmácia e mercearia, era preciso muito trabalho, uma produção expressiva e um sistema de armazenamento eficiente.

Tudo era simples, sem luxo e feito pela família: a construção da casa; a manutenção da dispensa (tulhas ou sôtãos, surrões, varais de carne e lingüiças, prateleiras de queijo e requeijão, latas de carne conservadas na gordura e quitandas), descascar o arroz e bater o feijão; colher ovos, matar e limpar o frango, guardar lenha, o pastoreio, o plantio do algodão e a trama dos tecidos; o fabrico do sabão, o transporte e venda do excedente.

O sertanejo tem um modo de vida simples. Nas palavras do Doutor Murat Valadares, nascido e criado em Arinos, Norte de Minas Gerais, “Era uma vida muito frugal. Basta dizer que eu fui ganhar o primeiro calçado, uma botina, aos doze anos de idade. Foi um martírio, pois os pés não estavam habituados àquela prisão. Então quando tirava a botina era uma delícia”.

Para as garotas não era diferente. A Dona Elisa Oliveira de Carvalho, também sertaneja de Arinos, MG, e hoje moradora em Taguatinga, DF, se diverte, ao contar que ganhou o primeiro par de sapatos, quando tinha dezesseis anos. O seu pai fabricava umas sandálias, que ela compara com as atuais havaianas. Ele usava o couro curtido. “Era sola! A sola grossa e

tirava as tirinhas mais finas, trançava iguais aquelas sandálias que você vê do nordeste, feitas de couro, ele mesmo fazia. Sapato, só depois que apareceu umas lojinhas em Arinos”.

Quanto ao vestir, o Seu João Feliciano da Silva, conhecido em Brazlândia, como Seu João Dobrinha, nascido em Planaltina, hoje DF e criado em Corumbá, Goiás, explica que os tecidos eram feitos no tear. “Plantava o algodão, colhia o algodão, descaroçava, tinha o descroçador [descaroçador] feito de madeira lá mesmo, depois quem tinha aquelas rodas de fiar o algodão usava, quem não tinha usava o fuso e ia para o tear e fazia o pano. Depois costurava lá mesmo, fazia tudo lá mesmo”.

A Dona Maria Vani Valadares e suas irmãs usavam chita, tecido, normalmente, estampado e bastante comum no Sertão: “Nós não chegamos a usar roupa de algodão. Usava uma tal de chita que era uma coisa feia. Meu pai ia para São Romão, que era terra da minha mãe, cidade antiga e comprava aquelas peças de chita. O São Francisco passa quase dentro da rua, lá em São Romão. Comprava, eram os fardos. Tudo igual, feio que era uma coisa. [risos]. Tinha estampada, lisa e listrada. Pagava uma mulher que tinha lá, a Alexandrina, para fazer essas roupas. Ê, tristeza”.

Para se protegerem das chuvas, durante o período das águas, os cavaleiros usavam capas, que cobriam, inclusive, a cela. Segundo o Seu Irineu da Silva Prado, “os mais ricos usavam uma capa de feltro, chamada Capa Ideal. Mais barato era a de lona, e tinha gente que usava até mesmo a capa de pano, revestida com o leite de mangaba. Ficava pesada, mas impermeabilizava, protegia contra a chuva e não era cara”. O Doutor Napoleão Valadares se lembra que existia uma quarta opção, que era a capa feita com folhas de buriti. “Não era tão confortável, mas protegia da chuva”.

### **Não tinha nem facilidade de tijolo**

A vida frugal, definida pelo Doutor Murat, não se manifestava apenas no calçar e vestir, sendo, também, observada no morar e outros aspectos do cotidiano. A descrição da casa em que nasceu é um exemplo, pois, segundo ele, era casa de roceiro, um rancho de palha, pois como já nos foi contado, o seu pai era muito orgulhoso e não queria nada da sogra. Começou, fazendo um rancho de palha: “Nessa época, eu não tinha nascido. Quando eu nasci, já era a casa coberta de telha. Já tinha evoluído, mas ele fez um rancho de palha. A única vantagem era a madeira. Madeira a vontade. Madeira muito boa, mas no resto era um rancho de palha. A minha mãe dizia que, às vezes, nos dias chuvosos, os macacos vinham e começavam a tirar as

palhas. Chovia dentro do rancho, e onça rondando e urrando em volta da casa, essa coisa toda”.

Um problema, é que o pai do Doutor Murat, o Seu Randolpho Valadares, viajava muito para negociar gado, ausentando-se, por até quinze dias. Era um tempo difícil para a sua mãe, a Dona Garibaldina Valadares Versiani, sozinha com as crianças e as onças rondando a casa. A única companhia era uma empregada, pois o vaqueiro morava num ranchinho separado.

Quanto às técnicas de construção, as paredes eram de enchimento, ou seja, varas de tabocas cruzadas e cheias de barro. Um sistema primitivo, barato e muito usado na região. Em Sobradinho, DF, próximo ao Pólo de Cinema do Distrito Federal, ainda existe uma casa colonial, cujas paredes e muros foram levantados por escravos, em 1740, os quais usaram a técnica do enchimento. Ainda existem as ruínas da senzala e dos abrigos para os viajantes, pois ela localiza-se às margens da antiga Estrada Geral do Sertão, caminho que ligava a Bahia à Bolívia e que, no Distrito Federal, passava por Planaltina, Sobradinho e pelo Curralinho, em Brazlândia.

A terra liberada nas escavações da base da casa, da cisterna, regos ou açudes, era usada no enchimento, ou na fabricação do adobe. O adobe que, por exemplo, empregado na construção do casarão da fazenda do Seu Irineu, é grande, feito de barro moldado, em forma de madeira e usado cru. Conforme o Seu Antonio João Reis, as paredes da antiga Igreja Matriz de Luziânia foram feitas com enchimento, e têm mais de um metro de largura. A armação das casas e os pisos, normalmente, eram feitos de madeira, como foi ressaltado pelo Doutor Murat, já que esta era abundante. A aroeira era a espécie mais usada na montagem da estrutura das casas.

O Seu Erasmo de Castro explica que não existiam pregos, e se usava a contrapinagem ou clavia. Tanto na construção das casas, como na fabricação dos móveis: “Em Planaltina ainda existem casas claviadas, em talha, engastalhadas. Corta a madeira que chama baldrame e hoje foi substituído pela armação de concreto. A casa era toda endentada, tanto a base como os esteios, que hoje é o concreto, como as linhas que fazem a amarração do prédio. Tudo de madeira, engastalhado. Enfiava aqui [demonstrando com as mãos], ela vinha para cá e amarrava na outra”.

Concordando com o Seu Erasmo de Castro, o arquiteto Luiz Alberto Golvêa lembra que, de maneira semelhante, a “oca do índio ou a palhoça do caboclo, a casa colonial era construída quase integralmente com materiais locais” (GOLVÊA, 1998: 39). Ele resalta que na construção da casa colonial, são utilizados elementos construtivos mais elaborados do que

a oca e a palhoça. Todavia, “sua simplicidade e adaptação ao meio ambiente tropical é excepcional, desde os grandes telhados de barro, que propiciam uma perfeita aeração e proteção contra o sol e as fortes chuvas tropicais, até às paredes de taipa ou adobe que funcionam como excelente elemento térmico, evidenciando, tanto os efeitos negativos do frio quanto do calor” (*Ibid.*: 38).

Mas, voltando à morada onde nasceu o Doutor Murat e seus irmãos, ele explica que seu pai não construiu outra casa, mas apenas fez algumas reformas e puxados: “Primeiro cobriu com telha esse rancho que tinha quatro cômodos. [...] Mudou o caibro, a ripa. A parte do telhado mudou toda. Para suportar o peso porque a palha é mais leve. Depois foi fazendo os chamados puxados ou águas furtadas, porque aproveita aquelas águas. Tinha uma salinha de jantar de chão batido, os quartos também todos eram de chão batido, não tinha cerâmica, não tinha nada”.

A sede da fazenda em que a Dona Alina de Oliveira Carvalho, Dona Lina, nasceu, no Município de Arinos, não era diferente. Era uma casa grande, de, aproximadamente, sete cômodos cobertos com palha de buritizal. Depois, o pai da Dona Lina preferiu mudar para uma outra casa melhor: “Mas depois, em 1940, nós mudamos mais para cima um pouco assim. O rego passava entre a casa da gente e o pomar lá em cima. O meu pai tirou do rio lá encima e passava ali. Aí já era a casa que tem lá hoje. Está lá de telhado. Nós fizemos uma reforma nela. Mais confortável porque a minha família estava aumentando. Minha mãe teve quinze filhos. Um morreu com um ano e pouco, o Cláudio. E depois a Adélia que morreu com vinte e tantos anos. Era tudo lá”.

O fato de terem feito a mudança para uma casa melhor, não significou o abandono da primeira morada. A Dona Elisa Oliveira de Carvalho, irmã da do Lina e, hoje, residente em Taguatinga, DF, acrescenta que “A casinha onde a gente nasceu continua a mesma, fizemos uma reforma nela. Naquela época era de enchimento, não era de tijolo nem de adobe. Fazia a armação de madeira, colocava ripas e enchia de barro. O chão era de terra batida. [...] Tinha o rego que o meu pai tirou lá de cima da serra, corria na beira da casa. Hoje em dia não tem mais nada, secou tudo. Só na época da chuva é que ainda tem, mas agora, por exemplo, está seco. Não corre água no rio porque desmatou tudo, não é? Lá nesse pedacinho nosso nós temos é poço artesiano. A água do rio é só quando está chovendo”.

Estas descrições se aproximam às lembranças de Riobaldo:

O Verde Alecrim formava somente um povoado: sete casas, por entre os pés de piteiras, beirando um claro riozinho. Meia dúzia de cafuas coitadas, sapé e taipa-de-sebe. Mas tinha uma casa grande, com alpendre, as vidraças de janelas de malacacheta, casa caiada e de telhas, de verdade... (ROSA, 1994, v. 2: 333).

Chama a atenção, a preocupação com a água. O Verde Alecrim beirava “um claro riozinho”, o que já dá para imaginar as águas que para ele fluíam, abastecendo àquelas moradas. As irmãs Dona Lina e Dona Elisa têm bem gravado na memória o canal que o pai puxou do rio e, onde, infelizmente, hoje, só corre água no período das chuvas. A solução foi furar um poço artesiano. Esta é uma preocupação sertaneja, ao escolher o local para a construção de sua casa, que deve permitir a chegada de água por gravidade, porém sem ser muito próximo da baixada, para se evitar as febres.

Na morada da família do Doutor Murat Valadares, chegava um rego, que não dava caída para uma bica. Ele lembra que “tinha um poço só lá no terreiro, com uma tábua atravessada. Ali a gente abaixava e tirava a água que queria, ela vinha lá de cima da serra”. Não havia também volume suficiente para tocar um monjolo: “Esse negócio para milho não tinha não. Pra fazer fubá e essas coisas o meu pai não usava não. Mesmo porque a água era pouca. Só no tempo das chuvas é que aumentava. Uns oito meses ela não daria para tocar um monjolo não”.

Uma das características de boa parte do vale do rio Urucuia, é a pequena disponibilidade de água potável. Como foi explicado pelo Doutor Lourenço Ferreira do Prado, na Fazenda Barreirinho, em Buritis, MG, por exemplo, existiam dois córregos que dividiam as fazendas: um deles era o Forquilha Nova, cuja água era salobra. Por isso, a fazenda se chamava Barreirinho. O barreiro é aonde o gado e outros animais vêm roer a terra, pois ali encontram sal. Conforme o relato do Seu Irineu Prado, a água do Forquilha Nova não matava a sede e dava dor de barriga, porém “lá em casa quase não tinha cárie dentária, não tinha gripe. A gente veio ouvir falar em aftosa muitos anos depois. Os dentes eram muito bons. Os meus dentes são péssimos porque eu tomei muita penicilina. O antibiótico acabou com os meus dentes”.

No Sertão Goiás, a água é mais abundante do que no vale do Urucuia, e o Seu João Pereira dos Santos comprova isso, ao contar como resolvia o problema da falta de chuveiro em casa, a partir da fartura de água, na bica do monjolo no Vão dos Angicos, hoje Município de Padre Bernardo: “Banheiro não existia. Banhava no rio ou então numa bacia. Na bica do monjolo também tomava banho. Depois [de cuidar do gado, por exemplo,] eu ia lá para debaixo do calabouço e lavava tudo da cabeça para baixo. Quando eu chegava de cá tirava aquela roupa e botava lá na vara pra secar, vestia outra e ia para outro serviço”.

Mas, voltando às casas, a morada da família do Seu Irineu da Silva Prado, sertanejo nascido em Buritis, MG, se parece mais com o casarão com alpendre, casa caiada e de telhas de verdade, que Riobaldo encontrou no Alecrim, porém sem as vidraças de janelas de malacacheta. Era bem localizada e com um excelente quintal: “Era uma casa muito boa, uma casa estilo colonial muito boa, muito bem feita, com as vigas em aroeira lavrada. A parte da cozinha, despensa e essas coisas, era uma parte de chão batido. Não tinha nem facilidade de tijolo, porque a casa era toda feita de adobe. O quintal era muito grande e, se fosse para tocar mesmo, era quase uma roça. Um quintal, que deveria dar, pelo menos, uns dois hectares. Nele, tinha um pomar com mangueira, laranjeira, bananeira, fora essas plantas nativas do campo, como o saputá, bacupari e o pequi, que são frutas nativas do cerrado. O quintal era tão grande, que a gente plantava até cana”.

A entrevista com o Seu Erasmo de Castro, sertanejo de Planaltina, DF, aconteceu no seu quintal onde, como o da infância do Seu Irineu, existe um pequizeiro, do qual ele tinha o maior orgulho. Dele, são colhidos os frutos que, ao serem congelados, enriquecem a dieta da família ao longo do ano, no arroz, ou no frango com pequi, pratos típicos da cozinha goiana. É uma forma de ocupação do terreno que valoriza a flora nativa, um casamento entre preservação e enriquecimento da mesma, já que nos dois exemplos, há uma mistura das frutíferas nativas do cerrado com plantas exóticas como a mangueira, o abacateiro e as bananeiras, espécies tão comuns nos quintais sertanejos.

As narradoras de Montes Claros, uma das principais cidades do Norte de Minas, também nasceram e cresceram em casarões coloniais, parecidos com o do Seu Irineu Prado. A professora Hélvia Maria Teixeira descreve o que, ainda, pertence à sua família, e faz isso com riqueza de detalhes: “É um casarão que não foi construído com tijolos. A telha era colonial, mas agora é francesa. É uma casa que está lá e um sobrinho mora nela. Os meus irmãos foram casando e enquanto a minha mãe foi viva viveu ali, bem no centro da cidade mesmo”.

O casarão tinha uns dez cômodos. O piso era de cimento colorido de vermelho, mesmo. “Apesar de ser no centro da cidade e tudo, ela ainda é fresquinha. O piso é frio e ela é muito alta. [...] Não tinha o forro. As pessoas chegavam lá em casa e faziam o comentário de que estava chegando do calor e quando entravam ali estava fresquinho. Era como um ar condicionado”. Tinha água dentro de casa, apesar de que o banheiro e a área de lavar roupa fossem fora da casa.

O casarão, onde Ângela Mendes nasceu e se criou, em Montes Claros, MG, também foi construído, onde é, hoje, a zona central de Montes Claros. Esta edificação é parte integrante



da história da cidade: “A casa da minha família tem quase duzentos anos. Antes era Arraial das Formigas, atual Montes Claros, MG, porque tinha muita formiga. Já existiam casinhas e era perto da sede da fazenda. Aí foi crescendo e foi feita uma igreja. Essa casa é na primeira praça da cidade, a Praça da Matriz, e o padre da Paróquia construiu essa casa para a amante dele. Era um sobrado que ficava bem enfrente a Matriz”.

Uma diferença para o casarão da família da Professora Hέλvia é que, o da família dos Mendes era um sobrado e, como já foi explanado, na parte de baixo, foi instalada a companhia telefônica de Montes Claros. A aparelhagem de telefonia foi montada toda na parte de baixo e a família morava na parte de cima. Os carretéis de cabos telefônicos eram guardados no quintal.

### **Móveis de madeira roliça e grossa**

Igualmente simples, era o mobiliário da casa sertaneja. Pela descrição do Seu Onofre Ferreira do Prado, Buritis, MG, este era rústico e pesado: “Tinha mesa na sala, [...] A mesa era bem rústica, grande e com bancos e tamboretas. As cadeiras eram de jatobá, ipê, cedro ou peroba. Pau ferro não acaba e é um peso terrível. Os nossos bancos não podiam ser arrastados por causa do peso. [...] Uma cadeira você tem que pegar com as duas mãos e com força”.

Pelo estilo e rusticidade, os móveis da casa do Seu Onofre permitiam, inclusive, a aproximação entre as pessoas da família: “Nós tínhamos na cozinha um banco muito grande, de tamboril. Uma madeira roliça e grossa. Às vezes, a gente até dormia nesse banco. A gente jantava e ficava ali com o meu pai, contando umas anedotas e uns causos, a gente terminava dormindo ali, deitados naquele bancão, mais de um metro de largura. Tinha mesa e prateleira na cozinha. A família ficava reunida ali, depois da janta. Sempre no quintal, tinha um giral bem rústico para colocar os vasilhames: pratos, xícaras e garfos. Lavava e colocava para secar, ali perto da bica”.

Nos quartos, os estrados das camas eram feitos com tiras de couro ou ripas. O Seu Erasmo de Castro explica que o catre era o tipo de cama mais usado no Sertão de Goiás. Era fabricado com madeira e tiras de couro de gado. Existiam os tiradores de correia, pessoas práticas que cortavam centenas de metros de couro, tudo igualzinho, e medindo uns dois centímetros de largura. Estas tiras eram colocadas na água para ficarem moles e, depois, se tecia o catre. Uma desvantagem apontada pelo Seu Erasmo, está na malha de couro, a qual era um verdadeiro depósito de insetos: “Guardava o barbeiro entremeio àquela amarração. O

barbeiro morava ali. Tinha um chupão chamado finfim que hoje eu nem ouço falar mais. Era menor do que o barbeiro e de noite chupava o sangue da gente. Eram milhares e milhares de finfins. Era um besourinho sem casca, molinho e vermelho. Então, os catres eram cheios de lêmbeas, as larvas de finfim. De vez em quando, tinha que tira-los para fora, pois naquele tempo não tinha querosene e nem inseticida. Então, fervia água na chaleira e jogava nas correias do catre para matar os finfins que estavam escondendo”.

Na casa da Dona Maria Vani Valadares, em Arinos, MG, as camas eram ainda mais simples, não passavam de girais, feitos com madeiras roliças. Os colchões eram preenchidos com capim pubo, um capim macio e os travesseiros com palha de milho ou paina. Eram bem diferentes dos modernos colchões de molas e travesseiros de espuma, que já são usados pelos nossos narradores.

Hoje, as salas mobíliam-se com jogos de sofás e estantes, que acomodam as televisões, exceto na casa do Seu Miguel Marques, Unai, MG. Na copa, ou na cozinha, sempre encontramos uma mesa, onde são servidas as refeições. Sempre há um fogão de lenha, apesar de agora, ter também o fogão a gás. Na casa do Seu Abel, lá em Sítio do Mato, na Bahia, o fogão de lenha está aposentado, enquanto que, na cozinha do Seu Viriato de Castro, em Planaltina, DF, ele nunca esfria.

Na maioria das moradas dos nossos narradores no Distrito Federal, não existe fogão de lenha. Uma exceção, é o puxado que o Seu Miguel José Marques construiu, no fundo da sua casa, em que existe um fogão de lenha, pronto para a batalha. No quintal da Dona Francisca Correia Amorim, esposa do Seu Otoniel, sertanejos do vale do rio Urucuia, foi construído um forno, aos moldes sertanejos, onde ela assou deliciosas quitandas, servidas na reza para Nossa Senhora da Conceição, em dezembro de 2005.

Nestas casas e apartamentos visitados, os banheiros têm chuveiro elétrico, vaso sanitário e pia, conforto herdado da modernização do Sertão. Muitas delas são equipadas com rede de esgoto, ou os resíduos e excrementos são derramados em fossas. No Sertão, há casos em que o esgoto ainda é lançado na corrente do rego de água, que abastece a casa, mas em sua maioria, já possuem instalações sanitárias. Esta é uma conquista importante, pois, antigamente, o conforto de um banheiro com chuveiro e segurança sanitária, eram itens de luxo. Isto é comprovado, pelo relato do Seu João Pereira dos Santos, que passou boa parte da sua vida no Sertão do Vão dos Angicos em Goiás, onde, para se fazer as necessidades, era no mato: “A gente era criado naquele regime e não tinha aquele ensinamento de banheiro sanitário. Quando não tinha gente por perto, a gente fazia era lá no mato mesmo. No quintal,

numa touceira de banana ou no cafezal. Na roça às vezes estavam oito, dez, quinze homens, sentiu vontade pulava a cerca ali, agachava e fazia as necessidades”.

### **Pau pra toda obra**

Todos trabalhavam e dominavam tecnologias simples, porém eficazes, apesar de que, como no caso da Dona Therezinha Demaria Mendes, o grau de sofisticação tecnológica do cotidiano da família, chegava às mesas telefônicas. Normalmente, como foi relatado, pessoas como a Dona Walquíria, Dona Maria Vani, Dona Lina e Dona Elisa Oliveira trabalhavam, ajudando os pais na lavoura, além de cuidarem da casa. Como veremos adiante, haviam períodos mais apertados, como o da colheita da cana-de-açúcar, produção da rapadura e do açúcar mascavo, ou ainda de colheita da mandioca e fabrico da farinha e do polvilho, o que consumia de três a quatro semanas de trabalho contínuo.

As mulheres, ajudadas pelas filhas e filhos, cuidavam da casa, concentrando os seus esforços na cozinha. Levantavam de madrugada para fazer requieirão e preparar o café da manhã, só parando à noite, depois da janta servida e da cozinha arrumada. Faziam as quitandas (pão-de-queijo, broa, bolo de milho, arroz ou mandioca, biscoito de vidro, tareco, etc), doces de goiaba, mamão, marmelo e cuidavam da horta e do galinheiro. Em fazendas maiores, chegavam a cozinhar para vinte ou trinta pessoas. Este foi o caso da Dona Garibaldina Valadares Versiani, mãe do Doutor Murat Valadares, que, devido ao movimento, cuidava da cozinha, com uma ou duas ajudantes, para não faltar comida aos que estavam destocando a terra para as invernadas. Os que vinham de longe para comprar na farmácia do marido, eram sempre servidos.

Enquanto a maioria dos vizinhos seguia a tradição e soltava o gado no campo, o pai do Doutor Murat, Randolpho Valadares, derrubava a mata para o preparo das pastagens, processo que demandava mão-de-obra numerosa. Isto lhe custava muitas críticas, pois, até então, derrubar a mata, era só para a agricultura de subsistência. Muitos lhe perguntavam se ia estocar capim para alimentar a família. São esses, pois, os dois motivos do movimento: “Com isso [a introdução das pastagens] tornou-se um movimento extraordinário, além do que vinham pessoas até de vinte, trinta léguas de distância. Vinha por causa do remédio e como ele vendia mais barato as outras coisas também [secos e molhados], já aproveitavam e compravam as outras coisas e levava, entendeu? Podia chegar lá três, quatro horas da tarde sem almoço que tinha almoço pronto. O meu pai nunca admitiu que alguém chegasse lá [em casa] e podia ser a hora que fosse da tarde para não ter o almoço pronto e o pouso”.

As filhas da família também trabalhavam muito. Faziam o que fosse necessário. A Dona Walquíria Valadares, por exemplo, dentre as muitas atividades realizadas, cita: o trabalho na roça (capina, limpeza da terra com coivaras, plantio e colheita), matava boi, amansava cavalos, caçava, tirava leite, dentre outros. Lembrando do quanto trabalhou, a Dona Therezinha Demaria Mendes afirma: “Eu virei pau para toda obra. Hoje, eu faço de tudo um pouco.”

### **No interior tem de saber tudo**

Os homens cuidavam da roça, do gado e faziam longas viagens em carros-de-bois, a cavalo, ou ainda com tropas e tropeiros. Levavam os excedentes para trocar por sal ou querosene, roupas, calçados e remédios. Os boiadeiros tocavam gado para centros de matadouros, como Barretos no Estado de São Paulo. Na volta, traziam garrotes reprodutores, ou muares para as tropas.

O Seu Osmar Feliciano, Corumbá, GO, sempre pontua que as crianças também trabalhavam, e que isso era muito bom.

Apesar de renomado advogado trabalhista, que luta pelo fim da exploração do trabalho infantil, o Doutor Lourenço Ferreira do Prado louva o fato do seu pai, Otávio Ferreira do Prado, com sabedoria e equilíbrio tê-lo ensinado a trabalhar desde criança. “Eu sempre ajudei o meu pai, sempre trabalhei na fazenda. Se você perguntar como se cela um animal, eu explico. Depois de seis anos de idade, eu comecei a ajudar o meu pai em tudo o que era necessário. Se você não podia trabalhar num serviço mais forte, você podia, por exemplo, separar os bezerros na ordenha das vacas. - ‘Manda o bezerro da vaca tal’. Você separava aquele bezerro e ele mamava um pouco do peito da vaca e o leite começava a descer, então começava a ordenha. Lavava o peito da vaca e fazia a ordenha. Pegar um cavalo no pasto e trazer para ser celado para uma viagem, ir de um lugar para o outro. A questão da lavoura: ajudar a plantar e colher, limpar, tudo isso a gente aprendia na fazenda. E você, normalmente, aprende, a partir dos seis ou sete anos. Quando eu vim morar na cidade com treze anos, todas essas tarefas eu sabia praticar muito bem. Eu sei como criar cabrito, castrar cabrito, porco, porca, cavalo, boi, todas essas coisas você aprende. Como carrear e descourar uma rês. Quando você vive no interior tem que saber tudo”.

O Doutor Lourenço falou, também, da importância desse tipo de aprendizado prático para a vida de uma pessoa: “Isso cria na gente um caráter firme, decidido. Essa questão de você aprender essas tarefas todas no interior você acaba sendo uma pessoa mais competente. Se for necessário você sabe e faz. Se tiver condições de pagar mão-de-obra [...] você sabe

fazer e mandar fazer, corrigir, orientar, encaminhar as coisas para que sejam feitas da melhor forma possível. Com perfeição, criatividade e acho que isso é muito importante. A gente passa a ser mais autônomo, mais independente e ativo, porque você não come pela mão dos outros. Se você manda fazer e não sai bem feito tem condições de corrigir. Então, além de impedir que a coisa seja encaminhada de forma inadequada, você ensina as pessoas como fazer”.

### **Colheita, sótãos, tulhas, surrões e sabões**

No fim dos ciclos, após o plantio e os tratamentos culturais, chegava a esperada colheita e, com ela, vinham as técnicas de armazenamento da produção. Na fazenda da família da Dona Elisa Oliveira de Carvalho, o milho era guardado no paiol, que eles chamavam de sótão. Era construído com forquilha, que apoiavam os paus roliços do piso. As paredes também eram de madeira ou de ripa de palmeira. O telhado era de palha de buriti e, ali, se armazenava o milho com casca, para não estragar. O arroz também guardava em sótão, mas na despensa da casa. Fazia a parede de barro, usando um canto de parede da casa, rebocava com barro mais fino e enchia de arroz. O feijão era ensacado. Colhia, botava no terreiro, limpava e, para não dar caruncho, fazia um barrinho bem mole e misturava com o feijão. Isso, quando não usava cinza. Quando era o barro, deixava secar no terreiro e aí guardava. O feijão não carunchava, e podia ser guardado, por até um ano.

Sobre o sótão, o Doutor Murat Valadares explica que, era um fechado de muro que chamavam de soti, o sótão, mas que na verdade não tinha nada de sótão, era um cercado semelhante à tulha. “Aquilo era nome de sertanejo mesmo, que era para por o arroz. Arroz em casca. [...] Não tinha nada de sótão, era um cercado de paredes”. Para guardar o feijão, ele acrescenta que tinham as masseiras, uns três ou quatro cochos grandes, largos que acompanhavam a extensão da parede.

Aqui no Sertão de Goiás, de Planaltina, cidade que hoje se situa dentro dos limites do Distrito Federal, o Seu Erasmo de Castro nos trás informações importantes, acerca do armazenamento dos alimentos. Segundo ele, o que seria consumido, ao longo do ano, normalmente, era armazenado em casa. O arroz e o feijão eram guardados em tulhas, os mesmos sótãos descritos pelo Doutor Murat Valadares e, também, pela Dona Elisa Oliveira de Carvalho. A descrição de sua construção é quase a mesma. Era um quadrado feito num dos cômodos da casa, cujos lados eram levantados com varas e barro, aproveitando-se um canto de parede. Em média, uma tulha armazenava seis sacos de feijão, de sessenta quilos cada um,

o que era suficiente para alimentar a família, durante um ano. O mesmo era feito com o arroz, sempre guardado com casca.

Outro método de armazenamento de grãos era o surrão. O couro de boi, a ser usado no seu fabrico, já era cortado, de acordo com o tamanho e forma pretendidos. Normalmente, tinha 1 metro de altura e era roliço, porque na sua fabricação, durante a secagem do couro, ele ficava cheio de areia. O Seu Erasmo de Castro garante que o feijão guardado no surrão mantinha as características do dia da colheita, por até um ano.

Quanto às carnes, estas eram preparadas, cada uma a sua maneira. A de vaca, depois de salgada, era colocada ao sol, durante o preparo da “carne de sol”. Já, a de porco, era frita e guardada com a gordura do animal, dentro de latas de vinte litros. Este é o preparo da “carne na lata”. Na hora de refogar o feijão, por exemplo, tirava-se uma colher da banha do porco, com alguns pedaços de carne e o cheiro tomava conta da casa, o que era a garantia de uma refeição forte e saborosa.

O mesmo processo era adotado em Buritis, no Norte de Minas. Na fazenda Barreirinho, a família do Seu Irineu matava uma vaca e comia uma parte fresca, distribuía outra e o restante salgava-se e punha no sol para secar. A carne de porco era parecido, só que, o que não era comido, ou distribuído fresco, guardava-se na lata, ou se fazia lingüiça, que é menos perecível. Por lá, não havia o costume de defumar a carne.

Voltando a Goiás, região que Riobaldo designa como “montões oestes” (ROSA, 1994, v. 2: 11), cabeceiras do rio Urucuia, chegamos à mercearia do Seu Viridiano de Castro, pai do Seu Erasmo de Castro, que, inclusive, foi guia da Missão Cruls. No açougue da mercearia, ele preparava lingüiça e carne de sol. Eram “carneadas” de oito a dez vacas, e de doze a quinze capados gordos de cada vez, o suficiente para o consumo da família e para a comercialização, durante um bom tempo. A carne de vaca era cortada em postas, salgada e colocada num varal ao sol. As sobras, tanto desta, quanto da carne de porco, eram picadas e misturadas para se fazer lingüiça mista. As pocilgas da fazenda chegavam a ter de duzentos a trezentos capados, que, de tão gordos, ficavam com as costas rasgadas. Por isso, alguém tinha de vigiar para que os urubus não viessem comer o toucinho com os capados ainda vivos.

Então, os garimpeiros que vinham da Bahia para tentar a sorte no garimpo de cristal, em Cristalina, passavam pela mercearia e faziam as suas compras. Além de duas ou mais arrobas de carne, levavam os mantimentos necessários. Passavam em grupos de vinte, trinta homens. O Seu Erasmo de Castro se diverte, contando que eles “começavam a comer a carne crua... a lingüiça também. Cortava e comia crua com uma boa cachaça (MONTI, 2002: 157).”

O Seu Irineu da Silva Prado explica que, as partes da vaca que não eram salgadas, ou consumidas próximo ao abate, eram distribuídas ainda frescas, manifestação da solidariedade vicinal, que era ensinada às gerações. Sobre esse hábito, ele aprendeu o seguinte caso: “Havia um filho, cujo pai lhe contava que quando matava uma vaca tinha carne para o ano inteiro. Então, quando o filho se casou, matou a sua primeira vaca e guardou cada pedaço, não deu pra ninguém. Até os ossos ele salgou e guardou. Dentro de pouco tempo, a carne acabou e ele foi conversar com o pai. Aí, o seu pai explicou que matava a vaca e só salgava uma parte. O restante era consumido pela família e distribuído todo na vizinhança. – ‘Onde eu puder ir a cavalo durante um dia eu mando menino levar um pedaço de carne. Durante o ano todo eu passo recebendo carne, pois todo mundo que mata uma vaca ou um porco vem trazendo um pedaço de carne fresca pra nós. Então, eu como carne fresca o ano inteiro’”. [risos]

A troca não acontecia só com as carnes. Muitas vezes, as visitas chegavam com meio saco de farinha e levavam um saco de laranja, fruta abundante no pomar do Seu Irineu da Silva Prado e que, por falta d’água, não era produzida nas outras fazendas.

A cachaça, que os baianos bebiam na mercearia do Seu Veridiano de Castro, era produzida pela família, no alambique da fazenda Monjolo, Planaltina, DF. No Sertão de Buritis, no Norte de Minas, o pai do Seu Irineu da Silva Prado também fabricava cachaça. Na sua narrativa, ele afirma que “Tinha o alambique e as dornas onde colocava para fermentar. Ele gostava de uma pinguinha e fabricava para o consumo. Não tinha muita diversão e no fim de semana reunia os companheiros para beber e contar causos”.

A cachaça, a rapadura, o melado e o açúcar mascavo, produzidos a partir da cana-de-açúcar, representavam outra trabalhadeira para a Dona Elisa Oliveira de Carvalho, pois “na época da moagem em que a gente fazia rapadura levantava era quatro horas da manhã para ir moer a cana, pegar os bois para colocar no engenho, rodar a moenda e colocar a garapa no tacho, aquilo tudo. Trabalhava até quatro ou cinco horas da tarde. Enquanto tinha cana a gente estava trabalhando”. O Seu João Pereira conta que, no vão do Corumbá em Goiás, começava-se a moer a cana em junho e só se parava em dezembro, “quando a lama pegava o umbigo dos bois. Quando os bois pegavam a bater a barriga na lama a minha avó falava que tinha que parar”.

O preparo do açúcar era mais trabalhoso que o da rapadura. O Seu Leonardo Carlos de Oliveira, sertanejo de Brazlândia, DF, usa, até hoje, a técnica para o branqueamento do açúcar mascavo, que é feito a partir do melado colocado numa caixeta e sobre ele, barro. Depois de um mês ou dois, quando se tira o barro, o açúcar está alvo. O caldo, que vai pingando do melado protegido pelo barro, leva às impurezas. Segundo o Seu Leonardo, “Fica menos

branco que o cristal, mas é mais claro que o mascavo que tem no comércio”. [traz o açúcar para nos mostrar].

O Seu Irineu Prado, sertanejo de Arinos, Norte de Minas, já não concorda, quando se diz que é fácil fazer o açúcar mascavo por esse método, o que para ele era muito trabalhoso. Apesar de que “formavam uns torrões que eram gostosos. Era muito bom”.

Por sua vez, o pai da Professora Eva Elizabete Ribeiro produzia rapadura, com fins comerciais, em sua fazenda, no Município de Unaí, MG. Este era o seu principal produto, já que os do vizinho de cerca, eram o açúcar e a aguardente.

Na produção da farinha, igualmente trabalhosa, a Dona Elisa Oliveira calcula que se gastava de três a quatro semanas. Isso “com a gente levantando quatro, cinco horas da manhã, limpando a mandioca, lavando a mandioca, ralando no ralador e fazendo o polvilho. Fazia tudo ali”.

Já, o trabalho da mãe da Professora Eva Elizabete Ribeiro, Dona Maria de Lourdes, na produção de farinha era redobrado, pois era um produto especial vendido com a rapadura, o requeijão e os doces. Era fabricada a farinha de mandioca e a de milho, sendo que esta era especialíssima. Era feita com milho granado, mas não completamente seco. Precisava ser um pouquinho mais mole, para ser ralado no ralo manual, antes de ir ao forno. Mexida, ainda quente, formava aqueles beijus deliciosos. A Professora Eva continua: “Depois ela enlatava e vendia aquela farinha. Então, disso vinha o sustento para comprar material escolar”. O arroz e o feijão não podiam ser vendidos, pois o consumo da família era grande. Vendia também queijo, ovos, galinha e muito requeijão”.

Até mesmo o sabão era fabricado em casa. Na casa de Dona Elisa Oliveira de Carvalho, era feito de espécies do cerrado, como por exemplo, o tinguí. O substituto para a soda cáustica era preparado, a partir da cinza da mamoninha.

O Seu Irineu da Silva Prado detalha bem esse processo, inclusive, revelando que este sabão caseiro era usado no banho: “Para fabricar o sabão precisa da soda cáustica, não é? Como não tinha soda cáustica fabricava o sabão “de coada”. A “de coada” fazia de cinza da madeira, da mamoninha. Lá, em casa cortava a mamoninha e tacava fogo. Era uma árvore grossa. Depois catava aquela cinza do rasto do pau, botava na vasilha, chegava a casa e fazia o que a gente chamava de “incesto”, que era um funil feito de palha, geralmente do buriti, capim ou sapê. Fazia um cone e juntava duas forquilhas e emendava e enchia até em cima de cinza e ali encima colocava água na cinza. Aí ela pingava lá embaixo e chamava “de coada”.



Se você pegasse aquele caldo e colocasse na língua parece que ia cortar a língua. Era tipo uma soda que era usada para fabricar o sabão. O sabão “de coada” é bem mais leve que o de soda. Ele não ruía tanto quanto o de soda. A gente não tinha acesso ao sabonete. Eu vim conhecer sabonete já era rapaz. Sabonete era só para os adultos e olha lá, porque a maioria usava o sabão “de coada”. “Perfume? Nem pensar, não se conhecia”.

### **Fartura tamanho família**

Quanto aos produtos da agropecuária, da caça e coleta, em sua maioria, eram consumidos numa dieta, marcada, tanto pela simplicidade, quanto pelo valor nutritivo, o que garantia energia e saúde para o enfrentamento dos desafios do dia-a-dia. É Riobaldo que nos chama para a mesa:

Por tudo eram fogueiras de se cozinhar, fumaça de alecrim, panela em gancho de mariquita, e cheiro bom de carne no espeto, torrada se assando, e batatas e mandiocas, sempre quentes no soborrvalho. A farinha e rapadura: quantidades. As mantas de carne-ceará. Ao tanto que a carne-de-sol não faltasse, mesmo amiúde ainda saíam alguns e retornavam tocando uma rês, que repartiam. Muitos misturavam a jacuba pingando no coité um dedo de aguardente, eu nunca tinha avistado ninguém provar jacuba assim feita. Os usares! A ver, como o Fafafa abria uma cova quadrada no chão, ajuntava ali brasas grandes, direto no brasal mal-assasse pedaço de carne escorrendo sangue, pouco e pouco retirava com a ponta do facão, só pelo chiar. Disso, definitivo não gostei. A saudade minha maior era de uma comidinha guisada: um frango com quiabo e abóbora-d'água e caldo, um refogado de caruru com ofa de angu. Senti padecida falta do São Gregório – bem que a minha vidinha lá era mestra. (ROSA, 1994, v. 2: 111)

No café da manhã, além do café e do leite, eram consumidas quitandas, paçocas, queijos, requeijões e em alguns casos, como no do Seu Veridiano Fernandes Valadares, até carne assada na hora. A anta, por exemplo, não servia para comer cozida, então, retalhava, salgava, secava e depois fazia paçoca no pilão. O processo é o mesmo para a preparação com carne de sol descrito pelo Doutor Murat: “A paçoca era socada no pilão. É a carne de sol frita e socada no pilão junto com farinha. Vai pondo farinha e socando de modo que vai triturando ela. A paçoca é uma delícia!”.

Havia preocupação com a preservação e com o sabor. O requeijão ia criando um cascão por fora e agüentava por muito tempo. Os biscoitos de polvilho, juntos com o pão-de-queijo eram feitos em quantidade. O Seu Irineu gostava, porque o pão-de-queijo de sua casa era grande: “O pão-de-queijo era grandão e levava muito óleo e queijo. Faz ele, assa e ele vai criando aquela casca e às vezes criava mofo por fora. Raspava e por dentro ficava macio que nem o requeijão. É o ‘tamanho família’ que a gente chamava lá em casa”. O pequeno se fazia

só para comer na hora, quando, por exemplo, recebia uma visita, mas para comer depois era o “grandão”. O biscoito chamava “biscoito de vidro”, que em Arinos e Buritis era também conhecido por tareco. É feito à base de polvilho e ovo, enrolando as bolinhas e colocando numa panela com água bem quente, fervendo. Elas afundam e depois sobem. Então, são tiradas da água e colocadas no tabuleiro para assar, parte do processo em que ficam com uma película vítrea, por causa do polvilho. A vantagem do tareco é que pode ser guardado por muito tempo, sem perder as suas características. Outra guloseima feita com o polvilho era a peta, das quitandas sertanejas, a mais encontrada em panificadoras, mercearias e supermercados.

O café, normalmente, era tomado com leite. Na casa da Dona Maria Vani Valadares, sertaneja de Arinos, Norte de Minas, não era diferente: “No café da manhã era leite, pão de queijo, beiju – que aqui chamam de tapioca. Mamãe fazia uns bolos de fubá, de arroz e milho que eram uma delícia. Assava naqueles fornos feitos na roça, no chão e de adobe. Era todo sábado. Aí enchia as latas e tirava a semana. No sábado passava fazendo as quitandas”.

A Professora Eva Elizabete Ribeiro, sertaneja do Município de Unaí, MG, hoje residente no Lago Norte de Brasília, junto com seus irmãos, recebia um tratamento diferenciado no café da manhã: “O café da manhã na fazenda era do tipo que pegava uma caneca cada um e ia para o curral, para tomar o leite ao pé da vaca, como se diz hoje. Era para tomar o leite com uma espuma maravilhosa. Quem tirava o leite era o meu pai. [...] Mais tarde tinha biscoito de queijo, pão-de-queijo, bolo de fubá, de mandioca, coisas ali mesmo da região. E também a minha mãe colocava mandioca cozida com leite e farinha de milho com leite. Quando fazia farinha ela fazia a tapioca em quantidade e guardava”.

O Doutor Murat acrescenta uma das suas preferências ao cardápio do desjejum sertanejo: a batida de ovo. É uma receita simples, que consta de clara de três ou quatro ovos e que deve ser batida até a clara em neve. Isto era feito em prato fundo, pois, segundo ele, não havia bateadeira e outras facilidades. Depois, misturava os ovos com rapadura – adoçava com rapadura – e farinha. Além de gostoso era altamente nutritivo, mais forte que uma gemada, pois entrava o carboidrato da farinha.

Outra mistura sugerida pelo Doutor Murat Valadares para o café da manhã, era de origem indígena e, citada por Riobaldo alguns parágrafos acima, a jacuba: “A jacuba era mais grosseira, era um negócio mais pobre, entendeu? A jacuba era o seguinte: água, rapadura e farinha. Fazia uma espécie de mingau e comia. A rapadura é o doce, o açúcar, não é? Alimentava, dava para matar a fome, mas não era nutritivo como a batida”.

O almoço era servido bem mais cedo do que o habitual, hoje. A Professora Eva Elizabete garante que isto não lhe tirava o peso, e a importância na dieta do sertanejo. Era o arroz e o feijão cozidos em panela de ferro, e com gordura de porco. Ela veio conhecer óleo de soja, ou de milho, quando já tinha seus sete anos. Na sua casa, nunca faltava carne, seja de vaca, de porco, frango ou caça: “O meu pai era caçador. A gente comia muito veado, paca e capivara. Com a capivara fazia as almôndegas. Eu gostava muito da carne de capivara, mas o tatu eu não sei se era porque a gente tinha mais costume de ver, me causava uma certa agonia. Comia, mas não era uma coisa que atraía”.

Na realidade, atividades, como a caça e a pesca, além de ser o lazer preferido de muitos sertanejos, reforçavam a dieta alimentar e garantiam a segurança do gado e da família. Por isso, os caçadores de onças são heróis que povoam o imaginário sertanejo, não faltando causos acerca deles. O Seu Otávio Ferreira do Prado, pai do Seu Irineu e do Doutor Lourenço Ferreira do Prado também era um grande caçador. Dentre suas carnes de caça, a de paca era a preferida. O Doutor Lourenço se lembra: “De caça lá no Sertão a mais saborosa é a carne de paca. Ela é a número um para mim. Depois tem a carne do mateiro que é muito parecida com a do gado. O veado mateiro você tira bife como se fosse carne de gado. Meu pai gostava de experimentar de tudo, comia até carne de onça”.

O Doutor Lourenço conta: “os meus filhos sabem que o pai deles não mente, mas se eu contar, por exemplo, que antes e depois do meu nascimento lá na Fazenda Barreirinho era tanto mato em volta que a roupa que era estendida encima da cerca e vinha onça durante a noite passear encima daquilo ali. Ela matava uns dois ou três cabritos e no outro dia a gente ia atrás e encontrava a uns dois ou três quilômetros dali. Se não matasse a onça ela começava a matar todos os seus animais ali. O meu pai ao longo da vida deve ter matado mais de setenta onças, ou matava ou ela acabava com os animais todos ali.”

Considerando a legislação atual, o Doutor Lourenço se justifica: “Então, se você conta para o pessoal hoje, jogam o IBAMA em cima de você. Naquela época, era daquele jeito ou então não sobrevivia. Eu tenho um pedaço de terra aqui perto de Formosa e cheguei a criar vinte e sete cabritos. Uma vez apareceu uma onça lá e comeu cinco numa noite. Ela mata um, passava um pouquinho e matava o outro. Eles correm e ela vem chegando mais perto e vai matando às vezes só por maldade. Ela bebe só o sangue”.

Outro ex-caçador de onça, de muita coragem, é o Seu Osmar Vale, sertanejo residente em Pernambuco, Município de Buritis, MG. Hoje, ele já não caça mais, porém, a justificativa por ter matado várias delas, é a mesma, dada pelo Doutor Lourenço: para um pequeno

produtor, cujo rebanho é reduzido, perder dois ou mais animais por noite para uma onça, é risco de se passar fome. É como dizem os sertanejos: “É a onça numa ponta e o fazendeiro na outra.”

O peixe também era abundante. O Seu Irineu da Silva Prado, que nasceu e cresceu no vale do rio Urucuia, comeu muito peixe com seus pais e irmãos, apesar de que a sua mãe, Dona Genoveva Ferreira da Silva, não gostava muito. A pesca era fácil e farta. O difícil, conforme o relatado na primeira parte do trabalho, era a linha e o anzol. Ele só veio conhecer linha de nylon, quando já tinha mais de dez anos de idade. Pescava com linha de algodão e anzol. “Traíra cortava muito a linha da gente. Traíra, dourado, matrixã. Então, a gente perdia muito anzol, porque eles cortavam a linha”. O anzol era comprado no comércio de Buritis. Pela classificação do Seu Irineu, era um tipo de anzol muito vagabundo, fabricado com um aço que enferrujava. Mesmo assim, existiam aqueles que não podiam adquiri-los e pescavam com arco e flecha, arpão e pariu, heranças indígenas, já descritas na tese.

O macarrão era, e ainda é, bastante consumido pelo sertanejo. Inventado pelos chineses, no Brasil, a introdução do macarrão, em nossos hábitos alimentares, coube aos imigrantes italianos, principalmente, na região Sul. O crescente interesse fez surgir pequenas fábricas de macarrão no país, tendo sempre como mão de obra, a família italiana. Era uma produção rudimentar, bem caseira e de baixo volume, até que começaram a surgir as primeiras indústrias de fabricação de massas alimentícias, que evoluíram para as atuais e sofisticadas máquinas de fabricação do macarrão<sup>20</sup>.

A macarronada com molho vermelho é prato comum nas residências, festas e restaurantes, que servem a autêntica comida sertaneja. No *Almanach de Santa Luzia para 1920*, o Seu Gelmires Reis indica a seguinte receita:

**MACARRÕES À LUZIANA:** Partam-se os macarrões em pequenos pedaços e cozam-se em água salgada até que fiquem moles. Escorra-se a água e ponham-se os macarrões em um travesso fundo, cubram-se com leite fervido, temperem-se com manteiga, pimenta e sal quanto bastam. Raspe-se suficiente queijo para cobrir a superfície e leve-se tudo a forno regular, por meia hora. (MEIRELLES; REIS, 1920: 14)

Na maioria das casas sertanejas, o jantar não era muito diferente do almoço. A professora Eva Elizabete lembra que “Tinha o lanche da tarde e a janta com arroz, feijão e carne. Sempre a minha mãe foi cuidadosa e tinha horta com alface, repolho, tomate, cheiro verde, couve, mostarda, abobrinha e mandioca. Ela fazia essas coisas. A nossa comida era

<sup>20</sup> Extraído do site do Sindicato da Indústria de Massas e Biscoitos do Estado de São Paulo, [www.simabesp.org.br](http://www.simabesp.org.br) no dia 01/02/2007.

saudável. Eu me lembro das panelas com verduras, pois a maior parte era cozida. Só o alface e o tomate que se comia cru”.

As verduras básicas da casa do Seu Irineu da Silva Prado, no Sertão de Buritis, MG, eram o jiló, quiabo, abobrinha, abóbora, couve e alface. “Tomate do grande veio conhecer depois. A gente tinha um tomate pequenininho que era nativo e dava ao redor do curral. Era azedinho e a minha mãe fazia muito molho com ele”.

A Dona Maria Vani Valadares acrescenta à lista de produtos da horta de fundo de quintal, a saborosa gariroba, a mandioca e o mamão que, segundo ela, era a mesma coisa do chuchu, pois fazia verdinho e afogado. A abóbora e o quiabo eram abundantes na horta que, além dos alimentos citados, produzia alface e tomate. Para facilitar a irrigação, a horta ficava na beira do córrego em que a Dona Maria Vani gostava de brincar, enquanto a mãe, Dona Eurides César Valadares, plantava, dava os tratos culturais ou colhia.

No conto *A Estória de Lélío e Lina*, que integra *No Urubuquaquá, no Pinhém*, João Guimarães Rosa descreve, com poesia, o espaço ocupado por estas hortas e fruteiras na vida sertaneja:

Levara-o à horta, crescida e chovida, e ao quintal, onde tudo era aprazível: com a flor-de-baile, que se abre de noite; a figueira, em bom lugar, que dava figos o ano todo; o vivo cheiro da pimentinha vermelha; os grandes mamoeiros e o pé de mamão-macho, encordoado, voaçado de abelhas; o urucum, bichoso, azaranzado perto da cerca; os quiabeiros, a cidreira, os marmeleiros, a acelga verdinverde; as rosas solteironas, que se enferrujavam e mofavam na roseira; e o limoeiro – que, na norma dos limoeiros, na mesma ocasião se carregava de tudo, junto, tinha botões, florinhas, e os limões de todos os tamanhos, verdes, de-vez e maduros – limoeiro tão tratado e cuidado, e por tanto agradecido, que deu flor antes do tempo. Ali, dona Rosalina ainda parecia mais fazeja e mais senhora, dona de ervas e flores, sabedora do mundo seu. (ROSA, 1994: v. 1: 763)

Um prato que a Dona Eurides Valadares, mãe da Dona Vani Valadares, gostava muito de fazer para o jantar, era o arroz com carne seca, também conhecido como picadinho de arroz. Às vezes, tinha feijoada do almoço, que já ficava no fogão e a família ia servindo.

O Doutor Murat Valadares, um amante da culinária sertaneja, recomenda o quibebe, também conhecido como picado de mandioca com carne, carne seca. Esta é uma variante do picadinho de arroz, da Dona Eurides. “É uma delícia, principalmente se feito de véspera, pois o caldo fica grosso”, aconselha. O segredo do quibebe é ser preparado, por exemplo, hoje à tardezinha e ser deixado fora da geladeira. Não estraga porque é feito de mandioca e carne seca. Amanhã, mesmo se comido frio é gostoso.

Era uma fartura em todas as refeições e, segundo a Dona Maria Vani, as noites eram para o encontro da garotada: “Todo mundo jantava. O almoço era dez e meia, café da manhã

era sete horas e a gente jantava mais ou menos sete e meia e ia dormir, mas quando tinha lua bonita na roça ajuntava as filhas dos agregados do papai e a gente ficava até tarde brincando. No meu tempo, quando a gente não estava trabalhando brincava de boneca de pano. A gente fazia roupa para elas. Era uma vida boa. A vida de hoje, Deus me livre. Tem tudo mais fácil, mas é muito sofrida”.

### **Guloseimas e mais fartura**

Muitas vezes, esses momentos em que a família se confraternizava com os vizinhos, eram adoçados com verdadeiras guloseimas. O marmelo, que pode ser encontrado na horta da Rosalina, no conto roseano citado parágrafos acima, também é cultivado, próximo à Luziânia. Com ele, é fabricada a famosa marmelada de Santa Luzia, iguaria que acompanha a vida do Seu Antonio João dos Reis, e que foi objeto de pesquisa do seu pai, o jornalista e historiador, Gelmires Reis. Nos seus relatos publicados no Jornal Anápolis, em 1950, encontramos:

João Pereira, o proprietário da Fazenda Engenho de Palmas do julgado de Santa Luzia, plantou em 17/11/1770, sem nenhuma solenidade, o primeiro marmeleiro, cuja muda trouxe da Bahia. Depois de ter feito o serviço, lavou as mãos no rego de água próximo e foi tomar a refeição na cozinha. Mal sabia que estava plantando o marco da fama dessa terra prodigiosa que teria no correr do tempo o seu nome ligado ao do doce feiticeiro, conquistador de fama incondicional por toda parte. O seu ato foi inspirado e o solo aceitou de braços abertos, produzindo assim, larga escala de frutos deliciosos. Não sabia que acabava de descobrir um rico filão de riqueza para a terra de Santa Luzia. O melhor solo é o do Mesquita, próximo da Cidade Ocidental. A planta ali viceja com maior intensidade, entusiasmo não só no tamanho, mas na qualidade do fruto.

O Seu Gelmires informa ainda que, na década de 1920, o Município de Santa Luzia exportava, anualmente, cerca de 2000 arrobas de marmelada, “que é tida, com muita razão, como a melhor de todo o Brasil” (MEIRELLES; REIS, 1920: 45). Quando o bando de Riobaldo passou por Goiás, um morador local, o do-Zabudo, presenteou Diadorim com uma caixa de marmelada, a qual é comparada com a de Santa Luzia: “Pois de repente trouxe e ofertou a Diadorim, de regalo, uma caixeta da boa e melhor marmelada goiana, dada a valores: - “Ademais o senhor prove o de que demais gostará... A de Santa Luzia, perto desta, perde por famosa...” (ROSA, 1994, v. 2: 343).

A Professora Eva Elizabete Ribeiro ainda se lembra da trempe, um arco de ferro com três pés sobre o qual se colocam panelas, com um tacho de cobre, onde sua mãe fazia deliciosos doces. O principal era o de goiaba: “Junto dessa casa que eu nasci tinha uma mata nativa de goiaba. Era goiaba demais. Eu lembro muito a gente indo catar goiaba para fazer doce. A família se reunia para cortar, tirar a semente e era um processo familiar. Isso não era para vender, era para o consumo de casa. Em menor quantidade fazia o doce de marmelo.

Tinha nativo também. Fazia muito doce de caju do campo. Doce de leite fazia sempre porque tinha o gado e o leite. Doce de leite com ovos, de mamão, cidra, pois tinha um pé próximo ao poço do monjolo. Sabe o que é cidra? É tipo uma laranja e faz o doce da casca. Eram os doces de frutas e o de leite. Fazia também o chuisco que era queijo ralado com ovos. Umhas bolinhas que chamavam chuisco”.

O galinheiro abastecia a cozinha com ovos e carne. Segundo o Seu Onofre Ferreira do Prado, na sua casa no Sertão de Buritis, MG, perdia ovo, porque a família não conseguia consumir o que era produzido, e não havia comprador para o excedente da produção. É com orgulho, que ele relata a fartura: “Ovo lá em casa perdia, tinha que jogar fora, ia para o lixo. O pai uma vez comprou uma cumbuca de cabaça. Chegou um senhor uma vez com uma cumbuca que era enorme e de uma espessura que era uma coisa esquisita. Eu nunca tinha visto. Ela pegava assim uns sessenta litros, umas três latas de querosene de dezoito litros. [...] E tinha vez que enchia de ovos, porque não tinha comprador. Os ovos da metade para baixo apodreciam e tinha que jogar no lixo. De galinha, de pato e de cocá. Perdia. Uma coisa esquisita. Toda tarde eu e minhas irmãs batíamos ovos. Fui criado assim”.

A carne de frango, ou de galinha caipira era um outro reforço alimentar rico em proteínas, mas que segundo o Doutor Murat, hoje, é difícil de se encontrar. Quando ele ainda possuía a fazenda maior, em Arinos, MG, não havia esse problema, pois o milho era farto e criava os frangos e frangas soltas. “Tanto que quando eu vendi a fazenda eu dei lá para o rapaz vender os frangos na meia para nós, as galinhas. Ele vendeu cento e setenta e tantas, quase cento e oitenta cabeças como nós falávamos. Criava muito”.

### **A vidinha nossa era assim**

Mas, nem tudo era fartura, muitos padeciam pela falta de alimentos básicos, como o sal, componente indispensável da dieta humana e de outros animais. Para ilustrar este fato, vale considerar a história de vida do Seu Otoniel Rodrigues de Amorim, sertanejo nascido em São Francisco, cidade ribeirinha localizada no trecho mineiro do rio que lhe dá o nome, e que se mudou para o vale do rio Urucuia, mais precisamente para o Município de Buritis, MG.

Uma das grandes dificuldades que o Seu Otoniel tinha, principalmente, no período das águas, era de obter o sal para abastecer a despensa da família, constituída pela mãe, uma irmã e o irmão. São marcas deixadas pela vida difícil do trabalhador braçal, que troca sua força de trabalho, pelo mínimo necessário à sobrevivência: “Eu trabalhava e pedia para o dono da fazenda um pouco de sal e um café, porque a minha mãe toda a vida gostou muito do café. Eu

e o meu irmão não esquecia de levar o café para ela. Trabalhava para ganhar aquilo, o senhor entende? Eu passava anos e anos sem ver dinheiro [risos]. O dinheiro mais fácil que tinha de primeiro era o tostão, conhece ele”?

Era o abismo entre ricos e pobres, sendo que entre aqueles, nem sempre o coração falava mais alto. É o caso do Coronel Américo, que veio de Montes Claros para o Sertão do Urucuia. Era um homem muito rico, mas, segundo o Seu Otoniel Rodrigues de Amorim, “o tanto que ele tinha de rico ele tinha de ruim”. Ao chegar à região comprou uma fazenda, construiu uma casa que “era tampada de cima até embaixo de perfume, sal, café, ferragem com toda espécie de ferro que quisesse”.

Órfão de pai e filho mais velho, o Seu Otoniel Rodrigues de Amorim começou a trabalhar muito cedo na fazenda do Coronel Américo, em troca de tecido, café e, às vezes, uma foice ou um machado. O arroz e o feijão eram produzidos nas terras onde moravam e faziam suas próprias roças. Na avaliação do Seu Otoniel, “Não era com fartura porque qual a força que o pobre tem para tocar a lavoura grande, não é? Mas ali nós tinha o arroz, o feijão, a mandioca, o milho para os porquinhos e as galinhas. A vidinha nossa era assim”.

Ficava mais difícil, quando faltava o sal por até um mês: “Imagina que a derradeira coisa é comer sem sal. E não é dizer que isso era sem sal porque não deu para tudo. Não. Era tudo sem sal. Se tivesse o peixe, era peixe, o arroz e o feijão, tudo sem sal”.

Então, quando recebiam a notícia de que haviam chegado os carros-de-bois carregados com sal em Buritis, começava a maratona da viagem a pé, e as travessias dos rios cheios, nos períodos chuvosos. E, na maioria das vezes, o sal não dava para todos: “O senhor vê a dificuldade, tem um rio na frente que chama Confins. A ponte que tinha o Confins levou. Era de pau, então tinha que nadar o rio, ir em Buritis e voltar. Agora, e o medo de molhar o sal? Não tinha canoa, não tinha nada, atravessava era no nado. Eu mesmo atravessei no nado umas poucas de vês. Botava a trouxa na cabeça e abraçava com cipó para não molhar o sal e saía do outro lado. Isso tudo era de pé, não era no cavalo. Quando a gente chegava no Buritis falava com o Sinésio que queria sal e ele: - “Tem mais não, já acabou”. Moço, mas que vida dura”!

O sal vinha de São Romão, ou de Januária, cidades já citadas, anteriormente, pelo Seu Otoniel Rodrigues de Amorim. Era uma viagem de carros-de-bois, que durava um mês, entre ida e volta. Na volta, a carga já começava a ser distribuída nas fazendas, a partir de Arinos e, acontecia de chegar um saco de sal, em Buritis.

O Seu Irineu da Silva Prado explica que “em primeira mão o sal vinha de São Romão. Ele vinha de vapor pelo rio São Francisco e descia em São Romão que era um porto que



existe até hoje. Então o pessoal formava aquelas comitivas de burros, as tropas. Iam até quarenta burros com as cangalhas para carregar o sal”.

O sal originário de São Romão chegava até os sertões de Goiás. É como encontramos no romance “*Grande Sertão: Veredas*”: “passava era uma tropa, os diversos lotes de burros, que vinham de São Romão, levavam sal para Goiás” (ROSA, 1994, v. 2: 45).

Todavia, o Seu Otoniel Rodrigues de Amorim continua a sua avaliação: “Agora pensa: um saco de sal pra tanta gente? Era fazendeiro, aquele povo todo, o Cezário, os Dourado. Eu esqueço de tanta gente ali que era fazendeiro. – “O Sinésio tem sal”. Aí juntava tudo: - “Eu quero dois sacos de sal”. – “Eu só tenho um e como que você quer dois? Só tenho um e posso te arrumar dois ou três litros de sal.” E era assim, quando a gente chegava lá ele dizia: - “Ó, o fulano tem, mas não diz que eu falei não”. E a gente saía pedindo para um e para outro. Às vezes, arrumava meio copo de sal. Agora, o senhor vê, de onde a gente morava no Buritis, são cinco léguas [trinta quilômetros]. Isso tudo com chuva chovendo também, não é? Agora, aquelas grotas para lá quando estava chovendo tudo exigia vau [ponto em que o rio permite travessia]. Não era toda hora que chegava e achava vau não. Aquela Extrema [ribeirão que margeia o limite Sul cidade de Buritis] mesmo era uma. Já estava quase enxergando o Buritis e se não tivesse vau não passava”.

Na fazenda do Coronel Américo, talvez as dificuldades fossem ainda maiores. O café da manhã, por exemplo, era só o café mesmo, “era o café dentro da água e só. Com isso nós bebia e arrastava enxada até, porque o relógio era o sol, ninguém tinha relógio não”. Era o café puro, sem o leite, ou as quitandas, tão comuns na dieta sertaneja. Em compensação, o almoço era bom, pois tinha toucinho, feijoada [feijão com, dentre outras partes do porco, orelhas e pés], arroz, porém, sem verdura e carne de vaca.

Mas o Seu Otoniel Rodrigues de Amorim, apesar da pobreza, trabalhava dignamente para manter a família e, na vida simples que levava, havia dignidade, perseverança e esperança. Apesar de tudo, não era qualidade de vida das legiões de excluídos, que, hoje, ocupam os assentamentos no Distrito Federal. Ajuntamentos de gente sem família, endereço, nome, nem nada. Assentamentos, parecidos com o Sucruíú, canto de Sertão dominado por febres, fome e miséria, cujo povo saqueava as fazendas abandonadas, em busca de sustento, realidade descrita por João Guimarães Rosa, no seu *Grande Sertão: Veredas*. Zé Bebelo, grande amigo de Riobaldo, ainda chefiava o bando, quando chegaram à fazenda de um Seu Abrão e, lá, encontraram o negrinho Guirigó, menino parecido com aqueles que, normalmente, batem nos vidros dos nossos carros, quando paramos nos semáforos, aqui na cidade grande:

O sol ia entrando, vi o céu nos roxos, nos vermelhos. Misturamos numa baixada, no capim cacheado. Umas lavourinhas. Daí, lá se estava, no retiro do Abrão, onde o campo largueia. Era uma boa casa. Mas, de dentro, saíram, de repente, por suas portas, uns homens, que fugiam corridos, feito ratos se escapulindo do toucinho de um jacá.

[...]

Pois não foi que um deles, errando no abrir da fuga, demorou, e perdeu as facilidades; então, veio do nosso lado, embafustado, quase debaixo dos cavalos. Era um pretinho.

Um rapazola retinto, mal aperfeiçoado; por dizer, um menino. Nu da cintura para os queixos. As calças, rotas em todas as partes, andavam cai'caindo; ele apertou perna em perna. Arfava chiado, como quem, por todo engano de pressa, tivesse chupado na boca um gole quente de café demais. Bezerra doente, de mal-de-ano, às vezes faz assim. Cuido que por não perder de todo as calças como vestimenta, ele se ajoelhou – chato no chão, mais deitado do que ajoelhado. – “A benção!” – pois disse. E a idéia dele rodou ligeira, pois, quando se notou, tinha tirado do bojo do saco o que estava lá: que era um pé de alpercata de homem, um candieirozinho pequeno, desses que vinham da Bahia, uma escumadeira de cozinha e um arranjado envernizado de couro preto, que nem boldrié – que tudo jogou fora, para uma banda, o longe que pôde. Seguinte o que, mostrou à gente o saco vazio, e com isto dizendo, arquejado: - “Tirei não, nada não... Tenho nada... Tenho nada...”

Isso tudo se deu curto, que nem o mijar dum sapo; e dum modo tal inocente, de quem visse risse. E em coisa tão tola declarada assim a gente até crê razão, por ser tão afã de absurdo.

- “Donde é que vocês vieram, dond' é?” – Zé Bebelo indarguiu.

- “A gente quer voltar para casa... Semos, sim, é do Sucruíú, nhor sim...” (*Ibid.*: 252-253)

Mais adiante, Riobaldo, como que compromissado com aquela realidade, já chefe do bando, volta ao Sucruíú e leva consigo o Guirigó, aquele menino “Tão magro, trestriste, tão descariado, aquele menino já devia de ter prática de todos os sofrimentos” (*Ibid.*: 253). Menino que, em alguns aspectos, era parecido com o Seu Otoniel Rodrigues Marques de Amorim. É como ele próprio afirma: “O senhor vê que eu cresci, mas muito de vagaroso”. Mas nunca abandonou a luta por uma vida digna. Em 1942, quando se casou com a Dona Francisca Correia Amorim, até hoje ao seu lado, com saúde e disposição, enfrentou dois anos de enchentes, quando ficou, praticamente, sem nada para comer. Foi quando a solidariedade vicinal garantiu a sobrevivência de todos. O pouquinho que se salvou das roças de cada um, era compartilhado com os demais, não se esquecendo de garantir as sementes do arroz, feijão e milho, para o ano seguinte.

Na década de 1960, ao se mudar para a cidade, em Buritis, MG, o Seu Otoniel Rodrigues de Amorim sentiu a falta dos antigos vizinhos, da relação de solidariedade, o que deu sustentabilidade ao seu começo de vida, com a Dona Francisca. Eram muitos, precisando de ajuda. Foi, quando, resolveu vir para Brasília: “Foi em 1961/62. Aí mudamos. [...] Moço, esse ano foi um sólão e eu toquei uma roça, uma meia lá com um companheiro, se o senhor vê o tanto de arroz que eu tinha plantado e o tanto que eu colhi, naqueles altos só ficou a palha. Os meus filhos todos me ajudando. Não precisou nem cortar o arroz, o cacho dele ficou igual

chocalho. Agora, no lugar que era mais baixo deu um arroz tão bom, colhemos e levamos para o Buritis”.

Porém, a situação não estava difícil, somente para o Seu Otoniel e família: “Quando nós chegamos lá, com essa crise de sol, nós não tivemos chuva nem para plantar feijão. Mas com esse sol o pessoal dentro do Buritis pensou que eu ia ser o pai de todo mundo. Eu conversei com a mulher porque ao invés de ter gente pra nos ajudar, a gente é que tinha que sustentar os outros. Pra socar o arroz já tinha que ter um punhado para alguém. Vamos caçar um lugar porque com esse tanto de filho [...] Deixei ela lá com os meninos e arranquei aqui para Brasília. Mês de Julho de 1963. Vim eu e duas filhas. Essa aqui [apontando para a Dadá] com doze anos arrumou emprego de doméstica, ganhava dez reais no mês, não era no dia não”.

Para Josué de Castro (2003), no Sertão do Planalto Central brasileiro, as deficiências alimentares, resultantes das situações descritas, são mais discretas e menos generalizadas, do que na Amazônia e no Nordeste açucareiro, por exemplo, regiões de fome endêmica. São diferentes, também, do semi-árido nordestino, região caracterizada por surtos agudos de fome. Lá, acontecem “epidemias de fome global quantitativa e qualitativa, alcançando com incrível violência os limites extremos da desnutrição e da inanição aguda e atingindo indistintamente a todos, ricos e pobres, fazendeiros abastados e trabalhadores do eito, homens, mulheres, e crianças, todos açoitados de maneira impiedosa pelo terrível flagelo das secas” (CASTRO, 2003: 157).

Diferentemente, os locais habitados pelo Seu Otoniel Rodrigues, por exemplo, “Não são áreas de fome, no sentido rigoroso da palavra, mas áreas de subnutrição, de desequilíbrio e de carências parciais, restritas a determinados grupos ou classes sociais” (*Ibid.*: 249). Isto pode ser percebido, pelo conjunto de depoimentos de nossos narradores, sendo que o Seu Otoniel, no tempo em que vivia no Sertão do Urucuia, padecia com os seus familiares, de carências protéicas, vitamínicas e de elementos essenciais, como os encontrados no sal de cozinha. Aspectos de sua vida, que foram revertidos, graças à sua determinação, de sua esposa, familiares e às escolhas acertadas que todos fizeram.

O milho é apontado como o alimento básico para o Sertão do Centro-Oeste, podendo ser combinado com diferentes substâncias alimentares, mas, principalmente, com o porco que funciona “como o processo mais rendoso de ensacar e exportar o milho” (*Ibid.*: 250). Porém, estes não são os únicos recursos alimentares da região, acrescentando-se a criação abundante do gado bovino, o cultivo do feijão, do café, arroz e cana-de-açúcar. O autor acrescenta:

Apesar da criação de gado em grande escala nesta zona, o milho, que é o alimento básico das populações, não se associa preferentemente ao leite, no regime local, mas ao feijão e à gordura de porco, num complexo nutritivo cuja expressão típica é o tutu de feijão mineiro. Ele é preparado com farinha de milho, feijão, gordura, toucinho e lombo de porco, complexo alimentar de alto valor calórico, mas qualitativamente de valor nutritivo bem inferior ao do angu ou do cuscuz de milho com leite do sertão nordestino, principalmente por seu teor mais baixo em cálcio e vitaminas. (*Ibid.*: 250).

Um costume trazido do Sertão de Unaí, pela Professora Eva Elizabete é o cultivo do milho na sua chácara, localizada no Lago Oeste, DF, e a preparação da pamonha, quando chega o tempo da colheita do milho verde: “Toda época da colheita do milho tinha uma festa na minha casa. Minha mãe fazia muita pamonha e até hoje eu faço essa pamonha. Eu trouxe [o costume] de lá porque desde criança eu aprendi brincando. Até os sete anos a criança imita os adultos. Nesse ponto eu fui uma criança muito saudável porque eu tive a chance de estar junto com a minha mãe fazendo doce, biscoito, matando porco e enchendo lingüiça, aprendi a fiar na roca desde os cinco anos de idade”.

O milho não teve, no Brasil, o mesmo domínio alcançado na orla do Pacífico, América Central e do Norte, onde reinava absoluto. Aqui, não chegou a atingir a indispensabilidade, pois a onipoderosa mandioca ou macaxeira sempre foi amável e fácil. Todavia, “a indiada do interior, desde que se fixava no ciclo do seu nomadismo circular, tinha no milho uma assistência gostosa e boa” (CASCUDO, 2004: 107).

Os gentios o consumiam assado, ou na forma de vinho, feito com ele cozido. Os portugueses o plantavam para a manutenção dos cavalos, galinhas, cabras, ovelhas e porcos. Os negros não o queriam por mantimento, mas por fruto. “Já então, à roda de 1618 o milho dava bolos, havendo ovos, leite, açúcar e a mão da mulher portuguesa para a invenção” (*Ibid.*: 108).

Quanto à origem, três mil anos a.C., teria sido cultivado em algum ponto do continente americano, que não o Peru, já que, segundo Cascudo (2004), não foi encontrado nas escavações de Huaca Prieta. Selecionado pela mão do homem, teria surgido, depois da mandioca e da batata e, paralelo ao nascimento da cerâmica. Além do *Zea mays* ameríndio, o Brasil recebeu o massango africano, milho dos negros, que também trouxeram a pamonha. Prato delicioso da culinária junina, que faz parte da história da professora Eva Elizabete e leva milho ralado com leite e açúcar, ou sal, formando um caldo grosso. Como nada se perde, a pamonha é servida na própria palha do milho, em forma de saquinho. O nome "pamonha" vem da palavra [tupi](#) *pa'muña*, que significa “pegajoso”.

A fusão das culinárias indígena, africana e portuguesa trouxe o complexo alimentar do milho.

Tal dieta é rica em calorias, e provoca sintomas leves de avitaminoses A, B e C. Uma carência, que chama a atenção, é a do iodo, metalóide ausente no solo, água e nos vegetais produzidos. Tal carência define a enorme incidência do cretinismo, manifesto no bócio endêmico.

Parte das carências apontadas é compensada pela presença das hortas, nos quintais sertanejos. Delas, como apresentado em parágrafos anteriores, são colhidas verduras, que representam ricas fontes de vitaminas e sais minerais. As frutas também têm um papel importante no processo de equilíbrio da dieta sertaneja. Os pomares, no fundo dos quintais, são fartos em laranja, jabuticaba, manga, banana e abacate. A jabuticaba, a goiaba e o araçá eram frutas nativas e abundantes.

### **Meus filhos todos estudaram**

É importante pensar que, além de ensinar aos filhos as tarefas do cotidiano sertanejo, o pai do Doutor Lourenço, Seu Otávio Ferreira do Prado, não se esqueceu da importância da educação científica para os seus filhos, e improvisou salas de aula em sua fazenda, numa casa, que era usada como “arreador”. Nela, se guardava a cela, cabresto, freio, bridão, baixeiros e espora. Ela foi adaptada para sala de aula. Então, num cômodo amplo, eram ensinadas as primeiras letras, as quatro operações, frações, o elementar do ensino primário. Segundo o Doutor Lourenço do Prado, as aulas eram freqüentadas pela seguinte clientela: “Além dos quatro filhos do meu pai, Lourenço, Marilda, Nonato e Irineu, nós tínhamos também os filhos do Antonio Joaquim Ramos, o Antonio Garcia, casado com a minha tia Vânia e por sinal ele é meu padrinho. Então os filhos dele iam estudar conosco também. Era o Boaventura Joaquim Ramos, por sinal já falecido, a Doralice Joaquim Ramos, mora em Buritis hoje, o José Joaquim Ramos e se eu não me engano eram esses três”.

Seguindo o exemplo do Seu Otávio, quando não existia escola nas redondezas, as famílias mais abastadas investiam na sua organização e manutenção, construindo salas e contratando professores. No processo, era manifestada a solidariedade, pois muitos filhos de agregados e empregados sentavam-se nos mesmos bancos escolares que os filhos dos proprietários.

Os estudantes de posse, embora com muitas dificuldades, conseguiam diplomas de curso superior. Todavia, pessoas pobres, como o Seu Otoniel Rodrigues de Amorim, a Dona

Francisca Correia Amorim e o Seu Miguel José Marques, não puderam estudar e, no máximo, concluíram as séries iniciais. O Seu Miguel Marques foi vítima da segregação pela cor e status social. Por ser, nas suas palavras, “preto, pobre e aleijado”, ele e, também, o irmão, foram discriminados pela professora, que se chamava Madalena.

Entre bem humorado e revoltado, o Seu Miguel conta como foi a história: “Aí ela [a professora] já de idade casou com um rapaz novo com nome de Lázaro e adquiriu uma filha por nome de Terezinha. Mas eu e o meu irmão somos gêmeos e a gente era tratado como cachorro e marginal. Lá tinha a família Pereira, a família Gonçalves e a Araújo. Então tinha catinga de rico, não é? Os filhos deles bonitão e a gente pobre e preto, tratava como nada. – ‘Esses negos não valem nada. Nego quando não suja na entrada suja na saída’”.

Então, a sala de aula se tornou um verdadeiro campo de batalha para Seu Miguel e o irmão: “Nisso, a gente ia fazer exercício na beira de uma mesa cumprida e não tinha cadeira pra sentar, era em pé. Ela veio de lá, colocou a menina bem no meio da mesa, com uma xícara na mão e eu escrevendo. A garotinha enfiou a xícara na minha testa e eu enfiei um cocorote na cabeça dela. E aí a professora zangou-se e disse: - ‘Esse nego não vale nada, esse nego é vagabundo e não presta e eu digo que esse nego não vale nada!’ E veio de lá e colocou aquela pilha de chapéu na minha cabeça e eu no meio da sala. E ela ali bafejando e eu calado. Ela não agüentava ficar muito tempo em pé e quando ia sentar eu pegava aquele tanto de chapéu, punha no chão e ia sentar também. Aí ela veio de lá que nem uma onça: - ‘Agora eu vou vingar desse nego é na pramatória’. Pegou na minha mão pra meter a pramatória. Quando ela desceu a pramatória eu puxei a mão e desceu nos dedos dela. Aí é que a velha zangou-se. [risos]. – ‘Eu não sei o que eu faço com esse nego mais’. Peguei meu chapéu e meu caderno e fui saindo. – ‘Pega esse nego para mim que eu vou mostrar aqui o que é gente!’ Saiu aquela meninada – puxa saco toda a vida houve, não é? Quem me pegava? Quem corria igual eu? De repente larguei aquela meninada tudo para trás. Aí viu que não me alcançavam e voltaram. Quando voltaram eu fui atrás deles”.

Já um pouco abatido, o Seu Miguel continua a narrativa: “Na frente da escola tinha um pé de gameleira grande, aquela sombrona, porque se eu fosse para casa o papai me batia. Aí eu fiquei lá esperando os meninos para ir embora. Quando ela me viu lá é que zangou mesmo: - “Olha o sem vergonha onde é que está. Vai pegar aquele nego pra mim”. Veio a meninada de novo. Eu correndo de mamparra na frente deles até cansarem e voltarem pra trás. Então, a gente era tratado dessa maneira. Quem podia aprender”?

Por tudo isso, e pelo fato de ser arrimo de família, o Seu Miguel interrompeu os seus estudos e retornou, somente quando já morava em Sobradinho, DF, em 1967. Kursou a quarta

série na igreja do Nazareno, que fica bem próxima da casa onde mora, até hoje. O Seu Miguel José Marques é muito realista, quando trata desse assunto, e vê sua vinda para Brasília como um projeto de Deus: “Projeto de Deus! Deus tinha um projeto na minha vida com a família. Porque se não fosse isso eu já teria morrido e a minha família estaria servindo de cavalo para aqueles fazendeiros ali [do Sertão do Boqueirão, Unaí, MG]. Mas Deus tinha um projeto na minha vida e no dia 23 de agosto de 1953 eu levei esse acidente [com o pau encavalado]. Porque se eu ficasse lá às vezes já teria morrido e a minha família não teria rendido o que rendeu. Porque logo morria e os que não morressem iam ficar servindo de cavalo de carga para aqueles fazendeiros ali. Mas com o meu projeto de vir para cá meus filhos todos estudaram. Quando nós mudamos para cá eles todos transferiram, passou tudo para essa escola aqui ao lado [antiga Escola Classe 4 e hoje Centro de Ensino Fundamental 5 de Sobradinho, DF]. A maior parte deles fez universidade: Marta, Márcia, Aninha, Maria José, Moisés, Wilson e Robson também já fez. Só o Hamilton, Homero, Marquinhos e Rosângela que não fizeram”.

Com o mesmo pesar, o Seu Otoniel Rodrigues de Amorim comenta o fato de nunca ter freqüentado banco de escola: “Eu assino o meu nome muito mal, mas foi aprendido assim com os outros, mas eu nunca freqüentei escola. Eu não tinha condição nenhuma de freqüentar escola. Você vê esse duro que eu estou falando para o senhor, foi desse jeito que eu fui criado. E lá quando ouvia falar em professor ficava com medo pensando que era uma onça ou qualquer coisa desse jeito. A família maior que tinha lá mandou buscar um moço de Januária. Era um carregador de saco lá em Januária e veio para aí e foi criando nome e veio ensinar os filhos desse homem aí, o Major Sancrel”.

O Major, citado pelo Seu Otoniel Rodrigues de Amorim, é um exemplo daqueles que tinham recursos suficientes para criar uma escola, em casa. Ele educou os seus filhos e os filhos de vizinhos, que tinham tempo disponível para freqüentar as aulas. “E os pobres que estavam por perto também estudou, mas nós era muito longe meu filho, eu não podia nem ir lá. Aqueles que estavam por perto deles também aprendeu”. Outros que como o Seu Otoniel não sabiam ler ou escrever saíam das rodas quando o assunto era ler ou assinar o nome. “Moço, aquilo era uma novidade quando ouvia dizer que alguém estava estudando. Homem assim na minha idade, o senhor pedia para assinar e ele ficava sem jeito e dizia que não sabia. Mas, ele, desconfiado, ia saindo, quando pressentia esta história com vergonha porque não sabia assinar”. Mas Dadá, a filha mais velha, lembra que o pai aprendeu sozinho, e que era muito bom em aritmética: “Eu mesma aprendi muitas operações matemáticas com ele”.

A realidade da Dona Francisca, esposa do Seu Otoniel, não foi diferente, porém ela tentou recuperar o tempo, estudando durante um ano e seis meses, em um curso de educação para jovens e adultos, oferecido pelo Sesi: “Porque no tempo que era para estudar a minha mãe colocou os outros na escola e eu não tinha idade, não é? Naquele tempo só estudava de sete anos em diante, não é? E eu não tinha idade e ela mudou para roça quando o meu pai largou nós. Ela mudou para a roça para ficar perto da família dela. Aí eu cresci sem estudar, fui criada na roça, não é? Hoje em dia na roça tudo tem aula, tem escola e menino que aprende, mas no tempo meu era difícil, não é? Depois que eu cheguei aqui eu fui no Sesi estudar um pouquinho, não é?”

Mesmo enfrentando dificuldades na vida, o Seu Otoniel e a Dona Francisca não abriram mão da educação dos filhos: “Depois que eu fui ficando de idade eu pensava nisso: [...] com fé em Deus eu não vou criar os meus filhos conforme eu fui criado. Eu dou um desconto para a minha mãe, porque ela não podia mesmo. Escola lá por perto não tinha e como é que ela podia? Mas eu pensava que se Deus quisesse eu estudava os meus filhos. E eu com aquela fé que eu tinha em Deus, quando eu fui mais para perto de Buritis eu já comecei a colocar eles na escola. Dadá mesmo foi ficar na casa duma irmã minha no Buritis para estudar”.

Com o Doutor Murat Valadares, natural do Sertão de Arinos, MG, e aposentado como Desembargador da Justiça Federal, a história foi um pouco diferente. Apesar das dificuldades, por falta de transporte e escolas, conseguiu ser internado em Formosa, GO, que era a cidade mais próxima. Lá, no Colégio Planalto, durante cinco anos, cursou o admissão e o ginásio. Ficava interno na casa do professor Delfino Domingos Spézia. Para o Doutor Murat, o Colégio Planalto foi muito bom, pois, em Belo Horizonte, os professores pensavam que ele havia estudado no melhor Colégio do Brasil.

Por isso é que, o Doutor Lourenço Ferreira do Prado, também saiu de Buritis, MG, para continuar os seus estudos, naquela cidade goiana. Em 1960, terminou o curso ginásial, em Formosa e, em 1962, iniciou o curso de Contabilidade, no Elefante Branco, em Brasília. Depois de concluído curso preparatório, foi aprovado no vestibular de 1965, para o Curso de Direito, da Universidade de Brasília. Tendo se formado em 1970, retornou àquela universidade, como aluno do Mestrado em Direito, Capital e Estado, defendendo sua dissertação, em 1978.

Para o Seu Abel Oliveira, estudar no Sertão da Bahia, também não foi uma tarefa fácil. Depois de oito meses de aulas, com uma professora particular, junto com os seus treze irmãos, ele já sabia ler, escrever e realizava as quatro operações. “Já sabia as quatro operações, fazia contas de aritmética muito bem, multiplicava, diminuía, somava, fazia tudo que quisesse né?”



(MONTI, 2002: 154). Então, a professora foi embora, e ele ficou dando aulas para uns sobrinhos, homens de trinta a quarenta anos. Depois disso, resolveu ir morar em Santa Maria da Vitória, onde concluiu os seus estudos.

Este foi um momento de muita tensão na vida do Seu Abel. Ele nos contou a conversa que teve com o pai: “Olha meu pai, eu vou estudar.” Ele disse: - ‘Como é que você vai estudar se eu não tenho condições de pagar estudo para você?’”(Ibid.: 155). Então, ele pediu permissão para o pai e vendeu os animais que havia criado: umas trinta cabritas e cinco, ou seis porcas parideiras. Vendeu tudo e apurou quatrocentos mil réis. Seu pai reagiu, diante de tanta determinação: - “De mim você não precisa preocupar que eu não tenho condições de fazer nada. Eu não posso nem lhe levar.” (Ibid.: 155). E, o Seu Abel, com 17 anos, arrumou toda a sua roupa, dobrou e colocou tudo numa toalha, enrolou, pôs tudo dentro de um saco e fez um malote, desses “que o baiano usa até hoje”. Acertou uma cordinha, duma ponta a outra, mediu com o braço, jogou o malote nas costas e pegou a estrada, com “uma cabaça de água de um lado, um saco de paçoca – porque naquele tempo carregava carne no saco - um saco de paçoca do outro lado, um pedaço de raspadura e outra cabaça d’água né?” Saiu de casa e fez a viagem, em “duas marchas”. Partindo de Ramalho, Ba, foi dormir num lugar por nome “Deus me Livre” e, no outro dia, no início da noite, chegou a Santa Maria da Vitória, Ba. Cento e vinte quilômetros, em dois dias de viagem, em “duas marchas”.

A vida de Riobaldo, o narrador do *Grande Sertão: Veredas*, foi, também, profundamente marcada pelos bancos de escola. O investimento de seu padrinho, Selorico Mendes, e o seu gosto pelas letras, fizeram dele, um mestre no Sertão:

Mas eu não sabia ler. Então meu padrinho teve uma decisão: me enviou para o Curralinho, para ter escola e morar em casa de uma amigo dele, Nhô Maroto, cujo Gervásio Lê de Ataíde era o verdadeiro nome social. Bom Homem. Lá eu não carecia de trabalhar, de forma nenhuma, porque padrinho Selorico Mendes acertava com Nhô Maroto de pagar todo fim de ano o assentamento da tença e impêndio, até de botina e roupa que eu precisasse. Eu comia muito, a despesa não era pequena, e sempre gostei do bom e do melhor. A ser que alguma vez, Nhô Maroto me pedia um ou outro serviço, usando muito bico de palavreado, me agradando e dizendo que estimava como um favor. Nunca neguei a ele meus pé e mãos, e mesmo não era o nenhum trabalho notável. Vai, acontece, ele me disse: - “Baldo, você carecia mesmo de estudar e tirar carta-de-doutor, porque para cuidar do trivial você jeito não tem. Você não é habilidoso”. Isso que ele me disse me impressionou, que de seguida formei em pergunta, ao Mestre Lucas. Ele me olhou, um tempo – era homem de tão justa regra, e de tão visível correto parecer, que não poupava ninguém: às vezes teve dia de dar em todos os meninos com a palmatória; e mesmo assim nenhum de nós não tinha raiva dele. Assim Mestre Lucas me respondeu: - “É certo. Mas o mais certo de tudo é que um professor de mão-cheia você dava...” E, desde o começo do segundo ano, ele me determinou de ajudar no corrido da instrução, eu explicava aos meninos menores as letras e a tabuada. (ROSA, 1994, v. 2: 77)

A história de Riobaldo é bastante parecida com a do Seu Abel Oliveira, que, logo, começou a ensinar aritmética para os seus sobrinhos. Todavia, apresenta diferenças, pois os pais do Seu Abel e do Doutor Lourenço Ferreira do Prado, os ensinaram a fazer de tudo, no cotidiano das fazendas, onde foram criados. O Seu Abel, por exemplo, ao chegar ao internato, em Santa Maria da Vitória, por falta de recursos financeiros, trocava os estudos pela sua força de trabalho. Dentre outras responsabilidades, mantinha o depósito de lenha da escola sempre abastecido.

Todos os narradores deste trabalho, direta ou indiretamente, tiveram suas vidas ligadas às escolas. Seja improvisando salas de aula em suas propriedades, ou indo para longe, a fim de continuarem seus estudos, ou, ainda, trabalhando duro para que seus filhos estudassem e conquistassem um futuro melhor. Prova incontestável do reconhecimento da educação para o desenvolvimento da sociedade e saída da crise. Todavia, pelo apresentado até aqui, as autoridades brasileiras não pensam assim. Pouca coisa mudou no Sertão e, menos ainda tem sido feito, para reversão de tal realidade. No dizer de Saulo Santana de Oliveira, filho do Seu Abel Oliveira: “A única opção que o sertanejo tem hoje é a cidade grande, o que é um erro” (MONTI, 2002: 164).

Sendo assim, a “Canastra Conceitual ou do Saber Social, Teoria e Modelos” do “Sítio de Pertença Sertanejo” apresenta uma comunidade alicerçada na família, aqui definida como um sistema complexo, onde acontecem ganhos com as emergências, mas, também, perdas pelas imposições, sujeições e repressões, manifestadas nas suas regras e valores, que são reproduzidos nos folguedos. Com sua fragilidade e força, a família sertaneja é um todo que toma forma, ao mesmo tempo em que os seus elementos se transformam. Estrutura hierárquica bem definida, apresentando o marido à frente de crianças, jovens e adultos, que trabalham para a subsistência na produção, manufatura e armazenamento de alimentos e outros produtos. É uma estrutura social, que convive, simultaneamente, com fartura e miséria.

## **CAPÍTULO 4**

### **CANASTRA DOS OFÍCIOS E MODELOS DE AÇÃO**

#### **Um sistema aberto-fechado**

Independente da posse da terra, pelo apresentado até aqui, podemos listar as seguintes atividades, executadas pela comunidade sertaneja: as internas - aquelas que acontecem na fazenda, tais como, as domésticas, nas roças (agricultura de subsistência), as com o gado e nas

pocilgas; e as externas - viagens para escoamento do excedente e obtenção daquilo que não é produzido na fazenda.

Estas atividades podem ser executadas, conforme dois modelos de ação. O primeiro é o familiar e, nele, todos os integrantes da família - homens, mulheres, crianças, adolescentes, jovens e adultos - dão sua parcela de contribuição e, em todos os tipos citados. O segundo modelo de ação é o comunitário e, nele, os líderes organizam a comunidade para, em mutirão, socorrerem aqueles que estão com as tarefas em atraso.

As atividades domésticas consistem em limpar e arrumar a casa, lavar e passar a roupa; descarregar, fiar, tecer o algodão e costurar; limpar o arroz (no pilão ou no monjolo), o feijão, preparar o milho para a pamonha, servir a comida, cafés, merendas, quitandas; fabricar queijos e requeijões, lingüiças, doces, farinhas, rapadura, melado e açúcar mascavo; cuidar das crianças, da horta, do galinheiro e do pomar.

O plantio e manutenção das roças exigem a destoca (derrubada da mata para o uso da terra de cultura), a coivara (ajuntar e queimar troncos e galhos), o plantio, limpeza (capinas), colheita, transporte e preparo da produção, para o armazenamento em paióis, tulhas ou sótãos, surrões e sacarias, ou, ainda, para troca, ou venda do excedente.

A Dona Elisa Oliveira, natural de Arinos, MG, junto com as irmãs e irmãos, acampavam em ranchos de palha que o pai construía, onde seriam plantadas as roças, “ficava morando lá dentro da roça, porque era longe da casa e a gente passava a semana toda lá trabalhando”. Como apresentado, outro tempo de aperto era na colheita da cana e da mandioca.

Esta é a razão das famílias serem numerosas. A mão-de-obra tinha de ser abundante, pois, além do que devia ser feito, diariamente, chegavam estes “momentos de aperto”, como os descritos pela Dona Elisa. As técnicas usadas eram eficazes, porém trabalhosas e demandavam tempo, coisa impensável nos dias de hoje. A produção do sabão, da farinha, da rapadura ou do açúcar mascavo, eram processos que demandavam muitas mãos habilidosas e tempo.

Por isso, a Dona Elisa Oliveira aprendeu a fazer, praticamente, de tudo. É coisa que ela não esquece e pratica até hoje, se sentindo enraizada, “em casa” ao fazê-lo (WEIL, 2001): “Tranquilo que sou sertaneja. É raiz de lá de dentro mesmo. Quando eu chego lá [na fazenda da família localizada em Arinos, MG] não paro um minuto, tudo o que eles têm que fazer lá eu faço também e me sinto muito bem, me sinto em casa”.

Estamos concentrando nossa atenção no trabalho feminino, pois é importante perceber que este, não se restringia ao serviço da casa, o que já seria muito. No mesmo município de

Arinos, MG, nasceram e cresceram as irmãs Maria Vâni, Maria Violeta e Walquíria Valadares. Na primeira casa em que moraram, elas começavam o dia, buscando água numa vereda: “a água era apanhada longe com a lata na cabeça”. Quando o pai comprou outra fazenda ficou mais fácil, pois passava um córrego na porta da cozinha. Todavia, a casa era maior - tinha cinco quartos, cozinha, despensa e uma sala grande - e com isso o serviço aumentou também, pois tinha galinheiro, paiol de milho, chiqueiro de porco, curral. “O pai tinha muito gado e criava também cabrito”, justifica a Dona Vani. Com esse volume de atividades, a rotina começava cedo, e o café da manhã era servido na madrugada; como já foi apresentado, era farto. Sendo comerciante de gado, o pai saía comprando pela região e, quando ajuntava tudo, era grande a movimentação de vaqueiros e negociantes. Com a chegada dos boiadeiros, as panelas maiores saíam da prateleira e iam para o fogão. Com tanta coisa a ser feita, as irmãs Valadares se revezavam, no cumprimento das tarefas.

Da mesma maneira que a Dona Elisa Oliveira, as irmãs Valadares ajudavam no cultivo das roças de subsistência, inclusive, na lida com o gado, fato que a Dona Walquíria sente o maior orgulho de relembrar. A justificativa dada era o fato de o pai ter constituído outra família: “Porque o papai era separado da minha mãe e morava em outra fazenda. O irmão mais velho é que criou a gente. Nós éramos oito: quatro homens e quatro mulheres” que assumiram as responsabilidades da fazenda.

Conforme relatos nas partes anteriores, outros dois exemplos de mulheres que não tinham medo do labor dos dias, eram as mães do Seu Onofre Ferreira do Prado e do Doutor Murat Valadares, respectivamente, a Dona Julieta Antonia da Rocha e a Dona Garibaldina Valadares Versiani.

A lida com o gado consiste em cuidar das pastagens, construir e dar manutenção ao curral (telhado, cerca, retirada da cama de esterco, etc.), marcar, servir o sal, e vacinar o rebanho, cuidar das bicheiras, controle do cruzamento, acompanhar as vacas prenhas, a queda do umbigo e o crescimento dos bezerros, apartar o gado, ordenha e transporte do leite, engorda, abate, distribuição e armazenamento da carne, venda e transporte até os frigoríficos, ou outras fazendas, treino de garrotes para a moenda, ou para o carro-de-bois. Também não pode ser esquecido o manejo do fogo, uma prática comum em Goiás, conforme relatado pelo Seu Erasmo de Castro, em seção anterior.

Dependendo de suas dimensões, a pocilga pode ser incluída nos trabalhos domésticos, mas, normalmente, era equiparada à lida com o gado. Esta atividade consiste na construção e manutenção da pocilga, alimentação dos porcos, controle da reprodução, castração dos

animais para engorda, abate, armazenamento da carne e da gordura, e transporte para troca, ou venda do excedente.

No Sertão, eram também comuns manadas de porcos, conduzidas pelas estradas, rumo aos centros de comercialização, tais como: Unaf e Januária, em Minas Gerais, ou Formosa, em Goiás. Na edição de 01 de setembro 1972, do pasquim *Correio do Vale*, periódico mimeografado e distribuído, durante a década de setenta, em Buritis e Arinos, no vale do Urucuia, encontramos a seguinte crônica, de autoria de Antônio Lenes, poeta urucuiano, que tocou manadas e conduziu tropas, pelo Sertão afora:

Faz muito tempo e eu nunca esqueci. Era divertido tocar a porcada pelo meio do sertão. Sertão bruto, pouca água, e a porcada agonizava ao rigor do sol. A noite aromava mais a jornada. Gente até cantava uma velha modinha que “pispiá” assim: “Não há, ó gente, ó não, luar como este do sertão...” esqueci-me do resto. A cabeça anda ruim.

Mas dentro da noite lá seguia a manada espalhada, até que chegava a hora do repouso. Os mais esmorecidos deitavam na primeira fresca que lhes vinha pela frente. Ali permaneciam até que a madrugada lhes desse coragem, quando então ia chegando um por um. No romper do dia já lá estavam todos.

Pedro Balão dava lanche pra porcada e assim que eles quebravam o jejum o velho guia, balançando a cuia, tomava a dianteira. A suinada o seguia com todo respeito e obediência. Ao meio dia, a gente ia botando assunto pra ver onde a comitiva estava. Ali, a gente forrava a barriga com arroz e feijão e dava o tempero com rapadura e água que passarinho não bebe. Andávamos mais um pouquinho, agora mais devagar, com um sono dos diabos. Uma preguiça que juntava-se ao sol e a gente quase fecha os “zoio”.

Quando a noite chegava, o alívio encostava no coração da gente. Mané Cartucho buscava lenha, acendia o fogo, e Horácio tomava conta. De cá de longe nós já sentíamos o cheiro da comida na fumaça.

Já com esta idade inteira eu nunca vi um homem dum tempero de respeito e merecimento como Horácio. Mulher, para chegar perto dele no tempero precisava honrar a saia. Eu também era bom no serviço. Só que um dia pus açafrão no feijão e o velho Horácio me recriminou:

- Olha aqui, seu moço, no feijão a gente bota é couro de toicinho, mocotó, ubre e orelha de porco.

Em Januária, a chegada era batizada com um trago de Caribé. Depois, procurávamos o comprador e o negócio ítava fechado. No outro dia soltava a tropa carregada. A viagem agora era mais depressa. Só os desvios “mode” não topar com os homens da lei que cobravam impostos é que atrasavam um pouco a viagem.

Ainda me lembro de um caso engraçado que me custou um dinheirão: dez mil réis. Comprei um burro de natureza de cobra. Quando ele cismava, era de arrancar o bofe. Zé Prego veio nele. Viajava tranqüilo, quando o bicho refugou. Foi pulo como o Diabo desatremado. Zé Prego enfiou as costelas no chão, e o burro pôs o pé no mato. A égua cargueira jogou a carga na terra. Tive que voltar pra Januária e botar o homem no tratamento. Do burro, até hoje, ninguém deu mais notícia. A égua morreu. Zé Prego ficou aleijado. O Horácio, Deus levou. E eu agora tenho saudade. Saudade danada de minha tropa, da porcada, das viagens no duro sertão do caminho de Januária.

Outra forma de se viajar, era com os comboios de carros-de-bois que levavam cal, ovos, queijos e outros produtos de Planaltina, para Vianópolis, deslocamentos que duravam de um a dois meses. A ausência deste meio de transporte nos caminhos do Sertão, tornou-se testemunho da sua modernização. Os carros-de-bois que encontramos em nossas expedições,

pertencem a colecionadores, sertanejos, como o Seu Osmar da Costa Vale e o Seu João Batista de Melo, ambos de Buritis, MG, que se emocionam, ainda hoje, com o canto dos seus carros. Mais comuns são os carroções, que cumprem a mesma missão, porém com rodas de ferro e pneus que os tornam mais leves e práticos.

As tropas de muares, hoje também esquecidas, eram mais ágeis e usadas, principalmente, no transporte do sal. Como apresentado, a vida era muito difícil para pessoas como o Seu Otoniel Rodrigues de Amorim, que não tinha acesso a nenhum destes meios de transporte.

A família executava todas as atividades previstas, distribuindo as funções, conforme as habilidades e potencialidades de cada um. Já vimos que, desde menino, o Seu João Pereira participava de todas elas: cuidava do gado, guiava o carro-de-bois da avó na viagem entre o Vão dos Angicos e Formosa, GO.

Muito poderia ser relatado, mas já se pode perceber que o volume de trabalho era grande, e nem todos podiam contratar mão-de-obra, como fazia o Seu Randolpho Valadares, o pai do Doutor Murat Valadares. Daí, entra em cena, o segundo modelo de ação dos sertanejos, que é definido pela solidariedade vicinal manifestada nos mutirões, os quais são, alegremente, chamados de “treição”, ou traição.

### **Treição: trabalho, solidariedade e festa no Sertão**

Quando o serviço apertava pra valer, entrava em cena a solidariedade vicinal, importante aspecto da cultura sertaneja, e que é exemplificada pelo Seu João Pereira dos Santos, morador na Região Administrativa de Brazlândia, DF, a partir da “treição”. Eram mutirões, surpresas organizadas por um dos líderes da comunidade, que identificava o vizinho que estava com o serviço atrasado: “Por exemplo, se o senhor estava necessitando, ajuntava a comunidade toda. O senhor não ficava sabendo, era escondido mesmo. Aí ‘o cabeça’ combinava de dar uma traição no professor. As roças estavam em dificuldade: plantar, limpar com o mato bastante alto e o senhor não dava conta. Então, eu mobilizava aquilo, chamava a turma toda e dava uns quarenta ou cinqüenta homens. Levava uns dois cargueiros de comida com tudo pronto. Levava o arroz, feijão, carne, gordura, rapadura, bebida e tudo. A única coisa que às vezes resolvia matar era um porco para o povo assar carne.”

Para o Seu Erasmo de Castro, “é uma traição porque o dono da roça não está sabendo de nada. Ele não preparava biscoito, não preparava feijão com arroz, não matava porco e nem

vaca para dar ao povo no outro dia, pois ele não estava sabendo. E era disso que o pessoal da treição gostava”.

O Seu Erasmo considerava esta “farra sertaneja” como “mutirões alegres e festivos”. Neles, enquanto os homens trabalhavam na roça, ou nas invernadas, algumas mulheres estavam na cozinha, enquanto outras estavam preparando o fio do algodão para as que estão tecendo, no tear. Quando chegava a noite, a sanfona e a viola quebravam o silêncio do Sertão, e a poeira levantava na sala, abarrotada de amigos e amigas. O apreço que a Professora Hέλvia Maria Teixeira cultivava pelas festas sertanejas vem do seu tempo de criança no Sertão montesclarence: “Tinha umas festas assim que eu me lembro e que duravam três dias. Eu dormia, acordava e a festa continuava. O pessoal tocando viola, cantando e dançando lundu, catira e folia. Aí você dormia, eu era criança e ia dormir, acordava e a festa correndo. Uma sensação que eu tive quando criança foi vendo só as pernas dançando. Eu só via da cintura para baixo. O pessoal dançando lundu e eu apreciando aquele movimento, mas eu ia muito nessas festas. Até hoje eu vou lá e procuro uma festa dessas, porque eu gosto”.

Os mutirões, na fazenda do pai do Seu Irineu da Silva Prado, eram mais parecidos com os do pai do Doutor Murat Valadares. Ocorriam, durante a destoca da mata para a agricultura, quando levadas de trabalhadores eram pagas para realizar o serviço pesado e perigoso, o mesmo em que o Seu Miguel Marques foi acidentado no Boqueirão, em Unaí, MG. Era mão de obra contratada: “O meu pai geralmente contratava o pessoal para derrubar, não é”?

Então, o Seu Irineu explica o processo da destoca: “O princípio da mata era o seguinte: entrava numa mata virgem, roçava o mato mais ralo, raleava e depois vinha com o machado derrubando as toras. Depois que derrubava, deixava secar e tacava fogo. Depois vinha a fase que eles chamavam de encoivarar. Depois de queimado ajuntava aquele resto que não queimou, ajuntava em coivaras e queimava de novo. Às vezes plantava a roça com toras de madeira, madeira de lei no meio da roça porque não tinha como retirar. Se fosse retirar com carro-de-bois era muito difícil, dava muito trabalho. Então plantava e colhia a roça, tudo manual”.

A solidariedade vicinal também invadia os lares, durante o parto e o resguardo, como também nos casos de acidentes, doenças e de perdas. O Seu Miguel José Marques relata, repetidas vezes, a sua experiência com os seus amigos no Sertão do Boqueirão, em Unaí, MG, quando fora acidentado com o “pau encavalado”: “Quando chegamos, aquele pessoal que vivia em volta ali, foi tudo para lá me ver. Na hora de sair eles ficaram tudo chorando. A gente tinha uma amizade muito grande. Eu tenho amizades por onde eu ando. Eles ficaram

chorando pensando que não iam me ver mais nunca. A coisa tava feia. Era dor e dor e me levaram para Paracatu”.

Esta solidariedade não é nada, sem a amizade, a honestidade e o zelo pela honra da palavra dada, elos que mantêm a família e a comunidade unidas. Estes são valores que têm sido minados pela modernidade global.

Com estes exemplos, se identifica o motivo da solidariedade vicinal ser o senso comum, que percorre o conjunto dos diferentes níveis de realidade do “Sítio de Pertença Sertanejo” e que estrutura o seu todo. No seu cotidiano, há relação íntima entre o modelo de ação familiar e o comunitário. O que acontece no dia-a-dia da família, é acompanhado por toda a comunidade e vice-versa. Todos conhecem as necessidades de todos. A vaca, ou o porco são abatidos, não só para a família. São preparados com a ajuda dos amigos, e estes, compartilham da carne fresca, não havendo muito espaço para o individualismo e a competição.

Folguedos e ações comunitárias se apresentam como uma forma de preservação, reforço e multiplicação dos princípios, que dão sustentabilidade ao modelo social. Como na “treição”, neles, a solidariedade vicinal está presente, desde a organização, até a realização das folias e demais manifestações. As bandeiras, tais como a do Divino, são símbolos que representam este senso comum, dando sentido ao Sítio de Pertença.

### **É fácil quebrar um graveto sozinho**

No calendário sertanejo, as festas religiosas ocupavam e, ainda ocupam um espaço importante, por representarem estratégias eficazes de fortalecimento e difusão dos princípios definidos pela igreja, entre os fiéis, valores norteadores da sociedade sertaneja. A Folia de Reis, a Festa de São Sebastião, a Semana Santa e a Festa do Divino, são alguns exemplos. Nós tivemos a oportunidade de participar de três delas: em 2001, da Folia de Reis, em Buritis, MG, e da Festa do Divino, em Planaltina, DF, e, em 2006, da Festa do Divino, em Brazlândia, DF.

Por meio deles, as regras de convívio são fortalecidas e transmitidas para as novas gerações, nas comunidades sertanejas. O primeiro exemplo se refere à solidariedade vicinal, pois todos se unem para ajudar os que vão receber os foliões em casa, ocasião em que são servidos fartos cafés-da-manhã, almoços e jantares.

O Seu Antônio João Reis afirma que, tem sido assim, na Festa do Divino, em Luziânia, evento que acontece, a partir do mês de maio, de cada ano: “Nela tem a cavalhada, o encontro das bandeiras, folia de rua que sai de pouso em pouso, banda de música e bandeiras.



Basicamente é servido o tutu de feijão, frango, bolinho de carne que se guardava na lata para depois fritar e servir para a população inteira. As famílias se uniam para ajudar o folião de rua, condutor da bandeira. Tem também o imperador e a imperatriz que servem o café da manhã. Eles vão buscar em casa o rei e a rainha com banda de música e é servido um café matinal”.

Sobre isso, sendo guia de folia, o Seu Rosa sempre reforçava, durante a Folia de Reis, em Buritis, MG, que “é fácil quebrar um graveto sozinho, mas que um feixe ninguém consegue”. Ele transpunha a metáfora para a organização da Folia de Reis, principalmente, durante o momento de agradecimento pela mesa farta, que havia sido preparada com a participação de todos.

Outro exemplo da eficácia dos folgedos, refere-se à marcação dos espaços sociais. Seu Rosa não deixava de ensinar, como apresentado anteriormente, por exemplo, as diferenças entre as duas portas: a principal, e a da ciência. É uma regra sempre colocada em prática pelos sertanejos, pois não só na morada do Seu Rosa, mas na de todos os nossos narradores, sempre fomos recebidos na sala de visitas, só entrando na intimidade do lar, depois de um bom tempo de convívio e de sermos convidados. Mesmo na casa do Seu Abel de Oliveira, em Sítio do Mato, no Sertão baiano, e às margens do “Velho Chico”, amigo de longas datas, as entrevistas aconteceram na sala de visitas, ou na varanda. A pedido de Dona Diva, esposa do Seu Abel, não filmamos sua cozinha e nenhum dos cômodos íntimos da casa.

Ao explicarem a organização da Festa do Divino, em Brazlândia, DF, o Seu João Feliciano da Silva, o Seu João Dobrinha, e seu irmão, o Seu Osmar Feliciano da Silva, nos deixam também outras regras de etiqueta: “A primeira parte seria louvar. A segunda parte é agradecer o pouso. A terceira parte é a despedida. O guia tem por obrigação agradecer o dono da casa, isso tudo de improviso, feito na hora lá. Tem a saudação e a louvação. A saudação do altar é na chegada. Na despedida já não pode ser a saudação”. O Seu Osmar da Silva completa: “É a mesma coisa de uma pessoa chegar a casa e tem que cumprimentar com bom dia, boa tarde ou boa noite e quando vai sair, até logo ou até amanhã”.

Continuando, o Seu João Dobrinha demonstra alguns passos, em torno de uma cadeira, enquanto fala: “Aí passou, os foliões saem tudo na fila e quando sai para lá acabou a fila. Agora, para chegar tem que organizar a fila. Aí tem o cruzeiro. Nós chegamos no cruzeiro, apeia do cavalo, o guia afina as violas. Aí já é saldando o cruzeiro, já não é louvando, é saudando. O senhor tem que chegar e saldar o altar. Saldou o altar, canta e salda tudo o que tem ali, flores, imagens e tudo o que tiver ali. Naturalmente tem uma pessoa pagando promessa e ajoelhado, tem que falar nele. Aí sim, o senhor terminou, o senhor vai para pedir o

pouso, cantado também. Aí o senhor pede o pouso ao dono da casa. Aí o alfer da bandeira passa a bandeira para o dono da casa. Aí aquela bandeira passa a pertencer ao dono da casa que vai nos quartos, benze os quartos com a bandeira. Quando termina aquilo vem a janta de novo. Janta, reza e vem a festa a noite toda com o povo de barriga cheia. E a tradição da folia é o catira, só que muitos já mudou, não é compadre [dirigindo-se ao Seu Osmar]?

Conforme Gelmires Pires Reis (1978), a folia é organizada da seguinte maneira:

Alferes da Bandeira, como chefe; violeiros cantadores, encarregados das saudações e agradecimentos de esmolos; tesoureiro, encarregado da guarda do dinheiro recebido; cargueiro, encarregado do transporte de gêneros recebidos durante o dia; e foliões que acompanham a folia, em todo o seu percurso, em grande quantidade, competindo ao barraqueiro fazer a recepção condigna dos cata-pousos e dos elementos do bando visitante. A chegada ao pouso é caracterizada por intenso tiroteio, de parte a parte, até o barraqueiro receber o Alferes da Bandeira o “retrato”, que é colocado em altar florido, na sala principal da casa do sítio ou fazenda. Seguem-se as cantorias dos violeiros, pedindo a pousada. Depois, vem o farto jantar de tutu de feijão, arroz, carnes de diversos tipos, bebidas e doces. À noite, reza-se o terço, para ter começo o arrojado catira, que se prolonga pela noite inteira, porque só o Alferes da Bandeira goza do privilégio de ter cama. Alguns foliões acendem fogo, no terreiro, para se defenderem do frio navalhante do mês de maio. Durante o dia, tem execução o seguinte programa:

Servido o café com quitandas, logo cedo, os foliões continuam a dançar até a hora do almoço, que é igual ao jantar. Arreiado os animais, há a despedida de agradecimentos dos violeiros, dentro de casa, com a presença de seu chefe e de seus familiares ao lado do grupo, que se despede, quando beijam a bandeira e a entregam ao Alferes. Segue a folia, então, o seu roteiro, cuidadosamente traçado, visitando as habitações da redondeza, onde todos são festivamente recebidos com salva de tiros, foguetes e bombas, sendo servidos doces, biscoitos e frutas. Os violeiros pedem as esmolos e as agradecem, seguindo-se o cortejo até a hora da chegada em outro novo pouso marcado. Fazem parte do bando também os caixeiros, que rufam os seus instrumentos com verdadeiro entusiasmo e mestria. Algumas folias entram na cidade, para entregarem o produto da arrecadação ao imperador do Divino ou ao vigário da paróquia. Os cavaleiros, aos pares, seguem o Alferes, todos de lenços no pescoço, sob o rufar das caixas, numa demonstração de verdadeira alegria, chamando a atenção dos habitantes da localidade. É a melhor festa sertaneja, que ainda persiste. Em alguns pontos do Município ainda se faz a folia de São Sebastião, com as mesmas características da do Divino Espírito Santo. (REIS, 1978)

Desde 1979, Roberto Corrêa, músico e estudioso da viola caipira sediado em Brasília, vem pesquisando a cultura musical do homem do interior do Planalto Central, publicando seu trabalho em livros e discos. No CD, intitulado “*Sertão Ponteador: memórias musicais do Entorno do Distrito Federal*”, trabalho lançado naquele mesmo ano, e que integra o projeto “*Artentorno*”, proposto pela Subsecretaria de Estado do Entorno do Distrito Federal, encontramos a seguinte definição:

O catira é dança tradicional do Brasil Central executada por dois cantadores acompanhados por viola e por dançadores [palmeiros]. Na estrutura do catira dois momentos se destacam: a moda-de-violas e o recortado. A moda-de-violas narra um acontecimento, uma estória, entrecortada por momentos de dança. O “suspendimento” ou “levantado” na moda dá a entender aos palmeiros os momentos para as evoluções maiores de dança. O recortado finaliza a função e a dança se junta à cantoria.

Em um dos catiras do referido CD, o catira, ou recortado, de São João da Aliança, são apresentadas outras regras para o bom convívio social. Da estória contada, destacamos o Gafanhoto, o penetra na festa de casamento do “Tucano” com a “Graia” [gralha] e a reação da comunidade ao desaforo:

*[...]*  
*E quando chegou o gafanhoto*  
*Sem ser ele convidado*  
*Foi chegado e foi dizeno*  
*Vim dançá xote pulado*  
*As moça injeitô ele*  
*Ficou muito envergonhado*

*As moça injeitô ele*  
*Ficou com nojo do bicho*  
*E ele pulou pra um lado*  
*Nessa função eu não fico*  
*E o Jaburu por ser valente*  
*Saiu com o cabra no bico*

*E quando chegou seu sapinho*  
*Com suas espora de metal*  
*Arrancou o seu trinta e oito*  
*Fez a sanfona pará*  
*E tacou o osso na raposa*  
*Tirou a orelha do lugá*

*Mas isso foi à meia-noite*  
*A festa não acabou*  
*Quando foi de madrugada*  
*Foi que o Jaburu chegou*  
*Esparramou a bicharada*

Segundo o Doutor Lourenço Ferreira do Prado, a Folia de Reis, por exemplo, marcou muito a sua vida em Buritis, MG, pois ainda menino, já observava a reverência e o cuidado dos foliões, no que se refere às regras do convívio sertanejo, profundamente marcado pelo litúrgico.

A Dona Maria Vani Valadares é freqüentadora assídua dos folguedos: “Todo ano eu vou para Trindade, para a romaria do Divino Espírito Santo. Todo ano eu vou. Vai o ônibus da terceira idade e eu vou. O ano atrasado eu fui e senti mal do coração, calor demais. Aí eu pensei: - ‘Se o Divino vir que eu tenho que morrer aqui, eu morro aqui e se não for eu melhora’. Melhorei. Todo ano eu vou. Trindade fica perto de Goiânia. Aquela romaria é bonita demais. Celebram uma missa que é uma beleza. [...] Eu gosto daquelas coisas mais antigas. Eu saio daqui e vou à festa do Divino em Formosa todo ano. Eu acompanho a folia na rua, vou para a missa, é tudo diferente daqui. Coisa antiga. Eu gosto de coisa do meu tempo, não é”?

Todavia, o impacto da modernização do Sertão alcançou os folguedos. Com o crescimento das cidades, cresceu, também, o movimento nas festas. O Seu Erasmo de Castro reclama que, com isso, em Planaltina, DF, se diluiu a reverência que marcou a vida do Doutor Lourenço Ferreira do Prado e, hoje, quase ninguém percebe o cuidado e dedicação dos foliões com tais valores: “Não é mais o sentido de pedir paz, dar exemplo de boa conduta de ser um cidadão autêntico. O pessoal agora vai para farrear, para dançar, para fazer um auê naquela festa, mas pergunta quem é o dono da festa para ver. A maioria não sabe nem quem é o dono da festa. Por que está fazendo esta festa? Também não sabe”!

O Seu João Dobrinha confirma que, também, em Brazlândia, DF, a folia cresceu e, com a sua popularização, os políticos foram chegando: “Depois que ela pegou um certo nível os políticos entraram para fazer uso dela e angariar voto”. O Seu Osmar Feliciano da Silva, irmão do Seu João Dobrinha, denuncia que, na entrega da folia em Brazlândia, chegaram a deparar com carretas lotadas de cerveja em lata. “Não é um caminhão truco. São carretas. A gente sabe que a Antártica já é acostumada a trazer carretas e carretas de cerveja para distribuir com o público em Brazlândia”.

Contraditoriamente, o Sertão-Brasília apresenta pessoas, que se rendem ao fascínio pelas multidões, cervejadas e conchavos políticos que, hoje, são comuns nas festas e, também, aqueles que, como o seu Erasmo, o Seu João Dobrinha e o Seu Osmar, continuam zelando de suas tradições. Eles lutaram e, ainda lutam para recuperar e manter os valores e objetivos destas festas, ensinando para as novas gerações as estratégias para sua preservação.

A comunidade sertaneja de Brazlândia, uma das cidades mais antigas do Distrito Federal, têm incentivado a celebração de missa nos pousos e o sorteio do Alfer, o folião que receberá a bandeira, no ano seguinte. A missa fortalece os momentos solenes da festa e o sorteio diz não à indicação dos alferes pela igreja, o que privilegiava somente a elite da cidade. A queda de público nas festas daquela Região Administrativa tem sido justificada pelo fato de que os alferes sorteados são sertanejos humildes, e não podem e nem querem contratar os quase já tradicionais trios elétricos e duplas sertanejas, que freqüentam a mídia.

Outro exemplo é o do cunhado do Zézo, que mora em São Sebastião, DF. Todos os anos, ele vai para o Vão do Buraco, Município da Chapada Gaúcha, MG, onde assume o papel de guia da Folia dos Santos Reis. É uma demonstração de zelo para a preservação de uma manifestação cultural, que é um dos orgulhos daquela comunidade sertaneja.

### **Artesãos, parteiras e vaqueiros**

Nas comunidades, existiam os artesãos, encarregados dos trabalhos mais sofisticados. Fabricavam móveis, carroças, carros-de-bois, monjolos, rodas d'água, moendas, pilões, botinas, redes para pesca e para o descanso, etc. O Seu Alcides Carneiro Carvalho, pai da Dona Elisa de Oliveira, sertanejo do vale do Urucuia, em Arinos, MG, por exemplo, era marceneiro. “As portas lá de casa até hoje são as que ele fez. As janelas eu conservei tudo, foi ele que fez”. Além dos serviços próprios do seu ofício, gostava de construir suas engenhocas. Uma delas era máquina de ralar mandioca.

A Dona Elisa descreve o equipamento construído pelo pai: “Tinha o ralador de mandioca com aquela roda grande com uma pessoa dum lado e outra do outro lado rodando. Meu pai mesmo é que fazia porque tinha um dentinho que rodava e ia ralando a mandioca”.

Os mais habilidosos, como foi o Zé Rita, se arriscavam nestas funções. Além de fabricar os móveis e construir casas, ele chegou a criar peças para o seu caminhão, a partir de troncos de aroeira. A Dona Walquíria Valadares e o seu irmão, Vavá, falam com orgulho sobre o seu avô que, segundo ela, também se aventurava como artesão: “Eu sei que o meu avô era ferreiro. Ele fez uma lancha e botou no Urucuia e desceu para o São Romão [às margens do São Francisco] nessa lancha. Foi um milagre porque não tinha solda. Como será que ele fez? Tinha o alambique para fazer cachaça que ele fez também”.

Ainda, em 1920, o Seu Gelmires Reis teve o cuidado de listar e publicar o nome dos artesãos e classificá-los, conforme suas especialidades, que colocavam a serviço do Município de Luziânia:

**CARPINTEIROS:** Benedicto Simeão Teixeira, Gabriel Fernandes Roriz, Francisco Camello de Mendonça, Abraão de Telles e Souza, Joaquim Francisco de Moraes, Serafim Teixeira, Francisco Pereira de Vasconcellos, Joviano Juventino Roriz, Cassiano de Oliveira, Evaristo de Mendonça e José Pereira Xavier.

**FERREIROS:** João Pires Martins, Laurindo da Cunha Souto e Carlos da Pocha Couto.

**LATOEIROS E FUNILEIROS:** Manoel Elias dos Reis, José Elias Primo, Avelino Gomes da Silva, Gabriel Gomes Curado e Joaquim Bernardo Camello.

**SELLEIROS:** Avelino de Araújo Roriz e Francisco Fernandes Roriz.

**SAPATEIROS:** Benedicto Rodrigues da Costa, José Pauro de Araújo, Argemiro Rodrigues da Costa e Balbino Hypolito.

**FERRADORES:** Jaime Benedicto, Fructuoso Gomes dos Santos, Benedicto Esteves de Mattos e Argeu Roriz. (MEIRELLES; REIS, 1920: 22; 24; e 25)

Os tropeiros, bem como os proprietários e guias de carros-de-bois, prestavam grandes serviços. Um bom exemplo foi o pai do Seu Onofre Ferreira do Prado, o Seu Raimundo Ferreira do Prado, que se especializou em transportar mercadorias, entre o vale do rio Urucuia e Januária, cidade são franciscana. Ele gostava tanto do que fazia, que morreu, enquanto trabalhava com o seu carro-de-bois.

Para as ocasiões de emergência, existiam cavaleiros rápidos, que cortavam grandes distâncias em pouco tempo, o que não deixa de ser descrito no romance *Grande Sertão: Veredas*, de João Guimarães Rosa. O Quipes, um dos jagunços do bando de Riobaldo, tinha essa característica: “sujeito ligeiro, capaz de abrir num dia suas quinze léguas, cavalos que haja” (ROSA, 1994, v. 2: 205). Considerando que uma légua são 6,6 quilômetros, o Quipes conseguia viajar 99 km, em um dia.

Quando o Seu Otávio Ferreira do Prado, pai do seu Irineu Prado, ficou muito doente, lá no Sertão de Buritis, MG, um desses cavaleiros viajou até Formosa, em busca de socorro: “O pessoal na época do meu pai já tinha o recurso de mandar um cavaleiro à Formosa para buscar um avião. Em Formosa tinha o Jolivê e tinha o Antenor. Quando o meu pai ficou ruim mesmo levaram ele da fazenda até Buritis numa cama no ombro de homens. Os amigos levaram ele nas costas da fazenda até Buritis, o que hoje dá mais ou menos dezoito quilômetros. Então levou um tempão, mas nisso já tinha despachado um “ligeiro” como era chamado, um senhor Beline. Ele veio a cavalo para Formosa para buscar o avião. Parece que ele gastou dois dias de cavalo, quase correndo. Então quando o meu pai chegou em Buritis no outro dia já chegou o avião para busca-lo. Aí levaram ele na cama para o campo de aviação e quando ele entrou no avião já foi morrendo. Isso foi em fevereiro de 1955, não tenho muito certeza, mas parece que é isso mesmo”.

Conforme os relatos que integram a primeira parte deste trabalho, com a chegada dos caminhões, as coisas ficaram mais fáceis para os sertanejos. No Sertão de Arinos, MG, a aventura foi parecida com a do Zé Rita, pois o difícil era abrir as estradas, principalmente, para ligar a chapada ao vale do rio Urucuia.

O Doutor Murat, como admirador destes aventureiros, contou-nos, também, como chegou o primeiro caminhão, em Arinos: “Depois já quase no final, por volta de 1954, meu pai com uns amigos acabou de tapar uns buracos e arrumar uma serra que descia lá para Arinos. Quando o meu padrinho Crispim Santana - que é uma família grande hoje, os Santanas, ele e meu pai eram compadres - ouviu dizer que o meu pai ia arrumar essa estrada para o Zé Rita descer até Arinos, disse: ‘Se você fizer a estrada compadre, eu é que vou descer porque vou comprar o primeiro caminhão de Arinos’. Aí o meu pai fez com ele uma espécie de desafio, de aposta: - “Pois então prepara uns bois pra você vender, senão vais passar vergonha. Porque em seis meses eu estou com essa estrada pronta”.

Depois de seis meses de trabalho, a estrada estava pronta: “O meu pai cumpriu. Eu lembro até hoje. Um caminhão GMC. [...] O meu padrinho vendeu 136 bois de três anos para

comprar o caminhão. Eu lembro até hoje o número de bois que ele teve que vender para comprar o caminhão. Ele foi comprar em Belo Horizonte”.

Havia também os que davam suporte, nas questões relacionadas à saúde. Eram os benzedores, as rezadeiras, os proprietários de farmácias e as parteiras. O Seu Miguel José Marques mesmo, se livrou do tormento causado pelas varejeiras, que tomaram conta da sua perna, pedindo ajuda a um benzedor. O Seu Randolpho Valadares montou uma farmácia na sede de sua fazenda, lá em Arinos, MG, e não gostava de ser confundido com benzedores, ou curandeiros.

O Doutor Murat se diverte, ao lembrar: “Uma vez um sujeito veio de Bonfinópolis a quase trinta léguas de distância. Chegou lá coitado, cansado. – ‘Eu soube que o Senhor dá remédio’. Meu pai era um homem meio curto, de pouca conversa... – ‘Sim compadre, fala logo, é para você?’ – ‘Não, é pra minha mulher’. – ‘O que ela tem?’ Quando ele perguntou o que ela tinha o sujeito meteu a mão no bolso e tirou um lenço de cabeça vermelho, um lenço desse tamanho [mostrando com gestos] e entregou ao meu pai. – ‘Ta aqui. O senhor ‘responso’ aí o que ela tem! O meu pai tinha uma rede e nisso ele não tinha educação. Podia ser a visita mais importante do mundo, ele deitava na rede, não oferecia a rede de embira para ninguém. Deitava na rede e balançava que o pé ia quase na visita, não é? E tinha um cabide assim bem na parede da frente com um chicotão desses tala larga. Quando o sujeito puxou o lenço, ele disse: - “Vou lhe mostrar o que é ‘responso’ seu filho da p...” e já pulou no chicote. O sujeito cascou no mundo!”

Com a intervenção de um filho de criação, tudo ficou resolvido. Mas, o motivo da reação do Seu Randolpho eram os charlatões, que vendiam garrafadas para cura de doenças venéreas. Elas continham mercúrio. Ele não gostava de ser confundido com essa gente.

A importância do serviço prestado pelas parteiras, ainda hoje, continua sendo reconhecido. Elas fazem parte da história de Luziânia, documentada pelo Seu Gelmires Reis (1920), pai do Seu João Antonio Reis. Em 1920, a Dona Bárbara Cândida Meirelles e a Dona Manoela Moreira de Souza exerciam essa nobre profissão no Município.

Os boiadeiros e capatazes, como o Damião Mata-Onça eram eternos viajantes, que enfrentavam todo tipo de desafio e, por isso, eram homens experientes e respeitados. Talvez, por isso, João Guimarães Rosa os tenha elegido como seus principais informantes, enquanto viajava, tocando gado com eles, pelo Sertão de Riobaldo. Na década de 1920, os seguintes nomes preenchiam essa honrosa lista, no Município de Luziânia, GO:

**BOIADEIROS:** Nestório Ribeiro, Sebastião Carneiro de Mendonça, Herculano Flores, Lindolfo Roriz Meirelles, Dionysio Meirelles, Limirio Rodrigues de Queiroz, Abílio Rodrigues, Daniel Braz de Queiroz, João Gonçalves Soares, José

Carneiro Sobrinho, Alonso de Lima, Olympio de Araújo Leite, Antonio Machado Zinho, Jeremias Roriz e Virgílio Curado. (*Ibid.*: 20)

### **Criação também sente saudade**

Os animais são elementos indissociáveis da cultura sertaneja. São importantes, como fonte de alimento e de matéria prima para construção de abrigo e vasilhames, como força motriz, parceiros em caçadas, ou no cuidado com os rebanhos, ou ainda, como opção de transporte. Os cavalos, vacas, galinhas, porcos, cachorros e outros animais domesticados, cada um no seu *nicho*, são indissociáveis do cotidiano sertanejo. O Seu Irineu da Silva Prado, irmão do Doutor Lourenço, traz como exemplo de vida, o cuidado que o seu pai tinha com os animais de sua estimação: “Tinha os burros de cela, as bestas de cela, os cavalos. Então, era tudo muito bem cuidado. Os cachorros de caçada, tudo muito bem cuidado”.

Essa é uma regra cumprida por todos no Sertão. No *Grande Sertão: Veredas*, os cachorros, por exemplo, pelo fato de acompanharem o bando de jagunços e, não terem morada fixa, não significa que eram abandonados: “Tinham lá até cachorros, vadiando geral, mas o dono de cada um se sabia; convinha não judiar com cão, por conta do dono” (ROSA, 1994, v.2: 109). Os cavalos também têm seu lugar na narrativa riobaldiana. Segundo o jagunço, “Cavalo que ama o dono, até respira do mesmo jeito” (*Ibid*, 51). Uma passagem dramática do romance de Guimarães Rosa e, que demonstra a ligação profunda dos sertanejos com esses animais, é a da batalha na fazenda dos Tucanos. Ao acamparem no casarão da sede dos Tucanos, tendo Zé Bebelo por chefe, o bando de jagunços, ao qual Riobaldo pertencia, é acuado pelos hermógenes, seus inimigos mortais que, de repente, começam a matar os cavalos que estavam presos no curral da fazenda, uma maldade impensável, mesmo para jagunços. Eis a narrativa do caso:

- “A que estão matando os cavalos!...”

Arre e era. Aí lá cheio o curralão, com a boa animalada nossa, os pobres dos cavalos ali presos, tão sadios todos, que não tinham culpa de nada; e eles, cães aqueles, sem temor de Deus nem justiça de coração, se viravam para judiar e estragar, o rasgável da alma da gente – no vivo dos cavalos, a torto e direito, fazendo fogo! Ânrias, ver aquilo. Alt’-e-baixos – entendendo, sem saber, que era o destapar do demônio – os cavalos desesperam em roda, sacolejados esgalopeando, uns saltavam erguidos em chaça, as mãos cascantes, se deitando uns nos outros, retombados no enrolar dum rolo, que reboleou, batendo com uma porção de cabeças no ar, os pescoços, e as crinas sacudidas esticadas, espinhosas: eles eram só umas curvas retorcidas.

[...]

O Fafafa chorava. João Vaqueiro chorava. Como a gente toda tirava lágrimas. Não se podia ter mão naquela malvadez, não havia remédio. (*Ibid.*: 217-218)

O sofrimento dos animais é tão grande, que os próprios hermógenes desistem da empreitada e param de sacrificá-los.



Apesar de não se encontrar uma referência dessa dimensão ao gado bovino, no romance roseano, a primazia no cotidiano sertanejo é dos bois, vacas e bezerros, pois são os mais presentes, seja direta, ou indiretamente. Sobre este aspecto, Walnice Nogueira Galvão, defende que, no *Grande Sertão: Veredas* “, é raro que o gado apareça em primeiro plano, mas está ali para assegurar a continuidade do espaço, pontilhando-o com uma presença tão discreta, quanto infalível” (GALVÃO, 2000: 33-34). Ali, o gado fornece, da carne que alimenta, ao couro, que é usado na fabricação de acessórios, como os arreios, cintos, na proteção contra a chuva e das balas de fuzil, até o chifre, com o qual se fabrica o copo e o cabo de uma faca, ou punhal. Além disso, completa a beleza da narrativa roseana:

Viemos pelo Urucuia. Meu rio de amor é o Urucuia. O chapadão – onde tanto boi berra. Daí, os gerais, com o capim verdeado. Ali é que o vaqueiro brama, com suas boiadas espatifadas. Ar que dá açoite de movimento, o tempo-das-águas de chegada, trovoadas trovando. Vaqueiros todos vaquejando. O gado esbravaçava. A mal que as notícias referiam demais a cambada dos Judas, aumentável, a corja! (*Ibid.*: 51)

O gado trazido pelos portugueses das ilhas de Cabo Verde aclimatou-se, inicialmente, ao agreste, depois à caatinga e, finalmente, ao Cerrado. Dispensava a proximidade da praia, pois, como os índios escravizados pelos bandeirantes, a si próprio transportava, em longos percursos. Adaptava-se bem nas regiões onde a cana não era um bom negócio, quer pela ingratidão do solo, ou pela pobreza das matas, que não eram suficientes para alimentar as fornalhas. O gado não exigia mão de obra numerosa e especializada, fator importante num país de baixa densidade demográfica. Exigia pouco capital e multiplicava-se sem interstício, fornecendo alimentação constante, superior aos mariscos, aos peixes e outros bichos de terra e água.

Desta forma, a conquista do Oeste brasileiro foi motivada, inicialmente, pela busca de terras para a criação do gado, indispensável ao abastecimento dos engenhos do litoral, pela obtenção de mão-de-obra indígena para as fazendas e engenhos e, num segundo momento, pela busca do ouro e pedras preciosas. Citando o redator da Bandeira de Anhangüera Filho, Paulo Bertran escreve que “De fato, quando, em 1722, Bartolomeu Bueno da Silva Filho adentrou a região já encontrou sinais de gado, sentindo-se de todo perdido, escreve Silva e Souza em sua narrativa. Nas bordas de Goiás e Tocantins a pecuária antecedia a mineração...” (BERTRAN, 1994: 60).

Sendo grandes centros açucareiros, Salvador e Olinda comandaram o avanço para os sertões à cata de terra para a pecuária extensiva e a agricultura de subsistência. Os animais criados atenderiam às demandas de tração animal nos engenhos e de proteínas, nestes e nos centros urbanos, que não paravam de crescer.

Acontece que, a criação de gado exigia grandes extensões de terras descampadas, em detrimento do cultivo da lucrativa cana-de-açúcar. Para resolver o impasse entre a necessidade do gado e a pequena disponibilidade de terras para a pecuária, os primeiros colonizadores passaram a soltar suas rezes, em locais cada vez mais distantes e sem florestas, dando início à ocupação efetiva do Sertão e, tendo como desbravador, o vaqueiro.

Distanciando-se do litoral, o gado vacum exigia o sal, mas este era encontrado, naturalmente, nos barreiros dos sertões. Pelo relato do Seu Viriato de Castro, em Goiás, o gado sempre usou deste artifício: “O que existia aqui também era os barreiros (...) Inclusive, aqui tem uma fazenda que chama Barreirinho e lá o gado ruía a terra, a terra era salobra. Aí o gado vivia de roer o chão. O qual tem buracos enormes aí de tanto o gado comer” (MONTI, 2002: 147). A fazenda onde o Seu Irineu Prado nasceu, em Buritis, MG, também se chama Barreirinho, pois nela acontecia o mesmo fenômeno. A região é de boa disponibilidade do sal e, como já apresentado em páginas anteriores, a água, inclusive, é salobra. “Tinha o lugar onde o gado ruía e a anta também. O meu pai matava a anta de vez em quando no barreiro. Ela ruía a terra por causa do sal”. Vale lembrar que o barreiro descrito pelo Seu Viriato de Castro, ainda é um dos seus pontos de espera de caça preferidos, na Região Administrativa de Planaltina.

O vaqueiro tinha cultura própria – a sertaneja – especializado no pastoreio, acostumado aos grandes espaços, com seu estilo de vida característico, organização familiar típica, vestimenta, dieta, culinária, visão de mundo e religiosidade. Modo de vida, que não tinha nada com a escravidão, pois, obrigatoriamente, o vaqueiro era dono da própria vida.

Talvez, por esta razão, escravos fugitivos tenham se escondido no Sertão e, até convivido, pacificamente, com os coronéis, que chegavam em busca de terras. O Doutor Murat busca aí, a explicação para o nome da fazenda da família: “Ele [o meu avô, Chico Remendo] era um tipo aventureiro e preferiu essa região totalmente inóspita. Para se ter uma idéia: a fazenda do meu pai chamava Zumbi. Por quê? Era negro fugido que tinha lá uma aldeiazinha e pôs o nome Zumbi em homenagem àquele herói negro deles lá de Alagoas. Do fundo da fazenda do meu pai que era da minha avó, era a fazenda Mocambo. Que é também um ponto de esconderijo de negro. Então, quando ele foi para lá era isso. Era um lugar tão Sertão que os negros fugiam. E eles se deram bem porque ele era anti-escravagista. O meu bisavô nunca teve um escravo na vida”.

Para o vaqueiro nordestino, por exemplo, além da carne e do leite abundantes, pouco restava. A preciosa farinha, alimento apreciadíssimo, era escassa com a seca que, além da mandioca, torrava as culturas do feijão de corda. O milho, a não ser quando verde, era

deixado de lado, pelo preparo difícil, sem o uso do monjolo e do moinho. As frutas mais silvestres, as qualidades de mel menos saborosas, eram devoradas com avidez.

No Sertão goiano, também o leite era, relativamente, abundante, e recebia uma classificação controlada pelas donas de casa. Aquelas vacas, que produziam um leite mais saboroso, já eram conhecidas, e o seu leite separado destinava-se para o consumo *in natura*, principalmente, pelas crianças. O queijo, requeijão e doce de leite eram feitos com a produção das demais vacas. O Seu Viriato explica que o leite era mais saboroso porque “o capim era o capim jaraguá, o meloso. Não tinha essa braquiária né? Essa braquiária, pelo amor de Deus!” (*Ibid.*: 147).

Capistrano apanha muitos fatos da cultura dos sertanejos, ao definir a época do couro:

De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, a cama para os partos, todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforge para levar comida, a maca para guardar a roupa, a mochila para milhar o cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os bangüês para curtume ou para apurar o sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados pôr juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se o tabaco para o nariz. (ABREU, 2000: 153)

Formosa, cujo município faz divisa com o Distrito Federal, tem história ligada à época do couro. O Seu Rosa explica que “a casa era tapada com couro de boi, por isso que chamava Vila dos Couros. Depois é que passou a Formosa.” O Seu Otoniel Rodrigues de Amorim se lembra de quando a cidade ainda se chamava Vila dos Couros: “No começo Formosa não valia nada, era até chamada de Vila dos Couros. No Paranã tinha muito gado e o gado não tinha valor, então o povo cobria as casas era com o couro do gado. Aí a cidade ficou com esse nome. [risos]. Muita gente de lá não gosta. Quando eu fui lá já tinha mudado, mas ainda alcancei o nome de Vila dos Couros. Muitos falavam pra mim ter cuidado com o nome senão ia até preso”.

Quando uma terra era adquirida para a formação de uma nova fazenda, primeiramente, acostumava-se o gado ao pasto, trabalho que exigia muita gente. Depois, ficava tudo por conta do vaqueiro, que amansava e ferrava os bezerros, curava-os das bicheiras, queimava os campos, alternadamente, na estação apropriada, extinguiu as onças, cobras e morcegos, conhecia as malhadas escolhidas pelo gado para ruminar, abria cacimbas e bebedouros. Dormia grande parte das noites nos campos, ou, ao menos, nas madrugadas, não era encontrado em casa, especialmente, no período das chuvas, pois nesta ocasião, costuma nascer a maior parte dos bezerros, e ele trazia as mães à vista, para que, parindo, não escondessem os filhos, de forma que ficassem bravos, ou morressem de varejeiras.

O Seu Abel Oliveira foi vaqueiro no Sertão baiano, na época em que o gado ainda era criado solto, pois não existiam pastos fechados. Durante algum tempo, entre dezembro e fevereiro, o gado era preso para amansar os bezerros e tirar o leite. Havia só um “mangueiro”, pequeno curral onde se prendia os bezerros, mas as vacas continuavam soltas. Quando chegava a madrugada, elas procuravam seus bezerros, momento em que era feita a ordenha.

O pagamento do vaqueiro vinha depois de quatro ou cinco anos de serviço, quando de cada quatro crias, cabia-lhe uma. O Seu Abel confirma este sistema e aponta mais uma de suas vantagens: “[...], e ainda tinha uma parte no leite” (MONTI, 2002: 148).

O que atraía o sertanejo para este tipo de vida era a possibilidade de fundar a sua própria fazenda. Vaqueiro, criador ou homem de fazenda, são títulos honoríficos, entre eles. Este sentido de ascensão social e melhoria da qualidade de vida, funcionava como estímulo para a fixação do homem à terra. Ser o proprietário da terra em que trabalhava, representava e, ainda representa uma grande conquista para o vaqueiro.

Mas, o que predominava, era o espírito nômade, de quem vive atrás de melhores pastagens, somado ao fato da terra não lhe pertencer, o que é um desestímulo à agricultura. Falando sobre este fenômeno social, Riobaldo reclama que “homem viaja, arrancha, passa, muda de lugar e de mulher, algum filho é perdurado. Quem é pobre sempre se apega, é um giro-giro no vago dos gerais, que nem os pássaros de rios e lagoas” (ROSA, 1994, v. 2: 32). Lagoas que, como os ranchos sertanejos, em sua grande maioria, cada vez mais, deixam de fazer parte da paisagem do Sertão.

O Seu Abel Oliveira trabalhou para o pai, que tinha umas trinta vacas, o que daria para “tirar”, em torno de cinco bezerros. Fizeram o contrato verbal e, talvez por ter sido entre pai e filho, não deu muito certo. “Só que eu não ganhei, não levei os bezerros né? Aí eu trabalhei dois anos para ele naquela idade de quinze e dezesseis anos. Trabalhei dois anos como vaqueiro...” (*Op.cit.*: 149).

Da mesma forma que o Doutor Lourenço Ferreira do Prado, o Seu João Pereira dos Santos começou a trabalhar com o gado, na fazenda da avó, no Vão dos Angicos, bem mais cedo: “Lá em casa mesmo, eu com a base de oito anos a minha avó tinha de duzentas a duzentas e poucas rezes, isso como essa luz está alumando, eu do tamanho desse menino do Compadre João, toda vida eu fui crescido, só que eu era magro. Eu vim pegar corpo já com dezessete ou dezoito anos. Isso foram anos e anos. O curral era feito de cerca de toco, era um lugar baixo e lameava demais. [...] Eu entrava de quatro e meia a cinco horas no curral e soltava nove horas da manhã. Eu tinha lama até dentro do olho, do ouvido. Ali eu amansava

novilha brava que me jogava na lama, eu enfiava o cacete, tirava aquele leite e soltava as vacas para o pasto. Pegava as latas de leite e levava para um ranchão que nós tinha assim de lado da casa, ali tinha os bancos, fornalha de fazer farinha, banco de fazer queijo, requeijão no tacho, levava aquelas latas de leite e chamava a minha mãe”.

O Seu Miguel José Marques chegou a prosperar na sua lida com o gado, o que incomodou a vizinhança, pois “dava até inveja do crescimento que tava. O povo tinha muita inveja da minha vida ali por causa do jeito que eu convivia, não é”? O dono da fazenda onde vivia com a sua família, permitia que criassem o gado à vontade. “Era fazenda aberta, podia criar o tanto que quisesse e fazer roça o tanto que queria”. Mas aí veio a fatalidade do acidente com o “pau encavalado”, descrito na primeira parte da tese, e ele teve que deixar tudo para trás. Então, o gado ficou sendo cuidado pelo seu irmão e pelo seu cunhado, o que causou estranhamento nos animais.

Chegando do hospital, em Paracatu, MG, recebeu a notícia de que, quando o cunhado e o irmão iam apartar as vacas e bezerros, eles estouravam e subiam a serra. Não aceitavam ir para o curral, enquanto ele não voltou e “conversou” com os animais. Eis o relato pelo Seu Miguel: “Tive um problema muito grande porque eu tinha um gado com um cunhado meu e dava até inveja do crescimento que tava. O povo tinha muita inveja da minha vida ali por causa do jeito que eu convivia, não é? Deixei o meu irmão e o meu cunhado para olhar o gado, mas as criações estranharam o jeito deles. Lá a gente podia criar o tanto que pudesse que o fazendeiro deixava e eu e um concunhado criamos esse gado. Era fazenda aberta, podia criar o tanto que quisesse e fazer roça o tanto que queria. Então eu falei para os meninos, já é setembro e vai pegar as vacas aí pra mim ver. Quando foi eles chegaram com umas quatro ou cinco rezes tudo assombradas. – ‘O que houve com esse gado?’ - ‘O gado está esquisito, quando é a gente ele toca na serra que não tem quem dê conta’. Um gado manso daquele”?

O Seu Miguel não se conformou e, apesar do desconforto causado pela perna acidentada, se preparou para encontrar com o gado no pasto: “Aí no dia seguinte eu pedi para um garotinho de seis ou sete anos pegar dois cavalos, um pra mim e outro pra ele. Cedinho porque tinha o lugar do gado malhar. De longe o gado via a gente e tava tão assombrado, assim com o sol saindo, que levantou e ficou sapateando para lá e para cá. Com a vista alta e eu comecei a chamar o nome de cada criação. Aí o gado parou e quando reconheceu a gente veio tudo encima e chorando. Criação também sente saudade. Bufando e com lágrima no olho”.

Ao definir a cultura sertaneja, Darcy Ribeiro destaca a lida com o gado, como uma das suas principais características. No seu relato, o Seu Miguel demonstra até onde o sertanejo

está vinculado a esta lida. Sua alma se junta à alma dos animais, que lhe dão sustento. Eles representam muito mais que uma possibilidade de força de trabalho, produção de alimento, ou acumulação de riqueza. E, ao contar esse episódio, o Seu Miguel também chorava, como choraram as vacas. Os jagunços do bando de Riobaldo também choraram, durante a matança dos cavalos, na fazenda dos Tucanos, no *Grande Sertão: Veredas*. Durante o relato do Seu Miguel, parecia que boi e homem eram uma coisa só. Trabalham, vivem e sentem juntos as alegrias, tristezas, dores, saudades e contradições da vida no Sertão.

Quando perguntamos ao Seu Miguel se voltaria a viver no Sertão, ele respondeu: “Não. É daqui pro céu”. Ele nos contou, também, que teve oportunidade de voltar ao Boqueirão, mas não se lembrou de nenhum dos lugares onde havia vivido. Todavia, ele não se esqueceu do episódio com o gado chorando.

Os amigos do Seu Miguel choraram, quando ele partiu de Jipe para Paracatu, MG, onde iria cuidar do seu pé dilacerado pela tora de aroeira [“Na hora de sair eles ficaram tudo chorando”]. O seu gado chorou de alegria, misturada com saudade, quando ele voltou. É como ele mesmo diz: “Coisa mais linda quando uma criação gosta do dono”.

### **O pré-histórico carro-de-bois**

Outro sertanejo, que não conseguia viver longe dos seus bois, era o Seu Raimundo Ferreira do Prado, pai do Seu Onofre Ferreira do Prado, sertanejos do Município de Buritis, MG, um “carreiro nato”, conta com orgulho, o seu filho. Ele gostava de trabalhar com oito, ou dez bois. Cuidava de cada detalhe do carro-de-bois: a madeira era especial. As rodas, por exemplo, eram feitas de jatobá, ou de bálsamo, que é uma madeira muito resistente - mais até que o jatobá - mas que não se acha fácil.

Na outra ponta, o Seu Irineu da Silva Prado não é muito simpático a esse meio de transporte. Ele tem por opinião que, o carro-de-bois é coisa da pré-história, trabalhoso demais: “O carro-de-bois é um negócio pesadíssimo, muito difícil. Atolava muito fácil e para subir ladeira era uma dificuldade danada, porque a madeira roçando uma na outra, o eixo não tinha rolamento e nem lubrificação e quando tinha era com azeite. É por isso que ele canta. É o eixo quando esta pesado, mas tinha sempre que estar lubrificando para não queimar. Então, era um negócio meio pré-histórico o carro-de-bois”.

Com todas essas dificuldades, e o carro-de-bois carregado com rapadura, arroz, feijão, toucinho enrolado em folha de bananeira, enfim, com o excedente da sua produção, o Seu Raimundo Ferreira do Prado viajava de Buritis, no vale do rio Urucuia, até Januária, cidade

mineira, localizada às margens do rio São Francisco. Na viagem de volta, trazia o sal e o querosene.

Segundo o Seu Onofre do Prado, a viagem era cheia de desafios: “Atravessava o Urucuia abaixo de Buritis uns trinta quilômetros. Tirava tudo do carro-de-bois e passava o rio que já é bem maior, pois recebeu vários afluentes. Recebeu o São Domingos e o Piratinga que é do tamanho do Urucuia ali. Ele atravessava depois do Urucuia ter recebido esses dois rios. Lá ele é grande. Tirava tudo do carro para passar. O carro era dentro do rio. Os bois iam puxando o carro que ia tão fundo que a mesa cobria de água. Mas como o carro-de-bois era pesado e a roda dele é ferrada dava para atravessar – eu já andei cento e oitenta quilômetros para ferrar uma roda de carro-de-bois. Já fui a Cabeceiras para isso. Um mês para ir e voltar viajando mais durante a noite. O meu pai e um criado nosso, um rapaz que o meu pai criou: o Zé Rodrigues de Moura.”

Porém, a viagem era também prazerosa. O Seu Onofre não esquece: “O meu pai ia com uma mula levando os mantimentos pra cozinhar, quando faltava algum tempo para o almoço ele adiantava, pois o carro é muito devagar, é uma moleza danada, cantando, carro para ele tinha que estar nos trinques mesmo. [...] Então, na estrada pra Januária, perto das refeições, meu pai avançava e orientava o rapaz para seguir sozinho e ele ia fazer a comida. – “Daqui à uma hora mais ou menos você chega que o almoço vai estar pronto”. Era assim. O meu pai era também um excelente cozinheiro”.

Como grande observador e apaixonado pela lida sertaneja, Guimarães Rosa escreve, com detalhes, sobre suas dificuldades e delícias. Na narrativa, Riobaldo fala da distância entre um “pré-histórico carro-de-bois e um jipe:

Mas por entre as árvores, se podia ver um carro-de-bois parado, os bois que mastigavam com escassa baba, indicando vinda de grandes distâncias. Daí, o senhor veja: tanto trabalho ainda, por causa de uns metros de água mansinha, só por falta de uma ponte. Ao que, mais, no carro-de-bois, levam muitos dias para vencer o que em horas o senhor em seu jipe resolve. Até hoje é assim, por borco. (Rosa, 1994, v. 2: 70)

Além dos serviços para a manutenção da casa, o Seu Raimundo ganhava dinheiro, fazendo serviço para terceiros. Carro, bois e carreiro eram inseparáveis. Só a morte os separou: “O meu pai morreu dentro de um carro-de-bois. Eu estava com ele. Nós fomos buscar uma lenha pra cozinhar e ele morreu de repente. Tinha quarenta e dois anos. Tudo com o carro-de-bois”.

O Seu Viriato de Castro foi outro carreiro, que viajou muito, transportando cargas pelo Sertão. Quando terminou o primário nas escolas de Planaltina, DF, tinha duas opções: continuar seus estudos em Formosa, Anápolis, Goiânia, ou ajudar o pai na fazenda. Como não

quis sair de perto da família, ganhou um carro-de-bois, como “presente” do pai. Como o Seu Raimundo, ele também transportava de tudo: cal, café, ovos, e outros produtos excedentes da agricultura e de outras atividades de subsistência.

A cal era produzida a partir da queima das rochas calcárias, abundantes no vale do Rio Maranhão, nas pedreiras da região, conhecida como Mozondó. No processo de queima, usava-se a lenha produzida na derrubada da mata ciliar, durante o preparo da “terra de cultura”. Eram queimadas as madeiras, que não eram próprias para o fabrico do carro-de-bois e móveis domésticos, ou para a construção das casas e cercas. O Seu Erasmo de Castro não se esquece de como este trabalho era duro. Quebrava-se a pedra, transportava-se a lenha, que na realidade eram toras de madeira, e num grande sulco cavado no chão, colocava-se uma camada de lenha e outra de pedra, ateava-se o fogo e se aguardava a queima. Depois de pronta, esta cal era vendida e consumida na construção e pintura das casas, galinheiros e currais, nos municípios de Planaltina, Vianópolis e outras cidades da região.

Para tanto, o carro-de-bois era importante meio de transporte de cargas. O Seu Viriato e o Seu Erasmo descrevem longas viagens feitas com este veículo, entre Planaltina e Vianópolis:

“Eram expedições de até dez fazendeiros, e viajavam no período chuvoso porque os bois precisavam de pastagens durante a noite. Por isso, os carros precisavam ser calçados. Tendo a roda muito fina, afundavam na lama. Muitos carreiros quase morreram enquanto dormiam debaixo dos carros. Por isso aprenderam a calçá-los com tábuas.” (MONTI, 2002: 152).

De Brazlândia para Formosa, GO, não era diferente. O Seu João Pereira dos Santos transportava o café, produzido na fazenda da sua avó, no Sertão de Brazlândia, do Vão dos Angicos, até aquela cidade goiana e trazia o sal, alimento indispensável para a família, e o gado e que, também era distribuído entre os vizinhos. O café era beneficiado no monjolo e ensacado em unidades de uma arroba cada. Quando formava a carga de cem arrobas, estava na hora da viagem: “Colocava no carro-de-bois, o carro tordado [toldado] com couro que servia de lona, o carro com dez bois levava para Formosa. Passava por aqui, saía ali onde é a residência do governador, como chama lá? [...] No Torto! Saía ali no Torto, depois Planaltina e ia para Formosa. Lá trocava o café por sal. [Então] aquele sal era distribuído para todos eles, mas só quem buscava era a minha avó. Eu lembro disso como hoje. Sentado a cavalo com a vara de ferrão chamando, água e chuva era o que dava. Naquele tempo chovia. Pegava aquela vereda assim que o carro vinha cantando e de repente o carro acabava atolado. Você só via tamboeiro chiar e o carreiro: - “Vamo, vamo, fulano, firma!” E o carro velho desengasgava lá na frente e o barro não deixava o carro passar. Lembro disso como hoje”.



O trabalho continuava, mesmo quando se parava para descansar. O Seu João Pereira explica: “Chegava no ponto de pouso professor, chegava no ponto de pouso e descarregava a boiada, tudo argolado aqui na ponta do chifre, ajorjado e eu montado no cavalo ia pasturar os bois. Eu ficava com os bois e antes do anoitecer eu tocava para traz, cangava novamente, amarrava a guia lá na frente e o cabeçote cá atrás. A boiada pousava na fieira, cangado e o cavalo pousava na corda. Quando era no outro dia cedo, do jeito que estava ali, só afastava aquele carro e pegava a estrada. Era uma faixa de nove a dez dias para ir a Formosa. Só para ir. Para voltar era mais nove. Voltava com seis sacos de sal naquele tempo. O peso que levava de café voltava com sal: cem arrobas de sal”.

### **Quando caíam as chuvas**

Além de transportar cargas, o *gado vacum* transporta a si mesmo e, assim, no Sertão, foi sempre um grande movimento. Primeiro, em busca de pastagens na amplidão das caatingas e cerrados. O Seu Erasmo de Castro, saudoso sertanejo planaltinense, descreve como se manejava o ambiente, para que não faltasse alimento para o rebanho bovino. As matas do vale do rio Maranhão, no limite Norte do Distrito Federal, por exemplo, eram derrubadas, não só para a agricultura de subsistência nas terras de cultura do antigo Município de Planaltina, como também, para formar pastagens. São as invernadas, que o Seu Randoufo Valadares, pai do Doutor Murat Valadares, introduziu em Arinos, no Norte de Minas Gerais. Nesse processo, o Seu Erasmo explica que eram derrubados até quatro alqueires de mata.

Segundo ele, estas pastagens alimentavam o rebanho, até os meses de julho e agosto. A partir daí, ateava-se fogo no cerrado, isto em agosto ou setembro. Segundo o Seu Erasmo, era uma estratégia para reforço das pastagens: “A gente saía pelos pontos onde tinha muito cerrado e queimava. Colocava fogo à vontade e os fazendeiros até pagavam peão para fazer isso. Aí quando era agosto ou setembro vinha a brota nova, o capim do cerrado brotava. Aí trazia o gado para cima, para as chapadas. Quando caíam as chuvas, com o gado alimentado, pois o cerrado estava muito verde, caía até o cabelo do gado, começava a vacada a dar cria. Aí vinham os fazendeiros arrebanhar para levar o gado de volta para as pastagens na fazenda”.

O mesmo acontecia, entre as fazendas do Seu Joventino Rodrigues, pai da Dona Lourdes de Jesus Rodrigues Reis, sertaneja de Luziânia, GO, e, hoje, residente na Asa Sul de Brasília. Ele possuía duas fazendas, uma no Município de Luziânia, Go, e outra, cobrindo a área onde, hoje, estão localizadas as regiões administrativas de Taguatinga e Riacho Fundo, ambas no Distrito Federal. No período da seca, que coincide com o período entre julho e setembro ou outubro, o gado era levado para a fazenda de Taguatinga. A Dona Lourdes se lembra de ter

ido umas três vezes nessa fazenda, isso quando viajava para Brazlândia. Não existia a sede, mas só um rancho, onde ficavam os vaqueiros: “Eram só três meses, porque o gado vinha em julho [para Taguatinga] e ficava só até as primeiras chuvas. Isto porque se continuasse secava ao invés de engordar. Não podia comer o tipo de capim que tinha enquanto estava novo. Então, quando dava a primeira chuva ele [o pai] vinha e levava o gado”.

A preocupação com a produtividade do gado não se prendia apenas às pastagens, mas também, ao melhoramento genético do rebanho. Com base em Paulo Bertran, o historiador Luiz Ricardo Magalhães (2005), cita o gado tabapuã, uma variedade bovina, introduzida pela família dos Guimarães, em Planaltina, hoje Distrito Federal, e que fora idealizada, a partir da experiência genética do cruzamento entre as raças representadas pelos curraleiros, com zebus originários da Índia. Segundo o historiador, “O experimento aparentemente banal mostra a existência de um núcleo ideológico moderno, engravado nesta família, homens identificados com preocupações que se voltavam para o aumento da produtividade dos rebanhos tradicionais” (MAGALHÃES, 2005: 265).

Segundo o Seu Gelmires Reis, por volta de 1920, o forte do Município de Luziânia era a criação de gado, cujos rebanhos iam se tornando de ótima qualidade, “pelo cruzamento com zebu, que de 20 anos para cá, tem melhorado imensamente a indústria pastoril de Goyaz. A nossa exportação anual é, em média, de 5000 rezes, sendo ultimamente muito compensadores os preços alcançados. Criam-se também o gado cavallar, muar, suíno, lanígero, caprino, assim como variadíssimas qualidades de aves domesticadas” (MEIRELLES; REIS, 1929: 45).

A movimentação de gado pelo Sertão, se dava na busca por pastagens e, na hora da venda do excedente e do ajuntamento dos rebanhos, o movimento era muito maior. Com isso, o comércio do gado era responsável por grande parte do movimento que existia no interior, no início do século XVIII. O principal mercado consumidor era formado pelos trabalhadores do ouro, em Minas Gerais, mas reses podiam chegar até ao Rio de Janeiro. O grande percurso provocava o emagrecimento do gado que, no fim da jornada, necessitava de repouso e alimentação. Rebanhos caminhavam até 40 quilômetros por dia, perfazendo um total de 400 quilômetros. As ervas, presentes em todo o percurso, facilitavam a jornada das reses. Havia um trânsito contínuo e os povoamentos multiplicavam-se, próximos aos currais e, ao lado das estradas, por onde os bois viajavam.

Assim, as grandes províncias pastoris, limitadas pelos mercados que abasteciam, dividiam-se em zonas de criação, de internada e as feiras respectivas – feiras de gado gordo e de gado magro. Estas feiras não contribuía para o adensamento dos povoados, pois necessitavam de grandes áreas de pastagem, localizando-se, assim, às vezes, até trinta

quilômetros da povoação. Segundo Jorge Caldeira, este era um negócio rentável; no século XVIII, “uma rês, que no mercado de São Paulo valia 2 mil réis, era vendida pôr 75 mil em Minas Gerais” (CALDEIRA, 1997: 77).

Os anos longe da profissão, não impedem o Seu Abel de manter os costumes de vaqueiro. Ao contar como comprou a fazenda onde vive, ficam evidentes as suas ligações com o gado, principalmente, no que tange a sua função acumuladora de riquezas: “Quando foi aí, parece que eu tinha dezenove ou dezessete garrotes com dois ou três anos. Acabou o tempo ruim. Precisava pagar alguma coisa para os meninos; eu vendia um garrotão daqueles lá, fazia a feira para os meninos, sobrava dinheiro para nós, trabalhador e tudo. Com cinco anos eu paguei tudo e recebi a minha escritura” (MONTI, 2002: 150).

### **O capataz Damião “Mata Onça”**

Para a comercialização do gado de corte, eram necessárias grandes viagens. O gado acumulado na região próxima ao Distrito Federal e Buritis, em Minas Gerais, era levado para Barretos, em São Paulo. Lá, se concentravam os frigoríficos e as indústrias de charque, que só chegaram ao Sertão, a partir da década de 1930, com a “Marcha para o Oeste”, proposta pelo Estado Novo.

Segundo o Seu Rosa, do Município de Buritis, MG, não saía gado nenhum para Goiás, pois todo ele era transportado para Barretos, SP. Ele se lembra de só uma vez em que isso aconteceu: “Eu lembro dum gado tocado pra Planaltina. Esse Zé Francisco levou um gado pra Planaltina uma vez só, porque o transporte de Minas pra Goiás ficava mais caro. Tudo era mais caro.

Nascido “na era de 1923”, vaqueiro no Norte de Minas Gerais, o Seu Rosa comenta sobre o movimento de gado na região, nas décadas de 1920 a 1950: “Ia tocado, muito boi tocado. Ia a pé até chegar a Barretos [SP]. O véio Vitalino Fonseca levava pra Pirapora [MG]. Embarcava a boiada em Pirapora. Tocava até lá e pegava o trem de ferro passando por Belo Horizonte e chegando em Barretos. Aqui por Paracatu [MG] ela ia de pé tocada até Barretos<sup>21</sup>. O véio Vitalino tinha um capataz, o Damiãozinho que matava onça. Era um homem do mundo. Esse homem era um homem do mundo. Conhecia tudo, cansou de levar boiada. O véio Vitalino não acompanhou boi pra Barretos. Sempre o Damião era o capataz de levar e

---

<sup>21</sup> Antes de 1923, quando os trilhos chegaram a Pirapora, o gado era assim tocado até Barretos, SP.

entregar em Barretos. [...] Depois com o espaço de tempo [década de 1950] veio um frigorífico pra Paracatu, um matadozinho. Consumia muito boi aqui em Paracatu<sup>22</sup>”.

Em Goiás, o gado comprado em municípios, como Nova Roma, Flores de Goiás, São Domingos, Cavalcanti e outros, era trazido para Planaltina, onde se concentrava num cercado, conhecido como a “Larga da Pedra”. Esta larga foi feita pelos Guimarães, poderosa clã do município, e recebeu este nome, porque ficava nas proximidades da Pedra Fundamental de Brasília. O Seu Erasmo de Castro, que acompanhou todo esse movimento em Planaltina, diferencia uma “larga” de um pasto, pelas suas dimensões. A larga é grande o suficiente para fornecer pastagem para até 5000 cabeças de gado, enquanto os pastos usados nas fazendas da sua família, eram planejados para, no máximo, 50 cabeças, facilitando, assim, o seu manejo.

O Seu Erasmo de Castro contava que “Planaltina [DF] ainda eram poucas casas [décadas de 1930 a 1950]. Aí ia colocando a boiada na Larga da Pedra: - ‘Quantos bois você tem pra por na Larga’? - ‘Tenho trezentos’. - ‘E você’? - ‘Tenho duzentos’. Tanto que cada boiadeiro, ali o Seu Farnésio, Osório Rosa, na época o nome dos que comerciavam com boi, eles traziam mulas, burros e tourinhos de Uberaba [MG], gir e trocavam por gado pé duro de Goiás. Eles colocavam o gado na Larga da Pedra. Colocavam cinco mil bois na Larga da Pedra. Durante essa reunião do gado, a pionagem fazia festa todas as noites. Então, eles pagavam violeiros e sanfoneiros. Eu mesmo toquei viola na Larga. A boiada ia para Barretos [SP]. Ia tocada no lombo do animal”.

Nota-se, então, pelo mapa da Figura 2:1, que, antes de Brasília, já existia uma rede de comércio, entre os sertões de Minas, Goiás e Barretos, no Estado de São Paulo. O Seu Erasmo de Castro citou, na fala do parágrafo acima que, na viagem de volta de Barretos, os capatazes traziam garrotes reprodutores e burros para tropas. Aqui, os garrotes eram trocados por gado de corte e os burros eram vendidos para os tropeiros, que transportavam os mais diversos tipos de mercadorias, pelos caminhos do Sertão. No comando desta rede de comércio, estavam os poderosos, que eram representados pelos donos da terra, os coronéis que comerciavam grandes quantidades de gado.

**Figura 2: 1 – Comércio de gado e muares entre Goiás, Norte de Minas e Barretos, SP.**

<sup>22</sup> Segundo Vitalino Fonseca, filho do “véio Vitalino”, mesmo com o frigorífico de Paracatu inaugurado, muito gado da região de Buritis continuava sendo levado para Pirapora, pois, conforme o Seu Rosa, o frigorífico de Paracatu era um “matadozinho”.



Em suma, a Canastra dos ofícios e modelos de ação do “Sítio de Pertença Sertanejo” apresenta dois modelos de ação, característicos: o familiar e o comunitário. O familiar é definido pelos serviços domésticos, na lavoura, lida com o gado e destinação da produção excedente. O modelo de ação comunitária parte da solidariedade vicinal, que define uma ligação íntima entre os dois modelos. A comunidade acompanha o que se passa com a família e vice-versa. A “treição” ou “traição” e os folguedos, são exemplos de mutirões “alegres e festivos”, que ilustram o funcionamento dos dois modelos de ação apresentados. Estes, abrem espaço para os artesãos, tropeiros, guias de carros-de-bois, motoristas, farmacêuticos, parteiras, benzedores e vaqueiros, importantes suportes para a comunidade sertaneja. Dentre os animais domesticados, o gado se destaca como acumulador de riqueza que sempre movimentou o Sertão, força motriz, fonte de alimento e matéria prima, amigo e companheiro.

## **CAPÍTULO 7**

### **ANTIGO: O ATRASO QUE NINGUÉM QUERIA MAIS**

#### **Raízes impedindo que o mundo desabe**

Quando Brasília chegou, o Seu Osmar Feliciano da Silva era um rapazote que, na Cidade Livre, negociava os excedentes do que era produzido na fazenda dos seus pais, no Município de Corumbá, GO.

Para ele, a movimentação comparava-se a uma festa sertaneja: “Lá em Corumbá a gente tinha uma vida precária, mas produzia rapadura e farinha. A gente plantava a mandioca e a cana e fabricava farinha e rapadura. Produzia queijo a partir do leite tirado das vacas, tinha frutas também. Isso tudo a gente vendia em Brasília, porque foi exatamente na época da construção de Brasília. Então, a viagem era feita a cavalo. Eu ia montado num e puxava outro com a carga destas coisas. Num grupo de cinco ou seis cavaleiros a gente ia puxando aquela carga com queijo, banana e laranja. Vendia em Brasília. Lá, a gente não tinha nem noção do progresso. Parece que a gente estava chegando numa festa. Vendo aquelas feiras e aquele movimento, para nós era a mesma coisa de estar chegando num pouso de folia”.

Era uma folia diferente daquelas que o Seu Osmar acompanhara desde a infância, pois esta era fruto de processos que ele pressentia, mas, ainda eram muito tenros para serem compreendidos. Em nome da modernidade e dos seus mitos, Brasília chegara com tudo de bom que os sertanejos esperavam, mas suplantando muito do que fora construído até então, e que caracterizava o Sertão.

Naquele momento, o principal mito moderno apregoado, era o da possibilidade de igualdade socioeconômica e sucesso garantido nos grandes centros urbanos. Além dele, a ganância dos tecnocratas ensinava que os recursos naturais são inesgotáveis e que, o conhecimento científico é superior às demais formas de conhecimento e neutro (DUARTE, 2002). Então, o antigo passou a ser o atraso, que ninguém queria mais. A esperança estava sendo, totalmente, depositada na Nova Capital, cuja construção meteórica era impulsionada pelos mitos da modernidade.

A modernização também trouxe a voracidade própria da globalização hegemônica, que com a agropecuária comercial, acentuou a expulsão do sertanejo da sua terra.

Impressionado com o movimento, o Seu Osmar Feliciano da Silva não percebia tudo o que estava acontecendo, naquele momento da história. É, como ele mesmo afirma: “Em Brasília, a gente não tinha nem noção do progresso”.

De forma intensificada pela proposta de se concentrar cinquenta anos de progresso em cinco, as ameaças de desenraizamento trazidas pela transferência da capital, caíram sobre o Seu Osmar Feliciano, e sobre todos os sertanejos que participavam do mutirão de construção de Brasília. Sua reação foi a de buscar sustentação nos elementos de resistência, no seu sítio simbólico de pertencimento. Então, ele se lembrou do pouso de folia.

A cultura sertaneja resistiu, desde a gênese da cidade. O Seu Osmar Feliciano não estava avulso no meio do turbilhão dos encontros e desencontros do momento.

Suas raízes não permitiram que seu mundo desabasse. O contato e as trocas com a modernidade globalizada não o consumiram. As pressões, artimanhas e perversidades do “pacto de modernidade” e do “Diabo no redemunho”, erguido no coração do Sertão, o fortaleceram.

Na continuação da sua fala, ele declara: “Ser sertanejo está no meu sangue. Eu nasci e me criei adquirindo a sobrevivência do campo. Toda a nossa sobrevivência a gente retirava dos punhos. Então isso está no sangue. O cantar dos pássaros, o relinchar dos cavalos, o berro do gado, aquilo está gravado na nossa mente. O Sertão para nós é vida, é parte da nossa alma. Para mim hoje, se acabar todo o progresso e me mandarem para o Alto Amazonas eu não terei problema nenhum, porque apesar de muitos anos aqui em Brasília o Sertão está na minha alma, no meu sangue. [...] Eu resgato a minha situação lá detrás, a vida toda de trabalho, e me sinto uma pessoa realizada, principalmente quando eu estou lá no mato cuidando do meu gado e dos meus cavalos”.

Unguer (2001), usa as metáforas da nascente e da foz do rio para discutir esta relação entre passado, presente e futuro, entre as raízes culturais e a modernidade. Ela questiona:

O que é, hoje, caminhar em direção à nascente? Não é voltar atrás nem projetar na experiência de um povo fantasias de um lugar idílico, isento dos antagonismos e conflitos que perpassam a condição humana. É buscar uma superação criadora da dicotomia e unidimensionalidade de percepção do real que a funcionalidade representa. Mas isso só é possível mediante uma disponibilidade de transformação, uma abertura para deixar-se tocar pelo outro, por aquilo com que entramos em relação. É dialogar com os seres e as coisas. (UNGER, 2001: 136)

A Dona Alina de Oliveira Carvalho não se conforma com o que mudou no Sertão. Por conta da industrialização dos alimentos e da comercialização facilitada pelas estradas, não se produz mais como antigamente: “Naquela época a gente plantava horta. Hoje, a minha sobrinha Suely, filha do meu irmão mais velho me conta que tem uma pessoa lá que tem um caminhão refrigerado e que ele vem aqui na Ceasa comprar verduras e legumes para vender lá. Eu fiquei escandalizada quando eu ouvi isso. Porque era um divertimento a gente plantar aquelas hortas”.

O Seu Irineu Prado viveu uma experiência difícil, durante os anos em que esteve desempregado e, foi nas coisas do Sertão, que buscou sustento para sua identidade: “Quando o Collor entrou demitiu um bocado de gente. Eu era da antiga Cobal e fui demitido nessa época. Aí eu fiquei praticamente quatorze anos desempregado. E eu para não ficar doido, eu sou desenhista, eu comecei a inventar uns instrumentos musicais. Inventar qualquer coisa para passar o tempo. Então, saiu essa rebeca, saiu uma viola e estes outros instrumentos aqui [mostrando]”.

O Doutor Murat conta que, quando trabalhava como Juiz de Direito, em Diamantina, pediu exoneração e, quando lhe perguntavam o porquê, ele costumava brincar: “Por causa de uma seriema”. E as pessoas não entendiam: “O que uma seriema tem a ver com a sua exoneração”? É que no fórum onde eu trabalhava, o vizinho tinha uma seriema presa no quintal. Essa seriema cantava e me dava uma saudade danada da minha terra. Eu não agüentava mais aquilo, pois virou tortura para mim”.

Unger (2001), acrescenta:

No momento que vivemos, marcado que é pelo desenraizamento e pela errância, precisamos buscar outros múltiplos níveis de encontro com estas forças criadoras da origem. Nesta procura, precisamos de uma dimensão de pensamento que não se apresse em enquadrar a realidade em esquemas pré-fabricados; uma postura existencial que se ponha à escuta da vida e de seus sinais. (UNGER, 2001: 138)

Mesmo com o sertanejo distante das suas origens, o seu sítio de pertença permanece latente, virtual. Nestas condições, a sua capacidade de metamorfose o torna incapturável. Conforme Zaoual (2003),

Estamos em um mundo de complexidade e o controle de fronteiras do sítio são invisíveis e mudam em função do interlocutor e das possibilidades de evolução com relação às influências externas. Esse aspecto nebuloso dá ao sítio muita plasticidade ou flexibilidade desconhecidas ente os modelos que se introduzem de fora para dentro, sem escuta. Assim o sítio é o mestre da situação. (ZAOUAL, 2003: 56)

É esta plasticidade e flexibilidade das fronteiras do sítio, que permitiram que o Seu Osmar identificasse as semelhanças entre o movimento da Cidade Livre e os pousos de folia. O “Sítio de Pertença Sertanejo” apresenta-se como um marcador imaginário de espaço vivido único, com um código de seleção e evolução própria (ZAOUAL, 2003).



## CAPÍTULO 8

### POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO SITUADO NO GRANDE SERTÃO-BRASÍLIA

#### Entre comigo no céu

A conquista e a ampliação dos espaços democráticos abertos à participação de todos, apresentam-se como estratégias que facilitam a manifestação das possibilidades contidas no “Sítio Simbólico de Pertença Sertanejo”. Construído, a partir da história de vida dos narradores da pesquisa, tal sítio é sustentado pelo conteúdo das canastras, onde estão armazenados os mitos, crenças, memórias, saberes, técnicas e modos de vida dos sertanejos, bem como pela interação entre elas. Os sertanejos, por exemplo, buscam em seus mitos, os modelos de organização e de ação na comunidade. No processo, técnicas, regras de convívio e conhecimentos são aplicados e transferidos pelas gerações. Estes elementos dão estabilidade à comunidade sertaneja, situando cada um dos seus integrantes.

Buber (1987), sugere uma revolução, não no sentido de destruir coisas antigas, mas no de viver coisas novas e, que isso aconteça, a partir da vida comunitária, o que para ele é a própria vida:

Nesta nova vida homens que, pela especialização na sociedade contemporânea, se tenham tornado órgãos com uma função estritamente bem definida e que, para poderem viver, devem conformar-se com esta função, serão novamente homens capazes de haurir da plenitude. Tais homens não se associarão mais como antes, pelo fato de homens especializados dependerem mutuamente um dos outros, mas se encontrarão por amor, por anseio-de-comunidade e por pródiga virtude. (BUBER, 1987: 39)

O homem moderno, que foi atirado numa engrenagem movida pelo proveito, e que atrofia sua criatividade livre sob o jugo do trabalho que visa o proveito, nesta nova vida, será elevado a uma nova ordem, onde reina o princípio criador e libertador de suas forças, agora subjugadas. Esta é a comunidade definida pelo filósofo, um fluxo de doação e entrega criativa, em que homens maduros se reúnem, por causa da liberdade maior:

Todos os homens são iguais nesta possibilidade que se abre, sem cessar, por ocasião de cada nascimento humano; eles são livres na sua realização. O elemento materno do vínculo total é a terra; a forma originária de sua atuação é o trabalho; a forma espiritual de sua atuação é a ajuda; sua fala, o espírito; sua construção, a comunidade. (*Ibid.*: 45)

A comunidade só se efetiva, quando homens se aproximam uns dos outros e se encontram de modo imediato, na imediaticidade de seu dar e de seu receber. Tirado o véu da relação fundada no proveito, os indivíduos começam a se manifestar como pessoas.

A forma legítima da comunidade como construção social é a comunidade concreta. Se a união entre os homens acontece sob o signo da terra, surge a comunidade de vila que administra o solo comum; se a união acontece sob o signo do trabalho, surge a cooperativa que se dedica à obra comum; se a união acontece sob o signo da ajuda, surge a camaradagem que aspira em comum à realização pela educação mútua; se a união acontece sob o signo do espírito, surge a fraternidade que invoca em comum o Absoluto, o proclama e o celebra. (*Ibid.*: 47-48)

Aspectos, tais como o signo da ajuda, a solidariedade vicinal e a camaradagem na hora da dor, estão presentes em *As Primeiras Estórias*, livro de João Guimarães Rosa, no conto *Soroco, sua Mãe, sua Filha*. Na dor de se despedir da mãe e da filha, mergulhadas num surto esquizofrênico, Soroco experimenta a imediaticidade própria da comunidade buberiana. Ao lado do trem de ferro em que estavam sendo colocadas sua mãe e sua filha e, no qual, seriam levadas para Barbacena, MG, a comunidade estava com Soroco e

Todos diziam a ele seus respeitos, de dó. Ele respondia: - “*Deus vos pague essa despesa*”. [...]

Ele se sacudiu, de um jeito arrebatado, desacontecido, e virou, pra irs’embora. Estava voltando para casa, como se estivesse indo para longe, fora de conta.

Mas, parou. Em tanto que se esquisitou, parecia que ia perder o de si, parar de ser. Assim num excesso de espírito, fora de sentido. E foi o que não podia prevenir: quem ia fazer siso naquilo? Num rompido – e era a cantiga mesma, de desatino, que as duas tanto tinham cantado. Cantava continuando.

A gente se esfriou, se afundou – um instantâneo. A gente... E foi sem combinação, nem ninguém entendia o que se fizesse: todos, de uma vez, de dó do Soroco, principiaram também a acompanhar aquele canto sem razão. E com as vozes tão altas! Todos caminhando, com ele, Soroco, e canta que cantando, atrás dele, os mais de detrás quase que corriam, ninguém deixasse de cantar. Foi o de não sair mais da memória. Foi um caso sem comparação.

A gente estava levando agora o Soroco para a casa dele, de verdade. A gente, com ele, ia até aonde que ia aquela cantiga. (ROSA, 1994, v.2: 399)

Havia um entendimento do estilo comunitário, que não foi preciso ser procurado e nem mesmo construído. Estava lá, completo, enraizado e pronto para ser manifesto. Diante da dor de Soroco, as pessoas se entendiam, sem palavras. Zygmunt Bauman (2003), assim o descreve:

O tipo de entendimento em que a comunidade se baseia precede todos os acordos e desacordos. Tal entendimento não é uma linha de chegada, mas o ponto de partida de toda união. É um sentimento recíproco e vinculante – a vontade real e própria daqueles que se unem; e é graças a esse entendimento, e somente a esse entendimento, que na comunidade as pessoas permanecem essencialmente a despeito de todos os fatores que os separam. (BAUMAN, 2003: 16)

A comunidade de Soroco era uma verdadeira comunidade, pois nela, não havia motivação para a reflexão, a crítica ou a experimentação. Esta realidade é parecida com Garapuava, MG. Lá, viveu Veríssimo Antônio de Vasconcelos Teixeira, o louco, que Garapuava assumiu, como sendo seu. Todos que viveram lá se lembram dele. Napoleão Valadares, um dos narradores da pesquisa, nos cedeu cópia da seguinte crônica, a ser publicada, em homenagem ao Veríssimo:

## O Louco de Garapuava

Napoleão Valadares

Chamava-se Veríssimo. Veríssimo. Veríssimo Antônio Vasconcelos Teixeira. Seu nome significa muito verdadeiro. E ele devia ser mesmo muito verdadeiro, porque os loucos o são. Praticam desatinos, comandados pelo cérebro desnortado, mas são amarrados à verdade. Há uma sinceridade estúpida nos atos dos loucos.

Veríssimo, meu tio-avô, enlouqueceu em 1923 e louco ficou até a morte, em 1972. Portanto, quarenta e nove anos de loucura. Nesse tempo, perambulou pelos matos e cidades da região. Imitava com perfeição as vozes dos pássaros, conhecia a *Bíblia* e sabia latim. José Gonçalves contou-me que uma vez, quando faziam uma recepção a uns padres que chegavam a Unai, Veríssimo falou um longo discurso em língua estrangeira. E um dos padres acabou por dizer: “Esse homem tem uma inteligência enorme.” Disseram que o discurso podia ser a *Catilinária*, que ele talvez soubesse de cor.

De cor ele sabia todo o livro *Primaveras*, de Casimiro de Abreu. Abria numa página, lia o título do poema, fechava o livro e recitava. Abria noutra página, lia o título do poema, fechava o livro e recitava. Abriu noutra página e por aí ia. E não era só Casimiro. Se a gente falasse o nome de um poeta, ele começava a desfiar poemas. Gostava de fazer versos às moças bonitas, principalmente acrósticos. Consta que, numa fria madrugada, não podendo entrar na casa de sua irmã, fez um poema e enfiou por baixo da porta. Terminava assim: “Venha e entre comigo no céu.”

Poeta louco. Louco poeta. Dizia-se Deus e tinha horror a que o chamassem capeta: xingava todos os nomes e jogava pedra. Mas, em momentos de calma, ficava sereno e era capaz de conversar. Quando soube meu nome, fez-me sentar, sentou-se também e contou-me, com detalhes, a história do Imperador da França. Nunca esqueci. E ficou-me na memória a frase inicial do encontro com o exército, quando Bonaparte voltava de Elba: “Sou eu mesmo, soldados.

Sou eu que, agora, sinto uns arrepios, ao me lembrar disso tudo... Veríssimo. Quarenta anos de loucura. Muito verdadeiro. Verdadeiro sofredor.

Conforme Hassan Zaoual (2003), a ajuda prestada a Soroco, na partida de sua mãe e filha, e ao Veríssimo, durante os seus quarenta anos de loucura, foi de grande eficácia, pois a solução foi formulada *in situ*, no próprio lugar, na comunidade, no lugarejo em que estes sertanejos haviam plantado as suas raízes identitárias.

A gestão dos recursos naturais, que emerge deste ambiente, é situada, é vereda que leva ao desenvolvimento situado. Ele resiste à tendência hegemônica do mundo globalizado, pois cada sítio exhibe desenvolvimento próprio. Conforme Gabriela Tunes da Silva (2005),

O desenvolvimento situado não é um modelo conceitual. Ele somente existe quando é um fato concreto. Não é algo que se busca, mas que acontece. Não traz nenhuma promessa de um futuro grandioso, não é possível conceber para onde nos levará. Não cria hierarquias ou classificações entre povos e culturas. Não permite a opressão dos sistemas totalitários e totalizantes. Traz, somente, a possibilidade da realização plena da humanidade, pela preservação da alteridade e da liberdade, e por tornar possível o exercício da criatividade. (SILVA, 2005: 187)

Para a autora, o desenvolvimento situado acontece onde existem comunidades, como as concebidas por Buber e vividas por Soroco e Veríssimo. Ela explica:

Ele [o desenvolvimento situado] requer que a vida, individual ou coletiva, seja fundada na realidade do encontro dialogal. Assim é possível conceber uma idéia de desenvolvimento que não se apóie em teleologias relacionadas à redenção pelo progresso técnico, que somente geram ilusões de um paraíso futuro que jamais será alcançado. O desenvolvimento, entendido como aparecimento de novidades a partir de rupturas, não se projeta para o futuro; não é possível conceber um objetivo final para qualquer modalidade de desenvolvimento, pois ele depende de decisões e talentos pessoais e de acontecimentos do presente. E a insegurança gerada pela aceitação da imprevisibilidade completa em relação ao futuro é anulada pela segurança emanada dos vínculos relacionais firmados nas relações humanas e na vida em comunidade. (SILVA, 2005: 180)

### **Garapuava e o mundo**

Partindo do local para o global, considerando a grande diversidade de sítios simbólicos de pertencimento, nenhum saber é capaz de responder a eles de maneira uniforme, tirante a prática dos intercâmbios internacionais de experiências locais, não como modelo, mas como fontes concorrentes, complementares ou contraditórias de inspiração. “É a teoria da mundialização mosaica, a que se apóia sobre a fecunda diversidade e não na diversidade folclórica” (ZAOUAL, 2003: 104).

Zaoual (2003), não descarta a modernidade, pois ela pode ser assimilada, podendo as tradições dos sítios simbólicos de pertencimento serem mescladas com as inovações. Em momento algum, nossos narradores se fecharam para a modernização do Sertão, preferindo o bom de cada situação. Está aí o segredo da alquimia das práticas locais.

Fazer o que se pensa e se acredita, aqui e agora. É nesse ponto que o *homo situs*, contrariamente ao *homo economicus* da globalização, reaparece e fundamenta a pertinência de um paradigma pluralista. Com isso, o *homo situs* torna-se um ‘fino compositor’ da pluralidade dos espaços de justificação que o cerceiam. Não se conduzirá da mesma maneira em todo o lugar ou todo o tempo. E é o fim do determinismo. (*Ibid.*: 105)

O autor localiza o *homo situs*:

O indivíduo situado está no centro da problemática da mundialização. Mesmo sendo arrastado por ela, o indivíduo busca dar significações locais ao império da técnica. Por esses motivos, a mundialização precisa estar habitada por homens com todas suas diferenças, seus costumes de lugares, suas crenças, etc. Esse domínio oculto expressa os vínculos não revelados entre o profano e o sagrado. Sagrado *homo situs* que zomba de nossos famosos sábios em economia, como em outras coisas também. (*Ibid.*: 105)

O capitalismo moderno é, na sua origem, um projeto de vocação global. A sua expansão é indissociável da intensificação da globalização. Também, não pode ser separado da tecnociência comprometida com a modernidade arraigada no positivismo científico. Em nome do “pacto de modernidade”, “em nome da ciência moderna, destruíram-se muitos conhecimentos e ciências alternativas e humilharam-se os grupos sociais que neles se apoiavam para prosseguir as suas vias próprias e autônomas de desenvolvimento” (SANTOS, 2003: 14).

Com a modernização do Sertão, o desmonte da comunidade sertaneja, com sua economia de subsistência, foi considerável. Ela é bombardeada pela televisão, Internet e outros meios de comunicação que promovem, por exemplo, o consumismo.

Desta forma, torna-se necessária a contestação do cânone hegemônico da democracia liberal e o rompimento com o pacto. Mesmo assim, de forma complexa, a realidade da qual fazemos parte, apresenta um leque grande de possibilidades, com alternativas que foram marginalizadas, ou sequer colocadas em prática.

Em resposta a tal contestação, Santos (2002), trabalha a perspectiva da “hermenêutica das emergências”:

Uma perspectiva que interpreta de maneira abrangente a forma como as organizações, movimentos e comunidades resistem à hegemonia do capitalismo e aderem a alternativas econômicas baseadas em princípios não capitalistas. Esta perspectiva amplia e desenvolve as características emancipatórias dessas alternativas para as tornarem mais visíveis e credíveis. (SANTOS, 2002: 26)

O capitalismo é um eficaz produtor de toda sorte de desigualdades de recursos e de poder, além de definir um mercado, cujas relações de concorrência produzem formas de sociabilidade empobrecidas e baseadas no benefício pessoal, ao invés de solidariedade. Explora a exaustão dos recursos naturais, pondo em perigo as condições de vida na terra e, em particular, no Sertão-Brasília.

Daí, a importância de alternativas situadas, que criam espaços econômicos, em que predominam os princípios de igualdade, solidariedade e respeito à natureza. Nelas,

Os frutos do trabalho são distribuídos de maneira equitativa pelos seus produtores e o processo de produção implica a participação de todos na tomada de decisões, como nas cooperativas de trabalhadores. Graças ao princípio de solidariedade, o que uma pessoa recebe depende das suas necessidades e a contribuição depende das suas capacidades. (*Ibid.*: 29).

Quanto à modernização, as alternativas existentes apresentam uma variedade de relações com ela. Enquanto umas se adaptam, perfeitamente, às regras do mercado, como é o caso das cooperativas, outras implicam em transformações radicais e, em casos mais extremos, o abandono da produção capitalista. Este abandono radical das práticas capitalistas merece críticas, pois encarna uma forma de fundamentalismo alternativo, que pode fechar portas às propostas que emergem do próprio capitalismo, e entraria em choque com a proposta apresentada por Zaoual (2003), neste trabalho. Por isso, as alternativas que serão apresentadas, têm relações diretas ou indiretas com os mercados locais, nacionais e até mesmo internacionais, o que não tira delas, a relevância, ou potencial emancipador.

No contexto, o cooperativismo se apresenta como uma alternativa viável. Primeiro, como estratégia de enfrentamento do individualismo liberal. Segundo, por inspirar-se em valores, que não são estranhos à maioria dos sertanejos, sendo: autonomia, democracia participativa, igualdade, equidade e solidariedade. Em termos de quebra do “pacto de modernidade”, os princípios do cooperativismo, tanto podem ser fortalecidos, como podem fortalecer. Conforme Santos (2002), são eles: o vínculo aberto e voluntário; o controle democrático, por parte dos membros e sua participação econômica; a autonomia e independência, em relação ao Estado e a outras organizações; o compromisso com a educação dos integrantes da cooperativa; a cooperação entre cooperativas, por meio de organizações locais, nacionais e mundiais; e a contribuição para o desenvolvimento da comunidade em que está localizada a cooperativa.

Considerando que a globalização impera sobre o Sertão-Brasília, conforme os argumentos de Santos (2002), existiriam, hoje, quatro razões fundamentais para o estudo e promoção do cooperativismo, neste sistema socioeconômico e cultural: (1) mesmo sendo fundadas em valores e princípios não-capitalistas, as cooperativas sempre foram concebidas, e operam como unidades produtivas competitivas no mercado; (2) as características destas cooperativas possibilitam respostas eficientes ao mercado global contemporâneo; (3) as cooperativas estimulam o crescimento econômico e diminuem os níveis de desigualdade; (4) elas geram benefícios não econômicos para os seus membros e para a comunidade em geral.

Pelo visto até aqui, os projetos de desenvolvimento econômico, contidos no pacote do “pacto de modernidade” foram concebidos e implementados de cima para baixo, do Norte para o Sul, com base em políticas exógenas.

Em conseqüência, a ênfase no macroeconômico “implicou na marginalização de outros objetivos sociais, econômicos e políticos, como a participação democrática na tomada de

decisões, a distribuição equitativa dos frutos do desenvolvimento e a preservação do meio ambiente” (*Ibid.*: 45).

A proposta de desenvolvimento alternativo representa uma vereda que contribui para a diminuição da distância entre o pacto e a utopia contida no conceito de desenvolvimento situado, apresentado por Gabriela Tunes da Silva (2005). Ela realça a necessidade de tratar a economia como parte integrante da sociedade. Ele inspira-se nos valores da equidade social, na inclusão plena dos setores marginalizados na produção e no usufruto dos resultados do desenvolvimento. Propõe um desenvolvimento de baixo para cima, privilegiando a escala local e o estudo etnográfico de comunidades marginalizadas e seus sítios simbólicos de pertencimento.

Há que se privilegiar o desenvolvimento local. Mais do que isso, há que se privilegiar o desenvolvimento situado, que habita o sítio simbólico de pertencimento, buscando nele os elementos que possibilitem sua abertura para o regional, nacional e global. Isto porque “as organizações econômicas populares com frequência precisam competir com o capital transnacional no processo de globalização para se manterem vivas e realizarem seus objetivos emancipadores” (*Ibid.*: 52).

Qualquer que seja a ação contra-hegemônica escolhida, ou, principalmente, criada, que seja situada e, simultaneamente, aberta para o mundo.

Riobaldo afirma no *Grande Sertão: Veredas* que “O Sertão está em toda parte [e que] O sertão é do tamanho do mundo” (ROSA, 1994, v. 2: 11; 52). Não há como o Sertão-Brasília ser uma ilha isolada num mundo globalizado. Não seria sinônimo de contra-hegemonia.

Não há mais espaço para o paradigma dualista. Não se pode radicalizar, seja com o local, seja como agora vivemos, entregues à égide da modernidade global e hegemônica.

Impossível fechar questão com a solidariedade, em detrimento da competitividade, mesmo ela sendo imprescindível para a sustentabilidade do “Sítio de Pertença Sertanejo”. Nisto, nos igualamos aos demais seres vivos.

### **Ninguém consegue viver isolado**

Com o objetivo de mais uma vez conhecer de perto os frutos do “pacto de modernidade” e as respostas dos sertanejos a eles, em novembro de 2006, realizamos uma expedição ao Norte de Minas Gerais. Nela, visitamos os Municípios de Arinos, Chapada Gaúcha e Buritis.

A entrevista com José Corrêa Quintal, conhecido por Zézo, o presidente e um dos fundadores do Sindicato dos Produtores Rurais Assalariados e Agricultura Familiar do

Município da Chapada Gaúcha, criado em 25 de maio de 1997, e da Cooperativa Regional de Produtores Agrosilvioextrativistas Sertão Veredas, em fase de organização, com outras entrevistas, fornece informações importantes, acerca da atual realidade do Sertão-Brasília.

Zézo é um dos que defendem a organização em cooperativa, pois segundo ele, sozinho, o pequeno produtor fica à mercê do mercado, sendo presa fácil nas mãos dos atravessadores. Nas suas palavras: “Quando o agricultor vende o seu produto individual, não consegue chegar. A produção do arroz que não é alta, mas além de tirar a subsistência da família ele precisa um pouco para o comércio. A farinha de mandioca, o arroz, o feijão, ele precisa de tudo isso. Só que quando ele não está ligado em rede, em cooperativa, cada um vende a sua produção individual. Não tendo um grupo organizado, eu levo meu produto no mercado e troco por mercadoria. Então, nós começamos a observar que a gente estava desorganizado nessa questão do comércio”.

A conseqüência da desmobilização e desorganização é o prejuízo. Diante de tal quadro, liderados por Zézo, os sertanejos manifestaram a necessidade de mudar sua realidade. Então, foi firmado um convênio entre o Sindicato e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Minas Gerais, SENAR-Minas, órgão governamental que atua, tanto na formação profissional, quanto na promoção social, ambas voltadas para o homem rural. A partir daí, os sertanejos começaram a fazer cursos nas áreas de produção, comercialização e cooperativismo.

Este apoio foi fundamental, pois segundo Zézo, “Aqui o povo precisa de apoio, precisa de estruturação para fortalecer a agricultura familiar, fortalecer a sua base e com o Sindicato., Graças a Deus, nós temos uma ligação muito boa com todos os seguimentos, [tais como] prefeitura, Emater, enfim, com todos os seguimentos a gente não tem nenhuma deferência, pois o Sindicato tem uma participação muito boa. Então, a gente tem essa parceria, através do convênio com o SENAR. A gente dá essa capacitação sobre processamento de alimentos, promoção social e extrativismo”.

Em conseqüência da mobilização, com a ajuda da Emater, foi criada a Feira dos Produtores, onde os sertanejos vendem a sua produção toda sexta-feira, expondo seus produtos no galpão construído para esse fim. Lá, podem ser comprados frutos do cerrado *in natura* ou processados, frutas exóticas, tais como a laranja e o abacaxi, carne de gado, frango e ovo caipira, rapadura, farinha, etc. Uma outra estratégia foi a criação de uma unidade de beneficiamento de frutos do cerrado, em parceria com a Fundação Pró-Natureza, Funatura, ONG que tem atuado no Município, a partir dos projetos que desenvolve no Parque Nacional Grande Sertão: Veredas.



O Zézo explicou que a Funatura “tem o projeto do PDS [Plano de Desenvolvimento Social] do entorno do Parque e o Sindicato foi membro do Conselho Gestor do projeto. Em função deste projeto colocamos uma unidade de beneficiamento para agregar valor ao produto do agricultor que colhe no cerrado. A gente não valorizava isso. E nós observamos que em outras regiões tem cooperativa. Por exemplo, na região de Montes Claros, MG, tem o CAA que é o Centro de Agricultura Alternativa que tem um processamento de frutos do cerrado e que não consegue atender à demanda do mercado. Então, Brasília, Montes Claros, São Paulo, Belo Horizonte eles não conseguem atender à demanda que tem, a procura. Houve interesse deles também comprar produtos aqui. Se a gente também tem o produto, nada contra ninguém, mas se a gente também tem produção, levar por mais de trezentos quilômetros e chegar lá e ter prejuízo? Então, se a gente se mobiliza dá pra ganhar mais, pode vender lá, pode processar aqui. Aí com a participação da Funatura incentivando, criando a cooperativa, e tinha o processamento e ela não podia tomar conta. Então disse: - ‘Isso é de vocês’. O que se podia fazer? Criar uma Associação ou uma Cooperativa, porque não podia parar”.

Além dos frutos colhidos no Cerrado, as comunidades tradicionais produzem milho, mel, rapadura, farinha, ovos e frangos caipiras. Então, com a experiência adquirida na feira e o apoio da Funatura, Sindicato, Senar, Emater e Prefeitura, houve a mobilização para criação e organização da Cooperativa.

Zézo relata as dificuldades encontradas e o que pretendem conquistar, caminhando nessa direção: “Para nós é uma coisa nova. Eu trabalho com associações comunitárias, mas não tinha prática de cooperativa. Aí a gente depara com uma dificuldade maior com a exigência para legalizar em órgãos diferentes. Já foi para Belo Horizonte, voltou e a gente corrigiu e agora estamos na quarta etapa de documentação. Entendo que agora não vamos mais ter problema com documentação. Ainda não está registrado na relação de cooperativas do Estado. Esse procedimento é para cumprir a Lei do Cooperativismo no Brasil, a Lei 5.764 que tem uma exigência para cumprir. Se não estiver dentro dos critérios manda corrigir. Hoje mesmo falei com a advogada e ela disse que está tudo beleza. Nós ainda estamos nos primeiros passos: elegemos diretoria e estamos organizando a documentação. A gente acredita que ela venha a dar esse suporte de comprar o produto do agricultor, receber de forma organizada e repassar. Fazer o levantamento da produção, calcular custos”.

Nas falas apresentadas, já foram apontadas algumas possibilidades de mercado, como por exemplo, Brasília, Belo Horizonte, São Paulo. A proposta é de se partir das demandas locais, porém, sem perder de vista os mercados mais abrangentes. Zézo trata do assunto, com bastante cautela, mas ciente das possibilidades: “O primeiro objetivo é olhar mais perto, por

exemplo, não vamos longe se não estivermos preparados ainda. Por hora estamos olhando para o comércio local. O prefeito interessa em comprar produtos da região para a merenda escolar. Tem as normas para cumprir, porque tudo tem suas exigências”.

Sobre os produtos que podem ser negociados com a prefeitura, ele informa: “O básico da merenda, o que tivesse a prefeitura compraria. Existe uma lei no Município de que até oito mil reais não precisa de licitação, acima disso precisa. Então nós pensamos assim, que tendo nota normal chegamos no prefeito e oferecemos: ‘Farinha de mandioca, arroz, feijão orgânico, ovo e frango caipira, cabrito, frutos do cerrado e rapadura. Tem interesse? Combinamos?’ Por enquanto a gente não vai ter estoque para ir para um mercado grande”.

O objetivo é atender a demanda local, mas sem perder de vista, o mercado nacional: “A segunda proposta é que o Governo Federal tem um programa através da CONAB, Companhia Nacional de Abastecimento, com compra direta e antecipada. Não entramos com projeto esse ano porque a Cooperativa ainda não está registrada. Tem umas quatro linhas de programas. Eu até estive em Belo Horizonte, participei de uma feira e recebi instrução com o pessoal da CONAB. O Governo compra através da CONAB os produtos da agricultura familiar para doar para as escolas. Eu posso produzir, vender para o Governo para dar para o meu próprio filho. Eu vou vender lá através de uma cooperativa ou associação e o produto vai para a escola do meu filho. É uma coisa para fortalecer o agricultor. A rapadura, a farinha, o pequi, a poupa do pequi. Só não a carne de bovinos e o leite, o restante nós vimos que a Cooperativa é a saída. Dependendo da produção e da organização dos produtores poderemos chegar a outros mercados”.

Com sua vocação para ações interinstitucionais, Zézo já tem se articulado com outras cooperativas, sempre em busca de informações e de ajuda.

Quando indagado sobre a possibilidade de se alcançar mercados externos, tais como o Mercosul, ele argumentou: “A gente tem buscado informações através de outras cooperativas que exportam produtos. É mais exigente dentro da vigilância sanitária. Quando a gente pensa em exportar produtos, tem que estar muito mais organizado ainda. [...] A nossa visão é de ir cada dia mais longe. Articular o produtor, a produtividade da agricultura e o extrativismo. Aqui tem um extrativismo muito forte com frutos do cerrado. O nosso objetivo é chegar mais longe. Espero em Deus. Esta é a nossa visão do cooperativismo. Muito agricultor deixa sua atividade porque não tem onde vender e não tem quem vem buscar. A Cooperativa vai fazer isso”.

A Cooperativa Regional de Produtores Agrosilviextrativistas Sertão Veredas é, predominantemente, sertaneja. No Município da Chapada Gaúcha, os sulistas se instalaram

nas chapadas, que no romance *Grande Sertão: Veredas* representam o que Riobaldo define como o Liso do Suçuarão. É uma região plana e sem qualquer curso de água. Nas palavras do jagunço:

Nada, nada vezes, e o demo: esse, Liso do Suçuarão, é o mais longe – pra lá, nos ermos. Se emenda com si mesmo. Água, não tem. Crer que quando a gente entesta com aquilo o mundo se acaba: carece de se dar volta, sempre. Um é que dali não avança, espia só o começo, só. Ver o luar alumiando, mãe, e escutar como quantos gritos o vento se sabe sozinho, na cama daqueles desertos. Não tem excrementos. Não tem pássaros. (ROSA, 1994, v. 2: 28)

No chapadão, os gaúchos entraram com a produção comercial. Inicialmente, com soja e milho e, hoje, com sementes forrageiras. O abastecimento de água, inicialmente, era com caminhões pipa e, hoje, é feito por poços artesianos. Mas, a relação entre os sulistas e os sertanejos nativos foi tranqüila, desde o início da ocupação do chapadão, a partir de 1976, momento em que os agricultores vindos do Sul do país chegam para ocupar as terras demarcadas em assentamento organizado pela Fundação Rural Mineira - Colonização e Desenvolvimento Agrário - RURALMINAS.

O Zézo conta que “quando os gaúchos chegaram na Chapada Gaúcha vieram aqui começaram a procurar o apoio da comunidade. O povo que veio do Sul não podia trazer um porco, uma galinha. Quando chegava ia lá na comunidade comprar um porco, uma ovelha, uma galinha. Então, começou a relacionar, precisava de uma mão de obra, de um galpão aqui, de madeira, então, começou essa integração. A Ruralminas tinha escritório aqui e começou a trabalhar com a abertura dessa estrada. E como a Ruralminas trabalhava aqui, nós começamos também a formar os times de futebol. Por exemplo, os gaúchos não tinham o time completo e convidavam a gente. Jogava aqui e às vezes iam jogar lá. Disputavam futebol com o distrito da Serra das Araras. Convivia, prestava serviço. Abriam comércio, a gente precisava de alguma coisa vinha cá e comprava. Assim, a gente começou a interagir junto. Então, a gente começou a vir para trabalhar na agricultura, pegava os serviços”.

Os serviços prestados pelos sertanejos eram variados, mas, normalmente, voltados para a agricultura comercial. Zézo lembra que “algumas pessoas começaram a trabalhar com as máquinas e outras, por exemplo, tem que limpar a área, juntar os tocos, o empreiteiro que pegava aquela área para entregar limpa contratava a gente. Por exemplo, as primeiras colheitas aqui com o cerrado bruto, quando vinha a safra a produção era fraca, então, a gente arrancava de mão. Eu mesmo vi e ajudei. Não compensa a máquina porque a soja está fraca, então, a gente vinha cá e fazia uma empreitada de quarenta ou cinquenta hectares. Era essa a mão de obra que a gente fazia.”

Ele explica também o que significa a soja estar fraca: “Também é relativo ao clima, às vezes muito sol, não nascia muito bem ou depois morria e aí ficava ralo no chão e a máquina não pegava. Ficava baixo e não dava para passar a máquina, então, colhia de mão. Vinha e fazia uma empreitadazinha pra dois dias ou uma semana, terminava e ia embora. Vinha, colhia e pronto. Sobrava um tempo pra cuidar das nossas coisas: trabalhar, colher, mas também pra ganhar um dinheirinho”.

Segundo Zézo, outro atrativo para os sertanejos, foi a criação da cidade Chapada Gaúcha e, posteriormente, a criação do Município, cuja população, hoje, é, em sua maior parte, de sertanejos nativos: “Aí com o desenvolvimento dos colonos aqui aumentou a produção, avançando na área de produtividade da agricultura aumentou a demanda por mão de obra, depois começou o loteamento para casas. Aí vieram famílias e foi o incentivo de municipalização. Produziu, paga o imposto que vai pra onde? Então, a idéia de municipalização é que a arrecadação ficaria aqui. Uma pessoa com problema de saúde tem de se deslocar daqui para São Francisco com cento e tantos quilômetros, Januária é quase duzentos quilômetros. Então, isso tudo é problema que o incentivo a municipalização era muito importante porque hoje temos hospital, posto de saúde. Pra gente foi um gargalo resolvido”.

Sobre as tradições dos gaúchos e dos sertanejos, Zézo afirma: “Cada um defende a sua bandeira. Os gaúchos têm uma cultura muito organizada e a gente tem que valorizar isso também, mas a cultura do Sertão é mais diferente. A Folia de Reis é um exemplo do que os gaúchos não têm. Continua tendo as rezas e as ladainhas, menos, mas ainda existe. Os gaúchos são muito organizados. Por outro lado, a nossa cultura sertaneja está sendo muito resgatada”.

Então, nas chapadas, ficam os do Sul, com sua produção mecanizada e tecnológica, e nas escarpas, as comunidades tradicionais sertanejas. O Vão-do-Buraco é um exemplo. João Guimarães Rosa descreve uma passagem de Riobaldo por lá:

Depois, de arte: que o Liso do Suçuarão não concedia passagem a gente viva, era o raso pior havente, era um escampo dos infernos. Se é, se? Ah, existe, meu! Eh... Que nem o Vão-do-Buraco? Ah, não, isto é coisa diversa – por diante da contravertência do Preto e do Pardo... Também onde se forma calor de morte – mas em outras condições... A gente ali rói rampa... Ah, o Tabuleiro? (ROSA, 1994, v. 2: 28)

As outras condições, citadas pelo narrador roseano, se referem à presença da água. O Vão-do-Buraco é um lugar rico em veredas e, nele, vive uma comunidade típica sertaneja. Ali, Zézo nasceu, cresceu e constituiu família. É dali, e de outras comunidades formadas nas mesmas condições, que saem os integrantes da Cooperativa. Comunidades espremidas nos

vales, ricos em água, e que recebem os impactos da ocupação das chapadas, pela agropecuária comercial, cena comum no Sertão-Brasília.

Zézo falou, também, sobre a participação dos gaúchos na organização da Cooperativa: “A nossa [cooperativa] está nas mãos dos sertanejos. Já existe aqui uma cooperativa, a Cooperativa Agropecuária Pioneira que é dos produtores de porte [dos sulistas, predominantemente gaúchos]. Já existe ela aqui, porque quando os gaúchos começaram a produzir eles criaram essa cooperativa. Era de agricultura de grande porte, mais organizado, com uma produção maior de grãos e de capim. A nossa é de pequenos agricultores para o extrativismo. Nada impede que o gaúcho vá participar da nossa cooperativa. Desde que ele esteja dentro das normas que competem. [...] O gaúcho não vai querer deixar de produzir soja e feijão para ir produzir farinha de mandioca. Ele não vai deixar a produção em alta escala pela de baixa escala. São princípios baseados na categoria do cooperado”.

Mas, nem tudo é harmonia. Uma das preocupações dos sertanejos está nos impactos ambientais provocados pela modernização, trazida pela ocupação dos chapadões. Zézo aponta alguns problemas: “O risco que eu vejo é com relação ao meio ambiente, mas de outra forma não prejudicou porque não teve problemas com a comunidade daqui. Não teve questão de invasão de terra. Vieram para um assentamento criado pelo Governo. Não houve grilagem de terra, gerou emprego, nisso somou muito, muito mesmo. Agora, pelo outro lado é a questão ambiental, porque trabalha agricultura de grande porte com o uso de defensivos em grande escala e o meio ambiente fica agredido. O desmate que vai explorando o cerrado, e junto vão as árvores frutíferas, diminui a infiltração da chuva para o lençol freático, esta é uma cidade que não tem rio em suas proximidades, é toda abastecida por poço artesiano. Em volta da cidade está cheio de nascentes afluindo deste alto aqui, então, essa captação de água por poço artesiano corre muito risco de futuramente faltar água para as famílias que estão lá embaixo [no Vão-do-Buraco, por exemplo]. Com relação à forma de agricultura, o uso de agrotóxico, mecanização em alta escala e uso de transgênicos. É uma relação complicada, poluição. Na época da colheita acontecem problemas respiratórios por causa da poeira que junto com os defensivos fica muito complicado”.

Ele continua: “Antes eles trabalhavam com milho e soja. Agora entraram com semente de forrageiras. Não usam o gado nas pastagens por causa das sementes. Na colheita as sementes são sugadas por uma máquina. É por isso que na época da colheita a poeira é muita. É uma terra que cobre a cidade de poeira. Aí fica só a palha acumulada. Já foi testado que são mais de vinte toneladas de palha por hectare. É muita palha que não é decomposta de um ano para o outro. Quando vem a nova colheita ela fica embaraçada e não deixa sair a semente. A

saída é queimar. Só que esse ano já choveu, queimou tarde. Mas quando queima antes de iniciar a chuva parece uma cidade iluminada a noite”.

Os impactos citados podem prejudicar a saúde, não só da população da Chapada Gaúcha, mas também da Cooperativa Regional de Produtores Agrosilviextrativistas Sertão Veredas, pois os sertanejos dependem do cerrado em pé, para coletarem seus frutos, sementes, cascas e raízes, seus principais produtos. Dependem, também, das pastagens que ele oferece. Por isso, a criação de parques e reservas preocupa essa gente.

Como integrante da referida expedição ao Sertão do Norte de Minas Gerais, Luiz Ernesto Borges de Mourão Sá, presidente do IDA, lembrou da recente criação de uma reserva extrativista na região e pediu a opinião de Zézo sobre o assunto: “Inclusive, essa reserva foi criada quando teve uma audiência pública para discutir a criação. Existe o Parque Nacional Grande Sertão: Veredas que a gente vê com dois olhos. Quando criou o parque foi um problema porque tinha uma comunidade toda lá dentro com filhos e animais de criação. Por pouco que fosse, estava todo mundo empregadinho lá. Hoje é um patrimônio público, mas o pessoal que estava lá teve que sair. Mas se a gente vê como uma reserva para manter a água e o ambiente de uma maneira geral, por um lado teve uma solução, mas pelo outro teve um problema. Uma reserva é muito importante porque ao nível de Brasil e do mundo tem muita gente que não conhece uma flora ou outra coisa que poderia estar extinta. Preservou a água que abastece o grande rio São Francisco, que vai para Juazeiro na Bahia e para o mar. A maioria dessa água sai daqui dessa região. Sobre os parques, também foi criado um estadual na Serra das Araras. Também trouxe dificuldade, mas para um número menor de famílias. Existia uma comunidade, mas com a chegada da firma reflorestadora eles tiveram que sair, mas ficou a firma reflorestadora. Aí veio a criação do parque. Então, já tinha um parque nacional, um estadual e criar mais um? E nós participamos desse seminário com o pessoal do IEF que veio de Belo Horizonte e a gente achou por bem que criar mais um parque seria muito. Aí, com os parceiros descobrimos na legislação que, se você criar uma reserva extrativista, o pessoal pode usar os frutos. Tem muito pequi, faveira que pode ser usado de forma sustentável. Material para artesanato. Aí nessa audiência nós ganhamos a discussão e, graças a Deus, mudou de parque para reserva. Se fosse parque precisaria de autorização para entrar lá. É uma preocupação para a comunidade? É! O pessoal que cria animais em volta: uma família que tem duas vacas não pode entrar lá. É um problema, mas pelo menos temos condições de utilizar alguma coisa ali. São coisas históricas que tem resultado positivo e quando a gente fala da aproximação e participação do público e da sociedade a gente consegue mudar de uma coisa que é um parque para uma reserva que pode ser utilizada. Essa

reserva contribuiu para o que nós vamos precisar de lá para a Cooperativa. Lá tem um potencial muito grande de pequi, buriti, cagaita e tudo o que tiver dá condições de uso sustentável”.

Para Diegues (2004), a transformação de grandes áreas de Mata Atlântica em áreas protegidas, para evitar a especulação imobiliária no litoral paulista, atingiu em cheio as comunidades caiçaras, processo de expulsão idêntico ao analisado pelo Zézo. Diegues denuncia que

Nos casos em que essa expulsão não ocorreu fisicamente, as comunidades são, na sua quase totalidade, impedidas de exercer seu modo de vida baseado na agricultura itinerante, na pesca e na coleta. Alguns municípios, como Iguape, em São Paulo, têm mais de cinquenta por cento do seu território como unidades de conservação (parques e reservas). (DIEGUES, 2004: 34-35).

Tais exemplos demonstram que, não basta respeitar a diversidade cultural, que permite a sobrevivência das diferentes visões de mundo, mas aprender, a partir delas, para construir um paradigma de conhecimento e ação cosmopolita, distinto do subjacente ao “pacto de modernidade”.

Este foi um ponto forte da conversa com Zézo, pois ele defende a interação entre instituições e pessoas. A pergunta sobre como teria apreendido tanta coisa, foi feita pelo Luiz Ernesto Borges de Mourão Sá, ao que Zézo respondeu: “A gente aprende aqui com cada um. Na interação nossa a gente consegue captar um pouquinho de cada um. Mas na verdade a gente não sabe quase nada, né? A gente tem é a boa vontade, né? Participação. No Sindicato sempre estivemos abertos a participar, mobilizar de forma construtiva. A gente participa, questiona e vai tirando dúvidas de como estão acontecendo as coisas. Essa vivência ensina a gente. [...] Eu não sei se estou de acordo com as informações, mas o que a gente tem é isso. Sou sertanejo daqui, nasci e criei aqui andando a cavalo. Sei quem mora em volta. Criei participando de festas. Então, quando chega alguém no Sindicato eu sei de onde ele é porque conhece o povo, conhece a realidade. Naquilo que não conhece, na convivência vai passando a saber também, né? Por isso é que tem que ter aproximação. O que você fala de Brasília pra mim, pelo menos eu tenho uma pista pra informar pra outro. Ninguém consegue viver isolado”.

Não é nosso objetivo esgotar a discussão e, muito menos, apresentar soluções para os graves problemas identificados no sistema Sertão-Brasília. Antes, o que se pretende, é uma aproximação maior com o sertanejo e sua cultura, interagir com ele e considerar as suas contribuições para reversão da crise, bem como reproduzir as boas experiências.

No vale do rio Urucuia, por exemplo, não identificamos nenhuma associação, ou cooperativa sertaneja, que tivesse os mesmos objetivos que a organizada sob a liderança do Zézo.

Na entrevista com o Doutor Napoleão Valadares, na sua fazenda em Arinos, MG, em novembro de 2006, ele lamentou: “a gente reconhece o benefício que traz esse tipo de iniciativa em torno das cooperativas sertanejas, mas eu devo te informar que do meu conhecimento não existe em Arinos nenhuma cooperativa com estas características. A única cooperativa que eu conheço é a Cooperativa Agropecuária Unaí, que tem uma filial em Arinos e muito serve a população. Por iniciativa do povo aqui da região eu não conheço”.

Importante, também, é aproximar a realidade de quem saiu do Sertão e veio morar na cidade grande, com a realidade dos que persistiram no Vão-do-Buraco, no vale do Urucuia ou do São Francisco, ou ainda, no Sertão de Unaí, ou Montes Claros. À exceção do Seu Miguel Marques, nossos narradores anseiam em voltar para seus lugares de origem.

### **Arreadores, acampamentos e escolas enraizadoras**

O desenraizamento definido por Simone Weil (2001) na Parte 3 da tese é fruto do desrespeito ao sítio simbólico de pertença e alcança todas as áreas da vida. Ela traça duras críticas à educação moderna, apontando-a como desenraizadora. Todavia, na realidade brasileira, existem espaços de participação que se referenciam nos seus sítios de pertença, em pessoas, como o do Seu Otávio Ferreira do Prado. Como apresentado em capítulo anterior, ele improvisou uma sala de aula no “arreador” da sede de sua fazenda lá no Sertão de Buritis, MG. Era uma escola situada na realidade das vidas de seus frequentadores.

Em palestra proferida no Seminário Nacional “Educação Básica nas Áreas de Reforma Agrária do MST”, realizado em Luziânia/GO, de 12 a 16 de setembro de 2005, o Professor Miguel G. Arroyo, Titular Emérito da Faculdade de Educação da UFMG, afirmou:

As escolas têm de legitimar todos os saberes e todas as formas de pensar. Têm de legitimar, também, sua cultura e o pensar popular. Além do conhecimento construído os povos do campo têm direito à sua cultura e à herança cultural acumulada. A cultura é uma das heranças mais dignas, mais nobres; e tão determinante da história quanto o conhecimento e a ciência. Somos formados pela cultura. A ciência nem sempre esteve a serviço dos mais pobres, dos deserdados. As ciências não conseguiram expropriar do povo sua cultura, as formas de interpretar a vida, interpretar-se, lidar com a natureza, produzir e produzir-se. A nossa escola tem que privilegiar ciência e conhecimento, cultura e valores. A cultura e os valores foram esquecidos ou secundarizados nas propostas educativas. Teremos de recuperá-los com destaque. Os movimentos sociais os resgatam.

Mais adiante, o professor lança e responde a pergunta:



Por que defendemos tanto o direito à cultura? Porque a cultura e o conhecimento são inseparáveis. Os seres humanos conhecem através da cultura. Os conhecimentos básicos sobre a vida, sobre o campo sobre a natureza, sobre o ser humano vem de nossa cultura. A escola alarga, organiza esses conhecimentos, os confronta com o saber e a cultura acumulados. A escola nos abre novos horizontes de interpretação, mas não destrói a cultura e seus horizontes de interpretação da vida, do mundo, da realidade. Eles nos acompanharão por toda a vida.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) atenta para estas recomendações. Com base no Caderno de Educação, Alfabetização de Jovens e Adultos do (MST), Soares (2006), pontua alguns princípios pedagógicos, que norteiam este trabalho educativo. São eles: relação entre prática e teoria; combinação metodológica entre os processos de ensino e de capacitação; a realidade, como base da produção do conhecimento; conteúdos formativos, socialmente úteis; educação para o trabalho e pelo trabalho; vínculo orgânico entre processos educativos e processo políticos; vínculo orgânico entre processos educativos e processos econômicos; vínculo orgânico entre educação e cultura; gestão democrática; auto-organização das(os) estudantes; criação de coletivos pedagógicos e formação permanente das(os) educadoras(es); atitude e habilidade de pesquisa; combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais.

A mística, no sentido de iniciar, instruir alguém nos mistérios e, mais comumente, na voz passiva: ser iniciado, instruído nos mistérios, é uma atividade que marca a preparação e o desenvolvimento de encontros, reuniões, palestras, conferências e outras ações, realizadas pelos integrantes do MST. Por meio de dramatizações e encenações, visa fortalecer as lutas dos movimentos sociais. “É um momento de reflexão, respeito de seus princípios, tomando como referências diversos pensadores e lutadores do povo que se dedicaram a pensar a sociedade e a lutar para transformá-la, objetivando torná-la mais justa, generosa e solidária” (SOARES, 2006: 76).

Soares (2006), acredita que a mística tem um poder que motiva o enraizamento dos indivíduos nos assentamentos. Na perspectiva de seus narradores, ela é experimentada, como uma fonte da força motivadora necessária ao anúncio das injustiças, e alerta sobre o sentimento do outro, como uma forma de enraizamento ou de pertença. Para a autora, a pertença é um campo de sentimentos culturais que une as pessoas e as culturas, por meio de elementos comuns. Sendo condição necessária para a existência de qualquer sistema vivo e social, nela, a referência de si e do outro é encontrada, de modo antagônico e complementar.

Outra proposta educacional alternativa, no cenário de lacunas das políticas públicas existentes, é a *Pedagogia da Alternância*. Esta é uma idéia francesa, da década de 30, que, como a Escola da família do Seu Otávio Ferreira, visa a construção de uma educação voltada

para a valorização da vida e do trabalho no campo. A proposta chegou ao Brasil, por meio de padres italianos, na década de 1970.

Segundo trabalho apresentado, pela então doutoranda, Ludmila Oliveira Holanda Cavalcante, no III Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), de 23 a 26 de maio de 2006, em Brasília-DF, a primeira escola a adotar esta pedagogia, surgiu em 1975, como *Escola Comunidade Rural*, no Sertão Baiano, município de Brotas, de Macaúbas. Foi construída com o apoio da Paróquia de Brotas e do trabalho desenvolvido pela Comunidade Eclesial de Base, na região. Em 2004, já se registrava um universo de, aproximadamente, 2500 alunos, em 32 unidades escolares existentes naquele estado.

Estas escolas trazem como características básicas, a formação integral dos alunos, o desenvolvimento local dos contextos onde atuam, a gestão participativa da escola pelos pais agricultores e a sua orientação intrínseca, a própria pedagogia da alternância. No processo, os alunos *alternam* 15 dias na escola e 15 dias nas comunidades. O que se busca é a interface dos contextos. Para estes alunos, no universo das dificuldades e inseguranças evidenciadas, experimentadas e combatidas, a Escola se torna, então, um contexto do qual se orgulham, que querem preservar e que julgam ser parte de suas vidas, ali, no sertão baiano.

O Programa Educação de Chico Mendes é uma Política Pública voltada para o apoio a projetos de Educação Ambiental. São priorizadas as escolas que estabelecem uma relação construtiva e transformadora com suas comunidades, seus territórios, enfrentando os graves problemas socioambientais, em função da melhoria da qualidade de vida. Inspirado no seringueiro e sindicalista acreano, Chico Mendes, o Programa incentiva alunos e professores a tornarem-se, não só educadores ambientais, como sujeitos de intervenção e construção de uma nova sociedade, baseada na ética da sustentabilidade.

Na avaliação dos projetos apresentados, o Programa Chico Mendes privilegia projetos que incluem ingredientes fundamentais, como: sustentabilidade ambiental, diversidade étnica, de gênero e cultural, pesquisa-ação participante e intervenção na realidade local. Além de ações, que agregam os conhecimentos aprofundados, os resultados de pesquisas locais, fazendo com que as instituições proponentes e suas parceiras possam aglutinar grupos de escolas em um mesmo município, com realidades socioambientais semelhantes e que possam gerar projetos de intervenção transformadora – definida como Educação de Chico Mendes.

Informações e orientações sobre o Programa Chico Mendes podem ser obtidas no *site* do Ministério da Educação, [www.mec.gov.br/secad](http://www.mec.gov.br/secad). As informações aqui apresentadas foram obtidas no referido *site*, no dia 22/04/2007.

### **Essas poucas veredas, veredazinhas**

A história de vida dos nossos narradores, a organização do “Sítio Simbólico de Pertença Sertanejo”, a partir delas, e iniciativas como as do Zézo, dos educadores que têm lutado por uma escola enraizadora e, muito mais, comprovam a resistência da cultura sertaneja e sua contribuição para a organização do sistema Sertão-Brasília. Os sertanejos trouxeram consigo todas as suas contradições culturais, se valendo delas, na luta por uma vida melhor.

De uma maneira geral, nossos narradores progrediram, por terem fixado residência em Brasília, ou numa de suas regiões administrativas. Seja como funcionários públicos, motoristas, vigias ou queimando tijolos, hoje têm casa própria, seus filhos estudaram e alguns chegam a possuir sua terrinha.

Trouxeram sua solidariedade manifestada, tanto na treição e na doença, como numa guerra pelo poder, entre os modernos coronéis e seus jagunços, ou mesmo, entre os grupos marginais, que hoje aterrorizam as cidades, sem poupar, nem mesmo as menos populosas. Cuidadosos com a natureza, por meio da rotação de culturas, roça itinerante, ou pecuária extensiva, mas usando o fogo no manejo das pastagens, na caça e na destoca da terra de cultura das matas de galeria, ciliares, bem como naquelas secas e calcárias. Comunidade que preserva o Bioma Cerrado enquanto invade áreas de preservação, destruindo nascentes, poluindo, assoreando e secando os mananciais de água. Sertanejos, que criaram escolas que incluíam seus agregados, ao mesmo tempo que os excluía, pela cor da pele, ou posição social.

Em 1987, vinte e sete anos depois da inauguração da Nova Capital, momento em que a cidade era tombada como Patrimônio Cultural da Humanidade, durante visita à cidade, Lúcio Costa escreveu:

Eu caí em cheio na realidade, e uma das realidades que me surpreenderam foi a rodoviária, à noitinha. Eu sempre repeti que essa plataforma rodoviária era o traço de união da metrópole, da capital, com as cidades satélites improvisadas da periferia. [...] Isto tudo é muito diferente do que eu tinha imaginado para esse centro urbano, como uma coisa requintada, meio cosmopolita. Mas não é. Quem tomou conta dele foram esses brasileiros verdadeiros que construíram a cidade e estão ali legitimamente. [...] Eles tomaram conta daquilo que não foi concebido para eles. Foi uma bastilha. Então eu vi que Brasília tem raízes brasileiras, reais, não é uma flor de estufa como poderia ser. Brasília está funcionando e vai funcionar cada vez mais. Na verdade, o sonho foi menor do que a realidade. A realidade foi maior, mais bela. [...] (COSTA, 1991)

Provavelmente, muitas das caras saudáveis e dispostas que Lúcio Costa observara, naquele fim de tarde, na rodoviária do Plano Piloto, eram de sertanejos. Dentre eles, com certeza, muitos riobaldos e diadorinas, homens e mulheres originários do Sertão descrito por João Guimarães Rosa, no romance *Grande Sertão: Veredas*, e que na sua complexidade, trazem sustentabilidade para o Sertão-Brasília. Trazem vida e, muitas vezes, morte ao Plano Piloto de Brasília, às antigas cidades satélites e aos novos assentamentos e invasões.

O reboiço da construção da capital foi grande. Com ela, chegaram os especuladores, os salários e um novo dinheiro, diferente do antigo, uma nova forma de ganhar e de gastar. Os caminhões, aviões, ônibus, telefone, televisão, rádio, eletricidade, tudo junto, levava os antigos a exclamarem perplexos: “Valha-nos Deus, que o mundo se acaba” (Aragão, 1993, 173).

Estava sendo fundada a utopia de um novo país. Sua premissa fundamental era a de que deveria marcar a alvorada de um tempo, que negava o Brasil existente. Para seus gestores, era o fim do isolamento, do analfabetismo, artesanato, da dependência da natureza, da lentidão dos processos e da antiga ordenação social. O Liso do Suçuarão, o intransponível no imaginário de Riobaldo e seus jagunços a guerrear no universo roseano, seria ocupado por plantios mecanizados de soja, milho e de forrageiras para produção de sementes.

Porém, com a construção da Nova Capital, levas de sertanejos não pararam mais de chegar ao Distrito Federal. Seja em resposta à convocação para o mutirão da construção, seja pelo êxodo rural, provocado pela vida difícil no Sertão, ou ainda, pela sedução do clientelismo e filhotismo dos coronéis que chegaram ao poder.

O plano do governo supunha que, concluída a construção, os operários iriam voltar para casa, o que aconteceria, após a inauguração da cidade, o que não aconteceu. Esta era uma presunção contraditada pela necessidade de um número enorme de trabalhadores para a construção civil, bem como pela decisão dos trabalhadores de continuarem vivendo nela.

Lúcio Costa compreendeu o desdobramento da história. Ele percebeu que, aquelas pessoas que se aglomeravam na rodoviária, haviam tomado conta do seu projeto. Ocorreria uma batalha com menos sangue, que a do Paredão, o desfecho do romance de Guimarães Rosa, mas marcada pela resistência aos modelos exógenos, que lhes eram enterrados goela abaixo, luta que continua marcando a história do Sertão-Brasília.

Tem sido assim, porque a comunidade sertaneja se referencia no seu “Sítio Simbólico de Pertença”, que é sustentado pelo labor dos dias, simplicidade e solidariedade. Traz a marca

da “treição”, dos folguedos, das tropas, manadas, do canto dos carros-de-bois e do Soroco e sua comunidade, dos caminhões, aviões e da Internet.

Dos encontros, desencontros, interações, contradições e complementaridades, que ocorrem no interior desta realidade, emergem a cada dia, novas possibilidades de reorganização do Sertão-Brasília. Sob as pressões da globalização, elas ganham força contra o “pacto de modernidade”. No namoro com a modernidade, o sertanejo continua a construção do seu projeto de sociedade. No giro da espiral histórica, fruto dos encontros e desencontros, ele interage com outros sistemas e suas culturas, seja em escala regional, nacional ou global, o que aumenta ainda mais as possibilidades de reorganização.

E, neste turbilhão, não se pode repetir os erros que a história tem mostrado e, que, aqui, foram, metaforicamente, representados pelo pacto. É preciso sensibilidade na escuta dos sertanejos, conhecimento acerca do seu “Sítio Simbólico de Pertença”, mais espaços e situações para sua manifestação e emergência do desenvolvimento situado. Muito pouco se sabe, “... só essas poucas veredas, veredazinhas”. É preciso retomar o namoro entre os sertanejos e Brasília. Namoro que se manifesta, por exemplo, nas trocas e interações sugeridas pelo Zézo e contidas nas novas escolas situadas do Sertão, pelas quais tanto lutam.

No mais, é o próprio Riobaldo, o narrador do romance *Grande Sertão: Veredas*, quem confirma o que tem sido dito:

Assim, é como conto. Antes conto as coisas que formaram passado para mim com mais pertença. Vou lhe falar. Lhe falo do sertão. Do que não sei. Um grande sertão! Não sei. Ninguém ainda não sabe. Só umas raríssimas pessoas – e só essas poucas veredas, veredazinhas. O que muito lhe agradeço é a sua fineza de atenção”. (ROSA, 1994, v.2: 69)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: O SERTÃO É O MUNDO

A cultura sertaneja resistiu à desconstrução e ao desenraizamento provocados pela modernização do Sertão e, intensificados com a construção de Brasília e o “pacto de modernidade”. Trata-se de uma resistência, simultaneamente, marcada por lutas sangrentas, namoros e mistura de raças.

Tal fato pode ser constatado na narrativa das histórias de vida dos sertanejos. Ela os tira da condição de bárbaros, ou balbuciantes, que não têm domínio do discurso. Isto quebra a assimetria entre os homens e possibilita o diálogo inter-humano, fato ignorado pelos idealizadores do Brasil moderno definido pelo “pacto de modernidade”.

Na organização do sistema Sertão-Brasília, a nova capital sertanejou-se e, o Sertão modernizou-se. No Sertão moderno, carroções, máquinas, carros, motos e caminhões substituíram tecnologias sertanejas, mas nem por isso, o carro-de-bois, meio de transporte praticamente banido do universo sertanejo, deixa de ser fabricado; continua rodando, principalmente, durante as festas tradicionais sertanejas.

Nossos entrevistados vieram de várias regiões do Sertão-Brasília e, a despeito das mais variadas influências impostas pela modernização e globalização, se mantêm fiéis aos princípios, valores e modo de vida sertanejos.

As raízes que sustentam o sertanejo e sua cultura se nutrem do conteúdo das canastras do “Sítio Simbólico de Pertença Sertanejo”, que, em muitas situações, encontra-se latente, virtualmente suplantado pela pujança dos padrões modernos, aflorando em situações propícias, superando a visão dualista que insiste em separar o antigo do moderno.

Considerando as peculiaridades e contradições da cultura sertaneja, patrimônio informacional formado por saberes, perícias, regras e normas próprias do convívio com a natureza, outros grupos e culturas, traços expressos no seu sítio simbólico, conclui-se que o sertanejo é o grande conhecedor da sua realidade.

Em conseqüência, modelos e políticas públicas que não consideram tal sítio, não sendo situados em relação a estes aspectos, semelhantes a todos os que foram e têm sido definidos sob a égide do “pacto de modernidade”, programam ações destinadas ao fracasso e à insustentabilidade.

O desenvolvimento que emerge do ambiente e de situações em que se considera o “Sítio Simbólico de Pertença Sertanejo” é o situado. Pelo conteúdo das canastras do sítio, as tecnologias adotadas tendem a ser baratas e adequadas à realidade local.

Todavia, desenvolvimento situado não é sinônimo de desenvolvimento isolado; ações isoladas não são sinônimas de contra-hegemonia. O *Homo situs sertanejo* mantém raízes profundas nas canastras do seu sítio de pertença, mas pelos resultados da pesquisa, mantém-se aberto para o global. O isolamento geográfico não tornou o Sertão um sistema fechado.

O Sertão sempre esteve aberto ao namoro com novas realidades, tecnologias e experiências, pois o sertanejo sempre se vinculou a outros sítios, não necessariamente iguais a ele, pois possuem seus próprios códigos. Sua singularidade sempre se alimentou da diversidade dos outros. Por isso, a cultura sertaneja não sucumbiu ao “pacto de modernidade”.

Sendo situada, permanece. Aceita as demais culturas situadas, e é aceita por elas, possibilitando sua união. Nessa união, cada sítio apresenta desenvolvimento próprio, não cabendo em nenhum modelo exógeno, racionalmente desenhado. Cada problema que se apresenta a uma comunidade terá um desenrolar imprevisto. Ocorrerá na imediaticidade das ações situadas que são fruto da criatividade das pessoas que integram esta comunidade. Sítios que, porventura, se encontram latentes, afloram com toda sua pujança.

Esta é a vereda para se quebrar o “pacto de modernidade” que reduziu a cultura sertaneja a nada, não atentou para o seu sítio de pertença e não abriu espaço para o namoro. Este patamar será alcançado, desenvolvendo-se a autonomia, que levaria à elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno.

Então, há que se restabelecer o namoro entre o Sertão e Brasília, considerar o “Sítio Simbólico de Pertença Sertanejo”, bem como a fragilidade ecológica do Cerrado, o bioma que predomina no grande Sertão-Brasília, mantendo inegociáveis a conservação e preservação da sua biodiversidade e recursos naturais.

Para tanto, as boas experiências devem ser reproduzidas. Políticas públicas devem apoiar e multiplicar iniciativas, como a da criação e organização da Cooperativa Regional de Produtores Agrosilviextrativistas Sertão Veredas, na Chapada Gaúcha, MG, exemplo de ação situada. É uma proposta que reflete a consciência da finitude dos recursos naturais, por parte da comunidade sertaneja.

Por causa do pacto, o Sertão-Brasília só vê os gerais do Seu Abel, as capoeiras de Naná e os rios em que o Seu Irineu pescava, como fronteira de expansão agropecuária. Metrôpoles como Brasília, continuam seduzindo o sertanejo com os mitos da modernidade e promessas eleitoreiras de emprego, escolas, hospitais e transportes modernos.

É tempo de facilitar a emergência do desenvolvimento situado. As “cidades boca-de-sertão” precisam ser fortalecidas. São necessárias políticas de proteção social, que dêem suporte ao sertanejo, ponham fim à compra de ambulâncias superfaturadas e equipem seus

hospitais, recupere as estradas vicinais e promovam a reforma agrária, pois sem sua terra, o sertanejo desenraiza.

Torna-se imprescindível uma revolução na educação, pondo fim ao ensino propedêutico, que rouba de crianças, adolescentes, jovens e adultos o direito a escolas enraizadas, impondo sobre eles uma educação alienada da realidade local. Há que se lutar por um ensino básico, que tenha sentido em si mesmo, que elimine níveis a serem escalados, garantindo assim, a formação humana básica a que todos têm direito, como pessoas que são.

Com base nas experiências e lutas identificadas pela pesquisa, para a organização de um sistema de ensino que contribua para o fim do “pacto de modernidade” e promova a volta do “namoro” e do sossego no Sertão, torna-se urgente a implementação de políticas públicas que considerem os sítios simbólicos de pertencimento de escolas rurais e urbanas.

É urgente a legitimação de todos os saberes, técnicas, da cultura e do pensar popular negado pelo pacto de modernidade, vinculando de forma orgânica os processos educativos, culturais, políticos e econômicos. A realidade local deve ser a base da produção do conhecimento e promoção do desenvolvimento, tanto nas áreas urbanas, quanto nas rurais. As populações rurais possuem a mesma capacidade e os mesmos direitos que as urbanas.

Considerar o sítio simbólico de pertencimento escolar não significa, por exemplo, voltar aos tempos do Sertão antes de Brasília, e muito menos negá-los. Partindo de seu sítio, para serem situadas e enraizadas as escolas devem buscar atitudes e habilidades de pesquisa para adequar saberes e técnicas tradicionais ao desenvolvimento comunitário. Desta forma, são construídos conteúdos formativos que, ao retroagirem sobre a realidade local, se tornam socialmente úteis.

Escolas situadas garantem a relação entre prática e teoria na construção do conhecimento enraizado, harmonizando as metodologias adotadas nos processos de ensino e de capacitação. Promovem a educação para o trabalho e pelo trabalho, pois o homem a quem é negada a oportunidade de trabalho, é duplamente desenraizado.

Com base na “Canasta dos Ofícios e Modelos de Ação Sertanejos”, onde não há separação entre cotidiano familiar, comunitário e escolar, o novo sistema educacional deve adotar a participação de todos os atores envolvidos, como condição *sine qua non* à gestão escolar, promovendo a auto-organização dos alunos. Em cada etapa é importante combinar processos pedagógicos coletivos e individuais, evitando, assim, a educação para as massas. Há que se garantir a formação integral dos alunos.

Como desenvolvimento situado não é sinônimo de isolamento, a formação permanente do corpo docente a partir da criação de coletivos pedagógicos o atualiza, facilitando a troca de



experiências e adoção de práticas pedagógicas que venham ao encontro das necessidades dos alunos.

Travessias.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de [1853-1927]. **Capítulos de história colonial, 1500-1800**. São Paulo: Publifolha, 2000. 280 p.

ALIGHIERI, Dante [1265-1321]. **A divina comédia: inferno**. Tradução e notas de Ítalo Eugenio Mauro. São Paulo: Ed. 34, 1998.

ARAGÃO, Luiz Tarley. **Ocupação humana de Brasília**. In PINTO, Maria Novaes (org.). **Cerrado: caracterização, ocupação e perspectivas**. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993. Cap. 5, p. 171-188. 684 p.

ARISTÓTELES [384–322 a.C.]. **Poética**. São Paulo: Editora Abril S/A Cultural e Industrial, 1973.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O feudo: a Casa da Torre de Garcia D' Ávila – da conquista dos sertões à independência do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BARBOSA, Altair Sales; RIBEIRO, Maria Barberi; SCHMITZ, Pedro Ignácio. **Cultura e ambiente em áreas do Sudoeste de Goiás**. In PINTO, Maria Novaes (org.). **Cerrado: caracterização, ocupação e perspectivas**. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993. Cap. 2, p. 75-108. 684 p.

BARTHOLO JR., Roberto S. **A crise do industrialismo: genealogia, riscos e oportunidades**. In BURSZTYN Marcel; LEITÃO Pedro; CHAIN Arnaldo (orgs.). **Que crise é esta?** São Paulo: Brasiliense; [Brasília]: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1984.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador**. Brasília: Solo, 1994. 314 p.

BOLLE, Willi. **grandesertão.br ou: A invenção do Brasil**. In MADEIRA, Angélica; VELOSO Mariza (orgs.). **Descobertas do Brasil**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001. P. 165-238. 340p.

BRAGA, Maria Lúcia de Santana. **As políticas desenvolvimentistas e ambientalistas brasileiras e seus impactos na região dos cerrados.** In DUARTE, Laura Maria Goularti; BRAGA, Maria Lúcia de Santana (orgs). **Tristes cerrados. Sociedade e biodiversidade.** Brasília: Paralelo 15, 1998. 300 p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Memória/Sertão.** São Paulo: Editora Cone Sul/Editora UNIUBE, 1998.

BUBER, Martin [1878-1965]. **Eu e Tu.** Tradução de Newton Aquiles Von Zuben. Editora Cortez e Moraes, São Paulo, 1977. 170 p.

\_\_\_\_\_ **Sobre comunidade.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.

CALDEIRA, Jorge. **Viagem pela história do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CAMPOS, Neio. **A segregação planejada.** In PAVIANI, Aldo (1988). **A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. 266 pgs.

CANDIDO, Antonio. **O homem dos avessos.** In ROSA, João Guimarães. **Ficção completa em dois volumes, v. 1.** Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. p. 78-91. 990 p.

\_\_\_\_\_ **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida.** Ed. 34. São Paulo: Duas Cidades, 2001. 376 p.

CARDOSO, Eliana A.; DORNBUSCH, Rudiger. **Crises da dívida externa: passado e presente.** In PEREIRA, Luiz Bresser (org.). **Dívida externa: crises e soluções.** Ed. 1. São Paulo: Brasiliense, 1989. P. 137-183.

CASCUDO, Luis da Câmara [1898-1986]. **História da alimentação no Brasil.** 3 ed. São Paulo: Global, 2004.

CASTELNAU, Francis de. **Expedição às regiões centrais da América do Sul.** São Paulo: [s.n.], 1949.

CASTRO, Josué de [1908-1973]. **Geografia da fome.** Ed. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAVALCANTI, Lauro Pereira. **Moderno e brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

COSTA, Lúcio. **Relatório do Plano Piloto de Brasília.** Brasília: CODEPLAN, 1991. 112 p.

COSTA E SILVA, Alberto da. **O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX.** *Estud. av.*, São Paulo, v. 8, n. 21, 1994. Available from: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141994000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000200003&lng=en&nrm=iso)>. Access on: 25 Jan 2007. doi: 10.1590/S0103-40141994000200003.

CRULS, Luiz. **Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central.** Brasília: CODEPLAN, 1984. 392 p.

CUNHA, Aécio S. **Uma avaliação da sustentabilidade da agricultura nos cerrados.** Brasília: IPEA, 1994. 234 p.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões.** In *Obra completa*, v. 2. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995. 832 p.

CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. **Saberes patrimoniais pesqueiros.** In DIEGUES, Carlos Sant'Anna (org.). **Enciclopédia Caiçara, v. 1.** São Paulo: UCITEC: NUPAUB:CE,/USP, 2004.

DIAS, Fernando Correia. **A imagem de Minas; ensaios e sociologia regional.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Anna. **A mudança como modelo cultural: o caso da cultura caiçara e a urbanização.** In DIEGUES, Carlos Sant'Anna (org.). **Enciclopédia Caiçara, v. 1.** São Paulo: UCITEC:NUPAUB:CE,/USP, 2004.

DUARTE, Laura Maria Goulart. **Desenvolvimento sustentável: um olhar sobre os cerrados brasileiros.** In DUARTE, Laura Maria Goulart & THEODORO, Suzi Huff. **Dilemas do cerrado: entre o ecologicamente (in) correto e o socialmente (in) justo.** Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. P. 11-26. 239 p.

EAGLETON, Terry. **A idéia de cultura.** Tradução Sandra Castelo Branco. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

EVANS, Peter. **O Estado como problema e solução**. Cedec: Lua Nova – Revista de Cultura e Política, nº 28 e 29. 1993. P. 108- 156.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder: formação do patrimônio político brasileiro**, v. 1. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000. 452 p.

FASSY, Amaury. **Brasil: do FMI ao caos**. São Paulo: Global Editora e Distribuidora, 1984, 1ª ed. 166 p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986. 1840 p.

FERREIRA, Ignez Costa Barbosa. **Do Rural ao Urbano na Periferia do Distrito Federal**. In PAVIANI, Aldo. **Urbanização e metropolização**. Brasília: Editora Universidade de Brasília – Codeplan, 1987. P. 145-162. 252 p.

\_\_\_\_\_ O Processo de Urbanização e a Produção do Espaço Metropolitano de Brasília. In PAVIANI, Aldo (org.). **Brasília, Ideologia e Realidade: espaço urbano em questão**. São Paulo: Projeto CNPQ, 1985.

FERREIRA, Jurandir Pires. **Enciclopédia dos municípios brasileiros - Volume XXXVI**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

FONSECA, Maria Rita Souza. **Monitoramento dos Recursos Hídricos Superficiais do Distrito Federal. Uma Necessidade**. Brasília, 2003. Monografia de Graduação. Departamento de Geografia, Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Editora Global, 2005.

FURTADO, Celso. **ABC da dívida externa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

\_\_\_\_\_ Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Publifolha, 2000. – (Grandes nomes do Pensamento brasileiro).

GALVÃO, Walnice Nogueira. **As formas do falso**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

\_\_\_\_\_ O Certo no Incerto: o Pactário. In COUTINHO, Eduardo F. (org.). **Guimarães Rosa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

\_\_\_\_\_ **Guimarães Rosa**. São Paulo: Publifolha, 2000.

GIANNINI, Isabelle Vidal. **O Conhecimento indígena da Natureza.** In SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luiz Donisete Benzi (organizadores). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus.** Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. P. 206-207.

GOETE, J.W. von. **Fausto zero.** Tradução de Christine Rohrig. São Paulo: Cosac&Naify Edições, 2001.

GOLVÊA, Luiz Alberto. A Capital do Controle e da Segregação Social. In PAVIANI, Aldo. **A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988. Cap. 1, p. 75-96. 266 p.

\_\_\_\_\_ Cidade e Natureza: uma visão da construção da cidade brasileira no Planalto Central. In **A construção da cidade.** Brasília: Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1998. P. 35-56. 132 p.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico civil.** Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1979. 280 p.

HOBBS, E.J. **Bandidos.** Rio de Janeiro: Forense, 1975.

\_\_\_\_\_ **A era das revoluções.** Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Temi, 1977.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

HOLSTON, James. **Cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 366 p.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JACCOUD, Luciana. **Lutas sociais: populismo e democracia.** In PAVIANI, Aldo. **A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. Cap. 2, p. 145-168. 266 p.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metaphors we live by.** Chicago: University Chicago Press, 1980. 242 p.

LAMBERT, Jacques. **Os dois brasis**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1959. 290 p.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997. 442 p.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. 516 p.

MACHADO, José Pedro. **Dicionário Etnológico da Língua Portuguesa**. Lisboa, Livros Horizonte, 1977.

MAGALHÃES, Luiz Ricardo. **A terra como lugar (a questão fundiária no Distrito Federal)**. Revista Justiça e História, Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Departamento de Artes Gráficas, 2005. P. 251-277.

MANSANO, CANDICE. **Do “tempo dos antigo” ao “tempo de hoje”: o caiçara de Camburi entre a terra e o mar**. In DIEGUES, Carlos Sant’Anna (org.). **Enciclopédia Caiçara, v. 1**. São Paulo: UCITEC:NUPAUB:CE/USP, 2004.

MARX, Karl [1818-1883]. **O Capital: crítica da economia política: Livro I**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. P. 515-932.

MEDEIROS, Silvana Almeida Filgueira de. **Agricultura Moderna e Demandas Ambientais: o caso da soja nos cerrados**. In DUARTE, Laura Maria Goulart; BRAGA, Lúcia de Santana (orgs). **Tristes cerrados. Sociedade e biodiversidade**. Brasília: Paralelo 15, 1988. 300 p.

MEIRELLES, Evangelino; REIS, Gelmires. **Almanach de Santa Luzia para 1920**. Santa Luzia: Secretaria de Cultura, GO, 1920.

MELLO, Valter Albuquerque. **Pedra Fundamental de Brasília**. Brasília: Secretaria da Cultura. Coordenadoria do Patrimônio Cultural, 1986. 24 p.

MILARÉ, Edis. **Instrumentos legais e econômicos aplicáveis aos municípios. Sistema Municipal do Meio Ambiente – SISMUNA/SISNAMA**. In JÚNIOR, Arlindo Philippi [et al.]. **Municípios e meio ambiente: perspectiva para a municipalização da gestão ambiental no Brasil**. São Paulo: Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente, 1999.

MONTI, Estevão Ribeiro. **Sertão-Brasília – história, cultura e meio ambiente: interações na criação de materiais educativos**. 2002. 198 p. Dissertação de Mestrado em Gestão e Política Ambiental. Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, Brasília 2002.

MORIN, Edgar. **O método IV: As idéias**. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre, Sulina, 1998. 326 p.

\_\_\_\_\_ **O Método II: A vida da vida**. Tradução de Maria Gabriela de Bragança. Apartado 8: Publicações Europa-América. Portugal, 1999. 438 p.

MOURÃO, Laís. **Pertencimento**. In II Congresso Internacional da Transdisciplinaridade. Vitória – ES: Julho de 2005.

NOBRE Jr., Antonio de Almeida. **Gestão de recursos hídricos para o Desenvolvimento Sustentável no Distrito Federal**. 85 p., 297 mm, (UnB – CDS, Mestre, Gestão e Política Ambiental, 2000).

NUNES, José Walter; MAGALHÃES, Nancy Alessio; SINOTI, Marta Litwinczik. **Del hablado, oído escrito y visto al editado em documentales historiograficos**. Istambul: XI Conferencia Internacional de Historia Oral, 2000.

OLIVEIRA, Marília Luíza Peluso de. **Contradições e conflitos no espaço de classes: centro versus periferia**. In PAVIANI, Aldo (org.). **Urbanização e metropolização**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Codeplan, 1987.

OLIVEIRA, Juscelino Kubtschek de. **Por que construí Brasília**. Ed. 1. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1975. 370 p.

PAVIANI, Aldo. A Metrópole Terciária. In PAVIANI, Aldo (org.). **Brasília, ideologia e Realidade: espaço urbano em questão**. São Paulo: Ed. Projeto CNPQ, 1985.

\_\_\_\_\_ **Ambiente urbano com desemprego**. In PAVIANI, Aldo; GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos (orgs.). **Brasília: controvérsias ambientais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003. Cap. 1, p. 29-56. 316p.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Tradução de Fainny Wrobel. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

PROCÓPIO, Argemiro. **Amazônia: Ecologia e Degradação Sócia**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1992.



QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. **Os cangaceiros**. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

QUINTO, Luiz de Pinedo; IWAKAMI, Luiza Naomi (1998). **O Canteiro de Obras da Cidade Planejada e o Fator de Aglomeração**. In PAVIANI, Aldo. **A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. Cap. 1 55-74. 266 pgs.

REIS, Gelmires. **Folclore de Santa Luzia**. Luziânia: Secretaria de Cultura, GO, 1978.

\_\_\_\_\_. **Dicionário geográfico do Município de Santa Luzia, Estado de Goiás**. Araguari, GO: Gráfica Carvalho Filho, 1929.

RIBEIRO, Berta G. **A contribuição dos povos indígenas à cultura brasileira**. In SILVA, Aracy Lopes da & GRUPIONI, Luiz Donisete Benzi (organizadores). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. Cap. 8, p. 197-220. 576 p.

RIBEIRO, Darcy. **Criatividade arquitetônica e subdesenvolvimento**. São Paulo: CJ Arquitetura, 1975.

\_\_\_\_\_. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 480 p.

ROSA, João Guimarães. **Noites no sertão: Dão-Lalalão (O Devente)**. In Ficção Completa, v. 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. 989 p.

\_\_\_\_\_. **No Urubuquaquá, no Pinhém: A estória de Lélío e Lina**. In Ficção Completa, v. 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. 989 p.

\_\_\_\_\_. **Grande Sertão: Veredas**. In Ficção Completa, v. 2. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. 1192 p.

\_\_\_\_\_. **As primeiras estórias: Soroco, sua mãe, sua filha**. In Ficção Completa, v. 2. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. 1192 p.

ROSENFELD, Kathrin Holzermayr. **Os descaminhos do demo: tradição e ruptura em Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: Imago, 1993. 220 p.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Tradução de Lourdes Santos Machado. Col. Os Pensadores, v. XXIV. Edição 1. Porto Alegre: Editora Globo, 1973. 442 p.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. 96 p.

\_\_\_\_\_; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio (orgs). **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 528 p.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem às nascentes do rio São Francisco**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: E. da Universidade de São Paulo, 1975. 152 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (organizador). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Introdução: para ampliar o cânone da produção**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. P. 25-77.

\_\_\_\_\_. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006 – (Coleção para um novo senso comum, v. 4).

SERRA, Tânia Rebelo Costa. **Riobaldo Rosa: a vereda junguiana do grande sertão**. Brasília: Thesaurus, 1990. 144 p.

SILVA, Ernesto. **História de Brasília: um sonho, uma esperança, uma realidade**. Brasília: linha Gráfica Editora, 1997, 3ª ed. 396 p.

SILVA, Gabriela Tunes da. **Sobre raízes e utopias: caminhos contemporâneos do desenvolvimento situado**. Tese de Doutorado em Política e Gestão Ambiental, 2005. Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. Brasília, 2005. 187 p.

SILVA, José Antônio. **Frutas nativas dos cerrados**. Brasília: EMBRAPA/CPAC, 1994.

SOARES, Maria José Nascimento. **O processo formativo-educativo dos trabalhadores rurais do MST/SE: a prática pedagógica dos monitores-professores**. Natal: UFRN / Biblioteca Central Zila Mamede, 2006. 229 p.

SOUZA, Meriti de. **Mito fundador, narrativas e história oficial: representações identitárias na cultura brasileira**. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, setembro de 2004.

SOUZA, Ronaldo de Melo e. **Diálogo catarse em Grande Sertão: Veredas.** (Dissertação de Mestrado em Teoria da Literatura). Brasília: Universidade de Brasília, 1977. (Mimeografado, 122 p.).

SUDECO. **Plano de ação governamental: Região Centro-Oeste 1987-1991.** Brasília: Sudeco.

TOLKIEN, J. R.R. **O Senhor dos anéis. II – As duas torres.** Apartado 8: Publicações Europa-América, LTDA, 1986.

UNGER, Nancy Mangabeira. **Da foz à nascente: o recado do rio.** São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

VASCONCELOS, Adirson. **A mudança da capital.** Brasília: Centro Gráfico do Senado, 1978. 376 p.

VAZ, Henrique C. de Lima. **Religião e modernidade filosófica.** Rio de Janeiro: Síntese Nova Fase, 1991, v. 18, nº 53. Pgs 147-165.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2ª ed. 1981. 180 p.

VIDAL, José Walter Baustista. **Posicionamento do Brasil frente ao novo ambiente mundial.** In PROCÓPIO, Argemiro. **Brasil, novos desafios.** São Paulo: Editora Alfa-Omega, 2003. P. 51-70.

VIDAL, Lux; SILVA, Aracy Lopes da. **O sistema de Objetos nas Sociedades Indígenas: arte e cultura material.** In SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luiz Donisete Benzi (organizadores). **A Temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus.** Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. Cap. 15, p. 369-405.

VIGGIANO, Alan. **Itinerário de Riobaldo Tatarana.** Rio de Janeiro: J. Olympio, 1998. 69 p.

WEIL, Simone. **O enraizamento.** Tradução: Maria Leonor Loureiro. Bauru, SP: EDUSC, 2001. 274 p.

WRIGHT, Charles L. **Transporte em Brasília.** In PAVIANI, Aldo (1987). **Urbanização e metropolização.** Brasília: Editora Universidade de Brasília – Codeplan, 1987. P. 187-208. 252 p.

ZAOUAL, Hassan. **Globalização e diversidade cultural**. Textos traduzidos e selecionados por Michel Thiollent. São Paulo: Cortez, 2003.

ZATS, Ines Gonzaga. **Catireiros e candangos: a construção da identidade no encontro do passado e do presente em Planaltina-DF**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, 1986. Programa de Pós-Graduação Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, 1986. 247 p.